



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Gesner Duarte Pádua

**O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo
Neves nas revistas *Veja* e *Manchete* (1982-1985)**

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

SÃO PAULO
2011

BANCA EXAMINADORA

À minha querida família, pelo apoio e incentivo que sempre recebi para buscar aquilo que consideramos ser o bem mais precioso de todos: o conhecimento. E como certamente disse algum iluminista desconhecido, “o conhecimento liberta”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador José Luiz Aidar Prado, pela colaboração, aos professores Roney Cytrynowicz e Helena Katz, pelas sugestões na qualificação, e ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

Aos amigos “de tantos caminhos e tantas jornadas”, Fernando, André, Júlio, Marcelo e Thiago, que acompanharam este trabalho desde o começo, o meu obrigado pelo apoio.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas *Veja* e *Manchete*, de 1982 a 1985, período que compreende sua eleição para o governo de Minas Gerais, a campanha para a presidência da República e sua morte, pouco tempo depois ser eleito. A hipótese central é que esses veículos construíram, de forma espetacularizada, uma imagem heroificada do ex-presidente no período final de transição do regime militar autoritário para o democrático. Na defesa de seus interesses econômicos, as duas revistas, inseridas plenamente na lógica da indústria cultural, se afinaram com a oposição moderada/conservadora (parte do PMDB e Frente Liberal) na criação de um discurso hegemônico sobre Tancredo Neves como legítimo representante da vontade popular e o único capaz de salvar o Brasil da crise, através da grande conciliação nacional. O objetivo era promover uma transição sem sobressaltos e rupturas da ordem vigente, o que beneficiava as elites econômicas e políticas do país. Nas reportagens de *Veja* e *Manchete* Tancredo ganhou feições primeiro de herói que conduziria o Brasil à salvação e, depois de morto, de mártir da democracia. A pesquisa se justifica por contribuir, nos campos da História e da Comunicação, para o melhor entendimento da influência midiática sobre os grandes acontecimentos políticos do país, especialmente nos primeiros anos após o fim do regime militar e retomada da democracia. O estudo é realizado através de análise crítica do *corpus* e de pesquisa bibliográfica, sob quatro aportes teórico-metodológicos principais: 1. A teoria do discurso de Ernesto Laclau, sobretudo quanto ao conceito de “discursos hegemônicos”, 2. A semiótica discursiva, utilizada em seus aspectos mais fundamentais para verificar como são construídos os sentidos em torno do ex-presidente nos textos *verbi-visuais*. 3. Aos resultados obtidos no estudo do *corpus* acrescenta-se uma outra análise baseada na crítica historiográfica, sociológica, política e comunicacional, segundo autores como Florestan Fernandes, Bernardo Kucinski, Alfred Stepan, Bolívar Lamounier, Thomas Skidmore, Maria H. Alves, Basílio Sallum Jr., Ciro Marcondes Filho e outros que tratam da temática da indústria cultural.

Palavras-chave: Tancredo Neves, análise discursiva, revista *Veja*, revista *Manchete*, herói na mídia, discurso hegemônico, transição democrática.

ABSTRACT

This research analyses the picture construction of Tancredo Neves on the *Veja* and *Manchete* magazines from 1982 to 1985, period of his election to Minas Gerais government, his campaign and victory to Republic President and his death high after. The central hypothesis is that these vehicles constructed, in a spectacularized form, an image of an ex-president as a hero at the final period of transition from the authoritarian military regime to the democratic one. On their economic interests defense, the both magazines completely situated in the cultural industry, took part in the moderate and conservative opposition movement (part of PMDB and Frente Liberal). This movement began to construct a hegemonic discourse about Tancredo Neves as the legitimate representative of the popular will and the one capable to save the country from the crisis through a big conciliation national project. That aimed to promote a transition process smoothly and without splits to the existing order, which benefited the economic and politics country elites. In the *Veja* and *Manchete* articles Tancredo got first the characteristics of the hero who was going to conduct the country to salvation and, after his death, of a martyr of democracy. This research contributes, on the history and communication fields, to a better understand of the media influence on the big politics events of the country, especially on the first years after the military regime end and resumption of democracy. The study is performed through the critic analysis of the corpus and bibliographical research, under four main theoretical and methodological contributions: 1. The discourse theory from Ernesto Laclau, mainly on the concept of "hegemonic discourses", 2. The semiotic discourse, used in its most fundamental aspects to verify the sense construction around the ex president in the texts verbi-visuals. 3. To the results obtained in the study of the corpus is added other analysis based on the historiographical, sociological, political and communicational critic, according to authors as Florestan Fernandes, Bernardo Kucinski, Alfred Stepan, Bolivar Lamounier, Thomas Skidmore, Maria H. Alves, Basilio Sallum Jr., Ciro Marcondes Filho and others that deal with the cultural industry subject areas.

Key words: Tancredo Neves, discursive analysis, *Veja* magazine, *Manchete* magazine, media hero, hegemonic discourse, democratic transition.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 Tancredo Neves e o discurso hegemônico da conciliação no contexto da transição democrática	28
1.1 Os discursos hegemônicos como estratégia de poder	31
1.2 O processo de “abertura”: a “ <i>Glasnost</i> brasileira”	32
1.3 De Figueiredo a Tancredo: a retórica da grande conciliação nacional	47
1.4 A transição conservadora	76
Capítulo 2 Fatos e versões	82
2.1 Da Anistia às “Diretas Já”: entre distorções e silenciamentos	83
2.2 A “metamorfose” de Figueiredo e dos militares	104
2.3 A Aliança Democrática: passado e presente fundidos e confundidos	113
Capítulo 3 Do liberalismo de <i>Veja</i> ao adesismo de <i>Manchete</i>: o jornalismo na defesa dos interesses econômicos	123
3.1 Notícia: um produto à venda	124
3.2 Imprensa e indústria cultural no Brasil	127
3.3 Os interesses econômicos de <i>Veja</i> e <i>Manchete</i> no contexto da “abertura”	140
Capítulo 4 A construção do herói conciliador	165
4.1 Tancredo para <i>Veja</i> : “Indispensável”	169
4.2 Tancredo: “Aconteceu, virou <i>Manchete</i> ”	199
4.3 Tancredo: um produto à venda	226
Conclusão	237
Bibliografia	253



“É fundamental que se procure saber sempre por quem determinado personagem histórico é considerado herói; por que ele merece essa classificação; quais as variações de significado e importância que o herói assume em situações históricas determinadas.

Além disso, é importante tentar descobrir o que os heróis queriam realmente... as condições de criação e recriação do herói por quem está interessado em fazer uso dele... o herói deve se devolvido a seu tempo, posto em confronto com os valores dominantes em seu meio...”
(Paulo Miceli, 1989).

INTRODUÇÃO

2010 marcou o centenário de nascimento e os 25 anos da morte de Tancredo Neves. Porém ainda este ano, em uma espécie de comemoração prolongada, realizaram-se em todo o país exposições, shows, lançamentos de livros e inaugurações em homenagem àquele que no imaginário coletivo foi sem nunca ter sido - o maior presidente da história do Brasil. O simples fato de tanto tempo depois invocar-se seu nome em comemorações oficiais é bastante revelador da força que ele imprimiu na memória nacional.

Segundo o historiador francês Philippe Raynaud, "comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento", algo que "indica a idéia de uma ligação entre os homens, fundada sobre a memória". [...] É exatamente porque permitem legitimar e atualizar identidades que as comemorações públicas ocupam lugar central no universo político contemporâneo. Comemorar tem a ver com o passado, mas principalmente com o futuro. Procuram-se meios de retirar o passado do esquecimento com o objetivo de descobrir perspectivas novas e positivas. (FERREIRA, M, 2002).

Eleito depois de 20 anos de autoritarismo militar e em meio a uma das maiores crises econômicas e sociais da história do país, o tradicional político mineiro empunhou as bandeiras da grande conciliação nacional e da redemocratização, personificando as esperanças de milhões de brasileiros que viam nele, tal como foi apresentado pelos seus partidários e pela mídia, uma espécie de salvador da pátria. Tancredo foi homem transformado em herói, figura que deveria reconduzir o Brasil à democracia e promover profundas mudanças para melhorar o país, atendendo aos anseios de toda a sociedade, independente das diferenças econômicas, culturais, políticas e dos conflitos entre os grupos que a constituíam.

A fórmula se resumia em uma palavra mágica: conciliação, que repetida à exaustão adquiriu *status* de verdade inquestionável. Segundo pregavam Tancredo e seus aliados, a grande união nacional, expressa por meio de um pacto, proporcionaria uma trégua nos conflitos entre classes e segmentos

sociais e políticos e criaria um ambiente de entendimento e paz necessário à resolução dos problemas por parte do governo federal.¹

A conciliação proposta por Tancredo incluía trabalhadores, empresários, movimentos sociais, entidades representativas de classe, profissionais liberais e também os militares no poder. Apelando para o mito do brasileiro como povo cordial, tolerante e que não cultiva ressentimentos, propunha apagar o passado de prisões arbitrárias, cerceamento das liberdades civis, torturas e mortes cometidas pelos militares, em nome de uma transição negociada e ordeira do regime autoritário para o democrático.

Esse projeto pacificador pode ser bem entendido se levarmos em consideração o tenso equilíbrio de forças políticas naquele momento. De um lado o governo e seu partido oficial, o PDS, representantes da direita. Do outro as oposições lideradas pelo PMDB, do qual Tancredo emerge como líder. Ele pertencia à ala moderada/conservadora do partido, que disputava a hegemonia interna com a ala “autêntica”, situada mais à esquerda do espectro político-ideológico. Também eram de esquerda os outros dois importantes partidos oposicionistas: o PDT de Leonel Brizola e o PT, de Lula. Cada um desses partidos e facções tentava conquistar o poder naquele complexo cenário da transição, o que causava um clima de instabilidade latente.

Os “autênticos” do PMDB, parte do PDT e o PT se opunham à ideia de conciliar com o governo. Queriam que o regime fosse simplesmente liquidado e todo o “entulho autoritário” varrido da estrutura do Estado. Já os moderados e conservadores do PMDB defendiam uma transição pactuada com os militares, em que ambas as partes abririam mão de alguns benefícios para preservar outros. Para os integrantes do regime, a principal questão era a garantia de não julgamento dos crimes do passado.

¹ Durante a campanha a presidência, em 1984, Tancredo propõe um amplo pacto social a ser colocado em vigor no seu futuro governo, porém a ideia de uma grande conciliação nacional era defendida por ele desde muito antes. Já no final do mandato de Geisel e, principalmente, na administração Figueiredo, o político mineiro propunha o “entendimento” dos mais diferentes segmentos sociais e políticos (especialmente a oposição moderada/conservadora) com o governo militar.

A forma conciliada de transição também afastaria o risco de sobressaltos e ruptura na ordem vigente, que garantia sempre às elites política e econômica o controle sobre o Estado, pois caso o processo fosse conduzido pela extrema-direita ou pela esquerda poderiam ocorrer mudanças mais profundas e prejudiciais a esses interesses.²

Vê-se, portanto, o sentido da conciliação: um acordo amplo na fachada, que usava como justificativa a mudança para o regime democrático, mas na sua essência restrita às elites que, por meio de negociações de bastidores, deixaram de fora das discussões a maior parte da população. Isso levou a uma transição conservadora, com poucas mudanças e preservando no poder boa

² Falar em direita e esquerda, como dicotomia fundamental do espectro político-ideológico, suscita uma série de questionamentos de sua validade por conta das transformações sociais e políticas ocorridas no mundo nas últimas três décadas, principalmente como o fim dos regimes comunistas ou totalitários e a chamada “crise das ideologias”. É certo que a sociedade se tornou mais complexa, comportando inúmeras matizes de posicionamento no jogo das disputas pelo poder, não só entre partidos, mas incluindo também outros segmentos sociais com atuação política, como empresários, sindicatos, movimentos sindicais, imprensa etc. Porém, apesar de toda essa complexidade, Norberto Bobbio, um dos mais respeitados cientistas políticos do século XX, em um livro lançado em 1995 (*Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*) defende a manutenção dessa dicotomia como elemento **base** para se entender os posicionamentos no campo da disputa política, não desconsiderando a existência de posições intermediárias e extremadas. Bobbio justifica a existência dessa contraposição elementar baseada em dois pontos em relação aos quais se distinguem as posições de esquerda e direita: a questão da igualdade x desigualdade e a da liberdade x autoridade. Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise minuciosa e matizada do posicionamento político dos agentes históricos no processo de transição. Penso ser satisfatório indicar, em termos gerais, onde eles se enquadram, tendo por base suas convicções políticas fundamentais. Nesse sentido, é bastante útil uma caracterização que Bresser Pereira fez da direita, centro e esquerda, em 1978, e que, grosso modo, se aplica até o período final da transição. Deve-se considerar, entretanto, que nesse momento o PT ainda não havia sido fundado, porém, ao meu ver, ele se enquadraria no que o autor denomina de “esquerda democrática”. Assim, em sua caracterização, “A direita autoritária, como a esquerda autoritária, é burocrática e deseja o poder sem limitações. A diferença está que no Brasil a direita autoritária tem sido dominante nos quadros governamentais desde 1964, enquanto a esquerda autoritária jamais chegou ao poder neste país. Já a direita é constituída dos liberais que estão sempre a fazer concessões ao autoritarismo, desde que isto seja necessário para defender o Capitalismo. Para a direita o valor maior é o capitalismo; o autoritarismo, como o liberalismo, podem ser meios para garantir a acumulação capitalista. O grosso dos políticos da Arena enquadra-se nessa categoria. Uma parcela ponderável, mas instável da burguesia brasileira também se enquadra nessa categoria. Instável porque especialmente os elementos da média burguesia podem optar por uma política de centro. O centro obviamente não é eqüidistante. É também capitalista, mas legitimamente democrático e preocupado com o social. O grosso do MDB encontra-se nessa categoria. Grande parte da tecnoburocracia também pode ser aí quadrada. E a partir de 1974 assistimos a um número crescente de empresários burgueses caminharem no sentido do centro. A esquerda democrática, finalmente, inclui desde a social-democracia e o trabalhismo até a esquerda revolucionária por via legal e democrática. Os líderes sindicais autênticos, os autênticos do MDB, o novo PTB em gestação no exterior incluem-se nessa categoria. Almejam o socialismo, embora estejam conscientes da necessidade de conviver com o capitalismo sob várias formas. São nacionalistas, mas reconhecem que as empresas multinacionais têm um papel importante ainda que contraditório no desenvolvimento econômico do país.

parte da cúpula militar e política do regime autoritário. Como bem observou Francisco Weffort (1984. p. 59), o que se via naquele momento era uma disputa pelo poder, na qual a palavra democracia era usada por todos os grupos para justificar todo tipo de projeto:

A luta política no Brasil de hoje é tanto uma luta pelo poder quanto uma luta em torno do significado da democracia. Em outras palavras: a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder. É por isso que todos (ou quase todos) têm de incluir entre seus objetivos a conquista da democracia ou para os setores mais ligados ao regime, o aprimoramento da democracia [...] A luta política no Brasil, hoje, é tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia.

Foi uma transição essencialmente conservadora pela predominância de forças que transitavam do centro à direita do espectro político-ideológico. Nessa graduação inserem-se todos aqueles que, na situação ou na oposição, se classificavam como moderados, lugar ambíguo que, assim como a palavra democracia, também permitia múltiplas apropriações, caracterizando uma espécie de estado nebuloso entre mudança e continuidade.

Nesse extrato se inseria Tancredo Neves, que usou sua imagem pública³ de moderado, cultivada, ao longo de 50 anos de vida política, para se apresentar naquele momento como o melhor dos dois mundos, passado e futuro, uma síntese do que deveria ser o novo regime: sem retrocessos, mas também sem mudanças profundas que poderiam, segundo ele, gerar mais instabilidade. Porém, nessa equação, a sociedade brasileira foi levada pela propaganda oficial e pela mídia a crer em um Tancredo muito mais moderno e progressista do que realmente ele era. Mas a face continuista e conservadora

³ Ao me referir, ao longo deste trabalho, à noção de “imagem pública”, ou simplesmente “imagem”, no mesmo significado, o faço segundo a concepção trabalhada por Gomes (2004) vinculada ao sentido de um *ethos* característico. Para o autor, o termo “imagem” deve ser pensado como uma espécie de “representação ou apresentação de algo da ordem da realidade” que “não designa um fato plástico ou visual, mas um fato cognitivo, conceitual” (p. 245-247). Assim, “A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Em primeiro lugar, as noções que essas concepções coletivas contêm se referem a propriedades estáveis que estruturam o sujeito, *éthe* no sentido aristotélico do termo, isto é, caráter. [...] Formar uma imagem é, portanto, reconhecer um conjunto de propriedades como características de determinadas instituições e atores políticos – um ‘reconhecimento’ que, a bem da verdade, é uma atribuição. [...] A rigor, chamamos de imagem de alguém ou de algo aquilo que algo ou alguém nos parece ser.” (p. 254-259).

da “Nova República” não demoraria a aparecer. O novo não era tão novo assim. Raimundo Faoro já dizia na época (1984, p. 10-11):

Não haverá surpresas acerta do tipo de moldura do governo que nos espera. [...] quando se planta um pé de laranja colher-se-á, se boa a safra, laranjas. Seria ingenuidade imaginar que o governo Tancredo possa ser algo muito diferente da face que Tancredo já nos apresenta no cenário político. [...] governo conservador, portanto sem a brutalidade repressiva recente, contanto que as reformas não turbem a paz pública. [...] Progresso só dentro da ordem, unicamente se não comprometer a ordem. Ordem, no caso, vai desde segurança nacional, com sua doutrina do terror, até o conceito de greve.

Tancredo era, efetivamente, mais um político conservador do que um progressista. Algumas vezes neste trabalho me refiro a ele como moderado, porém é preciso deixar claro que sua moderação é predominantemente uma graduação do seu conservadorismo do que de seu progressismo.

Mineiro de São João Del Rey, de família centenária, casado com Risoleta, filha de grandes fazendeiros, Tancredo nasceu em 1910 e cresceu impregnado pelo tradicionalismo que as cidades coloniais mineiras transpiram mais que quaisquer outras. Era profundamente católico, moralista nos costumes, anticomunista e adepto do ideário liberal, como boa parte da elite econômica e social da sua época. De temperamento ameno, tinha aversão a grandes mudanças que abalassem a estabilidade social. Odiava radicalismos, tanto conservadores quanto modernizantes: achava que as mudanças faziam parte da evolução da sociedade, desde que fossem feitas de forma comedida, devagar, sem rupturas e que não representassem uma guinada no *status quo*, tal como professavam as ideologias de esquerda, consideradas por ele causadoras de conflitos e de deterioração da sociedade.

Um trecho do relatório que produziu em 1947, como deputado estadual, para a elaboração da nova Constituição de Minas Gerais indica como, para ele, a ideia de progresso estava vinculada à de ordem (In: DELGADO, 2010, p. 85):

De nada valem as Constituições, por mais brilhantes e bem ordenadas, se [...] elas não refletem as aspirações, as necessidades e os sentimentos dos que deverão respeitá-las e amá-las, transmudam-se em um alinhavado de princípios hirtos e sem vida, destinados, na prática, a ser burlados, gerando desajustamentos, inquietações e conflitos de funestas consequências. Deixam de ser instrumentos de progresso, se transformam em meios eficientes da desordem e da desagregação, propiciando o clima para as manifestações do reacionarismo tacanho ou do radicalismo insensato.

Formado em Direito, Tancredo começou na política aos 25 anos como vereador em São João del Rey. Dois anos depois, em 1937, com a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas manda fechar todos os órgãos legislativos do país e Tancredo perde o mandato. Em 1947 é eleito deputado estadual, cargo no qual permaneceu até 1950, quando conseguiu uma vaga na Câmara Federal. Em 1953 é convidado pelo mesmo Vargas para ser Ministro da Justiça em seu segundo governo. Com a morte do presidente, um ano depois, Tancredo reassume seu mandato de deputado federal e passa a ajudar na articulação da campanha de Juscelino Kubitschek à presidência.

Em 1960 concorreu ao governo mineiro, mas perdeu. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, que tinha sido eleito oito meses antes, Tancredo ajudou nas negociações que possibilitaram ao vice, João Goulart, assumir a presidência, depois que os ministros militares vetaram a sua posse. A solução encontrada foi alterar a Constituição e instaurar o regime parlamentarista. Goulart indicou Tancredo como primeiro-ministro, cargo que ocupou até 1962.

De 1963 a 1974, reelegeu-se três vezes deputado federal. Saiu em 1975, quando conquistou uma vaga no senado. Em 1982 venceu a disputa ao governo de Minas, mas ficaria no cargo somente um ano e meio, até agosto de 1984, quando foi lançado à presidência da República pela aliança PMDB/Frente Liberal.

Tancredo tinha uma concepção tradicional do exercício da política. Achava que o homem público só deveria assumir altos cargos depois de ter passado por todos os outros de menor relevância, como etapas a serem cumpridas para lhe dar maturidade e competência. Uma espécie de linha evolutiva que resultaria em uma política feita pelos mais bem preparados.

Valorizava a política da negociação, dos cochichos ao pé do ouvido, da conciliação de interesses na busca por um denominador que, supostamente, satisfizesse as duas partes.

Não a concebia [a política] como realização de um modelo ideal de convivência, mas como administração de conflitos. A prática da conciliação só poderia ser eficiente caso os políticos negociassem com conhecimento adequado dos interesses em jogo. O exercício da política em seus vários níveis- no município, no estado, na esfera federal, no legislativo e no executivo- serviria como aprendizado insubstituível para avaliação do peso relativo dos interesses em confronto e das medidas e concessões mútuas a serem feitas. (DELGADO, 1985, p. 37).

Para a historiadora e sobrinha de Tancredo, Lucília Delgado (*ibidem*, p. 34), a relação conservadorismo/progressismo do ex-presidente e sua política conciliatória têm a ver com a própria dialética de mesmo gênero que marcou a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX:

O novo e o velho, o tradicional e o moderno, convivem na economia e nas relações sociais, muitas vezes contraditoriamente. [...] para Tancredo, a política [...] não poderia perder de vista as ambiguidades e contradições geradas ao longo do processo de modernização. Deveria [através da conciliação] buscar harmonizar o maior número de demandas e interesses.

Dessa forma é que

O liberal Tancredo tinha, então, um pé no passado e outro no futuro. Valorizava e defendia o avanço simultâneo da modernização econômica e da democracia. Julgava, no entanto, que as mudanças deviam ser graduais, sem rupturas violentas do tecido social. (*idem, ibidem*, p. 46).

Tancredo ficou conhecido no meio político como homem moderado, sábio e conciliador, imagem que ele próprio fez questão de promover ao longo de sua vida, reforçando exaustivamente o mito da “mineiridade” (usado também pela mídia na construção de sua imagem), ou seja, um conjunto de características atribuídas aos nativos das Minas Gerais, lapidadas inicialmente pelos mineradores, no tempo do Império, e depois evocadas pela elite republicana na tentativa de unir, sob uma identidade forte, um estado pouco

coes: “Trata-se de uma construção discursiva vinculada à concepção de uma regionalidade, que é definida por certas peculiaridades históricas, econômicas e sociais.” (LYSARDO-DIAS, s.d, p. 03). De acordo com Maria Cláudia Santos (s.d),

Estudiosos, como Dulci (1998), definem a chamada mineiridade como a união de diversos elementos que constituem o povo de Minas, como o apego à tradição, a valorização da ordem, a prudência e o espírito conciliador. Mineiros como Tancredo Neves seriam dotados, ainda, de uma capacidade singular de acomodar-se às circunstâncias e, ao mesmo tempo, de fazer mudanças. A habilidade e a paciência, como estratégias para o alcance de objetivos políticos com menor custo, encerrariam o conjunto de traços definidores da mineiridade.

Outra característica reforçada no mito da “mineiridade” advém da Inconfidência:

Segundo Arruda, esse movimento de contestação forjou “a idéia de que os mineiros reagem a todas as formas de despotismo, em nome da liberdade” [...] já que ele foi associado ao caráter politizado e rebelde dos mineiros. A figura mítica de Tiradentes continua a ecoar no papel político das Minas Gerais e foi de alguma forma atualizada por ocasião da doença e morte de Tancredo Neves. Ambos são tomados como representativos do espírito inquieto do mineiro e de seu gosto pela luta em favor da liberdade. (LYSARDO-DIAS, s.d, p. 03).

Assim, sempre que era chamado a pronunciar-se publicamente, Tancredo tratava de reforçar o perfil idealizado dos mineiros. Dizia:

O Político mineiro se destaca, no conjunto dos políticos brasileiros, por aquilo que chamamos mineiridade. [...] Ele nunca é radical. Não há políticos mineiros radicais. Ele se encontra sempre numa linha de ponderação, de tranquilidade e de muita segurança nas decisões. (apud NUNES, 1988, p. 13)

Para ele, os mineiros tinham tradicionalmente (e naturalmente) um papel de destaque na história:

Quando a nação mergulha em crise, quando mergulha nas borrascas da construção democrática, nós mineiros, como que impelidos por uma força estranha, somos levados a ocupar lugar de destaque no proscênio. (idem, ibidem, p. 13)

Impossível não notar nessa sua concepção a similaridade com a figura do herói e o contexto no qual ela surge, tal como nos fala o historiador Sidney Hook (1962, p. 18):

Quem quer que nos salve é um herói, e nas conjunturas da ação política os homens estão sempre procurando alguém que os salve. Uma crise aguda nos negócios sociais e políticos- quando alguma coisa deve ser feita rapidamente- naturalmente intensifica o interesse pelo herói. Independente de cor política, a esperança na solução de uma crise está sempre ligada à esperança no aparecimento de liderança forte ou esclarecida para arrostar as dificuldades e perigos.

O apego de Tancredo à tradição e ao mito da “mineiridade” se evidenciava também no culto àqueles que ele considerava grandes homens, grandes heróis que Minas teria produzido e que influenciaram os destinos do país. O mais famoso deles, seu conterrâneo são-joanense, Tiradentes, citado em nove de cada dez discursos seus, discursos, aliás, característicos do político tradicional brasileiro da “velha guarda”, com seu estilo rebuscado e grandiloquente.

Ao engrandecer os heróis nacionais oriundos de Minas, com suas qualidades características do povo daquela terra, Tancredo construía também sua própria imagem à semelhança deles, ou seja, atribuía a si, por associação, as mesmas características que, segundo o mito, forjaram esses grandes líderes, como a coragem, o sentimento de patriotismo, o ideal de liberdade, a sabedoria, a moderação.

Ele reconhecia, portanto, o peso que tinha a figura do herói no imaginário nacional, e tratava de cultivá-la. Em 1980, quando era senador, lançou um livro intitulado “Vultos da cultura mineira”, uma coletânea de discurso nos quais fazia apologia dos grandes nomes da política e das artes, posicionando-os no mais alto degrau da hierarquia social.

Esse pensamento é impregnado de uma concepção elitista de sociedade, em que existe sempre um conjunto de pessoas diferenciadas, mais destacadas, mais bem preparadas, mais talentosas, que não só merecem, mas **devem** ser reverenciadas e ocupar a liderança da vida social e política do país.

Essa ideia de “elite esclarecida”- que restringe a participação popular- é um ponto-chave para compreender o modelo de política que pautaria a transição e que foi acampado por *Veja* e *Manchete*. Segundo Delgado (1985, p. 38), Tancredo

Sempre julgou ser a política a instância eficaz para a solução dos problemas econômicos e sociais. Conseqüentemente , atribuía às elites políticas o papel de direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade. Nesse sentido, essas elites deveriam estar constantemente como que antecipando os movimentos de reivindicações e demandas dos diferentes grupos de interesse.

Para completar esse panorama sobre a forma como concebia a política e como atuou no processo de instauração de um novo regime, é preciso esclarecer que tipo de projeto ele julgava ser desejável para o Brasil naquele começo da década de 1980: um modelo de democracia liberal, baseada na economia capitalista de mercado e no reduzido papel intervencionista do Estado, que deveria se preocupar em estimular a livre iniciativa e o tratamento dos conflitos entre patrões e empregados no âmbito privado. Um modelo que também preservaria os direitos políticos e sociais básicos da democracia burguesa (idem, ibidem, p. 40-41).

Com essa imagem pública de conservador e progressista ao mesmo tempo, de hábil negociador, e empunhando a bandeira da conciliação, Tancredo foi alçado pelos seus pares e pela grande mídia como a solução para todos os males. Ele, que nunca foi um político popular, nem no sentido do entusiasmo despertado nem na proximidade física com o povo, de repente se viu no meio de uma das maiores mobilizações de massa da história do país. Sua candidatura à presidência, em 1984, levou milhões de pessoas aos comícios, realizados para dar a ele credibilidade e legitimidade já que a eleição era indireta. Tancredo virou, da noite para o dia, um ídolo capaz de despertar paixões em quase todos os segmentos sociais, amparado pela maior estratégia de marketing político já realizada no país até aquela data e pelo apoio decisivo dos meios de comunicação.

Apesar dos acordos realizados com os militares, garantindo a eles todos os privilégios na “Nova República”, a imagem de Tancredo foi completamente dissociada do velho regime. Ele era apresentado como o fundador de uma nova era. Porém, com a sua vitória no Colégio Eleitoral sobre Maluf, a conciliação de elites conseguiria efetivar, em certa medida, o próprio projeto de dos militares de realizar uma transição “lenta, gradual e segura”.

A imagem heroificada, que começou a ser construída mesmo antes da campanha, se intensificou na reta final até chegar ao auge durante a doença e a morte do presidente eleito, que não resistiu a quase quarenta dias de sofrimento, várias cirurgias (às quais a imprensa imputou uma série de erros médicos), e a uma infecção generalizada devastadora, que o impediu de tomar posse. A histeria coletiva que se viu por todo o país, amplificada pela mídia, transformou Tancredo em herói nacional: o homem que lutou, sofreu e morreu para devolver a democracia ao seu povo.

As charges de dois dos maiores cartunistas do país, Chico Caruso e Ziraldo, captavam bem o sentimento coletivo, potencializado pelos meios de comunicação em uma narrativa romanceada:



Chico Caruso



Chico Caruso



Chico Caruso



Chico Caruso



Ziraldo

Tancredo é, primeiro, o mocinho corajoso e poderoso que enfrenta o vilão Maluf. Vencido o adversário, ele se transforma, tal como o famoso quadro de Delacroix, na musa da liberdade que, ao lado dos seus aliados, guia o povo por sobre os corpos dos inimigos, ou ainda, a noiva democracia que espera ansiosa o momento da união com o seu amado Brasil. Com a morte, ele vira, assim como Cristo, o mártir cujo sofrimento serviu a um fim nobre: salvar o seus irmãos. Sacrifício, reconhecido pelo povo que, agradecido, confere a ele um lugar eterno na memória nacional.

Uma pesquisa feita com estudantes em 1988 pelo historiador Paulo Miceli (1989, p. 10-24) mostra a dimensão que a mídia tem na conformação dos imaginários. Eles foram instruídos a responder livremente a seguinte questão: quem é seu herói preferido?

Tancredo ficou em segundo lugar, ao lado de Dom Pedro I, e à frente até de Jesus. Perdia em popularidade somente para ninguém mais, ninguém menos, que o maior herói nacional: Tiradentes. Na lista também aparecem outras figuras políticas e midiáticas: Sarney e seu ministro da economia, Dilson Funaro, o personagem McGiver, da série de TV “Profissão Perigo”, e o apresentador César Filho. Para Miceli (*ibidem*, p. 20),

O acontecimento histórico assume, assim, graças aos meios de comunicação de massa [para o autor principalmente a TV], uma nova dimensão: isso faz, por exemplo, crianças que jamais se interessariam espontaneamente pelos rumos da política nacional participarem de uma veneração coletiva. Em sua memória inscreveu-se a imagem da multidão que chorava *pela morte de uma esperança...*

A imagem de Tancredo Neves como herói sobrevive ainda hoje, vinte e cinco anos depois, ao nomear ruas, praças, escolas, monumentos, cidades, pontes, conjuntos habitacionais, aeroportos, rodoviárias, centros administrativos, cooperativas. Foi usada e abusada pelos partidos que disputavam a herança do morto ilustre- o PMDB, o PFL (atual Democratas) e o PSDB (dissidente do PMDB)- sempre que precisavam agregar mais valor à sua própria imagem, principalmente em épocas de disputas eleitorais.

Aliás, essa prática vem de uma longa tradição histórica no Brasil. Como analisou José Murilo de Carvalho (1990), durante o processo de instauração da República, em 1889, houve uma intensa disputa na utilização de símbolos e mitos nacionais, primeiro entre monarquistas e republicanos e, depois de instalado o novo regime, entre as diversas correntes republicanas: os liberais, os jacobinos e os positivistas. Cada uma delas promovia uma reapropriação da imagem dos heróis da pátria para tentar legitimar o regime conforme sua orientação político-ideológica.

Era, portanto, uma disputa discursiva pela hegemonia, “[...] uma batalha em torno da imagem do novo regime cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”, diz o autor (p. 10). Nesse processo é que a imagem de Tiradentes foi ressuscitada, depois de um período de relativo esquecimento, para se transformar, cem anos depois da sua morte, no grande símbolo da República. De acordo com Feijó (1984, p. 49),

O herói na história é mais uma fascinante aventura da invenção humana; só que com um agravante: passa por elaboração racional, ganha foros de verdade, separa-se do mito, da poesia, da imaginação e serve à ideologia dominante.

E a história do Brasil está cheia desses heróis:

Cabral, o que descobriu; [...] Anchieta o que catequizou; Tiradentes, o que antecipou; D. Pedro I, o que gritou; [...] princesa Isabel, a que redentou; Caxias, o que espadou; Deodoro, o que proclamou; [...] Getúlio, o que se matou; Pelé, o que marcou, e Roberta Close, a que mudou... (FEIJÓ, 1984, p. 45-46).

Lembremos ainda de Juscelino, o que modernizou e, claro, de Tancredo, o que redemocratizou. Em alguns desses casos vemos a influência dos meios de comunicação: Getúlio, através da propaganda oficial e dos veículos privados que patrocinava- sendo o jornal *Última Hora* o mais importante deles- saiu da vida para entrar na história como o pai dos pobres (PARANHOS, 1999; LAURENZA, 2008). Juscelino virou, nas páginas das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, o líder que tirou o Brasil do atraso e o colocou nos trilhos do

progresso (ABREU, A 2002; BIZELLO, 2008; OLIVEIRA, L, 2002). E Tancredo, a exemplo de seu mentor político, Vargas, também saiu da vida para ganhar um lugar no panteão dos heróis nacionais como o mártir da democracia.

Isso sem falar de exemplos mais recentes: o presidente Collor cuja imagem pública do jovem e dinâmico caçador de marajás veiculada pelos meios de comunicação deu lugar, com mesma rapidez, à de corrupto e desequilibrado (FERREIRA, S, 1996; JOSÉ, 1996), o que lhe custou não a vida, mas um ostracismo de anos até voltar ao cenário político nacional como senador pelo seu estado, Alagoas, onde, “por coincidência”, é dono de jornais e emissoras de TV, os instrumentos mais cobiçados hoje em dia por quem deseja fazer carreira política. Tem-se ainda a construção da imagem positiva e negativa de Lula pela imprensa, desde 1989 (PRADO e RAMALDES, 2007; 2009, RUBIM, 2003).

Fica clara não só a dimensão política que a mídia exerce, influenciando leitores e expectadores e interferindo nos rumos do país, como também sua imbricação com o campo da história. Nesse sentido vale lembrar o historiador Pierre Nora (1976, p.181) que, ao falar sobre a televisão, nos permite, entretanto, compreender o papel que os meios de comunicação em geral adquiriram na contemporaneidade:

É aos mass media que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhe pertence. Nas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca sua presença e não pode evitar.

Se a mídia, como diz Nora, assumiu a primazia da historicidade dos acontecimentos, através da sua publicização, é inevitável pensar nela também como importante agente histórico criador de sentidos, que passam a povoar o imaginário coletivo, fixando-se em uma memória histórica que é, muitas vezes, manipulada segundo interesses de grupos em constantes disputas pelo poder.

Como pensar esse fenômeno popular e midiático em torno de Tancredo Neves, visto até então só em grandes momentos históricos de extrema comoção nacional como o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954? Como e por

quais motivos foi construída a imagem heroificada do político mineiro? Este é o problema central desta pesquisa, que analisa, mais especificamente, as duas maiores revistas semanais de informação do Brasil nos anos 80: *Veja* e *Manchete*.

Publicada pelo grupo Abril, o maior conglomerado gráfico da América Latina, *Veja* foi lançada em 1968, segundo o modelo consagrado das revistas americanas de informação *Times* e *Newsweek*. É uma revista de variedades, porém o carro chefe – o que lhe confere prestígio – sempre foi a cobertura política.

Destinada às classes médias e altas, *Veja* é a porta-voz do pensamento liberal econômico e político dos seus donos, os Civita. Tem um perfil assumidamente conservador, de direita, como avalia o ex-diretor de redação Augusto Nunes. Porém, para ele,

Uma direita esclarecida, democrata, liberal [...] Frontalmente contrária à censura, à tortura, às convulsões sociais, a movimentos armados e que defende, entre outros, o direito de propriedade, a ordem pública, as eleições diretas. (apud GAZZOTI, s.d.).

Uma “direita esclarecida” que se julga também pretensiosamente esclarecedora: segundo Victor Civita, a revista trazia, toda semana, “um retrato fiel do mundo a sua volta”, e se tornou “um instrumento essencial para que o brasileiro saiba e entenda o que está ocorrendo em seu universo” (*Veja*, 11/83, edição de 15 anos).

já *Manchete* experimentou o sucesso bem antes de *Veja*. Fundada em 1952, pelo gráfico ucraniano Adolpho Bloch, foi inspirada na francesa *Paris Match*. Nasceu (e morreu, em 2000), como uma revista essencialmente ilustrada, cujo maior mérito era o primor técnico no tratamento fotográfico de assuntos mais leves.

A revista não tinha a preocupação de aprofundar discussões políticas ou econômicas, embora desse atenção a essas duas editorias pela capacidade que tradicionalmente elas têm de conferir prestígio aos veículos, especialmente

quando eles possuem, como era o caso de *Manchete*, um time de articulistas famosos. Destinava-se também aos extratos de maior poder aquisitivo e, embora a linha editorial não fosse tão conservadora como a de *Veja*, o dono, Adolpho, que a comandava pessoalmente, não era exatamente o que se pode chamar de um progressista: era tão conservador quanto os Civita. Esteve sempre ao lado do poder, democrático ou autoritário, dele tirando vantagens econômicas em troca de favores editoriais. E se a revista ousava quebrar tabus ao abordar temas como sexo ou mudanças de padrões familiares, era por uma única razão: vendia mais.

O recorte temporal estudado vai da eleição de Tancredo ao governo de Minas Gerais, no final de 1982, até sua morte, em abril de 1985. É nesse período que o político mineiro começa a ganhar mais destaque nos meios de comunicação até se transformar na figura central da transição para o novo regime. Esses pouco mais de dois anos são o momento de maior ebullição na vida política brasileira desde 1964, com movimentos gigantescos como o das “Diretas Já” e da Anistia, com o fortalecimento dos partidos de esquerda e, consequentemente, o recrudescimento das disputas políticas e a interferência crescente nessa área de entidades como a OAB, a Igreja Católica e a imprensa.

A opção por esses dois veículos se deve ao fato de serem os maiores e mais influentes do seu gênero e por terem linhas editoriais distintas. Nesse sentido é interessante notar até que ponto, apesar dessas diferenças, sua postura em relação à construção da imagem heroificada de Tancredo foi semelhante e por quais motivos.

A hipótese central que procuro comprovar é a de que, primeiramente, esses veículos construíram uma imagem heroificada do ex-presidente como uma forma de fortalecer sua candidatura, pois ele era, naquele momento, o candidato que mais podia beneficiar os interesses econômicos dos grupos Abril e Bloch (e do grande empresariado em geral), conduzindo a transição para um novo regime de forma segura, conservadora, com algumas mudanças, mas sem sobressaltos ou rupturas da ordem vigente frente às ameaças da esquerda e da extrema-direita. Em suma, um regime que oferecesse melhores

condições econômicas, sociais e políticas para a expansão do capital. Em um segundo momento, alcançado esse propósito, a heroificação atinge seu máximo com a doença e a morte de Tancredo. Porém, agora, além de ter a função de solidificar a adesão da sociedade ao seu projeto (evitando que ele se perdesse em conflitos gerados pela instabilidade política que sua doença e morte criaram), o drama do presidente surgia para *Veja* e *Manchete* como uma rara oportunidade de aumentar rapidamente os lucros, explorando-o de forma espetacular, pois é a lógica da mercadoria que comanda essas empresas inseridas plenamente no sistema industrial de produção de bens culturais. Ou seja, se o investimento na imagem de Tancredo tinha um objetivo de retorno econômico a médio e longo prazo, a sua tragédia pessoal propiciou a realização de lucros em curtíssimo tempo.

O estudo é realizado através de análise discursiva do *corpus* e de pesquisa bibliográfica, sob três aportes teórico-metodológicos principais:

1. A teoria do discurso político, de Ernesto Laclau, sobretudo quanto ao conceito de hegemonia, ao qual se vincula a hipótese de trabalho. À medida que *Veja* e *Manchete* estavam afinadas com os interesses das elites da oposição moderada/conservadora (PMDB e Frente Liberal), elas construíram um discurso hegemonic sobre Tancredo Neves como legítimo representante da vontade popular e o único capaz de salvar o país da crise, através do grande projeto de conciliação nacional.

2. A semiótica discursiva, utilizada em seus aspectos mais fundamentais para verificar como são construídos os sentidos nos textos verbais e imagéticos em torno do ex-presidente e de outros personagens importantes naquele momento.

3. Aos resultados obtidos no estudo do *corpus* acrescenta-se uma outra análise baseada em autores que consideram a perspectiva da transição conservadora de regime, como Florestan Fernandes, Bernardo Kucinski, Alfred Stepan, Bolivar Lamounier, Thomas Skidmore, Maria Helena Moreira Alves e Basilio Sallum Jr. A intenção é mostrar como os discursos de *Veja* e *Manchete* se inserem no contexto social e político da época e como fatos importantes foram interpretados e utilizados na construção da imagem de Tancredo, de

acordo com seus interesses. Também faço, baseado em bibliografia específica, uma discussão acerca da inserção desses veículos na lógica da indústria cultural.

Dessa forma, o trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro traz uma contextualização histórica sobre o período da “abertura política”, nos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), processo esse fundamental para a compreensão do quadro político, econômico e social no qual Tancredo surge, primeiro como líder da oposição liberal que se aproxima do governo militar e com ele concilia, e depois, como candidato a presidência. Mostro os desdobramentos da política desses dois presidentes militares no rumo conservador que a transição adquiriu e sua influência no posicionamento das duas revistas estudadas.

No segundo capítulo, abordo a construção do discurso de *Veja* e *Manchete* sobre alguns assuntos-chave daquele contexto histórico, como a campanha das “Diretas Já”, da Anistia, a dissidência pedessista, a imagem dos presidentes Geisel e Figueiredo, do PT e da Igreja, em conformidade com as ideias de Tancredo e seu grupo. Realizo uma crítica desses discursos por meio de um cruzamento com a bibliografia historiográfica, sociológica e política do período, mostrando as ênfases, as omissões e as distorções de sentido operadas por esses veículos.

No terceiro capítulo aponto aqueles que considero os principais motivos dessa postura que as duas revistas adotaram naquele momento: a defesa dos seus interesses econômicos. Abordo a sua trajetória, especialmente no período da “abertura”, sob o ponto de vista da sua inserção no contexto de consolidação da indústria cultural brasileira.

O último capítulo é dedicado, mais especificamente, à análise discursiva de *Veja* e *Manchete* em relação a Tancredo Neves. Procuro mostrar quais os efeitos de sentido produzidos em torno de sua figura e por meio de quais recursos isso se realizou. Vemos aí a progressiva construção da imagem do herói salvador, do mártir e do santo. No final, retomo a discussão sobre os interesses econômicos desses dois veículos para analisar as razões do

tratamento espetacularizado que elas deram à cobertura da sua doença e morte.

Tendo em vista a relação entre os meios de comunicação e a história, no que se refere à esfera da política, acredito que esta pesquisa, na medida em que trabalha com um objeto da história recente do país, pode contribuir propondo reflexões úteis aos estudos comunicacionais e historiográficos.

As pesquisas sobre imprensa podem se beneficiar de análises historiográficas e políticas como auxiliares no entendimento mais profundo de fenômenos midiáticos, como a construção da imagem de um presidente, de seus aliados ou adversários. Podem também contribuir na medida em que se leva em consideração um fator importante: o campo da comunicação é dinâmico, dessa forma a análise de práticas midiáticas situadas no passado pode ajudar a entender melhor as práticas que temos hoje.

No caso desta pesquisa, em especial, é possível compreender a ação cada vez mais politicamente intervencionista que a imprensa adquire após o fim da censura, exercitando, em um ambiente de progressiva liberdade, o seu poder de influenciar os rumos do país. Como lembra o historiador, Marc Bloch (2002), olhar para o passado ajuda a compreender melhor o presente. É, em grande parte, para questões que se colocam hoje que os homens se voltam para o seu passado e o da sociedade.

Por outro lado, a historiografia também ganha com a perspectiva de ampliar as possibilidades de utilização da imprensa como fonte e objeto de estudo, de reconhecer mais explicitamente a importância dela como agente histórico e do uso das teorias da comunicação e da semiótica como referenciais para análises de casos em que a mídia se mostre relevante no processo histórico.

Capítulo 1

**Tancredo Neves e o discurso hegemônico da conciliação
no contexto da transição democrática**

O contexto histórico contemplado neste trabalho, no qual se inserem Tancredo Neves e a imprensa, foi marcado por um período de lentes, mas significativas mudanças nas relações entre Estado e sociedade, caracterizando um processo permeado por lutas populares e de grupos políticos que buscavam conquistar ou manter lugares de poder no novo cenário político-social que se desenhava: o cenário da redemocratização do país, que vivia sob o regime militar desde o golpe de 1964.

Os dez primeiros anos do regime de exceção se caracterizaram pelo rígido e violento controle sobre a sociedade civil e as instituições políticas, do qual o Ato Institucional número 5, de 1968, conhecido por sua truculência, é o melhor exemplo. As oposições, algumas organizadas em partidos políticos, se não foram totalmente silenciadas permaneceram extremamente cerceadas e quase esfaceladas (no caso das guerrilhas urbanas e rurais literalmente exterminadas). Apesar do autoritarismo, o regime contou durante muito tempo com o apoio de grande parte da sociedade, especialmente as classes média e alta, que colhiam os frutos do vertiginoso período de crescimento, o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973). Porém, o cenário econômico começou a mudar bruscamente na metade da década de 70, com sucessivas crises internacionais que atingiram o Brasil, e o que parecia sólido se desmanchou no ar.

Havia também outras mudanças de ordem política no interior do governo, das Forças Armadas e da sociedade civil que apontavam para um perigoso desgaste do poder estatal e para a inviabilidade da manutenção prolongada do regime autoritário. O governo percebeu que um plano de descompressão era necessário para que os militares continuassem no comando o maior tempo possível e que pudessem ter em suas mãos (ou sob seus fuzis) o controle do processo de transição para a democracia (STEPAN, 1986, 1988; SALLUN JR., 1996).

Assim, iniciou-se o complexo processo de “abertura”, com uma política de “distensão lenta, gradual e segura” (SIKDMORE, 1988, p. 315-408), do qual o apelo à grande conciliação nacional se tornaria, mais tarde, a pedra de toque,

e com o qual comungava a maior parte da oposição moderada/conservadora (Tancredo como seu maior expoente).

Tal processo foi marcado por várias idas e vindas, avanços e retrocessos e uma instabilidade que instaurava o medo permanente de uma radicalização, tanto da ultradireita (militares ultraconservadores, especialmente da chamada “linha dura”, que poderiam levar a um novo endurecimento do regime), quanto da esquerda, representada por partidos, facções partidárias e movimentos de cunho mais contestatório e popular (para uma grande parte da elite as esquerdas representavam a ameaça de instauração de um governo com características socialistas ou comunistas, dependendo do grau de radicalidade de seus membros).

Esse temor contribuiu para a mobilização de setores moderados e conservadores, tanto do governo quanto da oposição, no sentido da negociação de um grande pacto político-social que garantiria o avanço e a ordem no processo de transição. Em seus discursos, conciliação virou palavra de ordem, encampada também pela maior parte da mídia nacional, que passou a construir o noticiário sob o ideário da grande união nacional.

O ideal da redemocratização- especialmente no período final do regime-aglutinou as mais profundas esperanças de quase toda a sociedade, que sofria barbaramente com a crise econômica, a degradação das condições de vida, a repressão policial e a falta de liberdade. A democracia representava o sonho de uma transformação, da solução para todos os problemas, da ascensão do inferno ao paraíso. Para o grande empresariado, representava também a possibilidade de expandir os lucros em um sistema mais aberto e estável, bem como exercer uma influência maior sobre as políticas governamentais.

Assim, é possível entender o profundo entusiasmo que provocou a aparição de Tancredo como o homem capaz de concretizar esses sonhos e, especialmente para os segmentos mais abastados, de conduzir a transição sem conflitos e rupturas, conforme pregava a retórica da conciliação. Para a maior parte da população e da mídia, o político mineiro era o que mais tinha condições de levar o país a esse novo período de bonança. Como diz Thomas

Skidmore (1988, p. 487), Tancredo apareceu como o “novo Moisés, com a missão de conduzir o país do deserto da desesperança para uma nova Canaã”.

1.1 OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS COMO ESTRATÉGIA DE PODER

Antes de entrar na contextualização histórica do processo que se inicia na “abertura” e deságua na eleição e morte de Tancredo, convém apresentar, em linhas gerais, os conceitos-chave da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, que serão operacionalizados nos próximos capítulos, especialmente a questão dos “discursos hegemônicos”.

Para Laclau e Mouffe (1987, p. 162), o discurso não é algo meramente mental ou linguístico; apresenta concretude, na medida em que é “uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais”. Ou seja, discursos hegemônicos são tentativas de fixar sentidos parciais e provisórios em um campo social (mais precisamente o *campo da discursividade*) marcado por constantes disputas identitárias, por “um movimento contínuo de diferenças” (p. 208), o que os autores chamam de “excesso de sentido do social” (p.162.). Tenta-se, assim, dar um caráter de interesse comum a determinados projetos a partir da diminuição de significados particulares e diferenciais. São, portanto, “uma forma exemplar de atividade política que envolve a articulação de diferentes identidades em um projeto comum” (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000, p. 14). Isso é feito por meio de práticas articulatórias que constituem relações de equivalência entre identidades diversas desse campo, construindo uma totalização discursiva, uma espécie de consenso provisório.

Esse “fechamento” em uma totalização discursiva é realizado através de *pontos nodais*, que são “significantes vazios” (e antes de tudo “flutuantes”), ou seja, significantes que ao longo do tempo foram sendo preenchidos por múltiplos significados até perderem a capacidade de se referenciarem a um significado específico. Tornaram-se “significante sem significado” (LACLAU, 1996, p. 69) e, como tal, podem ser investidos de múltiplos sentidos. É o caso dos termos “ordem”, “mudança”, “democracia”, “povo”, que no decorrer da

história ganharam diversos significados, de acordo com os grupos que deles se serviam. Eles amarram, em uma cadeia, significantes diferentes e estabelecem um discurso universalizante através de um processo baseado no antagonismo em que determinada identidade é construída em oposição e negação a outra (um “inimigo comum”). Estabelece-se, assim, a “unidade da diferença”, por meio da fixação parcial (e provisória) dos sentidos (LACLAU; MOUFFE, 1987).

Dessa forma, demandas diferentes de um grupo são discursivamente articuladas, gerando uma equivalência de interesses a partir de um ponto nodal. As diferenças, típicas de todos os grupos sociais, são anuladas momentaneamente e dão lugar a um discurso consensual. Ou seja, o ponto de vista de parte de um desses grupos faz-se, em um contexto maior, predominante, hegemônico, pelo menos provisoriamente, pois o processo de criação de discursos hegemônicos é também dinâmico, em decorrência das próprias características do campo social, marcado por constantes disputas.

1.2 O PROCESSO DE “ABERTURA”: A “GLASNOST BRASILEIRA”

O processo de “abertura” começou efetivamente no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), tendo como principal arquiteto o ministro da casa civil, general Golbery do Couto e Silva. Porém, já existia desde o início da década de 70, no governo truculento de Médici (1969-1974), a percepção de que o grau de autoritarismo estava demasiadamente alto e que se faziam necessárias medidas liberalizantes (SKIDMORE, 1988, p. 322-324).⁴ Com Geisel, a “abertura” nasce enquanto política de “distensão”, como “um programa de medidas liberalizantes cuidadosamente controladas, definido no contexto do *slogan* oficial de ‘continuidade sem imobilidade’ (ALVES, 2005, p. 224), a ser desenvolvido em estágios:

⁴ De forma geral, todos os presidentes militares iniciavam o mandato prometendo levar adiante a liberalização. Porém, como mostram os fatos históricos, pelo menos até Geisel o que predominou foi o aumento constante da repressão.

haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguidas as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato institucional n° 05, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à constituição. (idem, ibidem, p. 224).

Ou, no esquema semelhante resumido por Bolívar Lamounier (2005, p. 163), a “abertura” tinha como objetivo inicial: “(1) revitalização da política, isto é, do processo eleitoral, dos partidos e do Congresso Nacional; (2) liberalização da imprensa; (3) contenção dos excessos cometidos por órgãos de segurança e repressão”.

Durante os primeiros anos do regime militar, a legitimidade do governo vinha do apoio que recebia de setores conservadores da alta burguesia e da classe média, que deram suporte ao golpe de 1964, atemorizados diante da “ameaça socialista” do governo João Goulart. Segundo a ideia inicial dos conspiradores, os militares agiriam para derrubar Jango, sanear o Estado do “radicalismo” e da “corrupção”, retomar o crescimento econômico e, em seguida, devolver o controle a um governo civil, o que foi sendo protelando, ano a ano.

No curto prazo, a prioridade seria dar conta dos dois principais problemas com que se enfrentavam as frações da burguesia e setores das classes médias no fim do governo de João Goulart (1961-1964): recuperar a capacidade de crescimento da economia e erradicar o estado de ativação popular que marcou o país na primeira metade da década de 1960. (LEMOS, 2011).

Nos anos seguintes, até o começo do governo Geisel, apesar da forte repressão, a legitimidade se mantinha ancorada no apoio dessas classes, fortemente vinculado ao “milagre econômico” que elevou o crescimento para índices de até 11% ao ano, com taxa de inflação relativamente baixa em relação ao governo anterior. Além disso, os setores conservadores ainda temiam a ação das esquerdas, principalmente pela via das guerrilhas urbanas e rurais, daí tolerarem o autoritarismo exacerbado.

Quando Geisel inicia seu mandato, os principais focos de contestação ao regime já tinham sido contidos e os setores que lhe davam sustentação (grande burguesia industrial nacional e multinacional e parte da classe média) ainda colhiam os frutos do “milagre econômico”. Não havia naquele momento inicial, uma pressão significativa e organizada da sociedade civil no sentido de contestação do regime e luta pela redemocratização (SOARES, 2006; STEPAN, 1986).

Entretanto, o período de crescimento econômico vertiginoso estava em uma situação de lusco-fusco: já se esgotava, porém os setores que dele se beneficiaram, ainda empolgados, demorariam um pouco para se darem conta da crise que se aproximava. Mas, segundo Maria Helena Alves (2005, p. 223), os estrategistas do governo já tinham consciência do aumento dessas dificuldades econômicas e passaram a se preocupar com novos mecanismos de manutenção do apoio social e político, já que a simples sustentação do poder pela força era ainda mais desgastante e ineficiente a longo prazo. De acordo com Soares (2006, p. 59),

O consentimento como base de legitimação política é distinto do silêncio imposto, das fortes repressões por parte do Estado. A capacidade de manter um apoio social de tal sorte que a obediência não dependa do uso recorrente da força é o que caracteriza a legitimidade, inserindo-se na delicada combinação de um máximo de consenso com um mínimo de coerção.

Assim, o projeto de liberalização de Geisel foi uma tentativa de avançar nos planos de institucionalização permanente do Estado autoritário (e consequentemente obter estabilidade), baseada na combinação da repressão seletiva (dirigida a grupos sociais e políticos que representavam maior perigo para o governo) com um grau comedido de liberdades que davam uma aparência de legalidade e normalidade institucional (como o funcionamento do legislativo, judiciário, eleições regulares, existência de partidos políticos, negociação de algumas demandas da oposição etc.).

Porém, apesar de indicar que esse processo levaria de forma “lenta, gradual e segura” à democracia, essa política não constituiu uma intenção real de democratização, mas sim a estratégia de atenuar o autoritarismo, sob o controle estrito do governo, que procurava minimizar os desgastes de anos de fechamento e violência, e possibilitar aos militares uma sobrevida no poder.

Tratava-se também de garantir, quando chegasse o momento de uma transição para um regime mais aberto, que o controle do Estado fosse passado a um presidente civil de confiança dos militares. A “abertura” era, para Lamounier (2005, p. 159), a “glasnost brasileira”, destinada mais a “oxigenar o sistema, corrigir rumos em áreas selecionadas e facilitar a contenção de eventuais excessos repressivos do que propriamente para mudá-lo”. Ou, segundo Soares (2006, p. 60), “Em algum momento o regime dever-se-ia esgotar e o impulso inicial para a transição seria o de institucionalizar sua transitoriedade”.

Para Maria Helena Alves (2005), o processo de institucionalização do Estado autoritário (que ela chama de “Estado de Segurança Nacional”) tem três fases. A primeira abrange os governos de Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), com o lançamento das bases do modelo econômico e a legalização de medidas autoritárias, como os expurgos e cassações, a reforma partidária, o fim das eleições diretas para presidente e governadores, as modificações no sistema eleitoral e judiciário. Essas medidas eram decretadas através dos atos institucionais e incorporadas depois à Constituição de 1967.

A segunda etapa vai de 1969 a 1973, durante o governo Médici. Foi a fase mais violenta do autoritarismo, com a instauração de um aparato repressivo organizado, devidamente incorporado ao sistema legal do Estado, que detinha poderes quase ditoriais, possibilitados pelo AI-5. Ao mesmo tempo, consolidou-se o modelo econômico que serviu de base para o “milagre”.

A terceira fase se inicia com Geisel e se estende até o governo Figueiredo, quando a “distensão” se transforma em um processo de “abertura”, ao ser influenciado profundamente pela relação dialética entre Estado e sociedade civil (partidos de oposição, movimentos classistas, imprensa, grupos populares): “O projeto foi claramente militar, mas o processo foi adquirindo uma

dinâmica que não poderia ser controlada, em sua totalidade, pelo regime.” (SOARES, 2006, p. 67).

A classe média convivia com o risco de empobrecer, ao mesmo tempo em que era fustigada pela falta de liberdade e pela repressão de grupos militares ultraconservadores que dominavam o aparato repressivo. A alta burguesia industrial, que havia se entusiasmado com as elevadas taxas de crescimento e lucro prometidas pela política econômica de Geisel, se desilidiu quando ela começou a fracassar.⁵

Nessas condições, conforme analisou Fernando Henrique Cardoso (1983), rompe-se o sistema de alianças que sustentava o regime militar, baseado no apoio do alto empresariado nacional e multinacional e de grande parte da classe média. Esses segmentos se unem a outros, como a imprensa, advogados, artistas e organizações de direitos humanos, nas reivindicações por mudanças no modelo econômico e pela democracia. No caso do alto empresariado, essa mudança de comportamento é muito significativa em relação ao grau de desgaste do governo se pensarmos que democracia não era, desde o começo, uma prioridade para esse segmento. Porém, o autoritarismo e a centralização do regime eram tão grandes que prejudicavam os negócios e limitavam a capacidade dessas empresas de influenciar as medidas econômicas conforme seu interesse. A partir daí passaram a falar em democracia (CARDOSO, idem, ibidem).

Em momentos posteriores, a alta burguesia voltou a apoiar ou criticar, pontualmente, medidas da política econômica, mas daí pra frente manteve sempre a postura de rejeição ao autoritarismo e de defesa da redemocratização que, afinal, julgava ser mais útil à expansão do capital. Porém, deixava claro que a “abertura” que defendia deveria ser feita sob a condução do próprio governo, “sob a liderança firme e bem intencionada do presidente João Figueiredo”, conforme expressa uma declaração pública de

⁵ Os setores representativos de classe obviamente são complexos demais para se considerar que pensem e ajam de forma homogênea. Porém, na impossibilidade de listar com precisão os indivíduos ou pequenas facções dissonantes do comportamento padrão, quando me refiro, às vezes, a alguns deles de forma generalizada, “a alta burguesia industrial”, “o grande empresariado”, assim o faço para expressar tendências majoritárias dentro desses setores, constatadas pelos autores citados. Até porque as discordâncias, mesmo em se tratando de setores amplos, são bastante pontuais e serão citadas quando forem relevantes para a compreensão de determinado aspecto do processo.

1978, assinada por alguns dos maiores empresários do país (apud CARDOSO, 1983, p. 19). Assim, a tutela do governo ajudaria a levar adiante a “abertura”, de forma segura, segundo os interesses de parte da elite econômica e política do país, combatendo a ameaça dos “radicais”, tanto da esquerda quanto da direita.

O problema dos extremistas militares de direita é aqui um dos pontos-chave para entender a construção do discurso hegemônico da grande conciliação, que acabou levando Tancredo Neves a ser eleito presidente em 1985, em uma transição de regime conservadora, que teve amplo apoio da sociedade e dos grandes veículos de comunicação.

A “linha dura” das Forças Armadas, como ficou conhecida, era composta predominantemente por ultraconservadores que consideravam a “abertura” uma ameaça ao poder dos militares. Foi a facção predominante nos governos de Costa e Silva (1967-1969) e Médici, em oposição à facção “castelista”, composta por seguidores do primeiro presidente, Castello Branco, considerados mais moderados em relação aos “duros”.⁶ Os militares ultraconservadores estavam vinculados à chamada “comunidade de segurança”, um conjunto importantíssimo de órgãos de inteligência, espionagem, repressão e tortura do qual faziam parte os temíveis DOI-CODI, Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna.

A intenção do presidente Geisel (ele próprio um “castelista”) era de neutralizar a crescente autonomia e descontrole que a “linha dura” estava adquirindo, a ponto de desobedecer ou agir à revelia do executivo. Os “duros” desafiavam a autoridade do governo com atos brutais de tortura e assassinatos. Além de contribuir para manchar ainda mais a imagem do regime junto à sociedade e prejudicar a sua já precária legitimidade, isso também trazia consequências sérias à estrutura das Forças Armadas. A crescente

⁶ Como lembra Codato (2005), no campo da divisão ideológica presente nas Forças Armadas, os “castelistas” são comumente classificados como “liberais” e os militares da “linha dura” como “radicais”, mas isso é impreciso, pois muitos atos autoritários e repressivos foram promovidos justamente nos governos de Castello Branco e Geisel. Segundo ele, “uma divisão desses grupos deveria associar os primeiros à institucionalização do regime e os últimos à administração da repressão” (p. 92). Ou, conforme Oliveira Ferreira, citado pelo autor, os “castelistas” seriam os que “agiram de acordo com a legalidade constitucional”, e os “duros”, “aqueles militares dispostos a intervir na política para estabelecer a lei e a ordem constitucional” (p. 92).

autonomização do aparelho repressor ameaçava dois pilares da instituição militar: a disciplina e a hierarquia.

O sistema de informações, e mais ainda o de repressão, havia criado mecanismos paralelos à cadeia de comando, o que provocava sérias distorções no padrão burocrático e verticalizado da estrutura militar (SOARES, 2006, p. 62).

Mesmo sendo uma instituição composta por grupos de diversas correntes ideológicas e, consequentemente, sujeita a disputas internas, as Forças Armadas costumam apresentar um grau alto de unidade, decorrente dos próprios valores hierárquicos e disciplinares. Porém, à medida que a presidência da República passa a ser ocupada por um alto oficial, dilui-se a diferenciação entre a “função política do Estado” (a presidência) e a “função repressora do Estado” (Ministério do Exército), possibilitando conflitos e divisões no seio da corporação (*ibidem*, p. 63).

A Presidência da República passou a constituir o último degrau da hierarquia militar, o que fatalmente motivou inúmeros conflitos entre grupos de poder no interior das Forças Armadas, constituindo fator de desagregação e de debilitamento da hierarquia. (*idem, ibidem* p. 63).

Vê-se, portanto, as consequências negativas para a ordem interna militar, com sua permanência prolongada no centro do poder político. Nesse sentido, o projeto de “abertura” também servia para preparar as bases da transferência “segura” do comando direto dos militares para um governo civil identificado com os “valores da revolução” de 1964. Ou seja, se preservaria a integridade da estrutura hierárquica da corporação e, ao mesmo tempo, os militares continuariam influenciando o governo. O trabalho do novo presidente seria facilitado, pois o autoritarismo necessário para a manutenção desses “valores” já teria sido institucionalizado de forma “lenta e gradual”. A ele e seus sucessores caberia equalizar esses recursos coercitivos com o necessário grau de liberdade para manutenção da legitimidade junto à sociedade.

Conforme a definição de Geisel, chegar-se-ia a uma “democracia relativa” ou “democracia forte”:

Nesse modelo de democracia relativa o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto, sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada. As instituições políticas, entretanto, seriam dotadas de suficiente flexibilidade para permitir uma participação limitada no processo decisório. (ALVES, 2005, p. 225).

1.2.1 O COMPLICADO JOGO POLÍTICO DO GOVERNO E O CRESCIMENTO DA OPOSIÇÃO

No governo Geisel o projeto de “distensão” nem sempre saiu como planejado, adquirindo mais um caráter de “processo”, de um jogo entre governo, oposição e sociedade civil, um reagindo às ações do outro, com o governo apelando sempre a casuismos para não perder o controle. Dessa forma, o que se viu foi um constante avanço e retrocesso de medidas repressivas e liberalizantes. Nas palavras de Ronaldo Costa Couto (1988, p.134), o presidente governava “com a abertura em uma das mãos e o AI-5 na outra. A flor e o chicote”.

Para Geisel e seu principal assessor, Golbery, conferir um grau maior de legitimidade ao governo passava necessariamente pela manutenção de uma normalidade eleitoral, com pleitos regulares e votação direta, o que dava a impressão de que havia liberdade e, assim sendo, haveria também legitimidade nos resultados. Mas era apenas aparência, pois o governo tratava sempre de garantir, por manobras escusas, a vitória do partido situacionista, a Arena.

O primeiro ato importante de Geisel no sentido da “distensão” foi a convocação de eleições parlamentares em 1974, com ampla participação popular, em um processo mais claro que as obscuras eleições anteriores, nas quais o governo exercia enormes pressões no eleitorado, por meio de intimidações, além de manipular os resultados. Isso provocou, ao longo dos anos, um desgaste na imagem do regime.

A vitória, dada sempre como certa pelo domínio da Arena no cenário político do país, levou o governo a afrouxar um pouco as regras do jogo. Na

campanha de 74, por exemplo, permitiu-se pela primeira vez o uso da propaganda e debates no rádio e na TV. Porém, para desespero da “linha dura” e surpresa do governo, a oposição (representada pelo MDB) conseguiu aumentar a sua representatividade no Congresso e nas assembleias estaduais. Depois de anos de fechamento e sem um termômetro eficiente para medir sua aceitação popular, o governo não pôde prever esse desfecho.

As eleições adquiriam, a partir daí, um caráter plebiscitário: o voto na oposição era uma forma de protesto da maior parte da sociedade que, privada em grande medida de outros canais, exprimia nas urnas o seu descontentamento com o regime. Votar no MDB era votar contra o governo (KUCINSKI, 1982, p. 37-41).

Durante os anos seguintes (pelo menos até o fim do bipartidarismo em 1979), o MDB, mesmo pouco estruturado e forte em nível nacional, se caracterizou como um elemento aglutinador de vários agentes da sociedade civil, unidos em suas diferentes demandas em torno de um ponto comum: o antagonismo em relação ao inimigo representado pelo regime militar, identificado como autoritário, repressivo, corrupto e responsável pela crise econômica. Ao aglutinar essas diversas correntes e contar com o respaldo do voto de protesto, o partido passou também, com mais força, a ser o principal irradiador de críticas ao governo.

Assim, as eleições de 1974 haviam indicado para Geisel a necessidade de maior controle do próximo pleito, dois anos depois, quando seriam eleitos prefeitos e vereadores. Como de costume, o presidente baixou medidas com o objetivo de assegurar a vitória do partido oficial.⁷ E foi o que aconteceu. Em 1976 a Arena, que detinha o controle das regiões mais atrasadas e do eleitorado mais pobre e de baixa escolaridade, venceu. Porém, o MDB conseguiu crescer de forma exponencial, apesar das dificuldades criadas com a nova lei.

⁷ A chamada “Lei Falcão” (uma referência ao Ministro da Justiça Armando Falcão, que a elaborou) limitava o uso da propaganda eleitoral. Os candidatos só podiam mencionar nome, número e a legenda. A restrição mais severa foi em relação ao uso da TV. Ao contrário do que tinha ocorrido nas eleições anteriores, a partir de então os partidos não poderiam mais veicular falas dos candidatos; apenas mostrar foto e algumas informações básicas.

O fortalecimento da oposição voltava a preocupar o governo, principalmente porque ameaçava a supremacia da Arena nas próximas eleições legislativas estaduais e federais de 1978, que, segundo a lei, deveria ser de forma direta. Esse pleito constituiria a base do Colégio Eleitoral, que elegeria o sucessor de Geisel naquele mesmo ano. Com eleições indiretas, o partido do governo, através do uso da máquina administrativa e do clientelismo, poderia fazer maioria nos estados, como sempre acontecia. Porém, a Arena não tinha, sozinha, votos suficientes para aprovar uma emenda constitucional estabelecendo a via indireta.

Nesse contexto, o presidente adota outro conjunto de medidas, consideradas as mais autoritárias do seu governo, uma espécie de pausa no curso da sua política de “distensão”. Fecha o Congresso por 15 dias, em 1977, e, logo depois, lança o chamado “pacote de abril”, que, além de criar condições para o crescimento do partido oficial, dificultava a ação dos oposicionistas.⁸

A lei era casuística, entretanto, ao tentar barrar o MDB com medidas restritivas, os militares acabaram promovendo o seu fortalecimento, como aponta Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 238): o partido se uniu a movimentos de base, como organizações sindicais, estudantes, ativistas sociais da Igreja e grupos que lutavam pela anistia e pelos direitos de negros e mulheres, que formavam uma grande rede em todo o país.

Apurados os votos das eleições de 1978, a Arena preservara a maioria no Congresso, mas o MDB conseguiu, mesmo assim, ter um ótimo desempenho, principalmente nas regiões mais urbanizadas e desenvolvidas do país. Assim, ao final do governo Geisel, o partido oposicionista saiu fortalecido, tornando-se “um partido de oposição ‘real’, tendo logrado reunir amplo espectro de opiniões políticas - das conservadoras às socialistas - numa estrutura unificada.” (ALVES, 2005, p. 237).

⁸ Entre outras coisas, o pacote de reforma constitucional estabelecia a eleição indireta de um senador por estado (os chamados senadores “biônicos”), mudava a composição das bancadas estaduais na Câmara Federal, que passaria a ser proporcional à população e não ao eleitorado (beneficiando os estados do norte, nordeste e centro-oeste, redutos da Arena), criava dificuldades para a oposição vetar emendas constitucionais, aumentava o mandato do próximo presidente para seis anos, determinava eleições indiretas para governador e estendia a Lei Falcão para as eleições estaduais e federais.

Apesar de todas as manobras, a Arena (que virou PDS após a reforma partidária de 1979) foi se enfraquecendo, enquanto o MDB (posteriormente, PMDB) se fortaleceu até conquistar, em 1982, importantes governos estaduais. Assim, a “distensão” ia ganhando contornos de imprevisível, devido à resistência da oposição e às manifestações da sociedade civil. Nos anos seguintes o governo adotaria, com frequência, medidas liberalizantes e autoritárias no sentido de controlar o avanço das oposições.

1.2.2 A SOCIEDADE CIVIL PRESSIONA PELA DEMOCRACIA

Para Kucinski (2001, p. 75), “Nenhuma instituição contribuiu tanto para o desnudamento ideológico do regime militar quanto a Igreja Católica.” O clero, cujos setores haviam apoiado o golpe de 64, agora voltava-se para a defesa dos direitos humanos e para a denúncia dos crimes cometidos pela repressão, bem como das condições de miséria do país.

Aproveitando-se de uma rede ampla de padres e missionários populares, a Igreja organizava-se nas Comunidades Eclesiais de Base, grupos de fiéis, principalmente na periferia das grandes cidades, que se reuniam periodicamente, discutindo e mobilizando-se em relação aos problemas sociais. As CEBs mobilizavam em rede milhões de pessoas em todos os cantos do país. Através de comissões especiais, a instituição também produzia vários documentos de denúncia contra a tortura. Trabalhadores e até guerrilheiros foram acolhidos e apoiados. Grandes movimentos reivindicatórios de caráter nacional foram promovidos, como o Movimento Custo de Vida que organizou comícios e outras manifestações públicas em dezenas de cidades.

A organização clerical era tão eficiente na conscientização popular e na luta contra o regime, que padres e bispos passaram a ser perseguidos pelos militares. Templos foram invadidos, religiosos foram identificados como “esquerdistas radicais”, banidos, torturados e assassinados, o que acirrou ainda mais as lutas do clero contra o regime e o que ele representava: violência e depreciação das condições socioeconômicas da maioria da população.

Thomas Skidmore (1988, p. 361) enfatiza que as sucessivas ofensivas da “linha dura” contra os religiosos fizeram com que a Igreja se tornasse “uma voz poderosa e agressiva em defesa da sociedade civil”. Assim,

Mais importante do ponto de vista político, a violência ajudava a unir os bispos em torno de uma dura posição antigoverno. Sem esses constantes ultrajes ao clero, os prelados “moderados” jamais apoiariam manifestos que somente os “progressistas” assinariam no início dos anos 70 (idem, *ibidem*, p. 361).

Além da Igreja Católica, outras categorias e instituições representativas de classe contribuíram notoriamente para a mobilização da sociedade contra os abusos e a favor da volta à democracia, como os artistas, os estudantes, os sindicalistas, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Eles promoveram, no final da década de 70 e primeira metade dos anos 80, profundas agitações, como as grandes greves e a campanha da anistia, em 1978. Essa mobilização em específico foi uma das primeiras a aglutinar amplos setores sociais, inclusive a grande imprensa, na denúncia dos crimes de tortura, na reivindicação pelo esclarecimento sobre os desaparecidos, pela volta dos exilados políticos e pelo desencadeamento de processos contra os militares.⁹

1.2.3 O RECRUDESCIMENTO DA “LINHA DURA”

Como já foi dito, a “linha dura” das Forças Armadas, incorporadas à estrutura governamental através, principalmente, dos órgãos de inteligência e repressão, constituiu-se um dos maiores problemas de Geisel no processo de “abertura” devido à crescente autonomia que vinha adquirindo. Esses militares chegavam a subverter até mesmo a hierarquia, promovendo atos escandalosos de perseguição, tortura e atentados, especialmente entre 1975 e 1976. Segundo a Anistia Internacional, só nesse período mais de 2.000 pessoas

⁹ Uma visão mais panorâmica sobre a mobilização da sociedade civil durante o regime militar pode ser encontrada em Skidmore, 1988. Para o papel específico da Igreja Católica, das mulheres, do movimento sindical e de outras organizações populares no processo de “abertura”, consultar Alfred Stepan, 1988.

foram detidas e centenas permaneceram presas e torturadas em São Paulo, onde se concentrava o núcleo da repressão, principalmente no DOI-CODI, que funcionava na sede do II Exército (ALVES, 2005, p. 246). Os “duros” sentiam-se profundamente incomodados com o avanço da oposição partidária e de entidades organizadas da sociedade civil, consideradas “comunistas” e “subversivas”.

À medida que setores da sociedade se organizavam, protestavam contra as condições de vida, exigiam o fim da violência e a volta à democracia, a “linha dura” enrijecia-se ainda mais. Os movimentos de contestação eram duramente reprimidos pela polícia e proliferavam os atentados a entidades estudantis, intelectuais e a bancas que vendiam publicações alternativas. Bombas explodiam em órgãos de imprensa de esquerda, na sede da OAB e da Associação Brasileira de Imprensa. Padres foram perseguidos, maltratados e até um bispo do estado do Rio de Janeiro foi sequestrado e espancando, segundo ele por agentes da repressão (COUTO, 1998, p. 197). Em São Paulo, integrantes do Partido Comunista do Brasil foram fuzilados em uma invasão ao seu comitê clandestino.

Os casos mais famosos e de maior repercussão foram os do jornalista Vladimir Herzog, preso, torturado e morto no DOI-CODI de São Paulo, em outubro 1975, e do operário Manoel Fiel Filho também morto no mesmo local, no início de 1976. Em ambos os casos a explicação do exército era de que eles haviam se suicidado. O caso do jornalista ganhou enorme repercussão com a mobilização da imprensa, da igreja e da OAB, que ajudou a família de Vladimir a processar o Estado pela sua morte.

As ações na justiça e os protestos provocavam a “linha dura”, que se via afrontada agora pela possibilidade de julgamento dos seus crimes. “Aos poucos os militares vão sendo colocados no banco dos réus. Não só política e moralmente – também na prática, por meio de alguns processos judiciais pioneiros como o do caso Herzog.” (KUCINSKI, 2001, p. 87).

Geisel reconhecia o poder dos ultradireitistas e procurava, ao mesmo tempo, contê-lo através de atos administrativos que indiretamente cerceavam sua capacidade de ação, como a redução das cotas de combustível, a restrição

do acesso aos arsenais e as modificações na política de promoção de oficiais (KUCINSKI, 2001, p. 32-34). Outras vezes tentava aplacá-los através da concessão de medidas favoráveis. Uma delas foi o estopim da crise com o MDB que resultou no chamado “pacote de abril”: a medida proposta pelo presidente transferia o julgamento de militares dos tribunais civis para a esfera dos tribunais militares especiais, onde a possibilidade da impunidade era maior por conta do corporativismo. Muitas vezes, cedendo a pressões da “linha dura”, Geisel também promoveu cassações de mandatos de políticos oposicionistas sob diversas acusações, desde ligações com o comunismo até corrupção e contestação do regime (COUTO, 1998, p.195-196). Entretanto, como já foi mencionado, tais excessos ameaçavam o plano de “abertura” do presidente na medida em que prejudicavam sua imagem e minavam seu poder hierárquico enquanto chefe do Estado e das Forças Armadas.

O assassinato de Manoel Filho, depois do que já tinha acontecido com Herzog, e a repercussão do caso, deram ao presidente a justificativa que precisava para tomar uma atitude mais firme. Geisel demitiu o comandante do exército em São Paulo e um alto oficial da Inteligência em Brasília. Quase dois anos depois foi a vez do próprio ministro do exército Sylvio Frota, um dos líderes da “linha dura” que se opunham ao projeto de “abertura”. O episódio marcou a vitória de Geisel na luta para reafirmar sua autoridade e prestígio nas Forças Armadas e controlar os “duros”, pelo menos por algum tempo, pois eles voltariam a agir depois, embora mais enfraquecidos, no governo de Figueiredo (1979-1985).

1.2.4 A “DISTENSÃO” AVANÇA

Com o controle sobre a “linha dura”, Geisel percebeu que havia condições para avançar na política de “distensão”. Além da censura, que deixou de incidir sobre a maior parte da grande imprensa entre 1975 e 76 e sobre as publicações de esquerda, em 1978, o presidente tomou um conjunto de medidas mais liberalizantes na forma (um sinal da sua “disposição democrática”) que no conteúdo.

A primeira e mais importante foi a extinção do AI-5, que havia possibilitado a Médici e ao próprio Geisel governarem com poderes quase absolutos. A medida foi precedida de muitas conversas com líderes da sociedade civil e do MDB (que no final não apoiou o projeto, por influência da ala “autêntica” que considerava as modificações pouco abrangentes), conduzidas pelo senador Petrônio Portela, o principal interlocutor do governo nas tentativas de aproximação com a elite oposicionista.

Com a extinção do Ato Institucional, o presidente não podia mais legislar unilateralmente, cassando mandatos e fechando o Congresso, por exemplo. Restabeleceu-se também o *habeas corpus*, que favoreceu especialmente os presos políticos, além de outros princípios que conferiam mais autonomia ao judiciário. Porém, como a “distensão” deveria ser, entre outras coisas, “segura”, o presidente tratou também de incluir, no mesmo pacote, medidas que asseguravam a ele o direito de decretar estado de sítio e de emergência em situações que ameaçassem a ordem pública. Ou seja, caso se sentisse ameaçado por “tentativas de subversão”, o governo poderia legalmente “endurecer” e usar de poderes semelhantes aos que o AI-5 lhe proporcionara.



Geisel, depois de deixar o cargo, observa na imprensa a continuidade do seu projeto de “distensão” no governo Figueiredo.

No final do seu mandato, Geisel também acabou com a pena de morte, com a prisão perpétua e revogou o banimento de mais de 100 exilados políticos. Mas novamente a concessão era calculada para evitar riscos: ficaram de fora todos os exilados considerados radicais e

potencialmente ameaçadores para o regime, como Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Assim, apesar de algumas modificações que garantiam um pouco mais de liberdade à oposição e à sociedade civil, “o temido aparelho de segurança e informações permaneceu incólume, inclusive os DOI-CODIs.” (COUTO, 1998, p. 254). Ou seja, o próximo presidente, João Baptista Figueiredo (1979-1985), ainda poderia lançar mão de vários instrumentos autoritários.

1.3 DE FIGUEIREDO A TANCREDO: A RETÓRICA DA GRANDE CONCILIAÇÃO NACIONAL

O presidente Figueiredo, conhecido pelo seu temperamento explosivo e autoritário, assume o cargo prometendo levar adiante a “abertura” e transformar o país em uma democracia. Porém, assim como seu antecessor, adotou várias medidas ora liberalizantes, como a Lei da Anistia de 1979, ora autoritárias, como a reforma eleitoral, do mesmo ano, num jogo de avanços e retrocessos, tentando manter sempre o controle do processo frente às ofensivas de grupos da sociedade civil, da oposição e da “linha dura”. Isso criava um clima de profunda instabilidade e desconfiança em relação aos rumos da redemocratização.

A foto ao lado, tirada no início do governo, simbolizava a impopularidade que ele teria que enfrentar nos anos seguintes com a crise econômica, a erosão da legitimidade do regime e as pressões da sociedade civil.



1.3.1 O CONTROLE DAS ELEIÇÕES

Para Figueiredo, assim como para Geisel, o controle da situação passava pela garantia de maioria da Arena nas diversas instâncias representativas, especialmente no Congresso. Assim, ele também lançou mão de vários casuismos para fortalecer o partido oficial e evitar o avanço das oposições. A principal medida foi a extinção do bipartidarismo, em 1979. O objetivo do governo era enfraquecer as oposições com a fragmentação do MDB, que assistiu a uma debandada de lideranças, dispostas a formar outros partidos.

A situação do MDB era peculiar: como era o único partido de oposição, durante muito tempo foi aglutinando militantes de várias correntes ideológicas, um verdadeiro “saco de gatos”, como se costumava dizer na época. Abrigava desde empresários conservadores e políticos dissidentes do PDS a moderados, sindicalistas, comunistas e ex-guerrilheiros. Isso levou a conflitos e a uma divisão interna, que se acentuou na segunda metade da década de 1970 com a formação duas facções principais: os “autênticos”, liderados por Ulysses Guimaraes, com orientação de centro-esquerda, mais combativos e próximos das demandas populares, e os “moderados” (alguns mais conservadores que propriamente moderados), capitaneados por Tancredo (KUCINSKI, 1982, p. 59).¹⁰ Assim, com a extinção do bipartidarismo e a possibilidade de formação de novas agremiações, as forças que antes disputavam o poder dentro do MDB se dispersaram.

Na reforma surgiram o PDS (Partido Democrático Social), o novo nome da antiga Arena; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), reunindo principalmente os “autênticos” do partido base; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), liderado por Brizola, que voltou ao país depois da Lei da Anistia; o PTB (Partido trabalhista Brasileiro), criado por Getúlio Vargas e que renasceu coordenado pela sua sobrinha Ivete Vargas; o PT (Partido dos

¹⁰ Para Thomas Skidmore (1988, p. 232), “Os *autênticos* defendiam uma postura agressiva, de protesto contra as ilegalidades e os atos arbitrários do governo militar. Os *moderados*, por outro lado, recomendavam uma linha de cautela, de modo a minimizar possíveis pretextos para novos abusos do poder. Os moderados consideravam os autênticos extremamente impetuosos e imaturos, cumprimento que estes devolviam tachando os moderados de oportunistas sem princípios.”

Trabalhadores) de Lula, que reunia sindicalistas e trabalhadores de vários segmentos, principalmente metalúrgicos, e o PP (Partido Popular), de Tancredo Neves e Magalhães Pinto.

O PP congregava banqueiros, conservadores e moderados do antigo MDB, além de dissidentes do PDS, como o próprio Magalhaes Pinto. Ex-governador de Minas Gerais e um dos mentores do golpe de 64, ele foi, durante anos, um dos maiores inimigos de Tancredo na política estadual, mas os dois se reconciliaram para unir forças na briga pelo poder. Segundo Bolivar Lamounier (2005, p. 170), o partido de Tancredo se identificava como de oposição, mas já se preparava para o papel de interlocutor confiável em um futuro governo de coalizão com o regime. Para Thomas Skidmore (1988, p. 429), o Partido Popular era, “a mais irônica de todas as legendas, já que era liderado por conhecidas figuras do estabelecimento, como Magalhães Pinto (banqueiro) e o veterano político Tancredo Neves”. Irônico também era o PDS se autodeclarar “democrático social”.

Para o governo, o PP apresentava-se como uma espécie de “oposição responsável”, com quem podia negociar mais facilmente, e isso já era antevisto quando decidiu fazer a reforma partidária. Assim, ao mesmo tempo em que esvaziava o poder do MDB, possibilitava a criação de um partido mais moderado, disposto ao diálogo e sem a imagem negativa que o PDS tinha junto à opinião pública mais instruída e politizada.

Mesmo com a fragmentação das forças de oposição, sondagens do governo mostravam a possibilidade de perda da maioria nas eleições gerais de 1982 devido ao voto de protesto dos eleitores contra a crise econômica, que se agravava ainda mais, e contra o autoritarismo ainda latente do regime. Assim, Figueiredo adota mais uma medida para garantir a vitória do PDS e o controle das rédeas da “abertura”: o pacote de novembro de 81, que criou várias dificuldades aos novos e ainda pouco estruturados partidos políticos como a proibição das coligações e a obrigatoriedade do voto vinculado, ou seja, o eleitor deveria votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa.

Figueiredo atingiria seu objetivo de garantir a maioria ao partido oficial, mas com essas medidas deu também um tiro no próprio pé: Tancredo e os líderes do seu partido perceberam que o recém-criado PP não teria condições de se sair bem nas eleições com as novas regras e decidiram fundir-se novamente com PMDB. Assim o governo, que apostara na criação do PP como uma alternativa moderada de oposição, via frustrada a tentativa de criar uma base aliada mais ampla.

E isso lhe custaria bem caro, como demonstrou o resultado das eleições de 1982. O PDS conseguiu, com uma diferença pequena, manter a maioria no Congresso e nas assembleias estaduais, o que conferia maioria também no Colégio que elegeria o presidente em 1985. Mas a oposição, especialmente o PMDB, além de ter uma votação expressiva e aproximar-se quantitativamente do partido oficial, conseguiu uma grande vitória: elegeu nove governadores, entre eles os de São Paulo (Franco Montoro) e Minas Gerais (Tancredo Neves). Assim, ao lado de Brizola, do PDT, eleito no Rio de Janeiro, a oposição passava a ter o controle dos três estados mais importantes do país, o que, obviamente, fortalecia sua posição em relação ao executivo federal.

1.3.2 A “LINHA DURA” ATACA NOVAMENTE

Como já foi dito, no final do seu mandato, Geisel conseguiu neutralizar provisoriamente as ações violentas da “linha dura”. Porém, elas voltaram a acontecer de forma ainda mais grave entre 1979 e 1981: bombas eram jogadas novamente em igrejas, entidades representativas, bancas de jornal, órgãos de imprensa, sedes de partidos políticos, supermercados e locais públicos onde se realizariam comícios da oposição ou outras manifestações populares.

O caso mais escandaloso foi o do Riocentro, em abril de 1981. Milhares de pessoas participavam de um show com artistas famosos em comemoração ao dia do trabalho, organizado pelo CEBRADE, Centro Brasil Democrático, quando uma bomba explodiu dentro de um carro, no estacionamento do pavilhão, matando um oficial do exército, que segurava o artefato, e ferindo

outro, ambos ligados ao DOI-CODI. O objetivo era causar pânico entre os participantes do evento. O ataque seria atribuído à extrema esquerda, porém a farsa ficou evidente com a explosão da bomba no colo do oficial.

Pressionado pela opinião pública, o governo Figueiredo, a essa altura fortemente influenciado pelo poder dos “duros”, abriu uma inquérito que concluiu, cinicamente, que a bomba havia sido jogada no carro por extremistas de esquerda para matar os dois oficiais. Isso obviamente causou uma péssima repercussão na sociedade e até em setores mais moderados das Forças Armadas e do executivo. Por fim, houve um acordo tácito entre o governo e os militares ultraconservadores através do qual os culpados não seriam punidos e, em troca, os ataques cessariam e a “linha dura” (já desgastada publicamente e dentro das forças armadas com a oposição que sofria dos “castelistas”) se submeteria à hierarquia (SALLUM JR, 1995, p. 146).

1.3.3 O APELO À CONCILIAÇÃO

Abalado pela grave crise econômica, pelo desgaste da imagem e pela perda de legitimidade junto à sociedade, que cobrava agora com mais força o fim da repressão e a volta à democracia, Figueiredo tentava dar continuidade ao projeto de Geisel de prolongar a manutenção do poder nas mãos dos representantes da “revolução” de 64. Ou pelo menos, a essa altura, evitar que a transição para um governo civil e democrático viesse acompanhada de uma humilhação e julgamento dos militares, em um acerto de contas com o passado (os militares esperavam que depois de Figueiredo o governo fosse assumido por um civil; mas não qualquer um e sim um político proveniente do próprio partido do regime, em mais uma eleição indireta, mantendo-se até o fim o controle sobre o processo de transição para a democracia).

Se com Geisel houve uma política de “distensão”, no governo Figueiredo ela se converteu em um processo de “abertura” mais acentuado, por conta do avanço da crise econômica e das mobilizações sociais e políticas que o presidente não conseguia mais controlar a contento (ALVES, 2005). Assim, nos

dois últimos anos do último general-presidente, “começa de fato o processo de desagregação do regime militar-autoritário. Nele a liberalização converte-se em processo de democratização política ou, ao menos, no seu início.” (SALLUN JR 1996, p. 89).

Nesse sentido, e no novo cenário de fortalecimento da oposição com a conquista de importantes governos estaduais, a retórica que marcou o governo Figueiredo, foi a da grande conciliação, a da “mão estendida” às oposições e aos trabalhadores, salientando a todo o momento a necessidade de se firmar um grande pacto social e político para garantir a ordem, a tomada de medidas para a melhoria das condições de vida e a normalidade do processo de transição. O presidente tentava evitar o colapso para o qual o seu governo caminhava a passos largos.

Assim, passou a fomentar o diálogo com os representantes da elite moderada/conservadora do PMDB e, posteriormente (de forma menos intensa) com Brizola, considerado mais radical, mas que também aderiu, por interesses políticos, ao apelo da cooperação. A elite oposicionista passou então a reforçar o coro da conciliação, apresentando-a, reiteradamente, a diversos setores da sociedade, como a única saída para conter a crise, afastar o perigo de um retrocesso com a “linha dura”, e para a conquista da democracia. O regime autoritário era criticado como obsoleto, mas ao mesmo tempo o governo Figueiredo era saudado em seu comprometimento com a restauração democrática por causa de atos como a Lei da Anistia de 1979. A conciliação entre as elites situacionistas e oposicionistas também previa o compromisso de esquecer o passado de crimes dos militares. Para os mais moderados não era possível avançar na “abertura” colocando os militares no banco dos réus (KUCINSKI, 2001, p. 88).

Não que Figueiredo, em um ímpeto democrático, pretendesse abrir mais espaço às oposições, afinal ainda tentava, a duras penas, manter o controle sobre o jogo político. Mas a situação não era a mesma da década de 70, quando os adversários eram pouco estruturados e de força bastante limitada. Agora as oposições, especialmente o seu maior representante, o PMDB, tinham poder suficiente para ao menos criar problemas de governabilidade ao

presidente, como o bloqueio de medidas no Congresso, sem falar que havia se constituído no principal porta-voz da sociedade civil.

Outro fator importante: a aproximação, pelo menos no início, foi feita com as lideranças mais conservadoras ou moderadas do PMDB, como Tancredo, Franco Montoro, Fernando Lyra, Fernando Henrique Cardoso e Thales Ramalho. Tancredo era, desde os tempos de Geisel (com quem tinha boas relações), a figura mais importante nas negociações entre governo e oposição. Dificilmente haveria uma aproximação mais efetiva entre o governo e Ulysses Guimarães, por exemplo, considerado um “radical” de centro-esquerda, que vivia às turras com o regime, ou Lula e Brizola, mais “perigosos” ainda. Lula manteve com o PT uma posição mais dura de crítica ao governo, pregando a necessidade da sua derrubada sem “acordos de gabinete”, já Brizola, ao final do processo de redemocratização aderiu à política de conciliação, de olho nas eleições presidenciais de 85.

Em março de 1983, Figueiredo, em mensagem ao Congresso, propunha uma “trégua” com a oposição (com a colaboração também dos trabalhadores) para, segundo ele, criar, através da cooperação e do entendimento, condições de superação da crise econômica e social em que o país mergulhara. A “trégua” do governo não incluía, entretanto, a discussão de uma Assembleia Constituinte, de eleições diretas e de revisão da Lei de Segurança Nacional.

O PMDB, pressionado pela sua ala esquerda, decidiu não aceitar o acordo com Figueiredo, dadas as restrições que ele continha. Porém, contra essa posição oficial do partido, Tancredo e outros membros seguiram negociando com o governo (LEONELLI; OLIVEIRA, p. 92-93).¹¹ Eles acreditavam que a principal via para a redemocratização e a conquista do poder passava, naquelas circunstâncias políticas, pela saída negociada dos militares. Haveria concessões de ambos os lados, mas sem prejuízos significativos para nenhum deles. A redemocratização como fim justificaria tal “estratégia” de acabar com o regime, mesmo que a custo de muitas

¹¹ Um relato mais detalhado da aproximação de Tancredo com membros do PDS e do governo militar desde o início da década de 80 pode ser encontrado em **História indiscreta da ditadura e da abertura**, de Ronaldo Costa Couto (1988), que foi amigo de Tancredo, secretário de planejamento do seu governo em Minas Gerais e seu futuro ministro do interior, cargo que assumiu, posteriormente, no mandato de Sarney. Ver também Dimenstein et al. (1985).

concessões que imprimiram um caráter bastante conservador e continuista ao novo regime.

Para Tancredo, governador do influente estado de Minas, interessava muito mais nesse momento conciliar com o governo, de olho também na possibilidade de chegar à presidência. Ele já procurava, inclusive, conciliar com parte do PDS mineiro levando para o seu secretariado membros da base estadual do partido, como fez Montoro em São Paulo.

Segundo Ronaldo Costa Couto (1998, p. 365), um dos seus colaboradores mais próximos dentro do PMDB, Tancredo, ao assumir o executivo mineiro, em 1982, sabia que tinha grandes chances de ocupar o lugar de Figueiredo no Planalto, dois anos depois. E trabalhou para isso, mobilizando-se em contatos na política nacional e esforçando-se para transformar Minas em uma vitrine de gestão competente para o resto do país. Assim, para o autor, o então governador

Analisa profundamente os resultados das eleições de 1982. Tem a exata noção do significado político do crescimento das oposições, do controle dos governos dos principais estados, do fim da maioria situacionista na Câmara dos Deputados, do esvaziamento do regime militar, da perda da força ditatorial do AI-5, do efeito deletério da recessão econômica sobre o governo e o PDS. Sabe que a luta pela democratização vai intensificar e se disseminar. Engenhoso, fará o discurso da conciliação nacional. Com isso, pregará a democracia e não ameaçará os militares, especialmente os da linha dura, temerosos de revanchismo. E poderá conversar com o governo militar, com adversários políticos, empresários, Igreja, lideranças municipais, regionais e nacionais. Com todos os atores políticos. É o que faz. Incansavelmente. Contatos, palestras, discursos, entrevistas, encontros reservados com militares. Acaba por simbolizar, ele mesmo, a conciliação nacional. (COUTO, 1998, p. 313)

Além de Tancredo, havia outros nomes na política nacional com força naquele momento para disputar a presidência, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro, do PMDB, Brizola do PDT, Aureliano Chaves e Mário Andreazza, do PDS. Fazia parte da política de conciliação de Tancredo com o governo a intenção de lançar um candidato de consenso para a presidência, que conseguisse unir o PMDB e a maioria do PDS, caso o partido não sofresse

um racha devido às disputas internas e a indefinição de Figueiredo em comandar a escolha do candidato oficial.

Tancredo sabia que os dois principais nomes com chances de vencer eram ele próprio e Aureliano Chaves, vice de Figueiredo. Assim, no final de 1983, tratou de se aproximar secretamente do político, que também era mineiro e um dos seus maiores adversários na política estadual, propondo um pacto pelo qual um se comprometeria a apoiar o outro, caso fosse escolhido para ser o tal candidato de consenso. Caso Aureliano fosse indicado pelo PDS, o PMDB o apoiaria. Caso não fosse, ele deixaria o seu partido e ingressaria no PMDB, levando consigo o apoio de boa parte do PDS, já dividido por disputas internas (DIMENSTEIN et al., 1985, p. 77).

Foram os primeiros contatos de um acordo que se formalizaria quase um ano depois.¹² Porém, como já foi dito, Tancredo já trabalhava a hipótese de sua candidatura desde que foi eleito para o governo de Minas. Nessa época, outros caciques da oposição também já estavam de olho nas eleições presidenciais que ocorreriam em janeiro de 85.

Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Franco Montoro lançavam-se ou eram lançados como se a eleição direta já existisse. Antes mesmo que a Emenda Dante de Oliveira entrasse em pauta e o primeiro projeto de organização das Diretas fosse apreciado pela Executiva Nacional do PMDB a ideia das Diretas já se espalhava como fogo na mata seca (LEONELLI; OLIVEIRA, p. 97- 98).

¹² Em depoimento a Ronaldo Costa Couto (1988, p. 316-317), o ex-presidente Figueiredo fala do rompimento com Aureliano e revela, citando conversas que teria tido com ele, como eram tortuosos os caminhos da sucessão. Diz Figueiredo: “Eu quis fazer um acordo com Tancredo. E, num dia de despacho, eu disse para ele [Aureliano]: ‘Por que que nós não fazemos um acordo com Tancredo? É a coisa mais fácil! Ele já me propôs isso. Eu proponho a ele que indique o candidato e está acabado.’ E ele me disse o diabo de Tancredo. Descreveu toda a vida do Tancredo, que eu nem reconhecia. Eu fiquei estarrecido. E terminou dizendo: ‘Com esse, eu não formo. Vocês não me terão junto’. De repente, dois anos depois, ele me aparece um dia com um papel no bolso, tira: ‘Tenho aqui o rascunho do acordo com o doutor Tancredo. Eu sempre fui por eleição direta’. Eu disse: ‘Você sempre foi pela eleição direta quando? [...] A prova que você não é, é que você foi eleito numa eleição indireta e aceitou.’ E nesse dia eu falei para ele [...] ‘Quando muito poderemos ser amigos particulares. Correligionários, nunca.’”

1.3.4 DIRETAS OU INDIRETAS? A QUEM INTERESSA

Em paralelo às negociações dos moderados com o governo, os partidos de oposição, ao lado de amplos setores sociais (com destaque para poderosos grupos de mídia como a *Folha de São Paulo*), lançam-se na campanha pelas “Diretas Já”, em 1983, na tentativa de pressionar o Congresso (dominado pelo PDS) a aprovar a emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente em 1985, acabando a via indireta do Colégio Eleitoral.¹³

Milhares de pessoas compareciam aos comícios, realizados em todo o país com a presença de artistas famosos (entre eles Fafá de Belém, que se tornou a “musa das diretas”), políticos de expressão nacional, como Ulysses Guimarães, Lula, Tancredo, Montoro, Brizola e militantes de diversos partidos, inclusive os comunistas ilegais. A campanha é considerada uma das maiores - senão a maior - manifestação organizada da sociedade civil brasileira e uma espécie de cume do processo de resistência ao regime desde 64.



Material de propaganda da campanha das “Diretas Já”.

¹³ A campanha pelas “diretas” nasceu como ideal do senador peemedebista Teotônio Vilela que, durante muitos anos, pertenceu ao quadro da antiga Arena, onde, destoando dos seus colegas, defendia a redemocratização do país. Em 1980, devido aos atritos com o partido e o governo, filiou-se ao PMDB, empenhando-se de forma mais acentuada ainda na luta pela democracia. Teotônio percorreu vários estados tentando convencer lideranças regionais sobre a tese das “diretas” até morrer, em novembro de 83. Ao lado dele, o maior defensor dessa bandeira foi Ulysses Guimaraes, que convenceu o partido a aderir à campanha, organizada inicialmente em parceria com o PT. O primeiro - e modesto - comício aconteceu em Goiânia, em junho de 1983, seguido de outros em São Paulo. Porém, a campanha começou a ganhar corpo só a partir do início de 1984, quando passou a reunir públicos de até um milhão de pessoas em comícios nas grandes capitais. A mobilização, que contava com a participação de entidades como a OAB, ABI, Igreja, sindicatos e estudantes, tinha caráter suprapartidário, envolvendo o PMDB, PT, PDT, PCB, PC do B (esses dois ainda na clandestinidade). Porém, na prática, acabou sendo liderada pelo PMDB, que tinha mais estrutura organizacional e contava com a força política de Tancredo, Montoro e Ulysses.

Para Daniel de Mendonça (2004), a campanha pelas “diretas” se configurou em um “discurso com características de significante vazio”, no sentido da teoria de Laclau, condensando, naquele momento, um “imaginário popular oposicionista” desenvolvido ao longo dos anos anteriores, ou seja, uma

série de demonstrações de insatisfação política oriundas da população em relação ao governo autoritário, dispersas durante todo o período de transição. Esse sentimento oposicionista [...] manifestou-se principalmente de duas formas; pela via eleitoral, a partir da vitória do MDB nas eleições de 1974 - e do contínuo crescimento eleitoral da oposição partidária durante toda a fase de transição - bem como em razão da emergência dos “novos movimentos sociais” do final da década de 1970. (p. 21)

Assim, ao aglutinar diferentes segmentos e expectativas, mas com elementos em comum entre eles (a oposição ao regime e a volta da democracia), o movimento se transformou em uma plataforma equivalencial com um “ponto nodal”, “uma ideia síntese”, amarrando uma perspectiva unificada de lutas. Justamente por seu caráter “vazio”, multisignificativo, as “Diretas Já” significavam, além do direito de votar para presidente, inúmeros outros ideais de cidadania.

Cidadania entendida de múltiplas formas - direitos sociais, equilíbrio econômico, emprego, respeito às diferenças, dentre outras significações - que somente encontra espaço de emergência num regime democrático. (MENDONÇA, 2004, p. 71).

Os líderes moderados/conservadores do PMDB não abraçaram a campanha desde o início. Fizeram-no quando ela ganhou corpo, mas sem crer, entretanto, que o objetivo seria alcançado. Eles (especialmente Tancredo) não acreditavam que o governo, que detinha maioria no Congresso, iria permitir a aprovação da emenda (COUTO, 1998, p. 324-341). Porém, uma campanha de massas e pluriclassista daquele tamanho tinha o potencial de transferir força popular à oposição e lhe conferir peso político numa futura disputa presidencial e nas negociações com o governo militar.

Simultaneamente à mobilização, esses políticos promoveram inúmeras conversas de bastidores com membros do governo e com políticos insatisfeitos do PDS, que mais tarde viriam a integrar a Aliança Democrática, no sentido de se buscar um candidato de consenso para o Colégio Eleitoral.

Enquanto dava apoio ostensivo à emenda, a oposição liberal, liderada por Tancredo Neves, costurava por trás dos panos uma aliança alternativa - que prevaleceu - que levou à eleição do próprio Tancredo para presidente pelo voto indireto... (KUCINSKI, 2001, p. 137).

Em alguns momentos a campanha atingiu uma dimensão potencialmente explosiva e “põe em cheque [...] a estratégia política do regime e os planos das lideranças oposicionistas mais conservadoras, que já negociavam possíveis alianças com setores do partido governista.” (ARTURI, 2001, p. 20). A elite peemedebista, especialmente os governadores Tancredo e Montoro, se esforçava para evitar que as manifestações, cada vez mais populares, fugissem ao controle e desagradassem ao governo, com quem conciliava àquela altura (o medo era que o povo, ou partidos populares como o PT, atrapalhassem o processo). Por diversas vezes impediram, por exemplo, a presença de bandeiras vermelhas nos comícios e líderes mais radicais foram privados de discursar ou solicitados a não atacar os militares.¹⁴

Quando perceberam que o movimento estava se radicalizando cancelaram comícios na reta final da campanha, esvaziaram uma proposta de greve geral e vetaram a organização de uma marcha popular em Brasília para pressionar os congressistas. (MACIEL, 2004, p. 304). Segundo uma importante publicação alternativa da época, o jornal *Em Tempo* (Maciel, 2004, p. 304), em Minas Gerais, o governo de Tancredo Neves determinou que a polícia reprimisse a “Vigília pelas Diretas”, uma manifestação organizada por movimentos sociais e partidos de esquerda de Belo Horizonte.

¹⁴ Esse comportamento era relatado, por vezes, pela imprensa na ampla cobertura que fez da campanha. Retomo alguns exemplos no cap. 2 ao analisar o posicionamento da revista *Veja*.

Todo esforço era feito para não entornar o cadeirão da grande conciliação. Lula, então presidente do PT, relata um desses episódios:

Um fato inusitado da campanha das Diretas é o medo histórico que a elite brasileira tem do povo. Tancredo Neves, no comício em Belo Horizonte, pegou na minha mão e falou: "Lula, o que a gente vai fazer com esse povo?" (DINES; FERNANDES JR., SALOMÃO, 2001, p. 316. v. 2).

Fatos parecidos são relatados também por outras pessoas que acompanharam as mobilizações. O jornalista Florestan Fernandes Junior, então repórter da *Globo* na época, presenciou a preocupação de Tancredo ao chegar ao comício no Vale do Anhangabaú, em São Paulo:

Ao chegarmos perto do palanque, ele olhou aquela multidão - cerca de um milhão de pessoas - e disse: "Meu Deus, onde isso vai parar?" [...] Hoje penso que, apesar da intensa mobilização popular, Tancredo sabia, por puro faro político, que a emenda Dante de Oliveira não seria aprovada no Congresso. O descontentamento popular então poderia levar a radicalizações e comprometer o processo de redemocratização [...]. Antevendo o vazio político, Tancredo ocupou o espaço rapidamente, articulando com a oposição, parte do PDS, e setores do Exército uma solução negociada em que ele seria eleito no Colégio Eleitoral. (DINES; FERNANDES JR.; SALOMÃO, 2000, introd., v. 2)

As lideranças moderadas também se esforçavam para passar uma imagem ordeira do movimento, ou seja, o objetivo não deveria ser criticar o governo nem fazer reivindicações de cunho mais extremado e popular, mas sim apenas pedir eleição direta para a presidente.

Se, conforme Mendonça, a campanha das "diretas" continham, sob o lema explícito do voto direto, diversas demandas e, portanto, suturavam neste ponto nodal uma cadeia de equivalências, os líderes da oposição moderada/conservadora trataram de manter essas reivindicações devidamente sob controle. Assim, não se tocava em temas "explosivos" como a reforma agrária, as críticas ao presidente e ao modelo econômico, a legislação de greve, a revogação da Lei de Segurança Nacional e outros instrumentos da

legislação autoritária. Vendia-se a ideia de que a votar para presidente era capaz de resolver todas os males do país.¹⁵

[...] na campanha das diretas, prevalece o acordo tácito de que o centro da luta é apenas a eleição direta do presidente, a qual assinalaria o fim do regime militar. Passam, deste modo, para um plano inteiramente secundário os temas econômicos e sociais, sobre os quais cada força política se reservava a sua própria interpretação. O preço da unidade no campo institucional era sua completa separação do campo das questões sociais. (WEFFORT, 1988, p. G-14).

Enquanto o grupo de Tancredo, Montoro e Fernando Henrique Cardoso costurava acordos pensando no Colégio Eleitoral, o de Ulysses Guimarães mergulhava de corpo inteiro na batalhava pelas “diretas”. Não é difícil entender: no caso de eleições indiretas o conservador Tancredo teria mais chances de conseguir apoio de membros do PDS (e eventualmente a aprovação do próprio Figueiredo), em uma candidatura de consenso, do que Ulysses, repudiado pelos militares por sua postura crítica “radical” desde o golpe de 64 (enquanto

¹⁵ Essa ideia exacerbada de “mudança de vida” que se construiu durante a campanha está profundamente ligada às aspirações das camadas mais baixas da população. Um estudo realizado por Judith Muszynski e Antonio Mendes (1990, p. 61-80) sobre as relações entre opinião pública e o processo de democratização, a partir de pesquisas de opinião em São Paulo, nas décadas de 70 e 80, mostrou que autoritarismo, democracia e voto direto apareciam como valor para os pobres e menos instruídos quando associados às demandas econômicas, à perspectiva de melhoria nas condições materiais de vida. Assim, durante o chamado “milagre econômico”, o regime, mesmo autoritário, contava com apoio da maior parte da sociedade. Os mais humildes também esperavam receber a sua fatia do prometido “bolo” da prosperidade do qual se beneficiavam as classes média e alta. Quando veio a crise, o descontentamento dessas camadas se expressou, como protesto e esperança, no voto na oposição: “Sem perspectiva de melhoria, a reação do eleitorado pobre das grandes cidades foi votar sistematicamente contra o governo. Foi neste contexto que o MDB, o ‘partido dos pobres’, ganhou votos e prestígio, e passou a ser visto como solução para tudo: derrotado o governo militar, a fonte de todos os males, o país renasceria das cinzas e todos seriam felizes para sempre” (p.76). Entretanto, os eleitores se decepcionaram rápido quando os novos governadores de oposição, eleitos em 82, também não conseguiam superar, em seus estados, a crise generalizada. Nesse momento, “A esperança transferiu-se então para o processo de transição do poder presidencial aos civis. Em 1984, a campanha das Diretas-Já mostrou significativa mobilização popular. Mesmo não tendo sido feita através do voto direto, a transmissão da presidência para mãos civis, no início de 1985 foi acompanhada com toda a expectativa que havia sido acumulada” (p. 77-78). Da mesma forma que, em períodos posteriores de estagnação e recessão, boa parcela dos entrevistados queria a volta dos militares, associados ao período de crescimento do “milagre econômico”. Percebe-se, portanto, que por trás do amplo apoio popular recebido pela campanha, mais que o desejo de votar para presidente estava a expectativa de uma solução para as mazelas econômicas que viviam naquele momento. Esperanças essas capitalizadas pelos dirigentes da campanha e transferidas, de forma genérica, para o slogan “Diretas Já” sem que, no entanto, se abordassem pontos espinhosos da política econômica e social de Figueiredo ou das propostas da oposição nessas áreas para um futuro governo civil (sem falar, claro, dos temas relacionados aos crimes cometidos pelos militares durante o regime).

os moderados do seu partido economizavam críticas ao regime, ele chegou, certa vez, a comparar publicamente o presidente Geisel ao sanguinário ditador de Uganda Idi Amin Dada). Entretanto, ele levava vantagem no pleito direto, pois além de muito respeitado no meio político era também mais popular e carismático que Tancredo. Ao lado de outra figura emblemática, o senador Teotônio Vilela, Ulysses, que ganhou o apelido de “senhor Diretas”, personificava a luta pela democracia.¹⁶ Havia também na Ala moderada do PMDB a consciência de que, caso as eleições fossem diretas, a oposição iria se dividir, diminuindo suas chances de vencer um candidato forte do PDS como Aureliano Chaves: o PMDB provavelmente indicaria Ulysses ou Montoro, o PDT, Brizola e o PT também um candidato próprio. Caso prevalecesse a via indireta sabia-se que provavelmente o PDS escolheria Paulo Maluf, o que causaria um racha no partido, aumentando as chances de Tancredo. (BRESSER PEREIRA, 1985, p. 156).

Vê-se que, além de um objetivo desejado por todos do PMDB (a volta ao Estado de Direito), tratava-se também de uma disputa de poder em um partido dividido em duas correntes principais: os “autênticos”, de Ulysses, os “moderados”, de Tancredo. Nas palavras de Weffort (1988, p. G-14), estabeleceu-se entre os dois políticos um “acordo de cavalheiros”: “Se as diretas vencessem, seria Ulysses o candidato à presidência. Se perdesse, o candidato seria Tancredo, no Colégio Eleitoral”.

Para Lula, Tancredo (aconselhado por Fernando Henrique), trabalhou para esvaziar o movimento das “diretas”. Primeiro porque temia que as mobilizações, cada vez maiores e mais populares, despertassem a ira dos militares e segundo porque eleições indiretas lhe seriam mais favoráveis. Segundo Lula, Ulysses chegou a se queixar a ele das pretensões de Tancredo na reta final da campanha (COUTO, 1998, p. 332). Já Franco Montoro defendia Tancredo: “Foi o PT quem inventou essa história. Tancredo era a favor das eleições diretas. Aceitou ser o candidato da eleição indireta, porque era a única maneira de acabar com a ditadura.” (apud COUTO, 1998, p. 333).

¹⁶ Como lembra Skidmore (1988, p. 467-468), apesar de combater firmemente o regime, Ulysses não foi cassado nem teve seus direitos políticos cerceados em mais de vinte anos de autoritarismo (ao contrário de outros políticos importantes como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Juscelino Kubistcheck): “Os militares pareciam considerá-lo uma figura cujo expurgo seria custoso demais”, diz o autor.



Cenas da campanha das “Diretas Já” pelo país. Acima, em primeiro plano, Brizola, Ulysses, Tancredo, Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Na foto maior, Lula, Ulysses, Dante de Oliveira, Orestes Quérzia, Brizola, Montoro e Tancredo.

1.3.5 O “HERÓI DA REDEMOCRATIZAÇÃO”

Com a rejeição da emenda no Congresso, a elite do PMDB tratou rapidamente de preparar a escolha de um nome de consenso para a eleição indireta, contrariando o restante dos setores que participaram do Comitê das Diretas e defendiam a continuidade da luta. Nesse grupo estavam entidades

como a OAB, a Igreja, o PT e mesmo nomes de peso do próprio PMDB, como o senador Itamar Franco e Ulysses.¹⁷

Nessa fase começam a aparecer os primeiros indícios da conciliação de interesses que resultaria na candidatura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais. Alguns boatos apontavam para a intenção dos governadores do PMDB de reduzir a influência do comitê nas decisões políticas das diretas. Com isso seria possível eliminar opiniões mais radicais vindas dos setores sindicais e de outras representações da sociedade. A esses boatos juntaram-se as declarações de Tancredo Neves dispondendo-se a liderar as negociações entre as oposições e o governo, caso recebesse essa delegação do PMDB. (RODRIGUES, 1994, p. 20)

Nessa época, o PMDB já era dominado pela ala moderada/conservadora. Abrir discussão para indicação de um candidato era, na verdade, uma forma de dar uma aparência de escolha democrática e consensual (dentro do debate que se espera de um partido político), pois a facção hegemônica já trabalhava pela candidatura de Tancredo desde a metade de 1983, e em janeiro de 1984 já acertava uma aliança com os descontentes do PDS. Impor o nome de Tancredo simplesmente usando o poder que tinha dentro do PMDB (poder formal, de voto, e informal, de pressão), sem construir um consenso, era desgastante demais em um partido dividido entre os que rapidamente abandonaram a luta pelas eleições diretas e os que nela ainda insistiam. O mesmo problema foi enfrentado na indicação do vice, Sarney, que sofria enorme resistência de uma parcela dos “autênticos” liderada por Ulysses. Ele, que havia sido um ferrenho crítico de qualquer conciliação com os militares, que lutou pela continuidade da campanha das “diretas” e que resistia ao nome de Tancredo porque desejava ser o candidato do PMDB, foi vencido pela pressão do grupo tancredistas (DIMENSTEIN et al. 1985, p. 61-115).

¹⁷ O Comitê das Diretas considerava desde a possibilidade de continuar a luta através de novas manifestações, como acabou acontecendo nas semanas seguintes, sob a liderança do PT, quanto através da possibilidade de alterar ou substituir uma proposta enviada ao Congresso pelo governo que propunha a eleição indireta para presidente, em 1985, para um “mandato tampão” de dois anos e eleições diretas só em 1988. Essa proposta, que na prática abria caminho para a reeleição de Figueiredo, ideia apoiada por Tancredo, Brizola e outros moderados da oposição, acabou sendo retirada depois pelo próprio governo, que temia que ela sofresse modificações pelos oposicionistas “radicais”.

O PDS também se apressava para escolher seu candidato. Disputas internas e a apatia do presidente Figueiredo em comandar o processo minavam a força do partido. Por fim, a indicação de Paulo Maluf causou um racha institucional. Importantes líderes governistas como Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney abandonaram o PDS, formaram a Frente Liberal e se uniram ao PMDB na Aliança Democrática, que lançou Tancredo Neves como candidato a presidente, junto com Sarney, conclamando outros partidos a participarem. Para a historiadora Marly Rodrigues (1994, p. 22),

Os políticos reformistas da oposição que, apoiados pela esquerda haviam liderado as “diretas já”, já se esqueciam dela. Aceitaram a permanência das eleições indiretas uma vez que o acordo político garantiria o número de votos necessários a seu candidato pelo Colégio Eleitoral. Assim estava afastado, também, o risco de derrota existente em uma escolha popular.



Acima, a cúpula da Aliança Democrática: Tancredo, Sarney, Ulysses, Marco Maciel e Aureliano Chaves. Ao lado, a charge de Chico Caruso.

A Aliança Democrática contou com a participação de amplos setores políticos e sociais. A dissonância maior ficou por conta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT que, mesmo dividido, acabou decidindo não

participar da coalizão.¹⁸ O partido defendia a continuidade da mobilização pelas eleições diretas, condenava o Colégio Eleitoral e a elite peemedebista por desistir tão cedo dessa luta. (MACIEL, 2004, p. 313).

Tancredo, então com 74 anos, experimentado político mineiro, conhecido pelo espírito conciliador, é apresentado como o homem capaz de salvar o país, conduzindo-o à democracia e ao fim da crise econômica. Na campanha, empunha a bandeira do grande pacto nacional, um grande entendimento que previa a suspensão temporária dos conflitos entre oposição, governo, militares, empresários, trabalhadores e todos os outros setores da sociedade. A ideia da grande conciliação é então forjada (e encampada pela maior parte da mídia), como o único caminho possível para as mudanças que se desejava para o Brasil.

Socialmente sua candidatura deitava raízes no grande empresariado, especialmente aquele que dependia das conexões com o aparelho de Estado para sobreviver; na tecnocracia estatal; nas oligarquias regionais que sobreviviam às custas de recursos do Tesouro; nos assalariados e na classe média profissional que apoiara massivamente a campanha pelas eleições diretas e votava na oposição. (SALLUN JR., 1995, p. 163) ¹⁹

O político mineiro era visto até com simpatia por muitos militares importantes devido à aproximação que buscou com o governo, mesmo antes de ser eleito governador de Minas. Havia, entretanto, o receio de que a “linha dura” ou outros militares mais desconfiados boicotassem sua candidatura. Tancredo iniciou, então, uma série de encontros (na maioria secretos ou muito discretos) com comandantes das forças armadas, ex-chefes militares, com o presidente Figueiredo e o ex-presidente Geisel, que ainda exercia forte influência entre os militares, para garantir-lhes que em seu governo não haveria

¹⁸ Uma parcela do PT, formada principalmente por deputados federais, defendia o apoio a uma candidatura única das oposições. Temia que naquele momento de ampla mobilização política o partido ficasse isolado caso não apoiasse Tancredo, como faziam as outras siglas. A CUT manteve-se mais coesa, desde o começo, na recusa ao pacto social proposto por Tancredo e à sua candidatura. Também defendia eleições diretas, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa, revogação da lei de Segurança nacional, combate ao arrocho salarial, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical (MACIEL, 2004, p. 313-314).

¹⁹ Já a candidatura de Paulo Maluf tinha como base uma parcela do PDS, ainda fiel ao regime, e o apoio do empresariado rural e de médios e pequenos comerciantes (SALLUM JR. 1995, p. 164).

nenhum tipo de represália e julgamento dos envolvidos em crimes como tortura e assim conseguir o seu apoio (SKIDMORE, 1988, p 483-484).²⁰

Tratava de reiterar isso pública e frequentemente em entrevistas e pronunciamentos nos quais evocava o espírito conciliatório que norteava sua conduta e o reconhecimento do valor dos militares enquanto instituição patriótica. Tomemos como exemplo trechos de discursos em três momentos importantes: (1)- o lançamento da campanha na convenção nacional do PMDB, em agosto de 1984, (2)- o comício feito no Espírito Santo antes da eleição, em que estabelece as bases da “Nova República”, assim batizada por ele, em novembro desse mesmo ano e (3)- o discurso pronunciado no Congresso após sua vitória em janeiro de 1985 (In: DELGADO, 1988).

O Brasil deve muito às nossas Forças Armadas. Desde quando se organizaram, ainda nas origens da Nacionalidade, elas passaram a constituir em vínculo de unidade nacional, na sustentação de nossas instituições livres, na projeção de nosso orgulho nacional, em instrumento de consolidação de nossa democracia. (1- p. 269)

O nosso pacto social, assim, afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismos, para abrir o País a uma nova estação da História. (1- p. 276)

Forças armadas vigorosas, compenetradas de suas funções tutelares e imbuídas de sua capacidade técnica e profissional é o que todos almejamos, para que possam desempenhar, na maior competência e eficiência, as suas missões, no cargo de definição de seus encargos, na patriótica defesa interna e externa do País. (2- p. 283)

É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas: [...] A das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder; a de S. Exa, o Presidente João Figueiredo, que prosseguindo na tarefa iniciada com a revogação dos atos institucionais, ajudou com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições diretas de 82, o desenvolvimento normal da sucessão presidencial. (3- p. 295)

²⁰ De forma geral, os encontros, mesmo discretos ou secretos, acabavam “vazando” para a imprensa e publicados em diversos periódicos. Relatos mais detalhados sobre a articulação de Tancredo com militares, através dos quais o governador mineiro conseguiu a garantia de que as Forças Armadas não interfeririam em sua campanha nem impediriam sua posse, podem ser encontrados em uma ampla reportagem na edição especial da *Veja* dedicada à cobertura da sua eleição (16/01/85). Ver também Dimenstein et al. (1985), **O complô que elegeu Tancredo**, um dossiê jornalístico produzido por repórteres do *Jornal do Brasil* sobre os bastidores das articulações políticas nos dois anos anteriores à eleição presidencial

Além da promessa de esquecer o passado, o processo de angariar o apoio de uma parcela importante dos militares e da elite do PDS contou também com a distribuição de cargos. Dois generais de Figueiredo (ligados também a Geisel) que ajudaram o político mineiro a vencer a resistência de parte da “linha dura” ao seu nome assumiriam postos na cúpula do seu governo: Ivan Mendes (Chefe do SNI) e Leônidas Pires Gonçalves (Ministro do Exército), este último com papel destacado no isolamento dos “militares de mentalidade golpista” durante a campanha (SKIDMORE, 1988, 513). Outros expoentes do PDS e do governo Figueiredo também fariam parte do ministério de Tancredo. Assim, altos burocratas, políticos e oficiais do velho regime que, aos olhos da nação, seria derrubado por Tancredo, passavam, em um estalar de dedos, a integrar o primeiro escalão da “Nova República”.

Sob o clima da conciliação, na campanha presidencial Tancredo e seus aliados se esforçavam em não fazer críticas contundentes ao governo ao mesmo tempo em que “esqueciam” os arbítrios militares do passado em nome do não revanchismo e da necessidade de olhar para frente e construir junto com toda a sociedade (e isso incluía os militares) o país do futuro.

Ele também colocava como se fossem concessões de Figueiredo, o bondoso presidente comprometido com os ideais democráticos, conquistas como a Lei da Anistia, o fim da censura e as eleições diretas para governador. Silenciava sobre as lutas por essas demandas, muitas vezes violentamente reprimidas. Essa postura discursiva foi adotada também por grande parte da mídia, afinada com o projeto conservador de transição, como veremos nos capítulos seguintes, mais especificamente no caso das revistas *Veja* e *Manchete*.

A essa altura, com a candidatura de Maluf enfraquecida pelo racha do PDS e contando com a antipatia de muitos oficiais e do próprio presidente Figueiredo, que não nutria muito apreço por ele, o governo já via como provável a vitória de Tancredo, que seguia conquistando o apoio crescente das massas. Toda a força da mobilização pelas “diretas” foi transferida para Tancredo e o *slogan* “Diretas Já”, virou “Mudança Já”.

Mesmo a eleição sendo indireta, organizou-se uma gigantesca campanha publicitária em todo o país, com mais de 30 agências (que declararam fazer o trabalho de forma voluntária), sob a coordenação da cúpula da Aliança Democrática. Além de influenciar os membros do Colégio Eleitoral, a campanha tinha o objetivo de conquistar o apoio popular e assim legitimar a eleição indireta de Tancredo, o mesmo que havia condenado veementemente o Colégio, meses antes, e “acusara o governo de estar ‘querendo fazer desse País uma democracia sem povo e sem votos” (RODRIGUES, 1994, p. 22). Para a Aliança Democrática, mobilizar o povo era importante também para pressionar outros segmentos e entidades, como o PT, que ainda relutavam em apoiar a candidatura conciliatória de Tancredo.

Baseada em pesquisas sobre as aspirações dos brasileiros, a campanha de marketing exacerbou o espírito de patriotismo, tentando recriar um clima de eleições diretas.²¹ Além dos grandes comícios com artistas renomados (tendo Fafá de Belém como “musa”, assim como ocorreu na campanha das “Diretas Já”), investiu-se pesadamente em todo tipo de material de divulgação, desde camisetas e bonés até leques e guarda-sol. A estratégia era padronizar todos os produtos com as cores símbolo do país, o verde e amarelo, e mostrar o candidato sempre sorridente, ora com os braços levantados formando o V da vitória, ora de mãos dadas com outras pessoas, em uma corrente.

Foram criados vários *slogans* apologéticos, como “Mudança urgente. Tancredo para presidente”, “Honestamente. Tancredo para presidente” e até uma peça destinada ao público infantil (era direcionada especialmente aos filhos dos quase 700 membros do Colégio Eleitoral, mas os panfletos foram distribuídos também a outros milhares de crianças). Esse texto curioso simulava uma carta de uma criança para o pai, deputado. Um trecho é exemplar do processo de criação e difusão de uma imagem popular e heroificada do candidato que se observou durante toda a campanha:

²¹ As informações contidas neste e nos próximos dois parágrafos são baseadas em Queiroz e Gonçalves, s.d.

No fundo temos orgulho de um pai com tamanha responsabilidade. Um pai digno e honesto que vai escolher o nome que está na ponta da língua daqueles que te mandaram para o Colégio: Tancredo Neves. [...] O homem que, como você, não tem medo de povo e anda nos braços da multidão como um herói. Pai, falando em herói, por favor, continue sendo o nosso.

O mesmo se dá em outras peças, nas quais Tancredo é apresentado de forma superlativa: “Tancredo Presidente. A salvação da Pátria” e “Tancredo Presidente. Neste eu confio”.



Bottons, camiseta e outdoor da campanha de Tancredo Neves. Note-se a semelhança com o material produzido para as “Diretas Já”, em uma tentativa de aproximar as duas mobilizações. Observa-se também, no primeiro botton, a vinculação da imagem de Tancredo à de Ulysses, um dos fundadores do movimento. A associação com o “Sr. Diretas” conferia a Tancredo mais legitimidade para a disputa no Colégio Eleitoral.



A revista *Propaganda & Marketing* de 20/01/1985, logo após a eleição de Tancredo, afirma em seu editorial:

Os votos de hoje, mais do que nunca, mesmo os do restrito e repelente Colégio Eleitoral, devem muito à comunicação, à formação (e porque não dizer, à manipulação) da opinião pública, a todo um processo de marketing político que Tancredo, às vezes de graça, muitas vezes deliberada e profissionalmente, utilizou de forma notável. (apud QUEIROZ; GONÇALVES, s.d.).

Marly Rodrigues (1994, p. 22) também observa, na mesma linha de pensamento, que

Essa forma [de propaganda] pouco usual em candidaturas indiretas serviu para a consolidação de uma imagem que a imprensa começava a consagrar. Em torno de sua figura formava-se uma aura de “salvador”, de um novo “pai dos pobres”, como havia sido Getúlio Vargas, em cujo governo, nos anos 50, Tancredo havia colaborado. Além disso, a necessidade da população de acreditar em uma saída e a identificação do candidato com as “diretas-já”, valeram a Tancredo um amplo apoio popular.

Daniel Mendonça (2004, p. 73-96) lembra que Tancredo, ao longo de toda a sua carreira política, nunca foi um político popular, capaz de entusiasmar multidões. Porém, no decorrer da campanha para presidente, isso mudou radicalmente e o discreto político mineiro transformou-se em uma estrela, quase uma unanimidade. Para o autor, duas estratégias, no âmbito discursivo, contribuíram fundamentalmente para essa mudança de imagem.

A primeira, a partir do discurso da Aliança Democrática que enfatizava o caráter oposicionista da candidatura de Tancredo Neves. A segunda estratégia que, marcando a candidatura de Tancredo como de oposição ao regime autoritário, propunha, na linha da refundação republicana [...] a “Nova República”, um projeto político de conciliação nacional. (p. 89)

Ou seja, primeiro construiu-se um discurso enfatizando o caráter oposicionista de Tancredo, levando a campanha para as ruas e mostrando-o como símbolo de ruptura, de liquidação definitiva de algo velho, o regime militar. Isso se deu principalmente através de uma polarização que envolvia o adversário, Paulo Maluf, identificado como representante do continuísmo autoritário. Tancredo (o bem) era o candidato anti-Maluf (o mal, o antigo) e, portanto, antirregime. Em segundo lugar, liquidado o antigo, Tancredo aparecia como o fundador de uma nova era, sintetizada no termo “Nova República”, que seria erguida sobre as bases da grande conciliação nacional. A “Nova República” aparece, como diz o autor, como intenção de Tancredo de “refundar” a República brasileira, aproveitando as ideias de “rompimento” e “refundação” defendidas na mobilização das “diretas”. Porém, há uma diferença fundamental entre o discurso de Tancredo e o verificado nessa campanha (que, como vimos, apesar da tentativa dos moderados do PMDB de conter as alas mais exaltadas, acabou, em alguns momentos, ganhando um tom bem mais “radical”²²):

[...] a campanha pela realização de eleições diretas para Presidência propugnava um corte radical em relação à situação autoritária. [...] Já o discurso da campanha de Tancredo Neves enunciava uma “Nova República”, mas certamente não da forma radical como o movimento das “diretas já”. A “Nova República” de Tancredo buscava a paradoxal conciliação entre povo e regime autoritário (MENDONÇA, 2004, p. 84-86).

Retomando o que foi dito um pouco antes, sobre a mobilização das “Diretas Já”, para Mendonça (2004), se ela “constituiu-se como um discurso com características de significante vazio” ao aglutinar pela primeira vez em vinte anos um “imaginário popular anti-regime”, depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira, esse “imaginário” voltou a condensar-se na campanha de Tancredo, apresentado (através das estratégias discursivas citadas anteriormente e potencializadas pelo Marketing da campanha e pela adesão

²² Ainda com relação à constante preocupação de Tancredo e seus aliados com os movimentos populares, assim como aconteceu na mobilização pelas “diretas”, na reta final da campanha para a presidência, quando a vitória estava assegurada, a Aliança Democrática passou a cancelar os comícios, que estavam ganhando um tom contestatório devido à presença de comunistas e outros manifestantes de esquerda, o que podia irritar os militares (*Veja*, 16/01/85).

dos grandes veículos de comunicação) como o homem capaz de transformar o Brasil.

Dessa forma, com a imagem bem lapidada, um discurso conciliatório que o aproximou dos militares e com o apoio da mídia, da sociedade civil e dos dissidentes do PDS, Tancredo vence Maluf com ampla vantagem no Colégio Eleitoral (70% dos votos). O povo comemorou com um verdadeiro carnaval verde e amarelo a vitória do “pai da Nova República”, acentuando o caráter predestinado do novo presidente. Na crítica de Weffort (1988, p. G-13), foi um “momento típico dessa estranha mistura brasileira entre a esperança e a ingenuidade popular e o talento e a esperteza das elites”.



Cenas da campanha e da vitória de Tancredo Neves, com destaque para a grande mobilização popular.



A mídia mostrou a eleição de Tancredo como sinônimo de profundas transformações.

O jornal “O Estado de São Paulo” reedita, no dia 16, a primeira página publicada em 16 de novembro de 1889, saudando o (re)nascimento da República. O carnaval é transmitido pela Globo para todo o Brasil e para o exterior como o “Carnaval da Democracia” [...] Nos cinemas da cidade, podemos assistir e viver o grande momento da mudança [com a exibição de documentários]. [...] A “Nova República” foi consagrada pelos que têm voz: a classe política “responsável”, o empresariado, a classe média afilita, os intelectuais que sonham com o poder ou, na falta deste, um cargo, os sindicalistas burocratas, a imprensa, o rádio e a televisão. No “Carnaval da Democracia”, todos tancredaram. (MESQUITA NETO; SANTOS, 1985, p. 4).

1.3.6 DO ÊXTASE À AGONIA

Eleito, Tancredo era visto (e mostrado) como herói da redemocratização. Porém, a definitiva glorificação viria de forma trágica: na noite anterior à posse, o presidente eleito foi internado em Brasília com uma misteriosa doença, o agravamento de um problema para o qual tinha adiado o tratamento.

Tancredo, aos 74 anos, fazia tudo para demonstrar sua exuberância física. Por isso insistia em cumprir uma agenda exaustiva e levar até o fim todos os contatos políticos. [...] Na verdade ele ocultava grave problema de saúde. Há meses vinha lutando contra uma doença intestinal, confiando nos antibióticos receitados pelo médico de sua família em São João del Rey, mas recusando-se a atender-lhe ao pedido de que se submetesse a um exame de saúde geral. É que ele sabia que, se não estivesse bastante bem fisicamente para tomar posse, o governo Figueiredo - ajudado por oportunistas e linhas-duras - talvez se valesse disso como pretexto para não passar o poder ao vice-presidente eleito, José Sarney. (SKIDMORE, 1988, p. 493)

Os temores de que os militares pudessem impedir a posse do vice não se concretizaram, graças à articulação do General Leônidas Pires (ex-comandante militar no governo Figueiredo e futuro Ministro do Exército no novo governo civil) e do chefe da casa civil de Figueiredo, Leitão de Abreu, com quem Tancredo já vinha mantendo contato. Sarney toma posse como presidente em exercício apenas algumas horas depois de Tancredo ser operado, sob a perplexidade da nação diante da repentina doença.²³

O receio de que a luta por um novo Brasil pudesse ser interrompida transformou-se em pânico no dia 21 de abril (dia de Tiradentes, o herói da inconfidência). Depois de 38 dias de agonia, Tancredo morria em São Paulo

²³ Segundo Skidmore, a possibilidade de um golpe era muito remota, pois todas as garantias de não intervenção já haviam sido dadas no acordo de Tancredo com a cúpula que efetivamente detinha o comando militar. Além disso, devemos lembrar que para Figueiredo (que assegurara várias vezes levar o processo de transição até o final, mesmo que “na marra”), impedir a posse de Sarney, além de uma desmoralização pública para um regime já desgastado, traria o risco de mobilizações violentas depois de toda a comoção popular da campanha das “diretas” e da eleição de Tancredo. O custo político e social de um retrocesso àquela altura seria imprevisível. Assim, o único “incidente” foi uma grosseria diplomática do presidente Figueiredo que se recusou a passar a faixa a Sarney e saiu pelos fundos do Palácio do Planalto antes da cerimônia de posse.

vítima de uma infecção generalizada que, especula-se, foi contraída ainda no hospital de Brasília, onde dezenas de pessoas entravam na sala de cirurgia e no quarto de Tancredo, sem nenhum controle. Erros médicos também teriam agravado o problema (COUTO, 1998) ²⁴.

A esperança virou histeria, tristeza e incerteza manifestas em uma comoção popular poucas vezes vistas na história do país. Milhões de pessoas desesperadas, atordoadas, acompanharam seus funerais nas ruas ou através dos meios de comunicação. Como diz Skidmore (1988, p. 500),

Em vida, Tancredo assomava-se como um salvador político. Morto, assumia as proporções de um santo: Todas as esperanças acumuladas e centralizadas no homem que não viveu para materializá-las manifestaram-se impetuosamente.



A maior parte da grande imprensa brasileira deu à doença e à morte de Tancredo Neves um tratamento heroificado.

²⁴ Até hoje há controvérsias sobre causas efetivas da doença e morte de Tancredo. *Veja* (24/04/1985; 08/05/1985) e *Manchete* (11/05/1985) fizeram reportagens especiais sobre o assunto. Dois livros também tratam do tema: **Assim morreu Tancredo**, do ex-assessor de imprensa de Tancredo, Antônio Britto, e o jornalista Luis Cláudio Cunha (L&PM, 1985) e, mais recentemente, **O paciente- o caso Tancredo Neves** (Editora de Cultura, 2010), do médico e pesquisador Luis Mir. O autor, após dez anos de pesquisa, afirma que um erro de diagnóstico e de execução na primeira cirurgia feita em Brasília foi a causa fundamental de todas as complicações posteriores. O presidente tinha um tumor maligno, mas não agressivo, no intestino, diagnosticado erradamente como apendicite. Segundo o pesquisador, o tumor poderia ser retirado com uma cirurgia simples, mas os médicos realizaram um procedimento altamente complexo e desastroso que causou, a partir daí, uma série de complicações e uma infecção generalizada resistente a todos os medicamentos.

1.4 A TRANSIÇÃO CONSERVADORA

A campanha de Tancredo, como já foi dito, conseguiu angariar o apoio entusiasmado da maior parte da sociedade brasileira. Ele significava, como assimilado pelo senso comum, a definitiva “derrota da ditadura”. Vendia-se, sob sua imagem heroicizada, a ideia de profundas mudanças que tirariam o país do fundo do poço e instauraria uma nova era de prosperidade, uma “Nova República”, termo que, aliás, também adquire feição de significante vazio, por ser, como disseram na época os jornalistas Laymer Santos e Paulo Mesquita Neto, “suficiente vago para conter de tudo” (1985, p. 5).

Ele próprio diz, em seu discurso da vitória: “Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis.” (In: DELGADO, 1988, p. 296).

Porém, a transição assumiu um caráter acentuadamente conservador, com menos mudanças que o prometido, e tampouco mudanças “corajosas e irreversíveis”. A começar pela própria conciliação liderada por Tancredo: para muitos intelectuais, essa retórica da conciliação nacional, que se impôs como discurso hegemônico naquele momento histórico, foi na verdade uma conciliação de elites (conservadores e moderados do PMDB, descontentes e dissidentes do PDS e a cúpula do regime militar), uma “transição pelo alto” nas palavras de Florestan Fernandes²⁵. Foi, em grande parte, acertada nos bastidores e deixou de fora das negociações as camadas mais populares (bem

²⁵ Considerando a questão da articulação de demandas diferentes sob a aparência de um interesse comum, típica da formação de discursos hegemônicos, podemos lembrar a análise de Florestan Fernandes sobre o discurso da grande conciliação feito pela oposição moderada (2007, p. 112): “os fatos comprovam que a ‘conciliação pelo alto’ só tem sido eficaz, na história brasileira, para articular interesses ou valores divergentes de setores da mesma classe e, principalmente, para unificar os vários extratos das classes possuidoras em torno de interesses ou valores elementares (como aconteceu com a ‘defesa da propriedade privada e da ordem’ em 1964). Em suma, a ‘conciliação pelo alto’ surge como um recurso eficaz apenas quando se trata de consolidar a dominação de classe ou para ultrapassar riscos reais ou supostos de ‘sediciões’ ou ‘explosões’ populares”. Além dessa articulação intra-elite, observada por Florestan, o discurso do grupo de Tancredo foi mais além ao convencer diferentes extratos da sociedade de que o seu projeto político (que transitava entre o moderado e o conservador), condensado na ideia da grande conciliação nacional, representava os interesses de todos e uma perspectiva real de amplas transformações em relação ao governo militar.

como suas entidades representativas), por medo de que posições mais “radicais” de esquerda prejudicassem o processo de transição.²⁶ A celebrada transição conciliada aparece, assim, como um espetáculo em que se mitologiza a mudança, a salvação, enquanto nos bastidores se negocia a não mudança e a não punição aos crimes do regime.

Sem dúvida, a saída dos militares do poder trouxe uma modificação importante no campo institucional, com o fim do autoritarismo e o início de um processo de redemocratização que continuou nos anos seguintes com a elaboração de uma nova Constituição, em 1988, e a primeira eleição direta para presidente, em 1989. Porém, ao contrário do discurso oficial que empolgou as massas, o regime militar não foi derrotado e o “entulho autoritário” varrido para longe.

Tratando-se de uma transição negociada carregou uma alta dose de continuísmo, tanto no que se refere à volta, na “Nova República”, de figuras de cúpula do regime anterior, como políticos, burocratas e militares (que controlaram, ou pelo menos influenciaram até o final, os limites da transição, executada de forma “lenta, gradual e segura”²⁷) quanto às políticas econômicas (quase tão ortodoxas quanto a do governo Figueiredo) e sociais (bastante tímidas) previstas por Tancredo e continuadas por Sarney²⁸. Ainda com relação aos militares, após a transição eles mantiveram sua influência sobre a condução das políticas do governo através do papel tutelar que passaram a desempenhar. Segundo Eliézer Oliveira (apud MACIEL, 2004, p. 318), essa tutela, estabelecida nos compromissos entre a Aliança Democrática e as

²⁶ É grande o número de autores e trabalhos que em maior ou menor grau adotam essa perspectiva crítica. Cito, entre eles, Florestan Fernandes (1982; 1986; 2007), Michel Debrun (1983), Welder Goes (1985), Bolivar Lamounier (2005), Bernardo Kucinski (1982. 2001), Basilio Sallum Jr. (1996), Alfred Stepan (1986; 1988), Francisco Weffort (1984; 1987; 1988), Davi Maciel (2004).

²⁷ Começando por barrar a emenda das “diretas” e garantir que a eleição se desse de forma indireta no Colégio Eleitoral, a arena de disputa criada pelo próprio regime para garantir sua sustentação política, passando pela negociação dos termos de sua retirada do poder (incluindo várias benesses e o compromisso de não se julgar os crimes do passado) até a aceitação da vitória de Tancredo, considerado um opositor “confiável”.

²⁸ Para Arturi (2001, p. 20), “O continuísmo e o excesso de ‘garantismo’ tornaram-se as marcas da democratização outorgada brasileira, cujo êxito deve-se à combinação entre a estratégia voluntarista do regime autoritário e o auto enquadramento da maioria da oposição na lógica e nas regras impostas pelo regime autoritário. A lentidão, o gradualismo e o controle exercido nesse período pelos detentores do poder legaram ‘resíduos autoritários’ e reforçaram práticas políticas tradicionais do país que problematizaram fortemente a fase seguinte de democratização, sob o governo Sarney, e constrangeram o processo de consolidação do novo regime democrático a partir de 1990.”

lideranças militares, previa a “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob orientação das Forças Armadas; preservação do programa nuclear paralelo; preservação das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico.”

Na época, o Diretório Nacional do PT, que decidiu não apoiar Tancredo, denunciava, em um manifesto de outubro de 1984, a essência conservadora da sua candidatura:

[...] Tancredo não pensa em reforma agrária (afinal, como dividir as terras de seu próprio vice?); não rompe com a política do FMI (Fundo Monetário Internacional); propõe um SNI (Serviço Nacional de Informações) à paisana; mantém a LSN (Lei de Segurança Nacional); convoca os trabalhadores para a colaboração com os patrões; e, num passe de mágica, adia qualquer solução de compromisso, remetendo-as para o Congresso de 1986, que promete transformar em ‘Constituinte’.

Por isso tudo, é um grave erro político imaginar que haverá condições para, no interior do governo da Aliança Democrática, empurrar o bloco das classes dominantes em direção ao centro ou à centro-esquerda. (apud ALMEIDA, s.d.).

Assim, esse caráter de “lentas mudanças da superfície institucional e de profundos compromissos com o status quo social”, como aponta Weffort (1988, p. G-14), levou a “Nova República” a ser, na verdade, na expressão irônica cunhada por Rui Falcão, “A República que fez plástica” (1986, p. 26). Ainda segundo este autor (*ibidem*, p. 27),

O que se deu- eis a marca originária, o nascedouro da “Nova República”- não foi uma ruptura com o autoritarismo, nem a derrota da ditadura nas ruas, como pareciam clamar ansiosamente os milhões de manifestantes que acorreram aos comícios por eleições livres e diretas, em 1984. Ocorreu, na verdade, uma transição “transada”, conservadora, elitista, um arregalo entre as classes dominantes (com representação no PMDB, PFL, PDS, PTB) e a cúpula militar. Negociou-se, então, o fim da mobilização popular, o deslocamento da campanha das diretas das praças para o recinto fechado do Congresso, em troca da passagem controlada (e “pacífica”) do regime militar para um outro, civil- tutelado pelos militares-, mas sob controle direto e domínio da burguesia industrial, do capital bancário-financeiro e dos grupos locais associados às corporações multinacionais.

Uma crônica bem humorada de dois articulistas da *Folha de São Paulo* dá, ainda que de forma simplista, esse sentido de mudança:

A “Nova República” emana de um imperativo: “Muda Brasil!” E o Brasil mudou. José Sarney, presidente do partido oficial da Velha República, mudou-se para a Vice-Presidência; Aureliano Chaves, Vice-Presidente da Velha República, mudou-se para o Ministério das Minas e Energia; Marco Maciel, deputado, senador e governador de Pernambuco nomeado pela Velha República, mudou-se para o Ministério da Educação; Antônio Carlos Magalhães, duplamente contemplado pela Velha República com o governo da Bahia, afilhado da Rede Globo, mudou-se para o Ministério das Comunicações; Francisco Dorneles, secretário da Receita Federal da Velha República [...] mudou-se para o Ministério da Fazenda. Isto para ficarmos nos exemplos mais gritantes. [...] Como se diz, ficou tudo em casa.” (MESQUITA NETO; SANTOS, 1985, p. 5).

A maioria dos autores que analisam o período final da transição brasileira é bastante enfática em relação ao caráter elitista do processo que levou Tancredo Neves e a Aliança Democrática ao poder. Perspectiva teórica esta que considero mais fundamentada e que adoto, majoritariamente, neste trabalho. Mas há também o contraponto a ela feito por alguns intelectuais vinculados ao PMDB e à órbita de Tancredo, como Bresser Pereira.

Para o autor (1985, p. 151-193), vinha se formando, desde 1977 (com o rompimento da aliança entre burguesia e governo, em reposta ao endurecimento do regime e à crise econômica), um amplo pacto social no Brasil com a anuência de diversas classes e frações de classe, que teriam concordado em minimizar os conflitos na medida em que certos princípios básicos eram aceitos pela maior parte da população (como objetivos a serem alcançados).

Esse pacto seria baseado em três princípios: restauração da democracia, preservação do capitalismo e distribuição moderada, mas efetiva, de renda. Pacto esse do qual a candidatura de Tancredo era um “denominador comum”, levando a “uma aliança política sem precedentes, da qual só estão excluídos a direita do PDS e os setores radicais do PT” (p. 176-177). Ou seja, mais do que pretensão ou retórica da Aliança Democrática, haveria, pelo que Bresser dá a entender, **de fato**, uma **real** adesão de **toda** a sociedade (à

exceção apenas, como diz, dos “radicais” de direita e esquerda) ao grande pacto social encarnado pela candidatura Tancredo.

Nesse argumento parece estar embutida a crença em uma quase mágica harmonia social de cidadãos conscientes e responsáveis que, em meio a uma situação econômica e social desesperadora como a do final dos anos 70, concordavam em amenizar ou deixar de lado as reivindicações e as lutas classistas para atingir um bem comum: a redemocratização e a superação das crises. Tancredo e sua proposta de conciliação seriam então a representação, o ponto de chegada desse grande acordo, dessa vontade quase unânime. Assim, o autor rechaça as críticas de que havia uma conciliação de elites liderada pelo político mineiro:

A transição para a democracia hoje em curso no Brasil sob a égide de Tancredo neves não é obviamente a transição revolucionária que os utopistas desejariam, mas também não é a transição conservadora, a “conciliação de elites”, que certos críticos, como Francisco Weffort, pretendem. (p. 179)

Para Bresser esse caráter elitista não ocorreria porque o PMDB também continha em seus quadros representações de trabalhadores que haviam participado das “Diretas Já”, constituindo-se uma “força fundamental e atuante” (p. 180). O autor parece crer que a representação de trabalhadores no PMDB imprimiria um cunho e um respaldo também popular aos acordos feitos com os dissidentes do PDS e parte dos militares e descaracterizaria, portanto, uma conciliação elitista. Deve-se lembrar, entretanto, que a maior parte dos acordos foi feita “intramuros”, pelos líderes moderados/conservadores do PMDB, contrariando, em alguns momentos, como já foi dito, a própria orientação oficial do partido. Somente na fase final as correntes populares tanto do PMDB quanto do PDT foram chamadas a apoiar (mais que discutir, pois os acordos já estavam selados) a formação da Aliança Democrática e o seu projeto político.

O processo de acomodação entre PMDB, a cúpula dissidente do PDS e o alto comando militar foi assim resultado de um processo que já vinha se desenvolvendo há alguns anos pelo qual a elite moderada/conservadora conquistou a hegemonia dentro do partido, vencendo as facções mais à esquerda. Ele próprio, Bresser Pereira, como veremos no capítulo seguinte, repudiou publicamente na *Folha de São Paulo*, a indicação de José Sarney como vice-presidente, identificado como conservador remanescente do regime.

Mas, ao contrário de muitos ufanistas pró-Tancredo, que propagavam aos quatro ventos a ideia de que sua eleição significaria a solução para todos os males do país, Bresser é mais realista ao dizer (por coincidência ou não, depois de assegurada a vitória) que “tudo muda mas pouco muda” (p. 183).

[...] as estruturas sociais e econômicas do país continuam as mesmas; porque a mudança de governante não implica mudança de classe dominante; porque as diferenças de riqueza, renda e de poder entre as classes neste país continuam enormes [...] porque este capitalismo é oligopolista e tecnoburocrático; porque o autoritarismo misturado com preconceito social e racial está profundamente impregnado nas classes dominantes capitalistas e tecnoburocratas brasileiras. (p. 183-184)

Entretanto afirma que: “por tudo isso - e não porque seja mais uma ‘conciliação de elites’ ou uma ‘transição conservadora’ - , é preciso não ter ilusões [de que o processo de transformação para uma sociedade melhor seria rápido]” (p. 184). Ao mesmo tempo diz que Tancredo “sempre deixou claro para todos” que seu governo seria de transição e de construção e, portanto, não contemplaria soluções rápidas, milagrosas e radicais (p. 187). Isso não corresponde, entretanto, exatamente ao que era vendido pelo marketing da sua campanha, como já vimos.

Tancredo era, para ele, o brilhante conciliador que conseguiu a façanha de unir toda a nação, independente de suas divisões e conflitos, e realizar um sonho antigo do povo: a volta à democracia e a construção de um novo Brasil. Uma imagem um tanto idealizada que a grande mídia também ajudou a construir. É o que veremos nos próximos capítulos.

Capítulo 2

Fatos e versões

Neste capítulo, retomo a discussão sobre alguns momentos-chave do processo de transição de forma mais detalhada, analisando como *Veja* e *Manchete* se posicionaram em relação a eles e destacando a conformidade da posição dessas revistas com a de Tancredo e seus aliados. Através do confronto com uma bibliografia crítica - historiográfica e política - procuro verificar como seus argumentos foram construídos, identificando distorções, contradições, silenciamentos e ênfases que explicitam as estratégias adotadas por essas duas revistas na complexa teia discursiva que produziram ao defenderem a candidatura do político mineiro e atuarem enfaticamente na construção de sua imagem heroificada, como veremos mais adiante. Comecemos por *Veja*.

2.1. DA ANISTIA ÀS “DIRETAS JÁ”: ENTRE DISTORÇÕES E SILENCIAMENTOS

O modelo de transição defendido pela revista pressupunha que o processo fosse conduzido por uma elite política moderada/conservadora em conciliação com o governo militar. Postulava a necessidade de mudanças comedidas que levassem ao desenvolvimento da economia e a um regime mais aberto, mas sem provocar rupturas na ordem vigente, na qual essa elite detinha o poder político e econômico.

A revista demonstrava, constantemente, o medo de que setores populares e partidos de esquerda tomassem a condução do processo, levando a uma radicalização e à instauração de um regime de feições socialistas (acompanhado de todos os “perigos” que isso representava, como ameaça à propriedade privada, estatização de empresas, intervenção do Estado nas relações de mercado e controle sobre os meios de comunicação). Ou, mesmo se não liderassem esse processo, que ganhassem força com a conquista de cargos no executivo e legislativo federal, estadual e municipal, e, assim, influenciassem os rumos da política e da economia.

Um dos momentos mais evidentes dessa preocupação ocorreu nas mobilizações pelas “Diretas Já”. Os moderados e conservadores do PMDB tentavam evitar que os comícios resultassem em críticas ao regime e

manifestações mais exaltadas que pudessem levar a uma “radicalização” da campanha. Além de circunscreverem as reivindicações ao tema do voto direto, passaram, inclusive, a esvaziar o movimento em sua reta final, como citei no capítulo 1. A preocupação era compartilhada por *Veja*, que, no âmbito da enunciação, procurava limitar o caráter da participação popular no movimento:

Para a multidão, as nuances dos discursos pareciam ter pouca importância. Assim como é falsa a noção segundo a qual se vai aos comícios pelas diretas para ver artistas, é engano acreditar que a multidão se agrupa para se convencer com discursos. As pessoas vão às ruas **simplesmente** para mostrar ao governo e ao Congresso que elas querem **votar para presidente**. (29/02/84, p. 21, grifos meus).

Para a revista, o povo só ia (ou só deveria ir) aos comícios para expressar o desejo de votar para presidente e não para ouvir discursos (principalmente dos “contestadores” da esquerda). Seria simplesmente esse o sentido da maior mobilização social e política da história do Brasil, esvaziando dela uma série de outros sentidos mais “explosivos”, como a carestia que assolava o país, as relações precárias de emprego e renda, maior participação popular na política e as críticas ao governo e à legislação autoritária que ainda vigorava?

A revista também tratava o povo como se fosse desprovido de maturidade e capacidade crítica, em uma concepção passiva de participação política:

A voz que sobe das praças não está interessada nos méritos deste ou daquele sistema eleitoral, ou em discutir a legitimidade do Colégio Eleitoral. Ela diz, apenas, que não quer mais continuar assim, porque está convencida de que assim não dá mais certo. (18/04/84, p.21)

Em conformidade com o discurso dos moderados e conservadores, *Veja* constrói, assim, outra versão da realidade, alterando de forma reducionista o significado e a complexidade das ideias e dos agentes envolvidos na campanha.

Em todas as reportagens a revista se esforçava para passar uma imagem de manifestações ordeiras e harmônicas o que, obviamente, deveria ser seguido nos próximos comícios. No Rio de Janeiro, por exemplo, *Veja* exaltava a “maturidade” do povo que não se aproveitou do fato de o presidente Figueiredo estar fora do país para elevar o tom contra o governo ou provocar tumulto. Diz a revista: “Justamente por ter amadurecido nestes vinte anos o país se acha pronto para escolher seu presidente” (18/04/84, p. 30). Nas entrelinhas, leem-se duas coisas: 1- só naquele momento, quando ia às praças ordeira e moderadamente, sem tentativas de subversão, que o povo estaria apto a exercer o direito de escolher o seu presidente (no passado as mudanças eram reivindicadas, muitas vezes, através de atos radicais como a guerrilha ou ataques verbais ao governo). 2- A maturidade vinha justamente com as manifestações conduzidas pela oposição moderada/conservadora, e não pela esquerda.

Veja também defendia a atitude de Tancredo e Montoro de tentar manter sob controle, nos comícios, manifestações de partidos considerados radicais.²⁹ Estes davam respaldo popular às “Diretas Já”, mas deveriam ser controlados para não prejudicarem as relações da oposição com o Palácio do Planalto. A revista apoiava a proibição das bandeiras vermelhas e as tentativas de impedir que líderes mais exaltados discursassem. Mesmo aqueles com acesso ao microfone, como Brizola ou Lula, eram pressionados a adotar um tom moderado e sem críticas ao governo (nem sempre cumprido). Essa preocupação justificava-se pelo risco da esquerda tomar o controle da campanha e imprimir um caráter mais popular e agitador à sucessão de Figueiredo (e que ameaçasse, obviamente, os planos da elite da oposição de chegar à presidência). Segundo a revista,

No PMDB, por exemplo, infiltrou-se a convicção de que a campanha da direta, caso seja submetida a uma longa duração, acabará saindo do controle do partido e tomada simultaneamente pelos petistas, nas praças, e por Brizola, nos palanques. (29/02/84, p. 22).

²⁹ Atendendo muitas vezes a pedidos diretos do governo militar (Cf. *Veja* 14/04/84, p. 29).

Depois das “diretas”, *Veja* sempre se referia ao movimento como a maior mobilização popular da história do país e salientava a importância do seu próprio engajamento na campanha, passando a imagem de que lutara com empenho, ao lado da sociedade. Porém, a atenção que a revista deu ao movimento foi, de início, pequena. Em editorial de 04/01/84 (p. 15), Victor Civita diz que “A questão crucial para 1984 não consiste em saber se vamos eleger o nosso próximo presidente pelo caminho direto ou indireto.” A prioridade, para ele, era superar a crise econômica e investir mais em educação, saúde e planejamento familiar.³⁰ Só depois que o movimento atingiu uma dimensão maior é que a revista passou a lhe dar destaque.³¹

Para *Veja*, a ameaça de ruptura da ordem, em todos os grandes movimentos contestatórios ou reivindicatórios da época, vinha principalmente das organizações sindicais, dos militantes comunistas e socialistas e, mais especificamente, do PT. É sobre eles que a revista concentra seu bombardeio de palavras. Os líderes populares, especialmente Lula, eram mostrados como intransigentes, ignorantes e extremados, cuja missão maior era tumultuar as relações entre patrões e empregados e entre o governo e a elite oposicionista.

Os petistas apareciam como uma horda de jacobinos revolucionários dispostos a tomar o poder. O fogo cerrado contra o PT pode ser notado desde sua fundação, em 1980, e mais acentuadamente a partir das eleições de 82, quando a atuação do partido no cenário político começa a ser mais intensa. Lula, que concorria ao governo de São Paulo, denunciava a legislação eleitoral autoritária e a possibilidade de uso da máquina governamental para favorecer

³⁰ O que, em uma perspectiva liberal, acaba tendo uma razão econômica também, pois educação forma, na visão do mercado, mão de obra qualificada. Medidas profiláticas de saúde evitam gastos futuros maiores para o Estado e prejuízo para as empresas privadas, como afastamentos do trabalho. E o planejamento familiar, na tradição neomalthusiana, ajudaria a conter a disseminação da pobreza e os seus custos para o governo e a sociedade. Em outra edição, três anos antes (21/01/1981, p. 15), a revista já defendia a mesma bandeira: “[...] um país pode ter apenas tantos habitantes quanto seus recursos permitam que tenha. Apurando-se tudo que o país tem e o que se pode esperar que venha a ter, vê-se com clareza que 3 milhões de pessoas a mais a cada ano excedem os recursos disponíveis.”

³¹ Na análise da trajetória de *Veja*, desde seu lançamento, fica evidente que a revista era a favor da redemocratização e das eleições diretas. Mas, dentro da afinidade que tinha com o projeto de “abertura” “lenta, gradual e segura”, fica claro também que esperava que isso fosse resultado de iniciativas dentro da esfera do poder, ou seja, do próprio governo ou das negociações deste com a elite da oposição moderada/conservadora, pois campanhas de cunho popular corriam o risco de radicalizar-se. Assim, parece ser esse o motivo pelo qual a revista não embarcou na campanha na mesma intensidade e rapidez que outros veículos como a *Folha*.

os candidatos do PDS. Ele foi acusado por *Veja* de tentar prejudicar o processo de “abertura”. Diz a revista em editorial (17/11/82, p. 35):

Nada mais nocivo, neste momento, do que os esforços de desmoralizar as eleições com qualificativos, como vêm ensaiando nas últimas semanas diversos prováveis perdedores, antecipadamente despeitados com suas próprias derrotas.

Em 1983, nos distúrbios populares que aconteceram em algumas capitais, a responsabilidade por aquilo que foi apresentado pela revista como um apocalipse social era atribuída, mais uma vez, ao PT. A confusão não ficou somente por conta dos saques. Em São Paulo, os manifestantes chegaram até o Palácio dos Bandeirantes, onde derrubaram a grade da entrada. Em nome da ordem, a revista defendia uma repressão enérgica e criticava o governador Franco Montoro por não ter tomado essa atitude.

Veja chega a apontar que um dos motivos que contribuíram para a falta de controle das “massas subversivas” era a pouca atenção que o governo estadual deu ao aparato policial, extinguindo inclusive o Dops. O departamento era responsável pela tortura e por serviços de inteligência, como levantamento de informações sobre grupos políticos durante os anos de chumbo. Diz a revista (13/04/83, p. 23):

O governador nunca quis realmente que o DOPS fosse extinto. Forças dentro do seu governo, porém, quiseram e o resultado é que o Estado de São Paulo ficou não apenas sem as informações, mas também sem os agentes, as equipes, as viaturas, sistemas de comunicação e os equipamentos do DOPS, hoje espalhados através da polícia civil e que constituíam o cerne da ação policial no trato de distúrbios sociais e políticos.

A revista não faz apologia ao papel desumano que o Dops representou no passado, mas fica evidente que, no combate ao perigo de subversão popular, era legítimo o uso da força repressiva, dos serviços dos agentes e da estrutura de um órgão que tinha profunda tradição antidemocrática.

Em ocasiões de greve, mais uma vez, *Veja* também aponta os que estariam contribuindo para o aumento das tensões e seus (ilegítimos) objetivos:

o PT, que tinha como intenção “contestar, num teste de força, a ordem política.” (13/07/83, p. 19):

Derrotados em toda linha no teste democrático das urnas, quando suas propostas políticas não conseguiram interessar praticamente ninguém nas eleições de novembro do ano passado (...) tentam mais uma vez, agora, forçar sua entrada no jogo através do reaquecimento da agitação sindical. (p. 19).

Na defesa de uma “abertura” ordeira, *Veja* também procura legitimar seu discurso através da voz de representantes populares. Nas páginas amarelas, espaço nobre dedicado a entrevistas especiais, a edição de 13/04/83 (p. 03-06) traz o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade (que tinha fama de “pelego” entre seus adversários da CUT). O título da entrevista já é taxativo: “A baderna é perigosa. O líder dos metalúrgicos de São Paulo espera que o povo que votou na democracia reduza os espaços dos grupos políticos radicais.”

A primeira frase da introdução soa como um alerta: “Joaquim dos Santos Andrade perdeu seu primeiro emprego na metalúrgica Matarazzo, em 1963, depois de dezenove anos de trabalho, por participar de uma greve em defesa do 13º salário que acabara de ser criado.” Durante a entrevista, as perguntas eram direcionadas para que o sindicalista ratificasse (e legitimasse por conta da sua posição de líder sindical) as posições de *Veja*.³²

³² Curioso notar que a revista que lhe abre espaço nas páginas amarelas e o trata como grande e responsável líder sindical, quando ele está disposto a dizer o que os editores desejam, anos mais tarde só iria lhe conferir meia página - para noticiar sua morte, traçando postumamente um perfil muito diferente do de antes (12/02/1997, p. 76): “Durante 22 anos, Joaquinzão foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo [...] e tornou-se nome símbolo do peleguismo nos tempos do regime de 64. [...] Mulherengo notório, teve esposa e amante assumida, mas nenhuma delas compareceu ao velório. [...] Cristão de ideias conservadoras, em 1964 o regime dos generais o nomeou interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, cuja diretoria fora deposta após o 31 de março. Um ano depois, com a oposição na cadeia, elegeu-se presidente do sindicato em São Paulo. [...] Com adversários fora de campo por ação da polícia, Joaquimreelegeu-se para quatro mandatos consecutivos até 1978, quando a abertura política encorajou antigos militantes a disputar a direção da entidade. Joaquim salvou-se fraudando a contagem dos votos. A partir daí, promovendo uma cirurgia no próprio passado, aliou-se ao PCB, conseguindo uma sobrevida de quase dez anos [...].” Na entrevista com Joaquim, em 1983, nenhuma menção de *Veja* a essa parte nada enobrecedora de sua biografia, pelo contrário. Prontificando-se a dar uma pequena ajuda na “cirurgia” que ele promoveu no próprio passado, a revista chamou-o de “símbolo” da luta do sindicato, para o qual “foi eleito para sua presidência por sete vezes seguidas”. E bastante oportuna: a entrevista foi publicada uma semana antes de Joaquim Andrade concorrer (e perder) à presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

[Veja] - Quem se beneficia com isso? [o levante popular em São Paulo]

[Joaquim]- Todo e qualquer grupo que tenha sido prejudicado pelo voto livre e democrático nas eleições de 15 de novembro.

[Veja] - O senhor está temendo pela abertura?

[Joaquim]- Lógico. Essa baderna não traz benefício algum. Ao contrário, só compromete os caminhos da abertura.

[Veja] - Qual sua opinião sobre os saques?

[Joaquim]- [...] Não tenho dúvida que por trás da aflição e do desespero dos desempregados tem muita gente querendo afunilar a abertura, desmoralizar os governos democraticamente eleitos, no sentido talvez de justificar ou pressionar uma intervenção federal em São Paulo.

A revista segue com perguntas altamente tendenciosas: “O senhor identificou algum grupo envolvido no quebra-quebra?”, “Como esse movimento pode prejudicar o trabalhador?”, “Qual sua posição sobre o papel da polícia nos acontecimentos de São Paulo?” e destaca, em “janelas” na página, os melhores momentos do entrevistado: “A polícia demorou a agir”, “Apostar na baderna é muito grave”, “Há grupos apressados fazendo cobranças”.

As referências à ameaça contra a democracia, mais especificamente ao projeto de abertura política iniciado com Geisel e levado adiante com Figueiredo, são constantes em várias edições. Veja tratava, com algumas pitadas de terror, de lembrar o risco de uma ruptura da ordem e suas consequências, culpando o PT por isso:

Num momento complicado como o de hoje ações deliberadamente destinadas a provocar exacerbações podem envolver, de maneira muito concreta, as liberdades públicas, um patrimônio que é de todos (...) Se a situação chegar ao ponto de ruptura, permanecerá o fato de que a suspensão das liberdades públicas terá sido provocada, na prática, pelo aventureirismo de uma organização partidária em busca de resolver seus problemas particulares. (13/07/83, p. 19).

A ordem que Veja defende, para além do sentido usual de normalidade social e não violência, é o próprio *status quo* em que o controle político, econômico e social está nas mãos da elite política e econômica do país.

As tensões exacerbadas que a crise econômica provoca precisam passar por um processo de saneamento - ou seja, devem gerar debate e propostas, mas não um caldo de vírus que leve **ao confronto político entre as diversas forças políticas em disputa**, dentro de parâmetros adequados - que, mantendo aberto o debate, eliminem a tentação de utilizar as desgraças presentes para **abalhar o regime**. (09/03/83, p. 19, grifos meus).

Para a revista, as disputas políticas mais aguerridas ou as lutas populares, que normalmente têm um caráter mais contestatório, são “um caldo de vírus” que leva ao confronto e, portanto, devem estar dentro de “parâmetros adequados”, ou seja, **controlados e comedidos**, sem usar como **desculpa** para a discordância “as desgraças presentes”.

A grande preocupação era que esses conflitos abalassem o “regime”. Mas que “regime” é esse que a revista não queria ver abalado? Não poderia ser o regime autoritário, pura e simplesmente, ao qual ela vinha se opondo desde o período mais duro de repressão. O “regime” que não deveria ser abalado é a própria representação da ordem burguesa que, naquele momento explosivo de crise econômica, social, e de acirradas disputas políticas, era assegurada pelo governo Figueiredo, em um regime político capenga, meio autoritário, meio democrático, mas seguro, que funcionava como um escudo contra o perigo do socialismo “radical” das esquerdas.

Assim como esses exemplos, muitos outros se seguiram nos anos posteriores. Veja se esforçava para mostrar que o PT e os movimentos sindicais eram improvisados e inconsequentes, coisa de operários radicais, brutos e desorganizados. Em seu discurso, reduzia à baderna as mobilizações que tratavam de política salarial, direitos trabalhistas e humanos e, num sentido último, contestavam a própria legitimidade do governo.

Porém, o fato histórico vai muito além da imagem que se queria construir: mais que manifestações de porta de fábrica de meia dúzia de líderes metalúrgicos ignorantes, o que se assiste naquele momento é a ascensão do chamado “Novo Sindicalismo”, um movimento bastante grande e progressivamente organizado que exerceu enorme pressão sobre o governo e a classe empresarial nas lutas políticas e trabalhistas.

O “Novo Sindicalismo” surge no final da década de 1970, congregando operários, bancários e funcionários públicos do ABC paulista, em uma corrente renovadora que se opunha ao velho modelo corporativo herdado de Vargas, assentado em uma política de cooperação e diminuição dos conflitos entre patrões e empregados, mediada pelo Estado. (KECK, 1988, p. 381-432)

De inspiração marxista, o novo modelo é pautado pelo combate à exploração, à política econômica vigente, à interferência de órgãos externos como o FMI e pela exigência de democracia política e social. A característica mais visível da atuação política dos sindicatos, a partir de então, são as greves que sacudiram o país até a metade dos anos 80, ameaçando a ordem produtiva, a estabilidade do governo e do regime. Não é à toa que foram duramente reprimidas.

Os trabalhadores organizados também tiveram forte atuação em campanhas como a da Anistia e das “Diretas Já”. Do novo movimento sindical emergiram líderes como Lula e duas importantes organizações no período final da transição: o PT e a CUT.

Assim, os ataques de *Veja* aos movimentos populares não eram gratuitos nem se referiam, em um nível mais profundo, à sua participação em motins de bairro ou porta de fábrica. A atuação do partido tornava-se uma preocupação séria à medida que crescia sua força política, transferida pelo novo movimento sindical.

Pouco mais de um ano depois de ser fundado, o partido já tinha cerca de 200 mil filiados em mais de mil núcleos (KUCINSKI, 2001, p. 130-131). Nas eleições de 1982, dois anos após a sua criação, o PT obtinha 3,1% dos votos do país. Fez, além de duas prefeituras, 08 deputados federais (seguido pelo PDT com 23 deputados e do PTB, com 13. O PDS e o PMDB obtiveram a maioria no Congresso: 235 e 200, respectivamente). O desempenho foi modesto, mas longe da perspectiva alardeada pela revista, de que as propostas do partido “não conseguiram interessar a praticamente ninguém”.

A imagem criada pela revista era a de uma trupe de ignorantes. Entretanto, o partido tinha também em seus quadros, além de metalúrgicos bastante politizados, renomados intelectuais, artistas e jornalistas.

Na esteira do novo movimento sindical, o PT nasceu defendendo reivindicações de cunho socialista e democrático. O manifesto de fundação diz:

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. (...) O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980).

Em outro trecho, o documento explicita o projeto de participação popular no jogo político:

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. [...] é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social.

Propostas como fazer com que “o povo” decida como controlar as riquezas produzidas no país, em vez do “grande capital nacional e internacional”, de submeter as decisões sobre economia aos “interesses populares” e os seus planos de conquistar o poder para “realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores” chocam-se violentamente com o credo liberal e elitista defendido por Veja.

Isso é mais evidente se voltarmos ao episódio dos levantes em São Paulo, em 1983. Uma frase no editorial (13/04/83, p. 21) sintetiza o temor da revista quanto à ameaça ao modelo de abertura “gradual e segura” defendida por ela, pelo governo e pela elite política e econômica do país: “Deixar de reprimir suas ações será permitir que eles se tornem os condutores das mudanças de que o país necessita.” Ou seja, as necessárias mudanças deveriam ser feitas logo pelos grupos dominantes (a quem a revista se refere, genericamente, como “classes dirigentes” e “responsáveis pelo poder político e econômico em todos os seus níveis”), antes que se perdesse o controle do processo para os setores populares. Essa preocupação das elites (incluindo aí a elite jornalística) vem de muito tempo. Cento e setenta e dois anos antes, em

1811, em meio ao tumultuado (e longo) processo de independência brasileiro, o liberal Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense, escrevia em seu jornal:

Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós, que essas reformas sejam feitas pelo povo, pois conhecemos as más consequências desse modo de reformar, desejamos as reformas, mas feitas pelo governo, e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite serem feitas pelo povo. (In: LIMA SOBRINHO, apud FAORO, 1987, p. 53).

Em relação à Igreja o que aparentemente era uma divergência de opiniões no âmbito social, como a de punir ou não um menor infrator, apoiar ou não os pobres que realizaram levantes populares, guarda uma dimensão maior. Na realidade, para Veja os religiosos deveriam cuidar dos assuntos transcendentais e não da política, justamente porque o que a Igreja entendia como projeto político, social e econômico para o Brasil confrontava-se com o que a revista concebia.

Assim, se na superfície do discurso a revista tentava colocar o clero no seu devido lugar e criticar os exageros na defesa dos direitos humanos dos “marginais”, em um nível mais profundo os ataques eram motivados pela orientação mais progressista e contestatória que grande parte dos religiosos católicos latino-americano adquiriu a partir do início da década de 1960 com o Concilio Vaticano II, reforçada em 1968 com a Conferência do Episcopado Latino Americano, realizada em Medelín, na Colômbia. Essas teses, com uma inclinação maior à “causa dos pobres e oprimidos”, dão substância à chamada Teologia da Libertação e influenciaram profundamente, nas décadas de 1970 e 1980, a ação católica contra o regime autoritário e a favor dos “excluídos”:

Por detrás da teologia da Libertação existe a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniqüidade histórico social. (BOFF; BOFF, 2001, p. 14)

A Teologia da Libertação, que no Brasil teve como maior expoente Leonardo Boff, tinha uma marcada influência marxista na concepção das lutas

de classe como motor da história e das injustiças sociais (porém, não se identificavam com o comunismo por seu caráter ateu). Suas raízes estão na antiga tradição crítica da Igreja Católica ao liberalismo e ao capitalismo explorador e excludente, conforme Michel Löwy (1989, p. 51):

Herdeira dessa tradição católica, a teologia da libertação inova modernizando-a:

- a) ao radicalizá-la e ao generalizá-la para todo o capitalismo;
- b) ao juntar à leitura moral do capitalismo uma análise econômica;
- c) ao passar do conceito de caridade ao de justiça social;
- d) ao não valorizar um modelo passado, mas promover uma caminhada para o futuro (utopia social).

O movimento preconizava a libertação dos pobres da opressão através da fé convertida em ato, ou seja, da sua própria luta, das transformações que eles, enquanto agentes sociais ativos, eram capazes de promover, sendo sujeitos da sua própria história e não dependentes de paternalismo, da caridade ou do assistencialismo (LÖWY, 1989, p. 54). É uma “autolibertação dos pobres como movimento histórico rumo ao Reino de Deus”, (idem, ibidem, p. 53). Assim,

O interesse pelo pobre enquanto vítima inocente e digna de misericórdia, característica da tradição da Igreja, articula-se aqui com a ideia moderna do pobre como *classe social* explorada e oprimida que busca libertar-se. (idem, ibidem, p. 53).

Essa nova orientação católica encontra terreno fértil no Brasil que tem no campo e nas cidades enormes contingentes de pobres, cuja condição é agravada pela crise da década de 80. Porém, conforme Leonardo e Clodovis Boff (2001, p. 15),

Não se trata apenas do pobre individual que bate a nossa porta e pede uma esmola. O pobre a que nos referimos aqui é um coletivo, as classes populares que englobam muito mais que o proletariado estudado por Marx (...) são os operários explorados dentro do sistema capitalista, são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo (...) são os peões e posseiros do campo, bóias-friás como mão de obra sazonal.

Essas pessoas eram mobilizadas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e suas pastorais. Por conta desse caráter contestatório, os clérigos “vermelhos”, como Helder Câmara e Paulo Evaristo Arns, foram perseguidos pelo governo militar, especialmente pela “linha dura”, que controlava o aparelho repressivo. Agrava-se ainda mais o fato de que boa parte dos religiosos e dos militantes das CEBs passou a dar ostensivo apoio ao PT logo após a sua fundação (KUCINSKI, 2001, p. 130).

Dessa forma, a libertação que propunham não se enquadrava no apertado modelo de liberalização política, desenvolvimento econômico e participação popular da “abertura”. Chocava-se frontalmente também com o liberalismo econômico defendido por Veja. Quantos arrepios não devem ter causado expressões como “luta de classes” e “libertação” vindas de pobres liderados por uma instituição tão poderosa quanto a Igreja. O rompimento da passividade colocava em xeque a concepção de uma transição conduzida de forma segura e paternalista pela elite “competente”, que tentava garantir sua hegemonia no futuro regime democrático.

Assim posto, comprehende-se melhor a virulência dos ataques da revista ao clero e ao PT quando se tem em mente que a doutrina da Libertação chegou a ser, em alguns momentos, mais incisiva que o próprio programa do PCB, conforme observa Löwyl (1989, p. 52)³³:

³³ Essa postura exaltada da Igreja no Brasil é mais acentuada até o final da década de 1970. A partir do começo dos anos 80, pouco depois do início do pontificado de João Paulo II, o Vaticano começa uma política de contenção de “excessos” e “perigos de desvios”, oriundos da aplicação “insuficientemente crítica” de conceitos do marxismo (CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, 1984). Para o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o então cardeal e hoje Papa Bento XVI, Joseph Hatzinger, “A luta de classes como caminho para uma sociedade sem classes é um mito que impede as reformas e agrava a miséria e as injustiças. Aqueles que se deixam fascinar por este mito deveriam refletir sobre as experiências históricas amargas às quais ele conduziu. Compreenderiam então que não se trata, de modo algum, de abandonar uma via eficaz de luta em prol dos pobres em troca de um ideal desprovido de efeito. Trata-se, pelo contrário, de libertar-se de uma miragem para se apoiar no Evangelho e na sua força de realização” (*ibidem*). Como parte dessa estratégia de contenção, o Vaticano passa a nomear bispos conservadores para algumas dioceses e remanejar outros religiosos mais “radicais” para localidades menos expressivas. Porém, esse é um processo que ganha maior consistência após 1984. Na primeira metade da década, portanto, as correntes progressistas do clero nacional ainda estavam aliadas ao PT e bastante atuantes na mobilização dos pobres contra o regime autoritário e o modelo político-social excluente (KUCINSKI, 1982; ALVES, 2005).

[...] enquanto o Partido Comunista Brasileiro explicava nas resoluções de seu IV Congresso (1967) que "a socialização dos meios de produção não corresponde ao nível atual da contradição entre forças produtivas e relações de produção", em outros termos, que o capitalismo industrial pode ainda desempenhar um papel progressista no Brasil — os bispos da região Centro-Oeste do Brasil publicam, em 1973, um documento, *O Grito das Igrejas*, cuja conclusão afirma: "É preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria. Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja ultrapassada".

A atuação da “esquerda radical”, como a revista dizia, também ameaçava entornar o caldo da conciliação em um ponto: a investigação, o julgamento e a punição, em um futuro regime democrático, dos crimes cometidos pelos militares. O que, obviamente, preocupava o governo e especialmente a “linha dura”, que representava uma ameaça constante ao processo de “abertura”, inflamando-se a cada manifestação mais exaltada dos setores oposicionistas políticos e populares. Daí cunhar-se, no seio do regime e no discurso da elite da oposição moderada, o termo “revanchismo”, acampado também pela maior parte da grande imprensa nacional. Note-se a opção pela palavra “revanchismo” como sinônimo de vingança, de uma atitude moralmente condenável, em vez de julgamento ou punição.

Analisemos o principal argumento de *Veja* e *Manchete* na defesa do esquecimento do passado: o de que a lei da Anistia, de 1979, segundo elas, “ampla, geral e irrestrita” e “patrocinada” por Figueiredo, já havia resolvido a questão dos “excessos” cometidos tanto pelo regime quanto pelos seus inimigos, ao conceder o perdão de forma bilateral.

Esse argumento também é construído mediante o silenciamento de alguns fatos e a distorção de outros. No caso de *Veja*, mais especialmente, isso mostra como, na defesa da conciliação, a revista “esquece” inclusive da sua própria história, já que denunciou algumas vezes a tortura e a perseguição

política (especialmente entre 1968 e 1975, como veremos adiante), além de se engajar na campanha pela Anistia.³⁴ Portanto, eram perfeitamente conhecidos dos editores os fatos a seguir:

1- A Anistia não foi “patrocinada” pelo governo e sim, em uma perspectiva maior, fruto da intensa pressão da sociedade civil, que já vinha protestando, nos anos anteriores, contra a prisão, tortura, desaparecimento e perseguição política de milhares de pessoas em todo o país (muitos políticos tiveram seus direitos cassados, outros, além disso, foram exilados; intelectuais e funcionários públicos também foram afastados de suas funções).

Em 1975, durante o governo Geisel, Terezinha Zerbini, mulher de um ex-general fiel a João Goulart e expulso do Exército, criou o Movimento Feminino pela Anistia. A mobilização evoluiu e, em 1978, surgiu o Comitê Brasileiro pela Anistia, seguido de outros do mesmo gênero, em várias cidades, reunindo estudantes, artistas, intelectuais, religiosos, familiares, além dos políticos mais combativos da oposição (KUCINSKI, 1982, p. 108-111). Além de lutar pela Anistia, o movimento tinha um caráter mais contestatório. Em nota dirigida à sociedade, o Comitê afirmava que

Anistia significa não só lutar pela libertação dos presos políticos, pela volta dos exilados, mas também pelo fim da repressão, das torturas, pelo direito de greve, contra o arrocho salarial, pela liberdade de organização e expressão, pelas liberdades democráticas [...] (apud GRECO, 2003, p. 138).

Desde as primeiras discussões, passando pela formação do Comitê até a aprovação pelo Congresso, o processo foi marcado por muitas disputas em torno do projeto de lei, que ganhou várias versões, com concessões e intransigências do governo, do PDS, da oposição e dos setores civis engajados na campanha. Organizaram-se, em todo o país, diversas formas de

³⁴ Refiro-me especificamente à revista *Veja*, porque não encontrei na pesquisa exemplares suficientes de *Manchete* dos anos de 1978 e 1979, nem referências bibliográficas específicas que possibilitassem uma avaliação do seu engajamento na campanha pela Anistia (pude observar somente através de algumas capas o espaço que deu, por exemplo, à volta de Brizola ao país- edição de 15/09/79- e à política “da paz” de Jimmy Carter, no mesmo ano, que influenciou a luta pela Anistia no Brasil). Quanto à *Veja*, é possível verificar isso consultando as edições do período no seu acervo digital, disponível em: www veja com br/acervodigital.

manifestação: comícios, passeatas, reuniões e discussões na mídia, especialmente no que tinha restado da imprensa alternativa depois do período de censura.



Protestos a favor da anistia em São Paulo, em 1978, e Paris em 1979. (acima). Ao lado, panfletos do Movimento Feminino pela Anistia, em 1977 e do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978.

Assim, “Quando Figueiredo assume a presidência [...], a luta pela anistia já estava nas ruas.” (COSTA, s.d.) O presidente que, segundo *Veja* e *Manchete*, “patrocinou” a lei, era, inicialmente, contra uma proposta ampla, temendo as reações da “linha dura”. Era favorável apenas a um indulto para os presos políticos, o que não foi aceito pelo movimento pró-anistia. Depois de intensas negociações com parlamentares, líderes do movimento e da pressão social dos comitês e dos próprios presos políticos (alguns chegaram a fazer greve de fome por mais de 30 dias, no Rio de Janeiro e em Pernambuco), o governo elabora um projeto mais abrangente (COSTA, s.d.). Porém, essa abrangência não era gratuita, no sentido de estratégia política, como veremos mais adiante.

2- A Anistia também não foi “ampla, geral e irrestrita”. A lei não contemplava os que participaram da luta armada e eram acusados do que o governo chamava de “crimes de sangue”, como sequestros e atentados. Também não dava liberdade imediata aos condenados por tentarem

reorganizar os partidos ilegais. Servidores públicos, professores, universitários e membros do judiciário tinham que se submeter à análise de uma comissão de inquérito que decidia se eles podiam reassumir suas funções. Os condenados por outros crimes políticos, com base na Lei de Segurança Nacional, não foram anistiados.

Mas, segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 321), o mais grave foi a inclusão de um dispositivo que concedia perdão incondicional também aos militares que cometaram crimes durante a repressão. Ou seja, ao mesmo tempo em que deixava de fora os membros da luta armada civil, passava-se uma borracha no passado dos torturadores militares.³⁵

O dispositivo era uma evidente vitória dos setores de linha-dura e eliminava a possibilidade de denúncia formal contra os acusados de prática de tortura. Ele dificultava eventuais investigações sobre as atividades do Aparato Repressivo, constituindo portanto uma derrota para a oposição. (ALVES, 2005, p. 321).

A lei também não atendeu às famílias de mortos e desaparecidos, ao colocar uma pedra sobre a possibilidade de investigação dos crimes e a localização dos corpos.

A promulgação da Lei da Anistia marcou para esses familiares a perda definitiva de seus parentes. A Anistia trouxe ao país os presos políticos, exilados e clandestinos, mas muitos dos mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito. A Anistia incluiu a humilhante proposição de emitir um *atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida* aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades, e impedir a elucidação das circunstâncias dos crimes cometidos. (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2001, p. 161)

Para Kucinski (2001, p. 88), apesar de não satisfazer integralmente o que pediam os Comitês, boa parte da oposição moderada concordou com o

³⁵ Segundo a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001, p. 161-162), os presos políticos envolvidos nos chamados “crimes de sangue”, não beneficiados pela Anistia, só foram libertados por conta da reformulação da Lei de Segurança Nacional (em 1983), que atenuou suas penas. Foram soltos em liberdade condicional, vivendo nessa condição por muitos anos.

projeto final, pois para esse segmento não era possível “obter uma abertura política colocando os militares no banco dos réus”.³⁶

Maria Helena Alves (*ibidem*, p. 321) diz que, apesar das limitações, a Anistia representou avanços ao permitir a volta ao país dos exilados, bem como sua reinserção na luta política. Porém, como lembram Nelson Werneck Sodré (1984, p. 131) e Basílio Sallun Jr. (1995, p. 145), a Lei da Anistia foi o primeiro passo pensado pelo governo para dividir e enfraquecer as oposições, na medida em que antigos e importantes líderes da esquerda como Brizola e Miguel Arraes voltavam ao país e entravam novamente no concorrido jogo de disputa partidária. O último passo foi a reforma política que, quatro meses depois, extinguiu o bipartidarismo, possibilitando a criação de várias agremiações e a fragmentação da oposição.

Outro fator importante contra a ideia da Anistia como concessão: além das mobilizações internas, o governo também sofria pressões externas contra o autoritarismo e a favor da Anistia. Elas vinham de perseguidos que buscavam apoio da mídia e de políticos nos países onde estavam refugiados, de entidades de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional, e especialmente do governo Jimmy Carter, que iniciou uma forte política nessa área. Depois de receber denúncias e pedidos de ajuda de exilados e religiosos,

³⁶ Declarações de dois políticos importantes do período, feitas à imprensa em 1999, indicam que mesmo setores mais combativos da oposição, como alguns políticos da ala “autêntica” do então MDB, não seriam a favor de uma anistia ampla, que possibilitasse a volta ao país de alguns exilados como Leonel Brizola e Miguel Arraes. A preocupação era que eles pudessem ameaçar a hegemonia do partido. Durante a campanha da Anistia, além do projeto de Figueiredo, havia outro no Congresso, enviado pelo MDB, considerado mais restrito que o do próprio governo, pois deixava de beneficiar alguns exilados. Em uma entrevista à revista *Época*, em agosto de 1999, o ex-deputado emedebista Thales Ramalho confirmava isso. Diz a revista: “Thales Ramalho não esconde: o anteprojeto de anistia formulado pelo MDB era bem mais modesto do que a lei assinada depois por Figueiredo. Não beneficiaria guerrilheiros, seqüestradores nem militantes de esquerda que se haviam envolvido em atentados. Tampouco permitiria a volta do deputado federal pela Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco.” Pouco depois dessa entrevista, em um artigo na *Folha de São Paulo* (24/08/1999), o ex-senador da Arena, Jarbas Passarinho, reforça a história: “Correram rumores da existência de manobra de Ulysses Guimarães para impedir que, anistiados, os líderes no exílio viesssem a dominar a oposição em detrimento dos que haviam lutado, anos a fio no Brasil, contra o regime autoritário. Os rumores são agora confirmados pelo doutor Thales Ramalho, que era o secretário-geral do MDB. A esquerda radical, também, não aprova a anistia a Brizola, por considerá-lo um provocador responsável pelo golpe de Estado de 64 e pelo receio de que pusesse tudo a perder num retrocesso indesejado.” Textos disponíveis em: Revista *Época*, --/08/1999 (na versão *on line* não é possível precisar o dia da publicação). <http://epoca.globo.com/edic/19990823/especial.htm> (acesso em 20/06/2011). *Folha de São Paulo*, 24/08/1999, Brasil, p. 10. <http://acervo.folha.com.br/fsp/1999/8/24/2> (acesso em 20/06/2011).

como dom Paulo Evaristo Arns,³⁷ o presidente americano veio ao Brasil em 1978, quando se encontrou com Geisel e o então candidato à sucessão, general Figueiredo.

Para a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001, p. 162),

A Anistia representou um esquecimento dos envolvidos em ações repressivas após o Golpe de 1964. Eles foram anistiados por causa da interpretação de que “a abertura política” poderia retroceder caso houvesse uma postura “revanchista” por parte da oposição. O termo “revanchismo” tem sido utilizado para criticar a atitude daqueles que insistem em investigar os casos de mortos e desaparecidos pela repressão política e exigem o julgamento dos responsáveis por tais crimes.

Assim, ao contrário do que silenciam *Veja* e *Manchete* (em seu discurso de esquecimento do passado e defesa do “não revanchismo”), a Anistia se deu segundo estratégia político-eleitoral do governo de enfraquecer a oposição e perdoar os crimes dos militares.

Tampouco foi uma ação de Figueiredo no sentido de uma “garantir a redemocratização”.³⁸ Em relação a essa ideia de concessão da Anistia acontece algo semelhante ao que observa Marilena Chauí (1986, p. 64-65)

³⁷ Conforme reportagens publicadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 30/03/1978 e 20/06/2001. Disponíveis em: <http://blogs.estadao.com.br/arquivo/files/2011/03/1978.03.30p001a.jpg> (acesso em 20/06/2011). <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-ver-carter-d-paulo-driblou-igreja-e-governo,734988,0.htm?p=2> (acesso em 20/06/2011).

³⁸ Embora defende esse ponto de vista, cito aqui um argumento do articulista da *Folha de São Paulo*, Jânio de Freitas, que me parece interessante como contraponto complementar no debate sobre o papel de Figueiredo na redemocratização. O jornalista também condena a tentativa generalizada de esquecimento dos crimes militares, mas faz uma ressalva favorável ao presidente, ao atribuir a ele a coragem de desafiar a “linha dura”: “Em artigo no décimo aniversário da anistia, atribuí sua aplicação (não a decretação) a dois fatores. O primeiro, a persistência do então presidente Figueiredo diante dos setores militares que se opunham a qualquer tipo de anistia. O outro foi o respeito do general Figueiredo à anistia que decretara e a imposição da mesma atitude aos histéricos. Já ninguém se lembra, parece, das ameaças da caserna à anistia, quando começaram a chegar os exilados.” (*Folha de São Paulo*, 23/08/1999, Brasil, p. 7). Em relação à opinião de Jânio, acrescento, entretanto, que para além de um possível sentimento democrático de Figueiredo ao defender a Anistia dos ataques dos militares da “linha dura”, o fato de lutar para contê-los (independente de ser por causa dessa lei ou de outra) era uma necessidade estratégica do seu governo para levar adiante as medidas liberalizantes e garantir o mínimo de legitimidade e controle da transição. Texto disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1999/8/23/2> (acesso em 20/06/2011).

quanto ao uso do termo “abertura” pelo governo (e por parte elite da oposição moderada/conservadora e da grande imprensa também):

Ao falarem “abertura”, estimulam a presença de uma ação benemérita, detentora e tutelar do Estado que toma a decisão de alterar o discurso político. Conseqüentemente, o termo abertura serve para retirar, pelo menos da fala política, senão da sua realidade, os outros agentes que a estavam efetivamente produzindo e que foram mencionados pelo poder.

Para a linguista Danielle Forget (1994, p. 194), que analisou declarações do governo militar brasileiro desde sua instauração,

O discurso dominante tenta convencer a todos da idéia de uma anistia projetada em termos universais: ela não seria fruto de reivindicações de um grupo particular, mas adviria como uma etapa normal de um processo histórico. Ainda uma vez o discurso dominante tenta camuflar as diferenças entre projetos diversos para destacar a anistia em geral.

A posição enunciativa de *Veja* em relação à Anistia é semelhante à da maior parte da grande imprensa que “passa a funcionar, assim, como caixa de ressonância do discurso oficial”, segundo Heloisa Greco (2003, p. 128-129). A autora cita alguns exemplos extraídos de jornais e revistas, “ricos em arrazoados que se situam em conexão direta com os argumentos brandidos pelo governo, compartilhando com ele a mesma linhagem semântica”:

Anistia; **“a bandeira do perdão”**

A necessidade de apagar-se **“a sombra divisora entre os brasileiros”**

A anistia como concessão (empregos de verbos como dar e pedir)

A necessidade de se debelar **“os riscos do revanchismo”** (grifos da autora).

Há, portanto, nesse momento final da transição, como se viu, duas forças que preocupam os moderados e conservadores da oposição e também a revista *Veja*: a direita militar ultraconservadora, representada pela “linha dura”, e a esquerda “radical”, congregando o PT, os setores mais exaltados do PMDB e os movimentos populares. Assim, para a revista, era necessário que a

“abertura” fosse mantida sob controle para evitar a erupção de um levante e a tomada de poder pela esquerda. A contenção dessa ameaça, por outro lado, também ajudaria a apaziguar os militares inquietos e amedrontados com uma possível exumação do passado.

Neste último caso, ao mesmo tempo em que condenava como retrocesso atos como os atentados promovidos pelos “duros”,³⁹ Veja adotava a retórica do “não revanchismo”. A partir do caso Rio Centro, a “linha dura” foi contida por Figueiredo e o que passou a prevalecer nas páginas do seu noticiário foi a defesa do esquecimento em relação aos abusos. Quanto a esse aspecto é interessante notar um fato. Em um editorial de 1978, ao falar sobre a necessidade de se manter a ordem pública no processo de redemocratização, o dono do Grupo Abril, Victor Civita, dizia:

Quem cometer crimes deve pagar por eles. E nenhuma razão de segurança ou de Estado pode justificar a degradação dos direitos humanos. Somos a favor da conciliação nacional, mas não vemos razão para se anistiarem pessoas que infringiram o código penal alegando razões políticas, nem para se incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática.

Analizando esse trecho, vemos que primeiro se estabelece o princípio da punição aos criminosos. Segundo, ao dizer que o Estado não pode atentar contra os direitos humanos sob nenhuma justificativa, condena a tortura. Terceiro, se posiciona contra a anistia a “pessoas” que cometem crimes por motivos políticos.

Ora, considerando o cenário de lutas durante o regime militar, quem cometeu crimes previstos no código penal foram, principalmente, de um lado os guerrilheiros urbanos e rurais que assaltaram bancos, sequestraram diplomatas e mataram militares, e de outro, os militares que mataram e torturaram guerrilheiros, padres, intelectuais, estudantes e trabalhadores. Já que **ambos** são “pessoas que infringiram o código penal alegando razões políticas”, consequentemente **ambos** deveriam ser punidos igualmente e não merecerem

³⁹ Como a morte de Vladimir Herzog, o atentado do Rio Centro e os ataques a veículos de comunicação e entidades como a OAB.

anistia. Entretanto, um ano depois desse editorial, *Veja* já defendia o “não revanchismo”, ou seja, a não punição aos militares, pois além de colocar a vingança como um sentimento menor, alegava que a Lei da Anistia, promulgada pouco tempo antes, tinha sido bilateral (o mesmo argumento da elite da oposição). Na verdade não foi, pois os civis que cometem “crimes de sangue” não foram anistiados. Os militares sim.

Percebe-se, portanto, que para *Veja* há dois pesos que podiam ser usados retoricamente quando fossem mais convenientes. Antes, defendeu a punição para as “pessoas” (teoricamente todas) que cometem crimes, pois, segundo os princípios liberais dos quais os Civita são signatários, todos são iguais perante a lei, elemento regulador da própria liberdade de agir (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002, p. 687-694). Depois, mudou o discurso e, na medida em que condenava o “revanchismo”, as “pessoas que infringiram o código penal alegando razões políticas” passavam a ser somente “pessoas” da esquerda. O final da fala de Victor Civita já dá pistas sobre essa diferenciação: ao falar sobre “grupos políticos que não aceitam a convivência democrática” e que queriam se reorganizar, ele se referia, indiretamente, à guerrilha, às organizações de luta armada colocadas na clandestinidade, como, por exemplo, o Partido Comunista do Brasil, o Movimento Revolucionário 8 de outubro, a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

2.2 A “METAMORFOSE” DE FIGUEIREDO E DOS MILITARES

As duas revistas adotaram um procedimento discursivo que conseguiu a façanha de acertar, à esquerda e à extrema-direita, dois inimigos com um tiro só: a construção da imagem de Figueiredo como defensor da causa democrática, depois de ter feito o mesmo com Geisel, em uma intensidade menor, operando, mais uma vez, uma acentuada distorção dos fatos.

O presidente era uma das peças-chave no necessário pacto de uma transição ordeira e conciliada. Assim, o fortalecimento da sua combalida credibilidade ajudaria a manter sob suas mãos (portanto, mais longe da esquerda) o controle do processo de “abertura”. Ao mesmo tempo, contribuiria também para melhorar a imagem de toda a categoria militar por ele representada: o agora “democrata” e “bem intencionado” Figueiredo seria um retrato dos militares enquanto conjunto - o que tornaria mais robusta a tese do “não revanchismo” e, consequentemente, tranquilizaria e neutralizaria a “linha dura”.⁴⁰

Nos últimos anos de mandato, a credibilidade do governo era baixíssima, vide o repetido voto de protesto na oposição, que crescia desde 1974. Isso se agravava ainda mais com a pressão da sociedade civil em campanhas como a da Anistia, das “Diretas Já” e com a crise econômica incontrolável.

Só para citar um exemplo estatístico, em uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha na capital paulista, em 1983, a população deu nota média de 2,1 para o desempenho de Figueiredo na economia, em uma escala de 0 a 10. Entre os mais pobres, a avaliação foi pior: 1,7 (MENDES; MUSZYNSKI, 1990, p. 78).

Na contramão, desde muito antes, *Veja* e *Manchete* mostravam um presidente popular sempre ao lado do povo e capaz de empolgar multidões:

⁴⁰ Só mais tarde, em 1984, quando a candidatura de Tancredo já estava consolidada, é que a revista começou a fazer críticas mais ácidas ao regime e sua credibilidade. Em uma reportagem dizia que se renovavam as esperanças de que com Tancredo o Brasil conseguisse “a proeza de fazer uma transição pacífica entre o regime, esgotado e rejeitado pela maioria da opinião pública, e a nova ordem política que todos desejam” (08/08/1984, p. 19). É a primeira vez que *Veja* se referia de forma tão incisiva ao regime. Assim o faz, porém, **em termos institucionais**. A revista condenava o modelo econômico, que considerava falido, e o caráter autoritário **do regime**. A figura de **Figueiredo**, entretanto, era, em geral, preservada e enaltecia (desde o início do mandato, em 79) como o presidente que “decretou a anistia, levou a cabo as eleições diretas para governos estaduais e tem garantido as liberdades individuais e públicas” (21/09/83, p. 35). Parece haver uma clara intenção, nesse momento, de dissociar governo e regime autoritário e, mais ainda, Figueiredo e o regime. Porém, o apoio de *Veja* a ele era meramente oportunista. Depois de assegurada a eleição de Tancredo, o tratamento dado ao ex-presidente não era nada elogioso. Na edição sobre os 100 dias do governo Sarney, a revista rasgava elogios ao novo presidente e criticava o antigo, “com seus momentos de vulgaridade e mau humor incrustados numa administração desastrosa concluída debaixo de um coral de escândalos.” (31/07/85, p. 21)



(Deixo, num restaurante popular, serve-se nun banzinho. Um grupo de pessoas na avenida Flores.)



Manchete 20/11/82



Em um artigo escrito à época das eleições para governadores, deputados federais e estaduais de 1982, o editor adjunto, Elio Gaspari, tenta mostrar como positiva a personalidade forte do presidente, confundindo conceitos de autoritarismo e autoridade na condução da “abertura”:

O curso vitorioso da abertura deve bastante ao temperamento de Figueiredo, capaz de produzir frases explosivas como “prendo e arrebento quem for contra a abertura” ou “eles vão ter indigestão de democracia”. (17/11/82, p. 44)

E em seguida completa, mostrando que os brutos também têm sensibilidade:

Tamanha segurança abriga, na verdade, um militar atirado no processo político que se ressente da falta de apoio e compreensão de seus adversários. Em público, Figueiredo pode se parecer com um tufão. Num círculo mais restrito, porém, parece estar em busca do “milhão de amigos” que Roberto Carlos gostaria de ter na sua velha canção (p. 44).

Nesse artigo, a revista promove uma verdadeira transformação na imagem de Figueiredo: o militar autoritário passou por uma “metamorfose pessoal” (p. 44) e se transformou no mais convicto dos democratas. Além do texto verbal da matéria, Veja usou uma sequência de imagens para narrar essa redenção, como em uma fotonovela (p. 44-45).



Duvidaram, e ele abriu

Quem crê que Figueiredo é um personagem óbvio, que diz o que lhe vem à cabeça, não a tem no lugar



Poucas fotografias ilustram tão bem o período sombrio. Afinal, quem que não recorda, quando Emílio Médici, durante uma visita à Amazônia...

Nesse equívoco, variando no tom e nas ocasiões, não incorre apenas o deputado. É que é certo que a encarnação do general é sempre a de alguém que levava a bordo um leite de governadores oposicionistas, tendo percorrido o mesmo percurso,

levaria à própria exaustão. Uma academia militar, num período de quinze anos, formaria certamente um exército de estudos superior — profissionais brilhantes e medíocres. Poderia engendrar, também, um exército de militares que saíssem da academia desse tipo: o comando do país, inevitavelmente chegaria o dia de posse de um presidente como o general Leopoldo Gómez, que os levava o país à derrota, o regime ao descalabro e os militares à humilhação.

...quando a opinião o apontava como um chefe, não escutava os softwares militares, os discursos táticos de seus colonelares de pladus a respeito de si próprio. Não que gostasse das pladus, como não que gostasse das suas próprias palavras, mas que, ao longo de todos os dias, o agressivo sistematizava, como um personagem de vulgar cavalaria, mas sem aquele deserto de temor, assim como dava a impressão de que o deserto de violência brasileiro já entrecruzava de economia. Figueiredo é presidente o suficiente a dor da imprensa, que grita: “Uma das aflições da minha vida é essa tal de base monetária que o Brasil inventou”, disse uma vez na presença de uma ministra da Economia. Vida

na porta de Brasília, ou a explodir a curva de inflação que se sente — e que é sentida — na carne, no ar, no ambiente, nos fogos do metrô que incendeia, a segurança aprende a pilotar uma moto, como se fosse um avião, e os pilotos, os outros exércitos. Se um colono-pesca-sa de uma província andava em marcha, matava assistente de médico e policial, e voltava para casa, com a pele quebrada, ferida, com sangue, com al-gum trabalho, resolve o que devo.

Comodó, nem Figueiredo, nem qual

quer de seu ministério, ele chegou a sugerir que fosse para encarregar o governo de Olinda, ou de São Paulo, ou de Rio Grande do Sul, ou de Santa Catarina, cargo interino, mas inferior em importância, que não era só o que era dardado ora por um mestre-sala por quem desmentiu quando se saiu que o vulto de Edson Queiroz, Ribeirão Preto, havia sido a chave. Gabinete Militar sim que wingueu, mas mesmo a turma dos participantes da reunião das 9, seis horas, quando o momento estava pronto, virou-se.

Basta, concordaria uma vez para se

Na primeira foto, ele aparece a bordo de um helicóptero de guerra, em visita à Amazônia como chefe do gabinete militar do violento governo Médici, que aparece do lado esquerdo da imagem. Em seguida há uma singela foto, em close, ao que parece com os olhos marejados e enxugando as lágrimas com um lenço. Na imagem seguinte, a apoteose: Figueiredo, já presidente, nos braços do povo, num simulacro de democracia. A legenda complementa o sentido: “O general João Baptista Figueiredo de 1973 saiu de perto da metralhadora e foi batalhar votos da abertura de 1982 até sobre os ombros dos garimpeiros de Serra Pelada”.

O presidente é apontado em outra reportagem como “o grande vitorioso” das eleições de 1982, por ter permitido o pleito direto e se empenhado para sua realização, trabalhando incansavelmente, mesmo com dor de dente e gripe: “Figueiredo ganhou por antecipação a maior eleição já feita no país: bastou realizá-la para firmar a abertura.” (p. 36).



Assim, em *Veja*, “a abertura patrocinada por Figueiredo” (p. 36), surge como feito dos militares que, de lagartas, viraram borboletas, em uma “metamorfose” que inclui também o ex-presidente Geisel, que terminou seu mandato em 78.

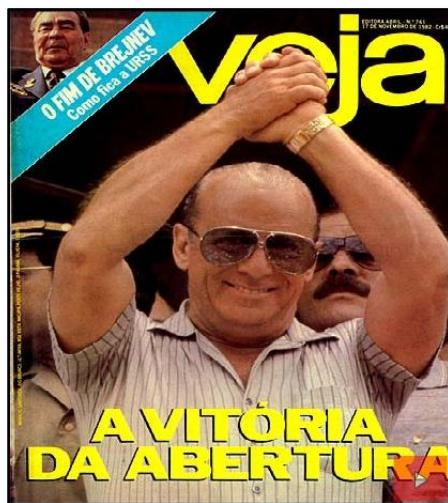
Ao expirar o último minuto de 1978 expirou também a ditadura que o presidente Ernesto Geisel começara efetivamente a enterrar com sucessivos passos de um processo de abertura - e o país passou a viver mudanças ao mesmo tempo profundas e sutis na vida real. Consolidadas nos últimos quatro anos, elas vieram desembocar nas eleições de 15 de novembro, agora pelas mãos do presidente Figueiredo. (p. 36)

Ou seja, nos malabarismos discursivos da revista, cria-se outra versão da realidade, como se a partir de 1979 o Brasil estivesse vivendo em plena democracia, como se o objetivo da “abertura” fosse de “enterrar a ditadura” e como se não tivessem existido momentos extremamente autoritários nos governos de Geisel e de Figueiredo. Discurso esse afinado com o do governo e seus aliados: “A idéia de democracia é apresentada de maneira dupla nos discursos proferidos a partir de 1964: algumas vezes como uma conquista do futuro e outras como presente do regime em vigor.” (FORGET, 1994, p. 178) Em uma entrevista de 1984, o presidente declarava que o Estado democrático já era uma realidade: “Quando assumi em 79, eu disse [...] vamos para a democracia. Hoje, com cinco anos de governo, eu me sinto realizado, porque estamos numa democracia” (*ibidem*, p. 178).

Para Danielle Forget (*ibidem*, p. 96), isso era uma “tentativa de neutralizar o discurso da oposição, que reivindicava o retorno ao estado de direito através das Diretas”. Assim como a repressão, essa estratégia discursiva era outra arma do governo militar na batalha para conseguir legitimidade e postergar sua permanência no poder.

Antes de fazer uso da coerção, o governo militar, desde sua instalação, se preocupa constantemente com a legitimidade, isto é, com o apoio que busca para adquirir algum direito no exercício do poder e sem o qual não teria condições de manobrar à vontade. (*idem, ibidem*, p. 96)

A capa dessa edição, de 17/11/82, sintetiza bem a nova imagem do governo nas lentes de *Veja*:



Figueiredo, supreendentemente simpático e soridente (o que por si só já seria uma prova da “metamorfose” pela qual passou, tendo em vista sua conhecida truculência), ergue os braços, comemorando a vitória da “abertura” que ele mesmo “patrocinou”. Ou seja, congratula-se e exibe-se no palanque (no qual também se transforma, metaforicamente, a própria capa da revista) para merecida aclamação geral.

As letras amarelas na frase “A vitória da abertura” e no nome da revista remetem à ideia de democracia, que estaria impregnada na própria figura do presidente e em *Veja*. Note-se também a ilusão de ótica, proporcionada pela disposição gráfica dos elementos, em que suas mãos parecem entrelaçadas ao nome da revista, através da junção com o “e”. Figueiredo “e” *Veja* estão unidos, congregam dos mesmos sentimentos democráticos. Repetindo um gesto consagrado na cultura do esporte, ele, do alto, não mais do palanque, mas do pódio, parece estar erguendo o troféu conquistado após ter disputado e vencido seus adversários. Esse troféu leva, justamente, o nome da revista (em amarelo ouro) - um prêmio concedido por ela em reconhecimento ao “grande vitorioso”.

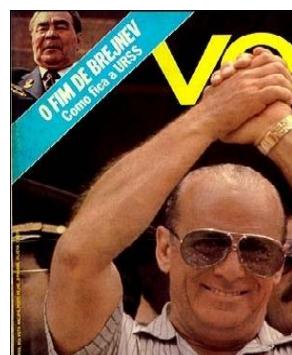




Se o presidente Médici ergueu a taça da Copa de 1970, conquistada na euforia dos tempos do “milagre econômico”, nada mais justo que Figueiredo também erguesse a sua.

Ele também aparece em trajes **civis**, descontraído, feliz como cidadão de um regime livre, contrastando com o militar sisudo que está atrás, ou melhor, que ele deixou para trás (por ironia, o oficial se parece com Sarney, o pivô da dissidência pedessista que, dois anos mais tarde, também deixaria Figueiredo para trás).

Outra construção *verbi-visual* paralela dialoga com a principal: no canto esquerdo superior aparece a foto do ex-presidente soviético Leonid Brejnev, que havia morrido sete dias antes, e abaixo da imagem grave de seu rosto, a frase: “O fim de Brejnev. Como fica a URSS”. Ou seja, enquanto o “democrata” Figueiredo vivia seu momento de glória, ao promover a “abertura”, o outro, “comunista” chegava ao fim. Sintomático a revista não dizer “A morte de Brejnev” e sim, depreciativamente, “O fim de Brejnev”.



Mais ainda: a primeira frase já induz a resposta à frase seguinte: “Como fica a URSS”: o pressuposto é que ficava mal, considerando que o país já enfrentava problemas econômicos e políticos, o que remete a outra associação: enquanto lá o “comunismo” (do qual, segundo a revista, bebiam os “radicais” da esquerda brasileira) estava fadado ao fracasso, aqui, o regime autoritário convertido em democracia, vicejava.

Na revista *Manchete*, Figueiredo também é mostrado, repetidas vezes, como o grande benfeitor que, tocado pelo espírito democrático, concedeu a lei da Anistia, o fim da censura e estendeu a mão à oposição num gesto conciliatório para o bem do Brasil.

Na mesma semana em que *Veja* enaltecia os esforços do presidente para garantir as eleições, *Manchete* dava um tom parecido em sua edição (20/11/82). O pleito era considerado como mais um gesto de benevolência: “Pela vontade de Figueiredo e para a alegria do povo, o mecanismo da democracia voltou a funcionar”, diz o editorial (p. 3). Assim, para a revista, o Brasil também já vivia um regime democrático: “[...] **graças ao João, e aos que estão com ele**, já entramos na normalidade democrática onde as eleições se sucedem e há alternância de poder.” (p. 12, grifos meus) Pela expressão “aos que estão com ele”, entenda-se não só os políticos que o apoiavam, mas também os militares, as “Forças Armadas democráticas”, como diz a revista (p. 10).

Ao todo são oito páginas relatando os feitos e o esforço de Figueiredo para “a construção de uma nova sociedade”, uma obra considerada maior que a da usina de Itaipu, a qual ele acabara de inaugurar (p. 4):

A democracia é uma aspiração de todos os brasileiros. Um direito e uma conquista de todos. Mas foi este homem, João Figueiredo, quem empenhou sua palavra e – literalmente – seu coração,⁴¹ para podermos todos desfrutar desse direito. (p. 8)

Existe um grande esforço, tanto na cobertura fotográfica quanto nos textos verbais, em dar um caráter mais humano e popular a Figueiredo (assim como se percebe em *Veja*). Quando ele ficou doente, por conta de um infarto,

De repente, todos perceberam que **o João** era o condutor do processo de abertura [...] A nação torceu inteira pela recuperação **do João**. Já não mais como um presidente, apenas. Sobretudo como um **amigo** doente. Um homem **como nosso pai, ou nosso irmão**. (p. 10, grifos meus)

⁴¹ A revista se referia ao infarto que o presidente sofreu, em setembro de 1981. No enunciado de *Manchete*, o problema cardíaco aparece como tendo uma das causas o estresse provocado pelo seu trabalho obstinado no processo de abertura.

E, dezesseis anos antes de o técnico da seleção brasileira na copa de 1998, Zagallo, dizer aos críticos que teriam que “engoli-lo”, *Manchete* já abria espaço para Figueiredo mandar o mesmo recado para a oposição, porém ao melhor estilo populista, amparado por um pretenso apoio das massas:

Até 15 de novembro de 1982, e por mais dois anos e tanto eles vão ter que me engolir como eu sou, no meio do povo. No meio do povo porque é no meio do povo que eu me sinto bem. E é olhando nos olhos da gente de minha terra, que eu sei se tem confiança no seu presidente, ou se acha que o presidente está lhe faltando com a verdade. (p. 10)

A posição de *Manchete* de saudar Figueiredo como o grande e benevolente condutor da “abertura” é evidente em muitos outros momentos na fase final da transição. Um exemplo-síntese é a mensagem de Adolpho Bloch ao presidente, quando ele deixou o cargo em 85, após a eleição de Tancredo:

Meu caro presidente: o seu nome superou os 20 anos da **revolução** de 1964. Pode estar certo de que ele será lembrado pelos séculos afora como **estadista da paz, da conciliação**, que **concedeu** anistia a milhares de brasileiros e soube fazer do Brasil uma verdadeira democracia. (26/01/85, grifos meus)

Adolpho e Civita só faziam engrossar o coro de apoio do grande empresariado e, mais especificamente, daqueles que comandavam há décadas os grandes conglomerados de mídia. Em 1984, o mais poderoso deles, Roberto Marinho, assim se referia a Figueiredo:⁴²

Ao assumir o Governo, o presidente Figueiredo **jurou** dar continuidade ao processo de redemocratização. A **concessão da anistia ampla e irrestrita**. As **eleições diretas** para os Governos dos Estados, a **posse dos eleitos**, a **cooperação** federal com os novos governos oposicionistas **na defesa dos interesses maiores da coletividade** são demonstrações de que o Presidente não falou em vão. (grifos meus)

⁴² O artigo de Roberto marinho “Julgamento da Revolução” foi publicado no jornal *O Globo* em 07/10/1984. A reprodução da página está disponível no blog do jornalista Luis Nassif: <http://www.viomundo.com.br/wp-content/uploads/2011/08/materia-o-globo-de-07-10-1984-2008-2.jpg> (acesso em 09/08/2011).

2.3 A ALIANÇA DEMOCRÁTICA: PASSADO E PRESENTE FUNDIDOS E CONFUNDIDOS

Nas duas revistas, a ideia de transformação também perpassa todo o discurso sobre a Aliança Democrática. Para justificar a união de Tancredo com a Frente Liberal, mais uma vez as duas revistas promovem, na enunciação, distorções e a reconstrução da imagem de alguns personagens importantes como Sarney. Comecemos com alguns fatos:

A saída de boa parte da cúpula do PDS se deu por rivalidades internas em um partido com credibilidade já esgotada devido à vinculação de sua imagem, durante anos, ao autoritarismo. A cada eleição o PDS perdia mais espaço nas instâncias representativas. Havia mais inimizade em sua cúpula do que união. Figueiredo não simpatizava com Aureliano, que desconfiava de Andreazza, que não gostava de Antônio Carlos Magalhães, que, por sua vez, era inimigo de Paulo Maluf e todo o seu *staff*. Com a indicação de Maluf como candidato à presidência, começou a debandada dos descontentes do partido.

A essa altura, como mencionei no primeiro capítulo, já havia um acordo entre Aureliano e Tancredo sobre o apoio a um candidato de consenso. A crise no PDS só veio concretizar o que se antevia caso Maluf avançasse sobre as estruturas do partido. Assim, com lugar garantido na promissora candidatura tancredistas e o vislumbre da provável impopularidade de Maluf, os pedessistas viram uma oportunidade de cortar laços com um regime que expirava, desvincilar-se da imagem autoritária a qual estavam vinculados e garantir a sobrevivência ao lado de quem comandaria o cenário político em pouco tempo.

Sob a capa da Aliança Democrática, vestiram a camisa da conciliação. Os peemedebistas moderados e conservadores saíram em sua defesa, apresentando-os como novos convertidos à luta pela redemocratização. O combate ficou por conta dos “autênticos” como Ulysses, que relutaram em aceitar a aliança e muito menos Sarney como vice.

Entre os que melhoraram sua biografia com esse pulo para a oposição estavam políticos que ajudaram a sustentar o regime desde o início: além de Sarney, Jorge Bornhausen, senador e ex-governador biônico de Santa

Catarina, Marco Maciel, também senador e ex-governador biônico de Pernambuco, Aureliano Chaves, ex-presidente, e Antônio Carlos Magalhães, senador e governador biônico da Bahia duas vezes.

Welder Goes (1984) pinta o retrato de alguns desses personagens naquele momento. Antônio Carlos Magalhães,

[...] Amigo dos generais, vassalo de seus governos, sempre exalou o cheiro do regime. Essa era sua imagem, ademais agravada pelo conhecido estilo absolutista com que tem marcado sua trajetória na política da Bahia. Pois subitamente a imagem de Antônio Carlos deflagra uma dimensão imprevista [ao atacar verbalmente, de forma violenta, o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim, que o havia chamado de traidor por ter deixado o PDS]. E foi assim que os embates da sucessão resgataram a imagem de Antônio Carlos, mudando sua biografia ao fazê-lo porta-voz de sentimentos que até há pouco o abjuravam. (p. 118)

Aureliano Chaves também já tinha percebido, antes de todos, ser mais vantajoso migrar para a oposição.

Foi um agente mais ativo do que os outros. Em parte por seu temperamento e em parte por cálculo político. O temperamento forte, afeito à indignação moral, cioso de estatura, recusava a vassalagem e propunha a dissidência. Aureliano não tinha alternativa, pois o regime não dá espaço a civis altivos. O cálculo político também recusava a vassalagem, porque lhe foi fácil perceber que o exercício omisso das presidências interinas [durante períodos de viagem ou doença de Figueiredo] acabaria por tritura-lo no fogo que devora o regime. (p. 121).

Marco Maciel seguiu a corrente, com os mesmos cálculos políticos, mas com temperamento oposto, mais ameno:

Essa aparência enganou os militares, que o tratavam corretamente. Com isso, ele pôde romper provocando o mínimo de iras e fixar-se na nova posição sem que o gesto de fazê-lo parecesse rebeldia. Não há caso de cálculo político mais nítido do que o de Maciel. (p. 122).

Dessa forma, “Em uma série de casos, a sucessão aparece, assim, como um clarão que permitiu aos atores identificar novos lugares no palco.” (GOES, 1984, p. 122).

A partir de então, todos ganharam espaço constante nas páginas de *Veja* e *Manchete*, transformados (em uma “metamorfose” semelhante a que foi produzida para Figueiredo) em defensores da conciliação democrática. Quando estavam na situação, foram alvo de críticas de *Veja*. Porém, ao reforçar a possibilidade de vitória do projeto moderado de Tancredo, o discurso mudou e a Aliança era justificada como imprescindível na composição de um “centro forte”:

Num momento de dificuldades como agora, numa sociedade com problemas e divisões tão graves como a brasileira, é **essencial** para o equilíbrio político a existência de um centro forte e organizado. **Sem ele será impossível cogitar seriamente de estabilidade ou de qualquer projeto duradouro de democracia no Brasil.** Haverá apenas lutas entre os extremos e nesse tipo de conflito, como sempre o que menos importa são os interesses da maioria. (18/07/84, p.19, grifos meus).

Mais uma vez, *Veja* recorre à ideia de um caos político, social e econômico iminente para defender a conciliação. O argumento do medo ganha força ao alertar também para os prejuízos que lutas e reivindicações mais incisivas poderiam causar aos interesses da “maioria”. Vê-se a tentativa de fixação de um discurso hegemônico, da universalização de interesses apresentando uma ideia que, em nome do bem coletivo, deveria ser naturalmente e inquestionavelmente aceita por vários grupos, independente das suas diferenças (anuladas provisoriamente em nome de algo maior: “uma transição pacífica” para “a nova ordem que todos desejam”. 08/08/1984, p. 19).

O processo de construção discursiva em relação a Sarney é mais rico em detalhes. Primeiro, retomemos a análise de Goes (1984, p. 120) sobre o ex-pedessista:

Seu perfil intelectual disfarçava a obediência ao regime e enquanto obedecia sentia-se humilhado pelo desprezo com que os militares o tratavam. Sempre pensou na desforra, alimentando secretamente a esperança de que o sistema político se abrisse e assim lhe reservasse um lugar no proscênio.

Como líder da Arena e do PDS, Sarney foi peça importante para a sustentação do regime. Não que comungasse do mesmo espírito autoritário

que os militares imprimiram (em diversas ocasiões manifestou-se a favor, por exemplo, das liberdades individuais e coletivas e da modernização do PDS). Porém, conservador que é, optou pela subserviência ao governo que lhe ajudara, desde Castello Branco, a garantir o domínio político no Maranhão e um lugar de destaque na cúpula do poder federal.⁴³

Isso lhe custou algumas tarefas nada nobres: entre outras, trabalhou para esvaziar as propostas de Anistia vindas da oposição, ajudou a derrotar a emenda das “Diretas” e se mobilizou para fortalecer o PDS e evitar que a oposição vencesse as eleições presidenciais de 85 (antes, obviamente, da crise que provocou sua saída do partido).

O jornalista Alexandre Garcia, que foi assessor de imprensa de Figueiredo, com livre trânsito nos bastidores da política, relata um episódio que, se for autêntico, demonstra o quanto Sarney havia se apegado ao círculo do poder, a ponto de querer preservá-lo por métodos ilegítimos. Segundo Garcia, o presidente lhe revelou uma conversa entre seu filho e Sarney, na época em que ele, Figueiredo, era muito criticado por não comandar a escolha do candidato pedessista à presidência (o que é considerado um dos motivos do enfraquecimento do PDS, do avanço de Maluf sobre as bases do partido e do fortalecimento da campanha oposicionista). Diz Garcia (1990, p. 345):

O presidente Figueiredo me revelou o seguinte, sobre a saída de Sarney do PDS: "Tenho cartas do Sarney, pedindo-me para coordenar a sucessão dentro do PDS. Depois ele saiu, sem me avisar nada. A mim, que sempre o avisei de tudo. Na casa do Gazalle, em São Paulo, o Sarney disse a meu filho: 'O seu pai não deve permitir que a oposição ganhe a Presidência. O seu pai tem força para dar um golpe e permanecer no poder. Ele precisa fazer isso'."

Como já mencionei, o nome de Sarney provocava calafrios até em parte do PMDB, que se recusava a aceitá-lo como candidato a vice-presidente, como queriam Tancredo e o seu grupo. Bresser Pereira, um moderado que, em alguns momentos, tendia para a esquerda do partido, justificava em artigo na

⁴³ Para uma biografia resumida de Sarney, conferir o **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930**, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (Alzira Abreu et al., 2001). Disponível também *on line* em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/BuscaConsultar.aspx> (acesso em 10/07/2011).

Folha de São Paulo, de 31/07/84, a rejeição ao ex-presidente do PDS (assim como Ulysses, ele também acabaria convencido por Tancredo, mais tarde, a aceitar a composição com Sarney):

Até a um mês atrás ele era, como presidente do PDS, o principal articulador da resistência ao restabelecimento das eleições diretas.

Durante todo o período ditatorial, o senador José Sarney colocou a sua inteligência e a sua competência política e jurídica a serviço do regime autoritário sem qualquer vacilação. E só rompeu com a cúpula do PDS quando, no episódio da prévia, viu-se pessoalmente traído pelo Presidente da República e indevidamente pressionado pelos malufistas. É compreensível, portanto, que, não obstante os méritos pessoais que o senador José Sarney sem dúvida possui, a grande maioria dos membros do PMDB não aceite sua indicação.

A estratégia enunciativa de *Veja* para melhorar a imagem de Sarney não usava o tolo e óbvio recurso de simplesmente apagar o seu passado, dada a consistência dele.

Em uma reportagem de capa (08/08/1984), a revista começa citando, superficialmente, a passagem de Sarney pelos governos militares, o fato de, como os outros dissidentes, ter percebido que teria melhores chances fora do PDS e a consciência que tinha da rejeição que causava à ala esquerda do PMDB. Porém, deixava claro que os dissidentes se diferenciavam do seu antigo partido, até porque, segundo a revista, “seria tolice confundir a Frente Liberal - ou sua parte mais expressiva - com o que hoje se denomina PDS.” (p. 20).

Assim, em vez de esconder o seu passado de colaboração com o regime, a revista tenta neutralizá-lo - amenizando-o e construindo, ao mesmo tempo, outra imagem, exacerbadamente positiva (essa mesma fórmula seria repetida em outros momentos posteriores, como na doença de Tancredo, quando ele assumiu interinamente a presidência, e depois, quando passou a ser titular do cargo). ⁴⁴

⁴⁴ De forma geral, todas as edições do período de 20/03/85, quando *Veja* cobriu a doença de Tancredo e a posse interina de Sarney, até 31/07/85 com seus 100 dias de governo, a revista deu um tratamento muito favorável e elogioso a ele. Nos meses seguintes, as críticas mais severas apareceram junto com os problemas econômicos que sua administração enfrentava.

Sarney é mostrado como um poeta sensível, idealista e até certo ponto ingênuo, que sonhava, desde o começo, em fazer da antiga Arena e do PDS um partido melhor. Mas que se desiludiu com “a vida real” (as limitações e o jogo de interesses internos) e, quando caiu em si, retomou o caminho certo (ou seja, aliou-se a Tancredo):

Quando eu trabalhei na fundação do partido e quando comecei a trabalhar na sua presidência, pensava que poderia construir um grande partido moderno. Mas hoje vejo que aquilo não passava de um sonho de intelectual. Coisa de poeta. (p. 20).

Quanto ao período de torturas, Sarney diz que “Essas denúncias nunca chegavam ao Congresso, nós vivíamos isolados.” (p. 23) Ao caracterizá-lo como moderado, tolerante, sensível e competente, Veja ia promovendo o seu distanciamento do lado “feio” do regime:

Governou o Maranhão de 1965 a 1970 e mudou o curso da história do Estado com uma gestão modernizadora. Esteve na alta hierarquia da Arena e do PDS, mas jamais foi visto perto da tropa de choque do regime. (p. 22-23).

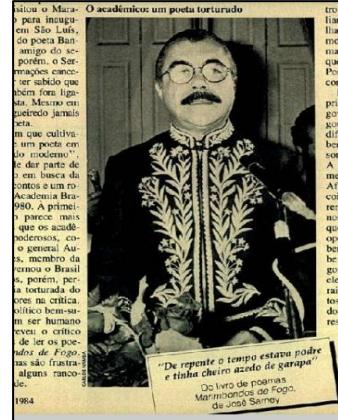
Sua índole boa era construída em contraste com a de Maluf, assim como fez ao valorizar Tancredo (o bem) contrapondo-o ao candidato pedessista (o mau).

Veja também dizia que, quando veio o golpe de 64 e o exército começou a prender deputados em Brasília, Sarney se arriscou dirigindo à noite pelas ruas para levar dois colegas asilados até a embaixada da Iugoslávia. Foram “dias difíceis”, conta a revista, em narrações dramáticas: “No dia da edição do AI-5, em 1968, eu protestei [...] Achei que ia ser deposto e preso. Foi o dia mais difícil da minha vida.” (p. 23).

Há outros momentos emocionantes: para Veja, Sarney, o “político liberal que militava na esquerda da UDN⁴⁵ em 1964, o governador carismático que financiava parte do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha” (p. 23), ficou arrasado quando seu filho, deputado federal, votou a favor da emenda das “Diretas”.⁴⁶ Um momento perturbador e decisivo para o então presidente do PDS:

Quando os microfones [...] anunciaram o “sim” de José Sarney Filho, José Sarney pai tinha uma lágrima no rosto. Sua conta com o regime estava fechada. Nem ele tinha mais o que dar de bom grado, nem o regime parecia ter muito a lhe oferecer senão uma escolha entre Maluf e Andreazza. (p. 23-24).

Além dos textos verbais, a revista usa outra construção, verbi-visual, para reforçar a ideia de um intelectual que se encontrava anacronicamente em uma situação que lhe causava sofrimento: o próprio PDS. Sarney é mostrado com o fardão da Academia Brasileira de Letras, transposto, portanto, do mundo da política para o mundo do lúdico. Acima, a legenda “O acadêmico: um poeta torturado” e abaixo o excerto de um de seus poemas: “de repente o tempo estava podre e tinha cheiro azedo de garapa” (p. 25), uma clara associação com o “apodrecimento” (conotação ética) do partido, causado pelo crescente domínio de Maluf, do qual ele finalmente havia, em um momento de tomada de consciência, se libertado.



Para legitimar a imagem positiva de Sarney, Veja abria espaço para a ratificação de seu nome à vice-presidência pelo também maranhense e poeta Ferreira Goulart, evocado como voz de autoridade, pois, perseguido pelo regime, “amargou quase dez anos de clandestinidade e exílio por ter sido

⁴⁵ A União Democrática Nacional foi fundada em 1945 para fazer oposição a Getúlio Vargas e sua política intervencionista nos campos social e econômico. O partido não tinha uma orientação ideológica coesa, misturando teses autoritárias e conservadoras com liberais e progressistas. Após o golpe de 64, a UDN foi extinta e seus principais membros fundaram a Arena. Para uma visão panorâmica sobre a história do partido, conferir o 5º e último volume do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930** (op. cit.).

⁴⁶ O filho de Sarney fazia parte da ala do PDS da qual Aureliano era um dos líderes, que defendia eleições diretas para presidente em 1985. Aureliano e seu grupo acreditavam ter mais chances de vencer no pleito direto, caso fosse indicado pelo partido, pois era bastante popular junto à sociedade civil. Já no Colégio Eleitoral ele poderia sofrer resistência dos aliados de Maluf.

acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro” (p. 25). A fala do poeta, iniciada pela locução prepositiva “apesar de”, resume a imagem que *Veja* construía:

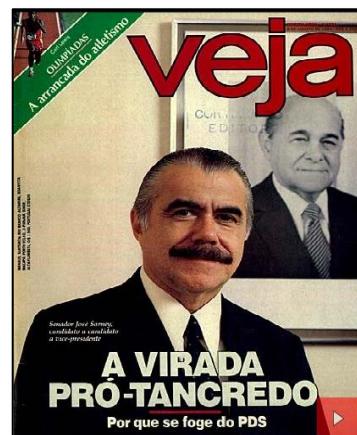
Ferreira Goulart [...] acha que Sarney é uma boa opção [...] “Apesar de sua ligação com o regime, não acho que jamais tenha apoiado a repressão e a perseguição aos seus opositores. Não apoiou o AI-5, por exemplo. E quando veio a abertura, logo posicionou-se a seu favor.” (p. 25)

É forte o empenho de *Veja* em pintar um retrato tão favorável do político. Diz a revista:

Hoje, para Sarney, a questão essencial do político brasileiro [note-se, mais uma vez, a prescrição generalizada de comportamento] “é conjurar o perigo da convulsão social e o risco do retrocesso”. Contra esses males ele vê o caminho da grande aliança e da conciliação. (p. 24)

A capa dessa edição dá a noção da proximidade que a revista produz entre Sarney e Tancredo e o ideal da conciliação (poderia haver exemplo maior que a união entre o ex-líder da situação e o líder a oposição?). A composição explora o tema da identidade e da afinidade.

As figuras se posicionam em um jogo de duplos, beirando o mimetismo⁴⁷: a posição corporal, a expressão facial, a forma e a cor da roupa são praticamente as mesmas. A diferença de altura entre os dois, entretanto, dá a dimensão hierárquica entre eles. Cria-se também um sentido de “apadrinhamento”: Sarney posiciona-se sob os olhos e a proteção de Tancredo, mais velho, mais experiente e ocupando um lugar de poder mais elevado que o dele (Tancredo é o que já tem uma foto oficial pendurada em uma sala do funcionalismo público, rito destinado aos que já se consagraram nas mais altas instâncias

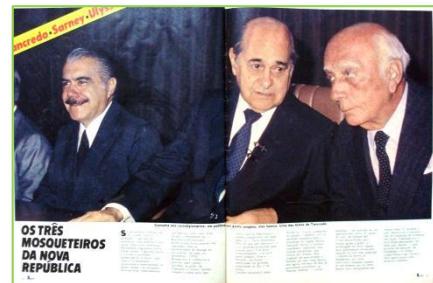


⁴⁷ No **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa** (2006), o sentido de “mimetismo” é definido como: “[...] adaptação na qual um organismo possui características que o confundem com um indivíduo de outra espécie. [...] processo pelo qual um ser se ajusta a uma nova situação; adaptação.”

representativas. A foto na parede, embora na condição de governador de Minas, faz alusão também à tradicional foto presidencial, um lugar que, sugere-se na composição da imagem, ele iria alcançar, tendo ao seu lado José Sarney).

Manchete, que nunca se prestou a apontar os males do regime, continuou, em relação à Aliança Democrática e seus membros, a adulção que se espera de quem sempre quis agradar tanto a situação quanto a oposição. Nela, Sarney também esteve, durante a campanha, sempre associado à imagem de Tancredo. As menções sobre sua passagem pelo regime são raríssimas e quando existem aparecem amenizadas. O que prevalece é o elogio fácil aos “pontos positivos” do seu passado e a supervalorização do presente de luta democrática ao lado de Tancredo.

Assim, para a revista, Sarney, Tancredo e Ulysses eram “Os três mosqueteiros da Nova República”. (26/04/85, p. 74-75)



Com a doença do titular, ele passou a ser, na imagem criada por *Manchete*, o escudeiro que levava adiante os ideais do herói momentaneamente impossibilitado. Era o seu legítimo representante. Por isso, a revista conclama: “Todo poder a Sarney” (20/04/85, p. 18-19), em uma foto de página dupla, na qual o vice aparece ajoelhado, beijando a imagem de cristo crucificado, durante uma missa na sexta-feira da paixão, em que se rezava pela recuperação de Tancredo.



Sarney é o humilde vice, que se ajoelha para beijar os pés de Cristo. Naquela sexta-feira santa de 1985, Tancredo, assim como Jesus, também vivia seu martírio no hospital. Logo, o tema do sofrimento e a identificação entre o presidente e o salvador cristão é evidentemente evocado, assim como a reverência de Sarney a ambos. Sua humildade, compaixão, fidelidade a Tancredo e a fé em Deus o legitimariam a receber “todo o poder” delegado pela classe política que “se mobiliza num apoio global ao presidente em exercício”. Segundo a revista, esse “passou a ser o lema entre os líderes políticos, desde os de extrema direita até os de esquerda [...]”.

Em outra reportagem, a revista caracterizava Sarney como responsável e íntegro, “modesto, mas digno estadista”, incansável no trabalho de condução do país e capaz de levar adiante o projeto de Tancredo (27/04/85, p. 12-14). Ele era “O herdeiro da Nova República”, “O aventureiro de sonhos” (04/05/85, p. 104-109).



Capítulo 3

**Do liberalismo de *Veja* ao adesismo de *Manchete*: o jornalismo
na defesa dos interesses econômicos**

Certamente havia, do ponto de vista pessoal, uma identificação ideológica dos proprietários e editores de *Veja* e *Manchete* com o universo de valores da direita ou do centro do espectro político - assim como a discordância com os princípios e métodos da esquerda - que justificariam as posições mostradas no capítulo anterior. Posições essas articuladas na defesa do projeto de transição conservadora de Tancredo Neves. Porém, é mais plausível observar a atitude discursiva dessas revistas e o apoio ao político mineiro sob outro viés: o dos interesses econômicos, já que ambas se constituem grandes empresas capitalistas inseridas no campo da indústria cultural, e, portanto, prontas a defender ideias e ações que garantissem a sua sobrevivência e a maximização dos lucros. Conforme analisa Ciro Marcondes Filho (ao tratar do jornal, mas podendo expandir a ideia para toda a imprensa comercial),

Para o editor do jornal (assim como para o dono da loja de roupas, o feirante etc.) sua mercadoria tem importância somente enquanto meio para obter o dinheiro. O jornal para ele não serve para se ilustrar, mas para aumento de seu capital. [...] para o editor, o valor da mercadoria se realiza na troca; é esta que garante a sobrevivência da sua empresa.

É claro que, além dessas considerações puramente econômicas [...] há implicações de outra natureza e, em relação ao jornal particularmente, de ordem política e ideológica. Mas todas as mercadorias (não somente o jornal) veiculam também ideologia; no jornal isso aparece mais claramente. Essas considerações não são secundárias. Elas, contudo, não negam que a sobrevivência econômica é determinante (e, portanto, decisiva) na vida da empresa jornalística. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 25-26)

3.1 NOTÍCIA: UM PRODUTO À VENDA

O conceito de indústria cultural foi cunhado por Adorno e Horkheimer na década de 1940, em seus estudos críticos sobre a razão moderna no contexto das profundas transformações ocorridas desde o final do século anterior nos campos político, social e principalmente econômico. O capitalismo avançado alterou profundamente toda a estrutura de organização da sociedade e provocou, por exemplo, a dissolução da autonomia que existia entre economia e cultura, fundindo-as cada vez mais, levando a uma industrialização das próprias ideias: a lógica capitalista do lucro transformou bens culturais em mercadorias, produzidas em série. (RÜDIGER, 2004, p. 22)

Entretanto, o termo “indústria” não deve ser entendido de maneira literal em seu sentido meramente tecnológico. Ele “refere-se, sobretudo, ao emprego mercantil dos veículos de comunicação, ao manejo das técnicas de marketing (promoção) e à padronização dos bens artísticos e intelectuais.” (idem, ibidem, p. 27) Da mesma forma, o conceito de indústria cultural, para além das empresas que produzem tais bens e das técnicas utilizadas, “representa, antes de mais nada, um movimento histórico: a transformação da mercadoria em matriz do modo de vida e, assim, da cultura em mercadoria, conforme ocorrido na baixa modernidade.” (idem, ibidem, p. 22)

Assim, “Não se trata simplesmente de produtos culturais que são também mercadorias, mas sim de produtos que o são integralmente” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 22), produzidos segundo uma lógica de racionalidade técnica e de gestão que perpassa todo o sistema capitalista em sua fase tardia. “Só a ‘administração’ industrializada, radical e consequente, é plenamente adequada a esse conceito de cultura”, dizem Adorno e Horkheimer (2002, p. 22). Goldenstein assim resume o fenômeno da indústria cultural em que produção e distribuição orientam-se segundo o critério do lucro:

A indústria cultural desenvolve-se lentamente no capitalismo e consolida-se junto com a fase monopolista deste. Suas mensagens estão submetidas à mesma lógica de produção e distribuição das demais mercadorias nessa etapa. São elaboradas no interior de grandes complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital; são produzidas em escala industrial, num esquema de mercado, na maioria das vezes, por um alto grau de divisão do trabalho [...].

A lógica da mercadoria avançou também sobre o campo do jornalismo desde o fim do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX, quando houve um crescimento muito grande do mercado de bens de consumo (RÜDIGER, 2004, p. 31). Os empreendimentos jornalísticos foram os precursores na produção organizada da informação segundo o espírito industrial, de forma tímida no começo, porém

A possibilidade de tratar o público como clientela e a demanda por veículos de publicidade para expandir os negócios conduziram [...] à comercialização da imprensa, responsável por sua crescente concentração nas mãos de umas poucas empresas e conglomerados. (idem, ibidem, p. 31)

Assim, a imprensa é essencialmente um empreendimento burguês: nasce e se desenvolve vinculada à consolidação da burguesia europeia que, posteriormente, utiliza os seus jornais como arma na luta política nos períodos denominados “revoluções burguesas” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 28).

A partir da segunda metade do século XIX passa a buscar um público mais diversificado, em um caráter prioritariamente mercantil de empresa capitalista. Já a partir dos anos de 1890, esse modelo se consolida na Europa e Estados Unidos onde “não somente a empresa jornalística impõe-se como única forma possível de competir no mercado editorial mas também se formam os grandes conglomerados da indústria da imprensa.” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 67)

Com o rápido desenvolvimento urbano, técnico e do mercado publicitário, assiste-se, a partir da década de 1930, a uma verdadeira revolução no campo da comunicação: “de indústria da cultura ‘de massa’ tornam-se, efetivamente indústria da consciência” (idem, ibidem, p. 68). Já não se trata apenas de produção em larga escala de bens culturais: implanta-se o processo através do qual, segundo Enzensberger (*apud* MARCONDES FILHO, ibidem, p. 69), “não se cria somente um produto mas, principalmente, sua mediação, com derivações secundárias, terciárias, efeitos de infiltração e em que interessa o lado sensível do que ela reproduz e leva às pessoas”.

Para Ciro Marcondes (ibidem, p. 12), a grande imprensa, em seus moldes industriais, converteu-se em uma instituição-suporte para o capitalismo:

[...] seria difícil pensar o capitalismo sem imprensa (que satisfaz tanto a necessidade de difusão pública e pseudo-social de alguns monopolistas de classe, que dela se utilizam para “representar” a voz social, como a necessidade ideológica - portanto falsa - de “multiplicidade de opiniões”, quando, de fato, as únicas opiniões diversificadas que têm livre acesso aos grandes monopólios de comunicação são as dos próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno deles circulam), da mesma forma que seria impossível pensar uma imprensa sem capitalismo.

Como sintetiza o título de um dos livros mais conhecidos de Cremilda Medina (1988), na sociedade urbana e industrial a notícia virou “um produto à venda”.

3.2 IMPRENSA E INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, a imprensa⁴⁸ nasce em 1808, com a vinda da corte de D. João VI e a fundação do jornal oficial régio *Gazeta do Rio de Janeiro*. No mesmo ano, começou a circular o *Correio Brasiliense*, impresso na Inglaterra e enviado para cá, rivalizando com a *Gazeta*. Até o final do século, vicejou na colônia uma grande variedade de pequenos títulos que caminharam lentamente de uma produção artesanal para moldes mais industriais.

Assim como já tinha acontecido na Europa, aqui, no período inicial da imprensa, conviviam o jornalismo literário ilustrado, o panfletário com suas acaloradas discussões políticas e um pequeno e progressivo número de periódicos com incipiente caráter noticioso e comercial (MOREL, 2008, p. 23-43).

Com o crescimento da industrialização e da urbanização nos anos de 1920 e principalmente 30, começa a se desenhar mais nitidamente o processo de concepção empresarial da mídia, que levaria mais tarde à formação da indústria cultural no país. O Brasil progredia com a expansão dos meios de comunicação (como o telégrafo e o telefone), dos meios de transporte, com a diminuição do analfabetismo, os avanços técnicos e a formação de um mercado consumidor mais significativo.

⁴⁸ Neste tópico, concentro mais a explanação na imprensa escrita, de caráter jornalístico. Porém, pode-se incluir no mesmo processo de desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, grosso modo, outros produtos voltados mais especificamente para o divertimento, como revistas e programas audiovisuais. A inserção deles nessa indústria dá-se, entretanto, de forma e em períodos um pouco diferentes do impresso, porém com a mesma gradatividade: o rádio na década de 1930 e a TV, teatro, indústria fonográfica, na de 1960.

Nessa época já se destacam conglomerados importantes, como os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que adotava modernos procedimentos de gestão editorial. No lançamento da revista *O Cruzeiro* (1928), o primeiro grande semanário nacional, a empresa inovou com estratégias de distribuição mais ágeis, apresentação gráfica mais atraente e marketing. Também houve nesse período um florescimento de produtos segmentados destinados, por exemplo, ao público feminino ou operário, bem como a diferenciação editorial mais nítida entre jornal e revista (COHEN, 2008, p. 103-130).

Nesse sentido, conforme Sodré (1983, p. 391-449), assim como aconteceu na Europa, aqui a moderna imprensa também se vincula ao desenvolvimento do capitalismo e à progressiva ascensão da burguesia, bem como a todas as transformações políticas, sociais e econômicas que isso provocou.

Mas é a partir da década de 1950, em um país cada vez mais urbano e industrial, que passam a se firmar as grandes empresas jornalísticas. Embora os periódicos tivessem um caráter mais político-opinativo que noticioso (no sentido do tratamento mais “objetivo” da informação), eles acentuam o modelo de gestão e concentração empresarial, além de instaurarem grandes inovações gráficas que influenciariam outros veículos nas décadas seguintes (BAHIA, 1990; SODRÉ, 1983).

A etapa decisiva para o desenvolvimento da indústria dos bens culturais no Brasil se dá nas décadas de 1970 e 1980. O “milagre econômico” produziu um crescimento acelerado do país (média de 10% ao ano) e das empresas jornalísticas que se beneficiaram do aquecimento do mercado consumidor, do aumento das verbas publicitárias, da melhor formação dos jornalistas e das inovações tecnológicas gráficas e eletrônicas.

Dados da Unesco e da Embratel (apud BAHIA, 1990, p. 371-373), ilustram o crescimento dos negócios: em 1966 havia 45 estações de TV principais e 10 auxiliares no país, mil emissoras de rádio, 264 jornais diários, com tiragem total de 4 milhões e 700 mil exemplares. Em 1970, o número de emissoras de TV chegava a 130. Em 1978, somente a tiragem dos 31 maiores

jornais alcançava quase seis milhões de exemplares. Entre eles, estavam a *Folha de São Paulo*, com média de 320 mil aos domingos, *O Dia* (RJ), com 314.337, e *O Estado de São Paulo*, com 290 mil também aos domingos. As revistas com maior sucesso eram da Editora Abril (a mensal *Tio Patinhas*, com cerca de 350 mil exemplares, a quinzenal *Capricho*, com quase 287 mil e a semanal *Veja*, com cerca de 235 mil) e da Bloch Editores (*Manchete*, com tiragem de 224 mil exemplares por semana).

A *Folha* (cujas origens remontam ao jornal *Folha da Noite*, fundado em 1921) é um bom exemplo do alto nível de racionalidade aplicado ao processo produtivo por quase todos os veículos da grande imprensa nesse período: comprado em 1962 por Octávio Frias de Oliveira e seu sócio, Carlos Caldeira Filho, adotou o computador na linha de produção no final dos anos 70 e instaurou, no início dos anos 80, um programa profundo de mudanças editoriais, administrativas e técnicas, o chamado “Projeto *Folha*”, inspirado em preceitos de gerenciamento empresarial e no modelo de jornalismo norte-americano. A notícia passa, definitivamente, ao patamar de produto feito em linha de montagem, sob padrões empresariais de gerenciamento dos recursos materiais e humanos (SILVA, 2005).

O diretor de redação, Otavio Frias Filho, responsável pela reestruturação do jornal, assim procurar justificar a nova orientação baseada no caráter mercadológico da notícia no capitalismo:

a estratégia de mercado posta em andamento pela imprensa está firmemente ancorada na estrutura ideológica da notícia (qualquer notícia) e na relação de solidariedade entre imprensa e público, em outras palavras, [...] não é a imprensa burguesa quem institui um público sujeito à estratégia de mercado e às manipulações que dela decorrem, mas [...] é o caráter mercadológico da notícia quem institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos uma simbiose de interesses complementares. (apud SILVA, 2005, p. 57)

Com a estratégia de se aproximar cada vez mais dos anseios do leitor, produzindo um jornal destinado a um público mais amplo e heterogêneo e que expresse (pretensamente) objetividade e pluralidade de opiniões, a *Folha* consolida-se como o maior jornal do país a partir de um momento-chave: o

engajamento na campanha das “Diretas Já” (TASCHNER, 1992; DUCCINI; PINTO, 2002; SILVA, 2005).

Ao longo de três décadas, o grupo Folhas diversificou enormemente sua produção. Além de cinco jornais, lançou dezenas de fascículos e outros produtos gráficos. Segundo Gisela Taschner (1992, p. 193),

Jogando sempre dos dois lados e, na medida de suas possibilidades, diversificando a linha de produtos, mesmo com alguns desacertos do ponto de vista de segmentação, o grupo consolidou seu império. Para qualquer tendência de mercado e da política que se esboçasse, ele tinha um produto pronto para ser ativado. Nos momentos de opacidade apostava nos dois lados. Tinha montado um aparato para seguir os ventos e tirar proveito deles, qualquer que fosse a sua direção.

Assim como os grupos Folhas, Estado e as Organizações Globo, os complexos Abril e Bloch também são os melhores exemplos da evolução de um modesto mercado de bens culturais no início dos anos de 1950, para o cenário dominado por grandes conglomerados industriais de informação nas décadas de 70 e 80, nos quais impera, acima de tudo, o princípio do lucro. Celina Duarte, em um trabalho sobre a participação da imprensa no processo de redemocratização brasileira, apontava, já em 1983, o alto grau de concentração da imprensa, especialmente em relação às editoras:

O mercado brasileiro está hoje monopolizado por uns poucos jornais, com a produção centralizada no eixo Rio-São Paulo. São apenas cinco os grandes jornais [...]. Somente duas editoras (Editora Abril de São Paulo e Editora Bloch no Rio de Janeiro) publicam revistas de repercussão nacional, com capacidade de influenciar a opinião pública e os centros de poder (DUARTE, 1983, p. 188).⁴⁹

3.2.1 OS CIVITA E O IMPÉRIO ABRIL

Em 1949, Victor Civita chega ao Brasil. Filho de judeus italianos, nasceu nos Estados Unidos, mas foi para a terra dos pais com poucos meses de vida. Voltou para a América, anos depois, fugindo da segunda guerra que assolava a

⁴⁹ Os jornais eram *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Os dois primeiros pertencem ao mesmo grupo.

Europa, e montou uma editora. Por intermédio do irmão, que também era do ramo, vem para cá avaliar o mercado de publicações. Seis meses depois funda a Editora Abril que, apesar de modesta, nasce com pretensão de lucros altos. Em uma pesquisa de mercado Civita foi aconselhado a montar a editora no Rio de Janeiro: lá estavam os melhores gráficos, os melhores artistas ilustradores, jornalistas, além de ser o centro administrativo do país. Mas, contrariando a lógica, optou por São Paulo, que não tinha tradição nessa área, mas “Era onde estava o dinheiro”, dizia ele (CORRÊA, 2008, p. 207).

Menos de três décadas mais tarde, a Abril se transformaria no maior império gráfico do país, aumentando a participação no mercado ano a ano. Em 2007, o grupo publicava mais de 100 revistas (entre periódicas e edições especiais), correspondendo a 41% do mercado e 55% da verba publicitária destinada a revistas (idem, ibidem, p. 209).

O empreendimento começa em 1950, com a publicação da revista em quadrinhos *Pato Donald*, nicho pouco explorado no Brasil, que o *feeling* empresarial de Civita logo percebeu. Em pouco tempo, tornou-se um sucesso de vendas. Outras viriam rapidamente: *Mickey*, *Zé Carioca* e *Tio Patinhas*. O faro do editor continua apurado e logo vê outros segmentos com potencial.

Pouco depois lança *Capricho*, destinada às fotonovelas e seguida por outras do mesmo formato, como a *Contigo!*. Mesmo com o declínio da fotonovela, causado pela concorrência com a TV, as duas continuaram bem sucedidas no mercado graças às reformulações nas décadas seguintes.

Com o sucesso alcançado, a editora diversifica ainda mais o seu catálogo, lançando revistas em vários segmentos. Além das vendas diretas, elas possibilitaram explorar outra fonte de lucro: os anúncios. Civita também apostou, com sucesso, em revistas esportivas, de culinária, automobilismo e principalmente femininas, com temáticas e tratamento mais próximos da realidade das leitoras brasileiras. O maior exemplo é *Claudia*, lançada em 1961, uma das líderes de mercado até hoje.



Assim como o grupo Folhas, a Abril também obteve enorme sucesso com a venda de almanaques, fascículos (alguns atingindo marcas na casa de um milhão de exemplares) e distribuição de brindes como o “mapa gigante do Brasil” grátis na primeira edição de *Veja*. A editora transformaria-se na mais rentável indústria de bens culturais do país.⁵⁰

Em 1966 faz uma grande aposta: *Realidade*, uma revista mensal de informações, com reportagens investigativas que tratavam de forma crítica os grandes problemas brasileiros e temas comportamentais. Combinava, com sensibilidade, bons textos capazes de misturar análise sociológica e estética literária, fotos, variedade de estilos e assuntos ousados como maconha, racismo, sexo e fome. Tinha em seu quadro alguns dos melhores jornalistas e escritores da época, muitos deles de esquerda, o que conferia um caráter “engajado” à publicação. Voltada a um público politizado de classe média e alta, a revista é considerada um marco no jornalismo brasileiro, por sua qualidade e criticidade. Chegou a bater recorde de vendas, com 500 mil exemplares, mas acabou, dez anos depois, devido ao cerceamento promovido pela censura (o que tornava difícil manter a linha editorial crítica), à concorrência da TV, dos jornais que se modernizaram e das revistas semanais, mais atuais que uma publicação que saía apenas uma vez ao mês (BAPTISTA; ABREU, K, 2010 e CORRÊA, 2008, p. 215).



⁵⁰ Em sua trajetória, a editora teve poucos fracassos. Foi o caso das revistas de TV *InTerValo* (publicada de 1963 a 1978), *TV Guia* (durante poucos meses em 1976) e *Pop* (entre 1972 e 1979). *Pop* foi extinta por falta de anunciantes, mesmo tendo tiragem de mais de 100 mil exemplares, pouco para os padrões de lucro da Abril (CORRÊA, 2008, p. 219).

Mas o maior investimento da Abril foi *Veja*, dirigida por Mino Carta e idealizada por Roberto Civita, que a essa altura ocupava cada vez mais o lugar do pai na administração do grupo. Formado em Jornalismo e Economia nos Estados Unidos e estagiário no grupo Time-Life, Roberto implanta na editora da família, a partir de 1958, uma era de racionalização produtiva e de moderna gestão de negócios, que viria a consolidar a posição da empresa na década de 70, “uma época em que começa a dominar um pensamento de mercado, de planejamento empresarial, no qual uma editora como a Abril - já então uma grande empresa - estava inserida por inteira.” (MIRA, 2001, p. 75)



Primeira edição de *Veja*,
11/09/1968

Veja nasce seguindo esses moldes. Tem investimentos altíssimos e deveria ser o produto mais rentável do catálogo. Tanta responsabilidade se nota já na pré-produção: até aprovarem a fórmula foram feitas 14 edições-teste. A Abril chegou a montar um curso de jornalismo só para formar jovens que quisessem trabalhar na revista.

Pesados gastos com marketing acompanharam a trajetória da revista desde o seu lançamento, em uma campanha milionária e inédita no país: além de grandes anúncios em jornais das principais capitais brasileiras, um vídeo comercial de 12 minutos, com a participação de celebridades nacionais e internacionais, foi mostrado simultaneamente na maioria das emissoras de TV (idem, ibidem, p. 77). Graças a um mega esquema de impressão e distribuição, a revista chegou no dia seguinte às bancas de quase todos os municípios brasileiros.

Mas a estreia foi uma deceção. O público, que tinha pouca familiaridade com a leitura, não gostou do formato de textos longos, poucas fotos e cerca de 130 páginas. Esperava uma revista mais atrativa, visualmente. Na segunda edição, 20 dos 31 anunciantes previstos desistiram. Dos 600 mil exemplares tirados apenas 250 mil foram vendidos e durante meses esse

número não passou de 16 mil. A revista amargou um prejuízo estimado em um milhão de dólares por ano até se firmar, na primeira metade da década de 70 (MIRA, 2001, p. 81).

Como lembra Maria Celeste Mira (*ibidem*, p. 86), a função da revista semanal na sociedade contemporânea é informar economizando tempo para o leitor que quer um produto atrativo e que resuma os fatos mais importantes em diversas áreas. Revistas como *Veja* ocupam na indústria cultural o mesmo lugar que o *fast food* ocupa na indústria da alimentação: “correspondem a um novo hábito de leitura que se introduz num momento de modernização econômica das sociedades atuais”. Por isso, a fórmula texto grande/pouca foto/muitas páginas não agradou. Como o objetivo fundamental da revista era dar lucro,⁵¹ a publicação precisou trilhar um longo caminho de mudanças, com a ameaça de fechamento rondando a redação mês a mês.

Em um cenário no qual a “lógica da indústria cultural tem um comandante: o mercado”, como diz Mira (*ibidem*, p. 92), aprofundou-se ainda mais a gestão racionalizada da linha de produção para aumentar as vendas. O perfil do público passou a ser sondado através de inúmeras pesquisas, o que virou regra na editora: “Não cabe dúvida de que a importância dada ao foco no leitor ou leitora foi um dos pilares sobre o qual se assentou o sucesso das publicações da Abril.” (CORRÊA, 2008, p. 227) O projeto gráfico ficou mais atraente, o texto mais conciso, a pauta foi dividida em sessões (o próprio espaço na redação era departamentalizado), aprofundou-se a cobertura política e econômica, começou a distribuição de fascículos e a adoção de uma robusta política de marketing.

Mas a maior medida de revitalização foi a campanha de assinaturas, a partir de 1971. Na década 80, essa modalidade chega a 85% do total de exemplares vendidos e a revista passou a ser a mais lucrativa da empresa (CORRÊA, 2008, p. 218-232; MIRA, 2001, p. 90-93). Em 1985 *Veja* fechou o

⁵¹ Uma revista como *Veja* também confere aos seus donos prestígio e poder de influenciar as decisões do mercado e da política. Porém, em se tratando de um empreendimento iminentemente comercial, para além de satisfazer a vaidade pessoal dos proprietários, tanto o prestígio quanto o poder são usados, essencialmente, com fins econômicos, ou seja, com a finalidade primeira de defender e expandir ainda mais o negócio.

ano com tiragem de 680 mil, mantendo o primeiro lugar no mercado editorial brasileiro.

3.2.2 ADOLPHO BLOCH: DE GRÁFICO A BARÃO DA MÍDIA

Manchete era a segunda revista semanal mais vendida nos anos 80. Até a consolidação de *Veja*, o semanário da Bloch ocupava o topo do ranking desde o final da década 60, quando superou a então insuperável *O Cruzeiro*. *Manchete* foi também o carro-chefe do grupo que, embora sem as mesmas estratégias sofisticadas de Marketing e gestão, teve um caráter mercadológico tão ou mais agudo que a Abril.

Assim como Victor Civita, Adolpho Bloch também era judeu e imigrante. Fugiu da Ucrânia para o Brasil com a família em 1921, com 13 anos, depois da revolução russa. Tinha uma personalidade paradoxal, de temperamento ao mesmo tempo explosivo e bonachão:

Adolpho passa do mau humor para o riso em questão de segundos. Dos palavrões aos afagos. Do carinho a violência. Da discussão ao diálogo manso. Elogia e esculhamba seus funcionários e seus parentes com a mesma facilidade. (PENA, 2010, p. 64-65)

Aqui, nos anos 50, usou a experiência do tempo em que a família possuía uma gráfica no antigo império russo para montar uma editora e se transformar em um dos reis da indústria cultural brasileira, com revistas de sucesso, emissoras de rádio e TV. Lançou publicações para quase todos os públicos, desde os gibis, com os heróis da *Marvel*, passando por fotonovelas, revistas femininas, rural, esportiva, até erótica, destinada a homens da classe média-alta. Na longa lista incluem-se *Fatos e Fotos*, *Desfile*, *Mulher de Hoje*, *Super Moldes*, *Pais e Filhos*, *Manchete Rural*, *Manchete Esportiva*, *Sétimo Céu* e *Ele & Ela*.

Pouco texto e muita foto (de excelente qualidade), temas variados, coberturas especiais e um time de colaboradores que incluía Carlos Drumond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Manuel Bandeira, Rubem Braga e Fernando Sabino. Essa é a receita que fez de *Manchete*, criada em 1952, a galinha dos ovos de ouro da Bloch Editores.

O retorno financeiro tinha que ser alto, na medida dos investimentos feitos (a maior parte financiada pelo governo federal). E foram. Adolpho modernizou a gráfica, a redação, e comandou pessoalmente a produção da revista.



Primeira edição de *Manchete*
26/04/1952

Investindo em equipamentos gráficos, priorizando a fotografia e a diagramação, procurando pautar assuntos mais modernos, *Manchete* vai deixando *O Cruzeiro* para trás na preferência do público [...] Os números sobre a morte de Kennedy em 1963 ou dos astronautas pisando na lua em 1969 também têm enorme repercussão. Isso sem contar os números especiais, como por exemplo os do Carnaval, cujo material é propício à explosão de cores e da visualidade. (MIRA, 2001, p. 84)

Com o tempo, *Manchete* precisou investir ainda mais em qualidade gráfica para acompanhar o padrão visual criado pela TV, que entrava na era das cores na década de 1970. Assim, a revista passou ter 20% de texto, 30% de títulos e espaços em branco e 50% de fotografia (idem, ibidem, p. 84).

Tudo passava pelo crivo do dono. Adolpho Bloch gostava de dizer que não era jornalista, mas “apenas um gráfico” - o que lhe dava mais liberdade para colocar de lado alguns princípios do jornalismo como não barganhar matérias por dinheiro ou favorecimento político. Um exemplo relatado pelo publicitário Lula Vieira expõe essa lógica já institucionalizada nas suas revistas. Durante o processo de organização da *TV Manchete*, no começo dos anos 80, o publicitário foi chamado para ajudar na montagem de uma tabela de preços para a grade de intervalos da emissora e teve a seguinte conversa com o empresário:

[Bloch] “Lula, na editora temos um preço para espaço em reportagem. Não estou vendo isso aqui.”

[Lula Vieira] “Mas, Seu Adolpho, na televisão ninguém faz isso. Nenhuma TV do mundo tem tabela para noticiário.”

[Bloch] “Mas isso não é mais honesto? em vez de defender um ou outro anunciante, cobramos logo pela notícia.” (PENA, 2010, p. 79)

O comportamento de Adolpho Bloch lembra, em alguns aspectos, o de Assis Chateaubriand. Os seus Diários Associados chegaram a negociar coberturas favoráveis a políticos pelo equivalente a 700 mil dólares em 1950, além de pressionar, com chantagem velada, grandes empresas a anunciar em nos seus veículos (CORRÊA, 2008, p. 183). Com Bloch, o princípio do lucro em função da visibilidade que suas revistas ofereciam era o mesmo, porém os métodos geralmente diferentes: não usava coerções, mas sim o jogo de cintura, o cortejo, para conseguir favores dos poderosos ou convencer anunciantes a comprar suas mercadorias mais valiosas: os espaços publicitários e jornalísticos (PENA, 2010; BLOCH, 2008).

Se, como foi dito, na indústria cultural os bens já não são **também** mercadoria, mas o são **integralmente**, fica muito tênue o limite entre os chamados “valores-notícia” do jornalismo e os valores mercadológicos, principalmente em um contexto de concorrência acirrada, metas financeiras a cumprir e predomínio da filosofia do “o que vende mais”.

Um caso exemplar: no começo de agosto de 1955, a capa de *Manchete* seria sobre a morte de Carmen Miranda, segundo escolha de Adolpho Bloch e dos editores. Horas depois, o incêndio em uma boate do Rio de Janeiro choca os moradores da cidade.

Adolpho é chamado na redação. É preciso mudar a capa. Milhares de exemplares já foram rodados, mas o patrão enxerga lucro além do prejuízo. “Parem as máquinas! Vamos mudar a capa. O impacto do incêndio é mais notícia do que a morte de Carmen Miranda.” A capa é refeita. Adolpho volta para casa, deita na poltrona da sala e liga o rádio. O sobrinho está a seu lado. “Oscar, hoje eu aprendi o que é jornalismo.” A revista vende 200 mil exemplares. (PENA, 2010, p. 83)

Em outra ocasião parecida, em 1954, durante o episódio do atentado ao jornalista e governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que levaria ao suicídio

de Vargas, aproveitando que o governo já estava em crise *Manchete* faz uma reportagem de capa com um dos principais críticos do presidente, o brigadeiro Eduardo Gomes. A edição já estava rodando quando Adolpho recebe a notícia da morte de Getúlio e manda parar a impressão e trocar a capa. Nas reportagens, muitos elogios ao presidente morto e aclamado pelo povo. Como interpreta Felipe Pena (2010, p. 90), “O gráfico já entende o que é o jornalismo e sabe que a notícia é seu produto [...] A capa é mudada de manhã. A revista vai para as ruas à tarde. A edição esgota-se à noite”.

Apesar de vender bem, *Manchete* ainda era sufocada pela rival *O Cruzeiro*, que tinha qualidade jornalística e técnica superiores. A virada se dá no início dos anos de 1960 quando Bloch resolve apoiar a então considerada insana empreitada de JK de erguer a nova e moderna capital da República no meio do cerrado. Os dois se tornam amigos e *Manchete* passa a ser um veículo propagandístico do novo governo. Acompanhava quase que com exclusividade cada passo do projeto que ela mostra como uma verdadeira saga. Registrando cada etapa e contribuindo para criar um clima ufanista, a revista tem as maiores vendas de sua história, com sucessivas edições especiais, e desbanca a concorrente.

O prestígio e as vendas iam bem, mas o balanço contábil ia muito mal. Durante as suas três primeiras décadas de existência, a Bloch editores acumulou imensas dívidas, fruto dos empréstimos contraídos para o lançamento de suas revistas e das constantes melhorias necessárias para se firmar no mercado. Objetivo esse alcançado com o aumento na tiragem e a conquista do primeiro lugar. Porém, “[...] o negócio cresceu com base em dívidas, promissórias e investimentos a fundo perdido.” (BLOCH, 2008, p. 256). Com a modernização e o aumento nas vendas, a década de 80 começa e, pela primeira vez, a revista operava no azul.

Manchete imprimia nessa época nunca menos que 200 mil exemplares por semana [...] e, no carnaval e em edições históricas continuava imbatível, alcançando sempre um milhão de exemplares. O número extra da visita de João Paulo II ao Brasil, com uma medalhinha do papa encartada, foi um estouro de vendas. [...] o auge histórico de circulação anual (BLOCH, 2008, p. 255- 256).

Com mais leitores a rentabilidade com anúncios também aumentou. Boa parte dessa bonança certamente se deve à sua capacidade de continuar atraente em uma época de concorrência com dezenas de publicações e, principalmente, com a TV (o que não era fácil para uma revista cujo maior mérito, desde o início, era ser ilustrada). Temas como política e economia continuam tendo espaço, pois, apesar de serem assuntos mais “duros”, como se diz no jargão jornalístico, dão prestígio e ajudam a manter o veículo com bom trânsito na esfera do poder.

Mas é em outra área que a revista busca lastro para não perder público. Assim como a Editora Abril, a Bloch percebe e consegue aproveitar a intensa onda de mudanças comportamentais e científicas, trazendo para as páginas de *Manchete*, de forma leve, temas atualíssimos que iam desde a Aids, os avanços na medicina, as relações afetivas e sexuais, até as novas tecnologias. Nesse novo cenário, um elemento presente desde os primeiros tempos é especialmente trabalhado e exacerbado: o erotismo.



A partir de 1983, desvios milionários na editora feitos por funcionários, perdas com planos econômicos e o endividamento gigantesco para montar a TV *Manchete* minam a estrutura do grupo e dão inicio à sua derrocada. (BLOCH, 2008, p. 256-317) A morte de Adolpho Bloch, em 1995, complica mais a situação e, no começo, de 2000 a empresa pede falência.

3.3 OS INTERESSES ECONÔMICOS DE VEJA E MANCHETE NO CONTEXTO DA “ABERTURA”

O regime instaurado no Brasil com o golpe de 31 de março de 1964 instalou-se com um forte consentimento civil. Entre outros setores, principalmente empresariais, a imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional. (ABREU, A., 2002, p. 13).

A observação acima, de Alzira Abreu, é uma espécie de síntese do que já se transformou em consenso no meio acadêmico⁵²: a decisiva contribuição da imprensa no golpe de 64, articulado pelo grande empresariado, a UDN e os militares, com o apoio da classe média conservadora. Para esse grupo, era preciso derrubar João Goulart e o perigo que ele representava para a ordem política dominante, com a instauração de um populismo de esquerda.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que se pudesse executar reformas legais”. (SKIDMORE, 1988, p. 45)

⁵² Existem dezenas de estudos que demonstram o papel dos grandes veículos de comunicação na criação de uma imagem negativa do governo João Goulart e na precipitação do golpe. Uma pesquisa na base de dados das principais bibliotecas brasileiras, plataformas de arquivos científicos ou sites de editoras resultará em uma enorme lista. Enumero aqui dois deles: um já clássico, do início de 1980, e referência nos trabalhos sobre essa temática, **1964: A conquista do Estado**, de René Dreifuss (a última edição é de 2007, Editora Vozes), e outro, provavelmente a mais recente publicação nessa área, **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961-64)**, de Aloysio Castelo de Carvalho, que analisa os jornais cariocas (2010, Editora UFF/ Nitpress). Uma mostra do tratamento que a grande imprensa deu ao golpe pode ser encontrada no blog *BrHistória*, da jornalista Cristiane Costa, que reproduz manchetes e editoriais dos principais jornais do país. http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/arch2007-07-08_2007-07-14.html#2007_07-12_16_24_16-11592283-0 (acesso em 10/07/2011).

Identificadas com os ideais do liberalismo econômico e da UDN, as empresas de comunicação passaram a promover uma ferrenha campanha contra Goulart, além de ajudarem na organização estratégica do golpe.⁵³

[...] os grandes jornais alertavam para o perigo do “estatismo” na economia e condenavam as restrições ao capital estrangeiro, que impediriam o país de avançar no seu processo de industrialização. Diante da intensificação das reivindicações populares e do “perigo comunista” os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única saída para impedir a subversão, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país. (ABREU, A., 2002, p. 13)

Após se instalarem no poder, sob a presidência de Castello Branco, os militares começaram os expurgos e perseguições a políticos, militares, juízes, professores e outros membros da sociedade civil, considerados corruptos ou “comunistas”. De início, a maior parte da imprensa considerou que os militares estavam executando o papel que lhes cabia, ou seja, “sanear” do Estado e em seguida restabelecer a normalidade institucional. Mas a euforia durou pouco. O autoritarismo e a repressão se tornavam maiores a cada ano até atingirem o ponto mais brutal, em 1968, com o AI-5.

A essa altura, a grande imprensa já percebera que sua ajuda na derrubada de Goulart não representava salvaguarda para a perseguição do

⁵³ Em entrevista à revista *Lua Nova* (vol. 1, n. 02, julho-setembro/1984, p. 26-31), o então diretor de *O Estado de São Paulo*, Ruy Mesquita, relatou a ajuda que sua família e alguns amigos deram aos militares. Durante dois anos, o grupo se reuniu periodicamente com cerca de quarenta oficiais para discutir o que fazer para resistir a um golpe ditatorial que acreditavam estar sendo preparado por Jango. A pedido dos militares, o pai de Ruy, Júlio de Mesquita Filho, preparou um projeto com sugestões a serem seguidas pelos militares para derrubar Goulart e sanear o Estado: “Eles, evidentemente, teriam, por determinado período, de estabelecer um regime de exceção. [...] Ele [Júlio] concordava que, na primeira fase, os militares tinham que assumir o poder. Não era possível derrubar o governo Jango e convocar uma nova eleição. Havia que fazer um expurgo, não físico, mas político, como foi feito. [...] meu pai, quando foi solicitado pelos militares a apresentar uma sugestão, achava um absurdo (por aí vocês vêm como depois as coisas mudaram) o prazo de cinco anos que estava sendo proposto. Achava que devia fazer uma coisa muito mais rápida, no máximo três anos. E, depois, que se deveria pôr, imediatamente, em vigor (com algumas modificações para permitir o expurgo) a constituição de 1946 para que o país ficasse tranquilo quanto às intenções do movimento. Para promover, imediatamente depois, a redemocratização do país e tudo bem. [...] o Castelo Branco, no momento em que assumiu a presidência da República, tinha o firme propósito de promover uma eleição para eleger um civil. [...] Quem acabou dominando a revolução [...] não foram os militares autênticos. Que não eram homens capazes de praticar torturas, nem nada disso. Houve vários fatores accidentais que tumultuaram todo o processo da revolução.”

Estado. A repressão não atingia somente os militantes pobres da esquerda, mas também membros das classes média e alta, supostamente envolvidos com o comunismo. Prisões, torturas e desaparecimentos se tornaram rotina para uma parte do clero, líderes de movimentos populares, comerciantes, estudantes e... jornalistas. O caso Herzog é a melhor expressão do momento em que a imprensa se deu conta, de forma mais explícita, de que ninguém estava imune, vide a dimensão dos protestos contra a morte do jornalista.

Antes, porém, as empresas de comunicação já tinham sofrido um duro golpe: a censura, que duraria cerca de oito anos para a maioria dos veículos. Para alguns mais, outros menos, de acordo com o grau de confiabilidade que demonstravam em acatar as ordens do governo e de praticarem a autocensura, como os grupos Globo e Diários Associados, que continuaram fazendo vistos grossas ao arbítrio.⁵⁴ Além de altas verbas de publicidade estatal, o grupo de Roberto Marinho e os Diários de Chateaubriand foram beneficiados pela política de expansão das telecomunicações do Governo Federal, que possibilitou o crescimento e a modernização da *TV Globo* e da *TV Tupi*. (ABREU, A., 2002). Assim, dando apoio explícito ou silenciando-se outras vezes, esses veículos permaneceram na retaguarda do poder durante quase duas décadas (a *TV Tupi* foi extinta em 1980 e a *TV Globo* só abriu espaço para contestação do regime na última hora da campanha das “Diretas Já”, em 1984).

A revista *Manchete* empenhou seu apoio ao regime militar desde o princípio e assim o manteve até o final, reproduzindo a ideia de um Brasil grande que necessitava do autoritarismo para se desenvolver.

Veja, fundada poucos meses antes do AI-5, sob o comando do diretor de redação Mino Carta (considerado um jornalista extremamente crítico), adotou de início uma postura confrontante com o regime, mais especificamente na

⁵⁴ Em um protocolo assinado com o Serviço de Censura e a Polícia Federal, em setembro de 1970, a *TV Globo*, a *Rede Associada de Televisão*, *Rede de Emissoras Independentes*, *TV Bandeirantes*, *TV Cultura* e *Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa*, aceitaram fazer a autocensura. De acordo com Bahia (op. cit., p. 330), alguns dos pontos fixados pelo documento eram “Cultivar as tradições da pátria, respeitar a dignidade do indivíduo, usar corretamente a língua portuguesa, condenar a violência”.

questão dos direitos humanos, o que levou ao aumento da censura.⁵⁵ A revista era uma pedra no sapato dos militares.

Primeiras edições de *Veja* setembro/outubro de 1968.



Junto com a censura, entre os métodos de coerção da imprensa estava a pressão sobre as empresas para demitir os jornalistas *non gratae*, acusados de serem comunistas e subversivos. Mino Carta, além de ser um dos fundadores da revista, era competente, tinha muito prestígio no meio e a admiração da maioria dos colegas de redação. Não era simples para os Civita atenderem ao governo, que pedia sua cabeça. Carta resistiu até o começo de 1976, quando se desentendeu com os donos.⁵⁶ De acordo com ele, Victor e Roberto Civita teriam usado várias artimanhas para afastá-lo da direção de *Veja*, atendendo aos pedidos do ministro da justiça Armando Falcão, um representante da “linha dura” no governo.⁵⁷ Segundo o jornalista, em uma conversa posterior à sua saída, o ministro lhe fez uma revelação:

[...] eu recebia aqui quatro diretores da Abril, Victor Civita, Roberto Civita, Edgard de Silvio Faia e Pompeu de Souza. Os quatro repetiram, dois anos a fio, que a *Veja* estava contra a gente por sua causa. (In: REVISTA COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO, 2002, p. 72).

⁵⁵ Segundo Alzira Abreu (apud GAZZOTI, 2001, p. 01), a censura em *Veja* foi feita de forma intermitente entre 1968 e 1973 e não tão rigorosa quanto em outros veículos. A partir de 1974, o patrulhamento passa a ser mais severo, com a censura prévia, retirada em abril de 1976.

⁵⁶ Mino Carta relata que, ao contrário do que a Abril divulgou, foi ele que pediu demissão por considerar que os proprietários estavam cedendo às pressões do governo por uma linha editorial acrítica (In: REVISTA COMUNICAÇÃO... 2002, p. 72). Após sua saída, outros jornalistas também se demitiram em solidariedade. (MIRA, 2001, p. 81)

⁵⁷ Além de *Veja*, houve expurgos de jornalistas em outros grandes veículos como *O Estado*, *Folha* e *JB*, por pressão do governo ou por iniciativa das próprias empresas, de maneira preventiva (KUCINSKI, 1991, p. 57).

Por que Mino Carta se transformou em estorvo tanto para o governo quanto para a Abril? No caso do governo, a resposta é evidente. Quanto aos motivos da empresa, eles estão no cerne do entendimento do comportamento de *Veja* durante todo o período de transição, desde a “distensão” de Geisel, passando pela “abertura” de Figueiredo⁵⁸ até o efusivo apoio ao projeto de Tancredo.

3.3.1 VEJA - NA LÓGICA DO LUCRO

Segundo Mino Carta (In: REVISTA COMUNICAÇÃO..., 2002, p. 76-81), a editora Abril havia pedido um empréstimo de 50 milhões de dólares ao governo federal, através da Caixa Econômica. A concessão do dinheiro, entretanto, estava condicionada à renúncia da linha crítica e a sua demissão. De acordo com o jornalista, após a sua saída o empréstimo foi concedido e dois meses mais tarde a censura já havia sido definitivamente retirada da revista. Seu substituto passou a ser o redator-chefe José Roberto Guzzo (que ficou no cargo de 1976 a 1991), mais conservador e fiel às orientações da empresa.

O episódio da transigência quanto a uma postura menos crítica em troca do empréstimo governamental mostra o quanto, no ambiente da indústria cultural, o posicionamento político das empresas está atrelado, essencialmente, à lógica da realização e expansão constante dos lucros. E, como vimos no início deste capítulo, o objetivo fundamental da criação da revista era que ela fosse o produto mais rentável da editora.

A partir da saída de Carta a linha editorial de *Veja* mudou substancialmente. A revista passou a entoar o coro generalizado da imprensa de apoio a “abertura”.

⁵⁸ De forma geral a imprensa não fez diferenciação entre esses dois graus de liberalização, chamando todo o processo simplesmente de “abertura”.

Em 1978, a propósito de um editorial comemorativo aos 10 anos da revista, Victor Civita reafirmava o seu apoio ao projeto político de Geisel:

[...] o décimo aniversário de VEJA coincide com um momento particularmente importante na vida do país, quando a abertura política **propicia** uma **metamorfose** não apenas **no regime** mas também nas próprias relações entre os diversos setores da sociedade brasileira. [...] De fato, ao completarmos dez anos, o governo do presidente Ernesto Geisel - cuja estratégia de **aperfeiçoamento democrático** jamais deixamos de apoiar - se prepara para extinguir esta *célula mater* do arbítrio que é o AI-5 e, a partir daí, **permitir que o país avance** no rumo das instituições democráticas. (13/09/1978, p. 18, grifos meus)

Reconhecemos na declaração de Civita uma linha mestra do discurso da revista ao longo de todo o período de 1976 a 1985: a “abertura” é uma estratégia de “**aperfeiçoamento**” democrático (portanto necessita ser “lenta, gradual e segura”) que vai **permitir** que o país **avance rumo à democracia** (por isso deve ser apoiada por todos) e foi **concedida** (o que acentua o caráter bem intencionado e não autoritário do governo) por um regime que passou por uma “**metamorfose**” (do autoritarismo à democracia). Assim, Veja afina-se perfeitamente com o discurso do governo e da elite da oposição moderada/conservadora, liderada por Tancredo, amplificando-o em seus temas correlatos (como Anistia, Diretas, perigo da esquerda, conciliação) com maior ou menor grau de ênfases, distorções ou silenciamentos, como já mencionei no capítulo 2.

Mas o apoio da grande mídia à “abertura” não surgiu do nada. Voltemos um pouco no tempo. Em 1974, antes mesmo da posse de Geisel, os principais empresários e editores da imprensa foram chamados a conhecer os planos políticos do novo presidente - e aderir a eles. As reuniões eram conduzidas pelos futuros ministros da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e da Justiça, Armando Falcão. Eles acenavam para o fim da censura, ao mesmo tempo em que colocavam os empresários e jornalistas a par do empecilho que a “linha dura” representava para o projeto (DUARTE, 1987, p. 90). Essa aproximação

criou no setor um clima de adesão e expectativa. Segundo Kucinski (1991, P. 56),

Golbery procurava, numa primeira etapa, reciclar os donos da imprensa e os principais editores, mostrar a eles que o governo estava interessado num grau de crítica, o suficiente para intimidar a linha-dura, mas não tanto que a assustasse e a levasse a reações incontroláveis. E, numa segunda etapa, substituir todo o aparato coercitivo de repressão policial-militar por um novo aparato, de caráter ideológico, a própria imprensa. Tratava-se, portanto, de envolver os editores como co-autores de uma proposta de abertura cujos contornos e alcance eram determinados pela cúpula militar. E de erguer, ao fim, toda uma nova estrutura de dominação alicerçada na imprensa.

De início, *Veja* e outros veículos, inclusive alguns da imprensa alternativa de esquerda, aderiram à proposta do governo. Como lembra Celina Duarte (1987, p. 94), antes de Geisel tomar posse, a revista já fazia matérias favoráveis a ele e ao ministro Falcão, reforçadas depois, quando de fato houve, no início, um grau maior de liberdade e a censura prévia foi retirada de *O Estado de São Paulo*, *O Pasquim* e *Veja*. Mas a trégua do governo durou pouco. Algumas semanas depois a censura prévia voltou à redação de *Veja* depois de uma charge de Millôr Fernandes sobre a tortura.

Apesar das recomendações de cautela, muitos veículos se empolgaram com o grau maior de descompressão e, como fez *Veja*, sob o comando de Carta, elevaram o tom das críticas. Geisel, ainda sob pressão da “linha dura”, recuou e passou a dar à questão da censura a mesma dinâmica de idas e vindas da própria “abertura”.

Porém, como já disse, *Veja* manteria essa postura mais crítica somente nos dois primeiros anos do governo Geisel, enquanto Mino Carta esteve na direção. Depois disso, o tom só aumentaria em ocasiões que envolvessem “excessos”, como tortura. Mas a cobertura, nesses casos, era permitida dentro de uma estratégia calculada pelo governo para enfraquecer a “linha dura”, como veremos mais adiante.

O episódio da relação entre o empréstimo de 50 milhões e a demissão de Carta deixa mais claro as razões econômicas pelas quais *Veja* continuaria

apoando Geisel e Figueiredo, mesmo em períodos de maior autoritarismo, sempre de olho na transição para um regime com grau maior de liberdade, feita, claro, de forma “gradual e segura”.⁵⁹

Em primeiro lugar, uma empresa capitalista privada, baseada em princípios liberais como a livre iniciativa, não consegue realizar a contento seu objetivo principal de dar altos lucros em um ambiente de forte intervencionismo estatal: o governo militar detinha o controle sobre os financiamentos que possibilitavam o crescimento e a modernização dos veículos (tanto os concedidos por ele próprio quanto os contraídos no exterior), sobre as gordas verbas publicitárias, sobre a importação de equipamentos e papel, bem como o poder sobre as concessões de rádio e TV. Isso sem falar no controle da política econômica, na qual pequenas alterações poderiam afetar sensivelmente os negócios. Podia, como o fez diversas vezes, usar desse poder para prejudicar as empresas que não rezassem segundo o seu catecismo (ABREU, A., et. al. 2001, p. 73-74 e DUARTE, 1987, p. 52-53). Assim como outros grupos, a Abril dependia, pelo menos até o final da década de 70, de grandes financiamentos, além de fazer negócios com o governo na década de 80, como fornecimento de material didático para escolas.

Segundo, em um regime mais aberto não haveria os vultuosos prejuízos causados pela censura, que levaram ao fechamento de dezenas de jornais e revistas, principalmente os alternativos (KUCINSKI, 1991). A censura é um entrave, pois se perde muito tempo enviando material para análise (às vezes em outra cidade) e refazendo todo o produto depois dos cortes, o que implica em risco frequente de não fechar a edição a tempo.

Como linha de produção, jornais e revistas precisam funcionar a favor do relógio e dentro de um esquema produtivo previsível. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 337), “[...] os censores costumam atrasar edições, suprimir páginas, perturbar a rotina de produção industrial, desmontar esquemas de distribuição ou simplesmente apreender tiragens completas ou parte delas.” As apreensões causavam verdadeiros rombos nos cofres das empresas. De acordo com Mino

⁵⁹ Os momentos de crítica apareciam basicamente quando a revista discordava da política econômica, principalmente no governo Figueiredo.

Carta, “Veja viveu um longo período de apreensões nas bancas. Era apreendida com razoável frequência. (In: REVISTA COMUNICAÇÃO... 2002, p. 82). Como ressalta Celina Duarte (1987, p. 33),

[...] o contínuo acirramento da censura ia atingindo cada vez mais o conceito burguês de ‘liberdade de imprensa’, cujo cerne está vinculado a um pressuposto básico do capitalismo, ou seja, o direito à propriedade privada. Ora, se na ordem econômica e social capitalista o pressuposto básico da ‘liberdade de imprensa’ não está no direito constitucional do cidadão, mas sim nos moldes da forma privada da produção do jornalismo, censura ostensiva e direta do estado é vista, de certo modo, como uma limitação do direito à propriedade privada.

Além da censura, fortemente influenciada pela “linha dura”, os atentados a bancas e prédios promovidos pela facção também causavam enormes prejuízos e levavam terror às redações, isso sem falar dos empastelamentos promovidos a luz do dia. Assim, Segundo Kucinski (apud GAZZOTTI, s.d),

uma revista deste tipo prospera num clima de liberdades, nesse sentido a liberdade é importante para ela, mas a *Veja* não foi feita para defender a liberdade, foi feita para ganhar dinheiro. [...] Ela sai com toda essa ambição e no dia seguinte vem o AI-5. Aí sim [...] a falta de liberdade afeta este projeto, afeta profundamente.

Em terceiro lugar, a Abril se beneficiou muito com o aumento do mercado consumidor durante o “milagre econômico”, o que aumentava as vendas de exemplares e de espaço publicitário. O número de páginas de anúncios publicados na revista *Veja* cresceu 320% de 1969 a 1973 (GAZZOTTI, s.d):

Ano	Número de páginas publicadas
1969	656
1970	1227
1971	1350
1972	1700
1973	2100*

* Previsão feita em outubro pelos editores da revista, com base no total de espaço publicitário vendido até então.

Era preciso manter os lucros conquistados durante o “milagre” e aumentá-los ainda mais. Isso só podia se dar em um ambiente de estabilidade econômica, social e política, algo que não se tinha naquele momento: o “milagre” havia se esgotado na metade da década, o país empobrecia com a crise, que pioraria em 1979, as condições de vida provocavam tensões sociais e favoreciam o surgimento de movimentos contestatórios, principalmente de origem popular.

Também não havia estabilidade política, pois, desde as eleições de 1974, a oposição crescia com o voto de protesto contra o governo. A disputa pelo poder aumentava principalmente depois da instituição do pluripartidarismo e a entrada em cena do PT. Proliferavam os movimentos da sociedade civil, causando uma ebulação política e social jamais vista, como as campanhas da Anistia e das “Diretas Já”.

Além disso, no final do mandato de Geisel, com o agravamento da crise econômica e a política intervencionista (privilegiando as empresas estatais em prejuízo das privadas), o grande empresariado rompeu a aliança com o governo, feita em 64, desgastando ainda mais a legitimidade do regime (CARDOSO, 1983, p. 09-27). Tudo isso gerava uma crise de governabilidade. Ao presidente restavam os instrumentos repressivos que mantinha, estrategicamente, mesmo depois da extinção do AI-5, e com os quais acenava toda vez que a oposição ou a sociedade ensaiavam gritar mais alto.

Assim, ao defender e fazer propaganda da “abertura”, Veja tentava influenciar os rumos dos acontecimentos no sentido daquilo que julgava ser o ambiente de estabilidade necessário para firmar-se enquanto empreendimento capitalista: uma transição para um regime mais aberto, sem sobressaltos ou rupturas da ordem e com retomada do crescimento, ou seja, o que Geisel e Figueiredo se propunham a fazer. Para conseguir isso, em um ambiente extremamente tenso, era preciso agir em várias frentes. Primeiro fazer com que se tornasse hegemonic o discurso da “abertura”, ou seja, que independente das clivagens sociais e políticas, esse discurso fosse aceito como interesse comum. A base da aceitação estava na proposta, especialmente no governo Figueiredo, de um pacto nacional, uma grande conciliação entre todos os

setores e classes, que permitisse uma trégua para que, segundo afirmava o governo, fossem feitas as mudanças econômicas e liberalizantes. Em outras palavras, que se desse um alívio aos patrões e ao governo. Porém, como convencer uma sociedade altamente desconfiada das boas intenções de um regime que, baseado no autoritarismo, cometeu (e cometia ainda) atrocidades, sufocou a liberdade e levou o país ao colapso econômico?

O primeiro passo era mudar esse conceito. Assim, *Veja*, na sua ajuda ao Planalto, promoveu uma verdadeira “metamorfose” na imagem dos presidentes Geisel e Figueiredo. Passaram de generais-ditadores a guardiões da democracia, em construções discursivas nas quais se promoviam giros de 180º nos fatos, como vimos mais especificamente no caso do presidente Figueiredo no capítulo anterior. Se era difícil demais mudar a imagem do regime inteiro, tenta-se, de forma personalizada, mudar pelo menos a imagem do governante e angariar para ele o apoio necessário.

Além disso, ao associar intensamente a imagem dos dois presidentes ao compromisso público de redemocratizar o país, reiterado várias vezes, a revista exercia pressão sobre eles, pois o rompimento dessa nova imagem significaria um desgaste ainda maior. Voltar atrás poderia levar a confrontos violentos e consequências desastrosas. Se *Veja* apoiou Geisel, nada mais lógico que apoiasse também Figueiredo, o continuador da “abertura”. Apoio que se manifestou desde a campanha presidencial em que ele concordava com o general Euler Bentes, o candidato de uma frente partidária formada por dissidentes do governo e pelo MDB.⁶⁰

Já na metade do mandato de Figueiredo, quando o assunto da sucessão começa a surgir, percebe-se que o candidato preferido de *Veja* é, inicialmente, o vice-presidente Aureliano Chaves. Além de ser civil, ele fazia parte da ala

⁶⁰ O general Euler Bentes, apesar de ter feito carreira no regime (em cargos burocráticos), era considerado um moderado. Ao final do governo Geisel, saiu da Arena com outros descontentes e aceitou ser o candidato da oposição. O MDB apostava na ideia de ter um militar concorrendo com Figueiredo no Colégio Eleitoral, o que poderia conquistar o apoio de outros colegas de farda e da parte menos conservadora dos parlamentares da Arena. Tancredo preferiu não se envolver na empreitada, pois sabia que o general não venceria Figueiredo, conforme conversa relatada pelo jornalista Augusto Nunes em sua coluna no site de *Veja* (28/08/2009).

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/euler-bentes-monteiro/> (acesso em 23/04/2011).

mais democrática do PDS e contava com alto índice de popularidade (provavelmente era o político mais popular do governo). Porém, uma possível candidatura de Aureliano ia sendo minada pela antipatia crescente que uma parte da elite militar e o próprio Figueiredo tinham por ele, especialmente depois que o vice adotou medidas e fez declarações que o desagradaram nas vezes em que assumiu interinamente a presidência.

Mas o jogo sucessório levou a uma opção ainda melhor do que Aureliano para *Veja*: Tancredo Neves. A simpatia por ele era expressa de forma discreta no começo e passou a ser efusiva quando a revista percebeu que do governo não sairia nenhum candidato do seu agrado e que a correlação de forças da oposição tendia para o governador mineiro.

Ele se encaixava perfeitamente nos interesses político-econômicos do grupo Abril (e da maior parte da grande mídia), ou seja, de um governo que propiciasse plenas condições de expansão do capital, condições essas que incluíam, além de medidas que beneficiavam diretamente a produção (como impostos mais baixos, facilidade de crédito, de importação de equipamentos) outros benefícios indiretos, que visavam a aumentar o poder de consumo da população e, consequentemente, a venda de revistas e de espaço publicitário (sem falar no benefício aos outros negócios do grupo, que também incluíam hotéis e frigorífico).

Tancredo era um homem experiente, de temperamento ameno e conciliador, democrata, tradicionalista, pertencia à elite econômica e política do país, situava-se ao centro do espectro político-ideológico, pendendo um pouco mais para a direita, tinha algumas posturas progressistas, outras conservadoras, mas repudiava comportamentos extremados de ambos os lados. E o mais importante: era um defensor do liberalismo econômico.⁶¹

⁶¹ Uma análise mais profunda sobre a história e as características do pensamento liberal pode ser encontrada em uma publicação referência na área de ciências sociais, o **Dicionário de Política**, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (Editora UnB, 2002, v. 2, p. 686-704).

Reproduzo, a seguir, parte do editorial de aniversário de dez anos de *Veja* (13/09/1978, p. 18-19), no qual Victor Civita reafirmava os princípios que norteavam o grupo Abril.⁶² Em seguida, cito partes também de discursos de Tancredo para que se possa notar as semelhanças entre eles e, sob esse aspecto, perceber melhor os motivos que levaram os Civita, através de *Veja*, a considerá-lo o candidato ideal para seus negócios. Diz o dono da Abril:

Para começar queremos afirmar que nos consideramos liberais [...] E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade.

Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para promover o progresso social.

[...] o lucro não é apenas legítimo: é essencial como motivador, aferidor de eficiência e fonte de recursos para os investimentos inadiáveis de amanhã.

Civita invoca um dos preceitos básicos do liberalismo: o papel diminuto do Estado na economia, que dever aberta, inclusive, a grupos estrangeiros:

[...] estamos convencidos de que cabe ao Estado criar e desenvolver a infra-estrutura econômica bem como exercer atividades regulatórias, disciplinadoras e coordenadoras. Mas não admitimos a entrada do Estado em setores nos quais a livre-iniciativa pode desincumbir-se sozinha, suprindo-se, quando necessário num mercado de capitais aberto, amplo e vigoroso.

Pela mesma razão somos contrários à socialização de prejuízos, por estarmos convencidos de que a eficiência do jogo da livre iniciativa implica a eliminação dos ineficientes, incompetentes e desnecessários.

[...] Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do país [...]

[...] terá de haver, claro, uma permanente preocupação com a inflação, os desniveis regionais e a dependência energética.

⁶² Outro editorial semelhante foi publicado na edição de 04/01/1984.

Em relação à questão social, diz que nos últimos anos o Brasil tinha evoluído, mas que ainda havia graves problemas sociais. Defende investimentos “maciços” em educação, saúde pública, habitação, saneamento básico, defesa do meio ambiente e planejamento familiar voluntário. Mas adverte que isso deveria ser feito devagar, que “o progresso social deve ser conquistado ao longo do caminho”, pois “em seu nível mais imediato e concreto, o progresso social envolve a inevitável questão da alocação de recursos.” Assim sendo,

Também nos opomos com firmeza ao tratamento emocional - ou demagógico - da questão social. [...] De nada adianta lançar-se uma ofensiva de reformas e melhorias sem determinar primeiro quem vai pagar por elas, de que forma e com o quê. Sendo que os recursos são sempre finitos, é obrigatório estabelecer prioridades.

No nível das relações trabalhistas, afirma que os sindicatos devem ter liberdade para negociar salários, mas

demandas exageradas não aproveitam a ninguém. A greve deve ser o último recurso e não o primeiro. [...] Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos materiais à nação. Por isso nos opomos à fundação de centrais tipo CGT, que fatalmente se concentram na ação político-ideológica.

Civita também reafirma que o regime democrático é o melhor sistema para “harmonizar e permitir a convivência de interesses diversos” e aponta para as condições em que a transição para esse modelo de democracia e liberalismo econômico deveria ser feita no Brasil: “[...] a caminhada para a democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção da ordem pública.”

Vejamos agora alguns pontos do pensamento de Tancredo Neves. Cito trechos de discursos realizados durante a campanha à presidência e logo após

a vitória no Colégio Eleitoral (In: DELGADO, 1988 e 2010)⁶³. Esses pronunciamentos sintetizam repetidas declarações de mesmo teor, que ele fez à imprensa desde que assumiu o governo de Minas e, mais intensamente, quando se começou a cogitar sua candidatura à presidência. Portanto, pelo menos desde 1983, diversos setores da sociedade, entre eles o empresariado, já acompanhavam com atenção as suas ideias.

1

Reafirmo, clara e enfaticamente, que em meu governo toda a ênfase do desenvolvimento brasileiro estará apoiada no fortalecimento da empresa privada brasileira.

Como princípio, o Estado deve limitar-se ao seu papel constitucional, preservando a livre competição, atuando nos setores básicos, apoiando e investindo maciçamente na infraestrutura econômica e social. A empresa estatal teve, tem e terá importante papel na evolução da economia e da sociedade nacional. Sua situação não pode, no entanto, transformar-se em um fim em si mesma, substituindo a empresa privada.

[...] o capital estrangeiro será sempre bem vindo, até porque indispensável ao nosso desenvolvimento – atendidas a legislação e os limites brasileiros, o Brasil quer e precisa da colaboração internacional.

2

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma previdência social eficiente, e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação.

As relações entre o capital e o trabalho reclamam o novo ordenamento jurídico. A Consolidação das leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desserve aos empregados e não serve aos empresários.

3

O bem-estar que pretendemos para a sociedade brasileira deve assentar-se sobre a livre iniciativa e a propriedade privada.

Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate a inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria.

⁶³ Os trechos citados no item 1 são do discurso realizado para empresários cariocas em 10/1984, compilado por Delgado, 2010 (p. 752-757). Os demais se encontram em Delgado, 1988: 2- discurso na convenção nacional do PMDB, 08/1984 (p. 269-276). 3- discurso após a vitória no Colégio Eleitoral, em 01/1985 (p. 293-297). 4- discurso no Espírito Santo em que ele estabelece as bases da “Nova República”, em 11/1984 (p. 279-283).

Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agredem os sentimentos e as tradições nacionais. [...] tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.

É com essa identificação de convicções e interesses econômicos do grupo Abril com Tancredo que *Veja* se lança inteiramente no apoio - e mais do que isso, na defesa - do candidato, o homem que parecia ser o mais confiável e competente para conduzir o país a um estágio de maior segurança institucional e desenvolvimento econômico necessário à sobrevivência e expansão da empresa capitalista - no caso dos Civita, da sua gigantesca indústria de bens culturais.

Para tanto, era preciso ajudá-lo naquele tenso cenário de disputas hegemônicas, no qual seu grupo enfrentava a resistência de alguns “autênticos” do próprio PMDB, a ameaça de retrocesso da “linha dura”, o continuísmo autoritário de Maluf, a instabilidade de Figueiredo e a preocupante mobilização das esquerdas.

Um editorial de Victor Civita, pouco antes da eleição de Tancredo, resume a ideia de uma transição controlada, sem ruptura da ordem, com ambiente social e político seguro para se tomar algumas medidas econômicas (que, segundo a revista, seriam impopulares, mas necessárias):

Felizmente, para nós todos, 1984 marcou, de fato, o início de uma nova era na vida do país. O ano em que os comícios pró-diretas *não* irromperam em violência, em que a rejeição da emenda Dante de Oliveira *não* se transformou no estopim de uma grande crise e em que a perspectiva quase certa da eleição de um presidente da oposição *não* resultou em um golpe de Estado. Foi, assim, o ano da maturidade, em que o Brasil conseguiu não apenas abrir caminho para a transferência pacífica do poder exercido durante vinte anos pelos militares, como também iniciar a longa caminhada da retomada do crescimento econômico. [...] O governo de Tancredo Neves [...] deverá honrar essa confiança através da franqueza, da coragem e da firmeza [...] para definir prioridades e implementar soluções que – pelo menos a curto prazo – serão tão menos populares quanto mais eficazes (02/01/1985, p. 17, grifos do autor).

Assim, a transição conservadora estava em perfeita consonância com a linha editorial da também conservadora *Veja*. O ex-redator-chefe, Augusto Nunes (apud MIRA, 2001, p. 80), defende a postura da revista, em nome dos interesses econômicos do grupo Abril:

E só podia ser [conservadora], na medida em que a Editora Abril tem que defender os valores da livre iniciativa, sistema no qual ela deu certo. Se o Sr. Vitor Civita apoiasse o PT ou quisesse a implantação da co-gestão, ele seria um louco e, se fosse um louco, a Abril não existiria, porque todo o seu passo reflete uma trajetória coerente.

Devemos lembrar também outro fator importante para a dimensão que o apoio a Tancredo tomou. Na economia de mercado baseada no binômio compra/venda, o consumidor é a razão de existir das empresas. E no ramo da indústria cultural, mais propriamente no segmento de bens impressos, esse consumidor é o leitor.

Ele compra jornais e revistas não apenas para se informar sobre assuntos de ordem prática (os chamados serviços), mas também para se entreter, para matar a curiosidade sobre alguns assuntos, para se posicionar politicamente e também por identificação com determinados temas e pessoas. Nenhuma empresa de comunicação que procure se manter no mercado deixa de levar em consideração os desejos dos seus consumidores e de se afinar a eles.

Em relação à política, por exemplo, o caso da campanha das “diretas” foi o primeiro grande momento da história recente do país em que se viu claramente esse comportamento da mídia. A *Folha de São Paulo* foi o primeiro a perceber que, ao adotá-la como bandeira, iria conquistar uma legião de leitores, o que de fato aconteceu e, a partir de então, se consolidou na posição de maior jornal do país. Outros, como a *TV Globo*, perceberam isso mais tarde, pois ao ignorá-la (por sua afinação com o regime) perdia credibilidade e audiência (MARCONDES FILHO, 1989, p. 171-172).

A revista *Veja*, que no começo de 1984, não considerava importante saber se as eleições iam ser diretas ou indiretas, como vimos, e não deu muita

atenção à campanha no início, mudou de conduta após o movimento encorporar-se, pois naquele momento “o veículo de comunicação que não estivesse em sintonia com as ruas - 90% dos Brasileiros queriam as eleições diretas - corria o sério risco de perder a credibilidade e, consequente, os lucros.” (ASSIS, 2008)

A preocupação com a orientação ideológica do público fica evidente na opinião do ex-diretor-adjunto, Augusto Nunes (apud MIRA, 2007, p. 96):

Acho que *Veja* é a revista da classe média brasileira. A classe média é, grosso modo, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes [...] A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas avancem demais... Então é claro que devemos tratar desses assuntos com cautela para que a revista não agrida a posição dos leitores...

Devemos considerar então que o apoio a Tancredo, já manifestado pela revista desde 1983, se infla a partir do momento em que ele é lançado candidato e se cria todo o ufanismo popular em torno da sua figura. Seria interessante investigar até que ponto esse ufanismo foi influenciado pela mídia e até que ponto ela própria foi influenciada por ele. Porém, o que nos cabe agora é salientar que a preocupação em se aproximar, agradar e conquistar o leitor-consumidor também foi contabilizada pela revista ao se apegar de forma tão intensa a Tancredo. Como lembra Maria Celeste Mira (2001, p. 11), a grande preocupação para as editoras ao lançar uma revista não é tanto com o investimento inicial, que é relativamente mais baixo que o de outros veículos, mas sim como mantê-la viva:

Competindo com outras similares, ela enfrenta um meio em que a taxa de mortalidade é altíssima. Algumas tendem a se tornar líderes, mas mesmo essa posição nunca é segura. Para sobreviver, uma revista tem que acompanhar rapidamente as mudanças do seu público [...]

E a grande imprensa tinha muitos motivos para tentar se aproximar do público. Uma pesquisa encomendada pela *Veja* ao Instituto Gallup, em abril de 1984, revela um momento de crise de credibilidade: a imprensa aparecia em

oitavo lugar entre instituições e profissões nas quais os brasileiros confiavam, com índice de -13%. Para os entrevistados, a imprensa distorce os fatos e estava mais preocupada em defender interesses econômicos e políticos de grupos ou pessoas do que informar a população.⁶⁴ Segundo eles, os mais beneficiados eram o governo federal, os políticos aliados, as empresas multinacionais e nacionais. Do público que participou da pesquisa, 21% eram das classes A e B e 79% das outras classes.

Considerando os motivos apontados (que se ligam tanto à esfera do Estado quanto à do público consumidor), a exacerbação do discurso de *Veja* em relação a Tancredo acabou levando à construção de uma imagem heroificada do político mineiro.

Passemos a considerar agora o engajamento da revista *Manchete* na candidatura Tancredo, sob o ponto de vista dos interesses econômicos do grupo Bloch.

3.3.2 MANCHETE: A CORTESÃ DO PODER

Mais do que defender os sagrados princípios liberais na economia (livre iniciativa, diminuição do papel do Estado etc.) e no campo político (democracia), o que o grupo Bloch desejava era continuar recebendo as benesses do Estado. Se o regime contivesse uma dose de autoritarismo, isso não era empecilho, pois ao longo de um bom período da sua história a editora cresceu e sobreviveu em momentos de crise graças à intimidade e cumplicidade com os governos militares.

Para Ricardo Martins (1999), que pesquisou a revista durante o governo Médici, *Manchete* “compartilhava na verdade o projeto político de quem ocupava o poder” (p. 122). Assim, segundo o autor, o semanário se configurou como um “aparelho ideológico de Estado” durante o regime, na medida em que

⁶⁴ A classificação era: Correios (+72%), professores (+ 69), Igreja (+59), médicos (+57), bancos (+37%), sindicatos (+1%), justiça (0), imprensa (-13%), empresários (-25%), televisão (-28%), governo federal (-35%), propaganda (-39%) e deputados e senadores (-60%). (*Veja*, 11/04/1984, p. 42-51)

incorporou integralmente a ideologia do Estado militar, disseminando exatamente a leitura que os militares faziam da situação nacional naquele momento. A revista disseminou a mística elaborada pelo regime do “país do futuro”, além de estabelecer uma relação de causa e efeito entre o autoritarismo político e o milagre econômico. (p. 04, grifo do autor)

Não era pra menos. *Manchete* faturou muito com o desenvolvimento da economia durante o “milagre”, assim como outros veículos de comunicação. Nesse período, de 1970 a 1974, o mercado publicitário brasileiro (tendo o governo como um dos maiores anunciantes) cresceu mais do que algumas economias avançadas, como a italiana, a holandesa e a australiana (MARTINS, 1999, p. 140).

Na biografia que escreveu sobre os irmãos Bloch, o jornalista e sobrinho-neto de Adolpho, Arnaldo, explicita o pensamento do tio, que comandava pessoalmente a revista:

[...] no essencial, achava sinceramente que o Brasil tinha que ter uma espécie de czar na forma de presidente, e a ordem totalitária instituída pelos militares estava dentro desse modelo - ao passo que os movimentos de resistência, na sua cabeça, eram sempre reproduções exatas de 1917 [quando sua família quase foi morta pelos soldados durante a revolução comunista]. Esse czar incondicional podia encarnar em qualquer figura de força, fosse a força política e do carisma - como foi o caso de JK, um insofismável democrata -, fosse a força dos tanques. (BLOCH, 2008, p. 251)

Manchete tinha uma enorme versatilidade para se adaptar às mais variadas conjunturas. Adolpho era próximo, por exemplo, de João Goulart, para quem abriu sua revista várias vezes. A última reportagem trazia, em página dupla, o polêmico comício que fez com Brizola no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, no qual anunciou o programa de reformas, especialmente a mais polêmica de todas, a agrária. O comício foi um dos estopins da crise que viria em seguida. Dizia a matéria: “O reformismo agrário é hoje uma idéia irreversível cuja marcha nenhuma força pode deter.” Dias depois, a mesma revista saudava a “revolução” que havia derrubado o “amigo” João Goulart, a quem Adolpho fez a seguinte advertência em um almoço na sua fazenda depois do comício: “Presidente, seus amigos desejam que o senhor continue

no governo, mas sei que seus adversários estão dispostos a agir." (BLOCH, 2008, p. 204-205)

A capa dessa "edição histórica" depois do golpe, estampava um dos articuladores da conspiração, Carlos Lacerda. Em uma das chamadas (tendo como fundo o amarelo da bandeira nacional) a conservadora Marcha da Família, realizada no Rio para pedir a deposição do presidente, foi mencionada como a "Marcha da Liberdade".

Na posse de Castello Branco, outra vez a referência à pátria, com o amarelo dominando a parte superior da capa e o título "Brasília espetacular: a posse do novo presidente". Logo abaixo, as chamadas para as reportagens mencionavam a análise da "revolução" e a "Amazônia maravilhosa". Começa-se a construir a imagem do Brasil espetacular e maravilhoso, sob o governo dos generais-presidentes "revolucionários".

Bloch acomoda-se ao poder como estratégia de obter vantagens econômicas, tendo como moeda de troca as ilustradas páginas da segunda maior revista semanal do país. A mesma publicação que apoiou Getúlio Vargas, no começo do seu segundo governo, também saudou Jânio Quadros e sua polêmica homenagem a Che Guevara. Foi o veículo de propaganda "oficial" no governo JK, depois bajulou os generais, Tancredo, Sarney e fez apologia do "poder jovem" de Collor. Quando o alagoano foi derrubado, saudou a ascensão de Itamar como "A vitória da democracia".





Além de facilitar o acesso às receitas publicitárias, esse “apoio editorial” era devidamente cobrado, principalmente nos momentos de crise. Endividado, Adolpho Bloch procurou Collor em busca de ajuda financeira e foi atrás também dos presidentes Sarney e Itamar pedir o perdão dos gigantescos débitos com o governo federal (PENA, 2010, p. 123, 129-130).

É interessante notar, mais especificamente durante o regime militar, a maneira com que *Manchete* tentava mostrar o lado mais ameno dos generais presidentes à medida que eles se sucediam, cumprindo um papel propagandístico típico dos órgãos oficiais. O estoque de elogios se renovava a cada mandato.



Assim, Costa e Silva aparece de forma singela com a neta no colo, o truculento Médici como o presidente-torcedor, recebendo os heróis da copa de 70, em plena campanha nacionalista do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, Geisel, quase eclipsado pela mulher, ganha ares de pai de família e Figueiredo, em “fotos sensacionais”, como o jovial presidente que assumiu o mandato prometendo dar um novo fôlego à “abertura”.

Manchete não teve grandes problemas com a censura. Apesar de ter uma sessão de política com articulistas de renome, a intenção era mais obter prestígio para a revista com um assunto mais “sério” em meio às variedades do que polemizar com o regime. Logo, não teve problemas também com a “linha dura”, que controlava os órgãos de censura e causava prejuízos a outros veículos.

O único cerceamento da sua liberdade ficava por conta do patrulhamento em relação a “moral e os bons costumes”. *Manchete*, que tinha por tradição abordar temas como sexualidade e estampar em suas capas belas mulheres seminuas, teve uma edição apreendida em 1978, por ordem de um juiz de menores que considerou obscena a matéria sobre um centro de meditação indiano (BAHIA, 1990, p. 346). Aliás, esse tipo de cobertura já causava problemas à revista há muito tempo. Em 1952, uma edição foi proibida de circular por conta de uma matéria sobre dança africana em Paris, considerada imoral, e no ano seguinte a revista foi apreendida por causa de uma foto de Marilyn Monroe nua (ABREU, A., et al., 2001, p. 3.519).

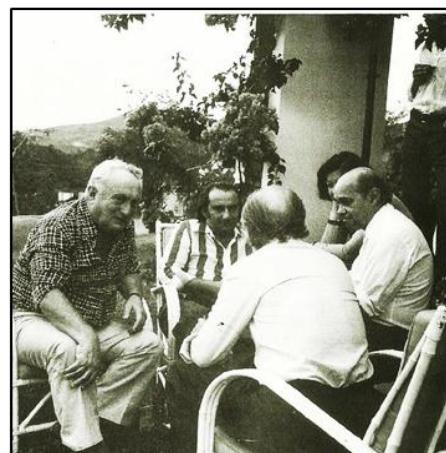
Foi no mandato de Figueiredo que o grupo Bloch ganhou, em 1981, a concessão para montar a *TV Manchete*. O Governo havia aberto concorrência pública para nove canais (divididos em duas redes) das extintas *TV Tupi* e *Excelsior*. Estavam na disputa Bloch, grupo Silvio Santos, *Jornal do Brasil* e o grupo Abril. Os Bloch fizeram um intenso lobby junto a membros do governo e ao próprio presidente (BLOCH, 2008, p. 253-263; GARCIA, 1990, p. 227-228). Os grupos de Adolpho e Silvio venceram sob forte suspeita de favorecimento político, em um esquema envolvendo amizades e interesse do governo em emissoras que não exercessem jornalismo crítico: “A opção deve ser feita pela segurança e pelo descompromisso político dos amigos fiéis ao governo”, segundo Felipe Pena (2010, p. 221).

Na lógica do toma lá da cá, Bloch prestara muitos favores a Figueiredo, mesmo quando ele ainda disputava a indicação do partido para concorrer à presidência: parte do material de divulgação da campanha, como *kits* biográficos e fotográficos, foi preparada nos laboratórios da *Manchete* (DUARTE, 1987, p. 115). Assim fez também para Brizola, financiando parte da

sua publicidade quando concorreu ao governo do Rio de Janeiro, em 1982 (PENA, 2010, P. 76). Ajuda recompensada depois com a transmissão exclusiva do carnaval pela *TV Manchete*, que encheu os cofres com o dinheiro dos comerciais (BLOCH, 2008, p. 269).⁶⁵ No caso de Figueiredo havia também as diversas matérias realizadas ao longo do seu mandato, nas quais a revista forjava a imagem do presidente com características que, se não eram totalmente condizentes com a realidade, tinham no mínimo um benevolente exagero, como vimos no início deste capítulo.

Tendo um histórico de ligações com quase todos os presidentes nas últimas três décadas, oferecendo a eles um tipo de propaganda ideológica baseada na construção de imagens altamente favoráveis, em troca de benefícios econômicos, era de se esperar que *Manchete* fizesse o mesmo com o presidente a ser eleito em 1984.

Até essa data, Tancredo pouco aparecia nas páginas da revista. A transição ainda era incerta e *Manchete* seguia adulando Figueiredo, o que continuou fazendo até perceber que os ventos irreversíveis da mudança sopravam para o lado do então governador mineiro. Adolpho se encontrou algumas vezes com Tancredo, buscando aproximar-se dele, e a revista passou a lhe dar o amplo e eufórico tratamento que resultaria na cristalização da imagem de herói e mártir da democracia.



Adolpho Bloch e Carlos Heitor Cony e Tancredo, na Casa de *Manchete* (In: PENA, 2010, p. 104;208).

⁶⁵ Segundo Arnaldo Bloch (op. cit. p. 252-253), Adolpho, que era anticomunista, tinha uma relação peculiar com militantes contrários ao regime: “abrigava em *Manchete* a sua cota de esquerdas. E desde muito contribuía, através do militante e patrício Marcos Jayumovich, com o partidão - para a eventualidade de precisar compor com o lado de lá (o que não o impedia de demitir comunistas em vias de se transformar em dirigentes sindicais e ganhar estabilidade)”. A relação com Brizola seguia o mesmo princípio. Adolpho chegou a alertar os militares para o perigo de anistiá-lo. Porém, anos depois, quando o político virou governador do Rio de Janeiro, o dono da *Manchete* se tornou “uma máquina de elogiar Leonel”. O que, segundo o autor, “não significava que o apoiasse no momento em que demonstrasse aspirações presidenciais - quando, então, voltaria a ser o perigoso elemento, com quem tomaria, tantas vezes, café-da-manhã, moradores que eram da Avenida Atlântica.”

Manchete cresceu com JK e continuou prosperando com os benefícios econômicos dos governos que o sucederam. Bloch esperava que com Tancredo e Sarney a história se repetisse. Segundo Arnaldo Bloch (2008, p. 251), um importante motivo que levava Adolpho a sempre cortejar o poder era o medo de perder tudo em uma virada de regime, um trauma da época em que a família de gráficos se viu envolta pela instabilidade, a violência e pobreza durante a revolução russa.

Para *Manchete* (assim como para *Veja*) acompanhar o comportamento do mercado consumidor, em seu posicionamento político, também era importante. Se durante o período de repressão militar isso era mais difícil, pois abrir espaço para contestação ao regime implicaria na inviabilidade econômica da revista, no período final da transição isso ficou bem mais fácil: Tancredo era quase uma unanimidade. Assim, engrossar o discurso messiânico do candidato ajudava tanto a “contar pontos” com ele quanto a agradar o leitor. E quando isso acontece, costuma-se ouvir dois tipos de barulho nas empresas: o das rotativas a todo vapor e o tilintar das caixas registradoras.

E, para as duas revistas, o momento em que esses equipamentos mais trabalharam foi o da doença e morte de Tancredo. Vemos aí de forma absolutamente exacerbada o princípio do lucro guiando a confecção do produto notícia, como abordo a seguir.

Capítulo 4

A construção do herói conciliador

Os enunciados de *Veja* e *Manchete*, assim como toda prática discursiva, buscam convencer, fixando verdades a partir dos pontos nodais. Assim, não se pode encarar os meios de comunicação como meros transmissores de mensagens objetivas. Toda enunciação produz efeitos de sentido, a partir de escolhas. E como aponta Charaudeau (2006, p. 39),

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas das formas adequadas [...] do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.

A mídia, assim como diversos outros setores da sociedade, como partidos políticos, entidades de classe e governos, também cria discursos que se pretendem universalizantes, ou seja, discursos hegemônicos no sentido de Laclau e Mouffe (1987).

Já abordei nos capítulos 1 o contexto das lutas políticas e sociais nos últimos anos do regime militar no Brasil e a criação, pela elite oposicionista do PMDB, do discurso hegemônico da conciliação, centrado na figura de Tancredo Neves. É possível vislumbrar também como os meios de comunicação, mais especificamente as revistas *Veja* e *Manchete*, colaboraram com a construção desse discurso em suas práticas enunciativas e como isso se insere em processo maior: a defesa de um projeto político que elas consideravam adequado à transição para um novo regime, baseado na conciliação entre a oposição moderada/conservadora e o governo militar.

Tancredo, como símbolo máximo da conciliação, passou a ser retratado nos enunciados como o herói dotado de qualidades excepcionais que poderia promover a grande união nacional e reconduzir o país à democracia em uma transição pacífica, moderada e sem ruptura da ordem. A cadeia significante fundamental dessa ordem significante era: *conciliação – volta da democracia – transição pacífica – governo moderado – pacto – herói capaz*.

No estudo dessas mensagens, além da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, será utilizado também, de forma sintética e principalmente na leitura dos textos visuais ou *verbi-visuais*, o instrumental teórico-metodológico da análise de discurso com aportes da semiótica discursiva, com ênfase no nível discursivo e nos fundamentos da organização do plano da expressão. Essa semiótica tem origem no pensamento estruturalista da década de 60 e vem sendo desenvolvida até hoje, em novas dimensões como a semiótica plástica, sincrética, das paixões, porém mantendo as orientações de base que compõem a teoria original de Greimas.

Seu método estuda o percurso gerativo de sentido, que se constitui, no plano do conteúdo, como um simulacro da produção do sentido de um texto, em um modelo de patamares hierárquicos em que a complexificação e concretude vão aumentando progressivamente a cada uma das três etapas. Barros (2002, p. 9) assim resume o percurso:

- a- o percurso gerativo de sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto;
- b- são estabelecidas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis;
- c- a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima;
- d- no segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito;
- e- o terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

No nível fundamental verificam-se as oposições mínimas de sentido, os valores básicos, sobre os quais o texto será construído. O nível narrativo é o campo das ações, das performances, das mudanças de estado de sujeitos em busca de objetos de valor. É nesse patamar que as aposições básicas do nível fundamental são tratadas e complexificadas através dos percursos do fazer (performances) dos sujeitos da narrativa. No último nível, essas estruturas

narrativas são discursivizadas através de atores e categorias da temporalidade e espacialidade. É a etapa em que a narrativa se concretiza por meio de uma cobertura figurativa e onde temas oriundos dos valores do nível fundamental são evidenciados e realizados de forma concreta.

Como foi dito, esse percurso é aplicado no plano do conteúdo. Entretanto, objetos semióticos para se configurarem como tal, precisam ser biplanares, como diz Fiorin (2009, p. 35): precisam ter, além do plano do conteúdo, também um plano de expressão. Ainda recorrendo a Fiorin podemos citar o exemplo das línguas naturais, como o português, que podem se manifestar sonoramente ou graficamente (p.34).

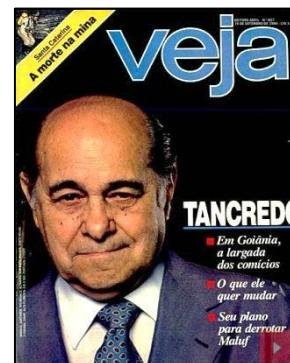
Entretanto, é de fundamental importância considerar que os objetos semióticos que nos cercam, principalmente hoje, na era da comunicação, com milhões de estímulos sonoros, visuais, gráficos e até, como no caso de algumas mídias, gustativos e olfativos, são compostos por mais de uma linguagem em seu plano de expressão. Ou seja, são sincréticos, pois condensam ao mesmo tempo, em sua enunciação e enunciado, linguagens verbais, visuais e, sonoras, por exemplo, e em diferentes meios, como uma página de revista, no corpo, em um quadro etc. O sincretismo também influencia o modo como o significado é expresso, ou seja, como essas diferentes linguagens se relacionam para expressar um determinado sentido. Sentido esse que é construído como uma estratégia global nos planos de expressão das linguagens envolvidas (OLIVEIRA, A., 2009, p. 80).

A análise do plano de expressão é tributária do desenvolvimento dos conceitos relativos à semiótica plástica, também é baseada nos princípios de Greimas (2004, pg. 75-96), e trabalhados posteriormente por Floch. Greimas definiu os conceitos de formantes figurativos e formantes plásticos. Os figurativos são entendidos como figuras do mundo que podem ser encontradas em um objeto visual. Já os formantes plásticos relacionam-se com as estratégias específicas do plano da expressão.

Assim, os formantes plásticos dividem-se em cromáticos (as cores e contrastes do significante), eidéticos (as formas do significante- retas vs curvas, quadrado vs arredondado) e topológicos (referem-se à distribuição espacial que o significante tem - superior vs inferior, central vs periférico).

O sentido global de um texto sincrético dá-se pela interação entre os planos de conteúdo e da expressão que formam o conjunto da totalidade do sentido, sendo necessário para apreensão melhor desse sentido, um ir e vir entre esses dois planos por conta das relações de homologação entre eles (OLIVEIRA, A., 2009, p.80).

4.1 TANCREDO PARA VEJA: “INDISPENSÁVEL”



Para entender melhor a construção heroificada de Tancredo Neves em *Veja* é preciso antes compreender, brevemente, dois pontos: os mecanismos discursivos pelos quais a revista cria uma imagem atemorizante da esquerda e constrói, ao mesmo tempo, um discurso apologético sobre a conciliação.

4.1.1 OS “RADICAIS” DA ESQUERDA E O IMPÉRIO DA DESORDEM

Como já vimos, por si só o quadro econômico e social brasileiro, depois do fim do “milagre econômico”, já era caótico: inflação chegando a 200% em 1983, recessão profunda, desemprego, arrocho salarial. Ao longo de várias edições *Veja* despejava, em tom alarmante, dados sombrios sobre a situação.

O discurso fica mais incisivo nesse momento por conta da posse dos novos governadores do PMDB, eleitos em 82. Para a revista, a conquista do poder pela oposição em nove estados ajudaria a criar uma situação política mais favorável para melhorias, através da pressão e, principalmente, da negociação com o governo do presidente Figueiredo. Porém os diálogos ainda eram lentos e tímidos, enquanto a crise avançava.

É nesse contexto que a revista insiste na denúncia de um quadro de caos econômico e social que teria transformado o Brasil em uma panela de pressão prestes a explodir. Nas capas abaixo, o tema constante é o do perigo iminente de uma situação que se aproxima do colapso.



Veja 15/02/82

Veja 12/01/83

Veja 09/02/83

Veja 06/04/83

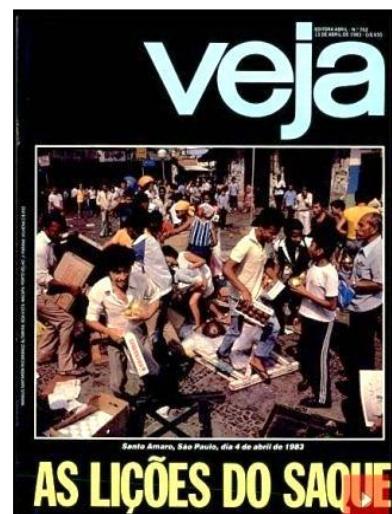
Na primeira imagem o arranjo gráfico sugere que os brasileiros estavam dando o próprio sangue, numa situação de sufoco, para pagar a dívida externa exorbitante, infundível, que o leva cada vez mais em direção às trevas, ao fundo escuro do poço: a falência. Na segunda, a ameaça muito próxima e poderosa da dívida sobre o país, tão frágil e prestes a ser esfacelado como uma casinha de porcelana. A CRISE (não uma qualquer, mas a mais poderosa de todas) também é um espectro, um fantasma que pouco a pouco foi se aproximando e se instaurou no país, como mostra a terceira capa. A última imagem parece ser o prenúncio apocalíptico do fim. Ela completa a narrativa da caminhada rumo à destruição, formada pelas três edições anteriores: depois dos efeitos do sufoco e do peso da dívida externa, da crise dramática que se instalou, a inflação explode tudo, tal como uma bomba, acesa por um pavio que

começou a pegar fogo há bastante tempo. Não há nessa capa nenhuma referência verbal ou imagética ao Brasil, como nas anteriores: não restou mais nada. O país foi pelos ares.

Nessas capas observa-se também na disposição dos títulos principais (“O sufoco”, “A crise”, “Inflação”) e da figura do martelo, a reiteração da diagonal, rompendo o padrão da normalidade vertical/horizontal. O inclinado, o torto, é a expressão gráfica do indesejado e da anormalidade. Sinal para o qual o nome da revista aparece também como um imperativo de alerta: Veja! Abra o olho!

Distúrbios como saques, greves, e até assaltos praticados por meninos de rua são potencializados pelo tom grave e alarmante da cobertura jornalística, reiterando sempre a situação de descontrole e ameaça à ordem social.

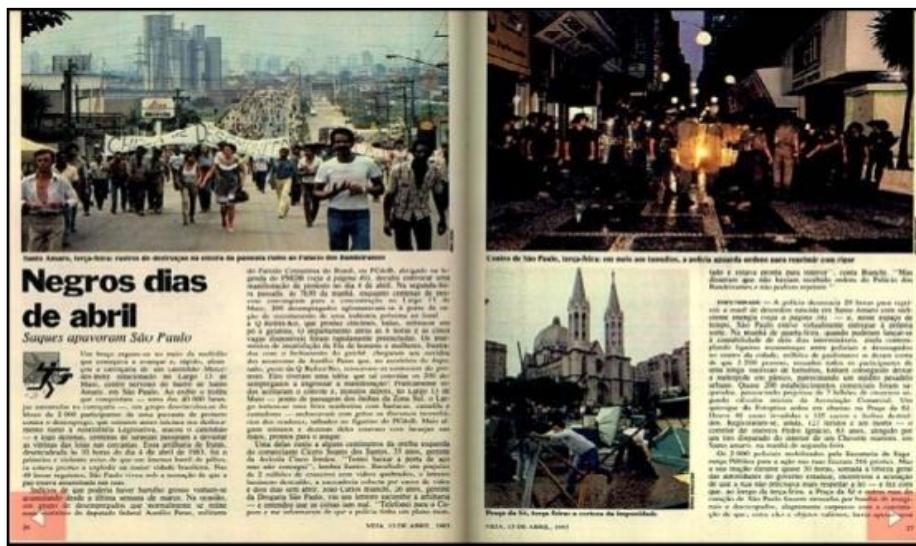
Assim foi na onda de saques que atingiu São Paulo em abril de 1983. Na edição de 13/04, a imagem do caos, a começar pela capa que traz uma foto do saque a um supermercado. Simula-se o enquadramento de um retrato, um quadro, sobre fundo negro, sombrio. Esse retrato é marcado pela desarmonia, multiplicidade e irregularidade das formas. As narrativas que ele contém também são múltiplas, caóticas, desencontradas; cada personagem parece executar uma ação diferente, desordenada. Cria-se assim um efeito de sentido de descontrole, conflito e ameaça a ordem pública, reforçado pelo título em tom prescritivo: “As lições do saque”. Ou seja, mais uma vez a revista faz um alerta: VEJA (bem) a situação e o que ela pode nos ensinar.



No editorial, Veja cria a impressão de uma cidade sitiada em “dias negros” nos quais “viveu sob o império da desordem, açoitada por pilhagens e todo um cortejo de atos de selvageria” (p.02). Segundo a revista, os saques eram um alarme para duas coisas: “a primeira é que os responsáveis pelo

poder político e econômico, em todos os seus níveis estão vivendo em um país imaginário. A segunda é que a subversão, manipulando as formidáveis desgraças do país real, reabre suas tentativas de assalto ao Estado".

Nessas frases se expressa duas preocupações: as elites políticas e econômicas não tinham se dado conta ainda da ameaça iminente de insurreição popular, por conta da crise, e enquanto não agiam, os "subversivos" da esquerda se aproveitavam da situação e tentavam, mais uma vez, tomar o poder, incitando as massas.



A classe média aparece como a grande vítima da desordem e é obrigada a se armar para defender o patrimônio, assumindo o papel que a polícia não cumpriu. Amplificando o clima caótico de medo generalizado, a reportagem destaca o caso de um comerciante e seus dois seguranças particulares, obrigados a se armar e fazer justiça com as próprias mãos:

Estabelecido num bairro infestado de marginais, ele não confia na polícia e tem sua segurança particular (...) e uma câmara, no subsolo, pra onde vão os dez ladrões que prendem por dia. "Lá batemos neles com muita vontade e cortamos o cabelo", conta Caneloi. "Dá certo. Eles nunca voltam". (p. 32)

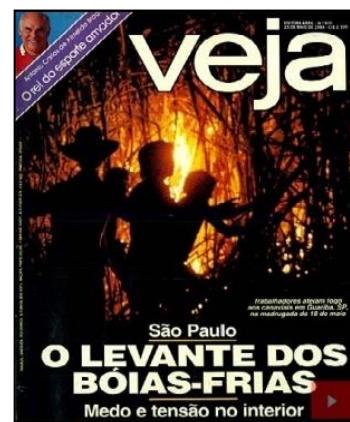
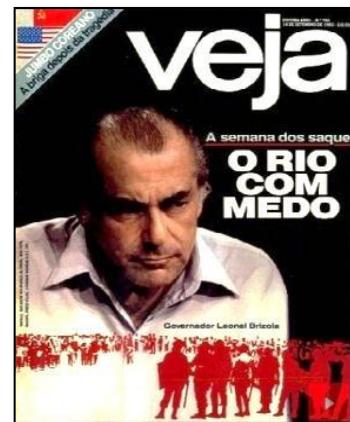
A imagem de baderna e ameaça à ordem pelas esquerdas aumenta com a cobertura das greves de metalúrgicos, petroleiros e agentes penitenciários em São Paulo três meses depois. Segundo a revista, “As greves [...] nada têm de trabalhistas. Seu objetivo é contestar, num teste de força, a ordem política.” (13/07/83, p. 19).

Os distúrbios populares também seguiram no Rio de Janeiro. Na edição de 14/09/83 a revista destaca, em tom sensacionalista, os prejuízos dos comerciantes, o medo e o clima de insegurança geral, que associava ao governo de esquerda de Brizola: “Saques, greves e confrontos de rua atemorizaram a população carioca e mostram o lado sombrio do socialismo ‘moreno’ de Brizola.” (p. 38).

Na capa (ao lado), é construído o tema da irresponsabilidade e sadismo de Brizola, figurativizado pela composição da imagem em que ele, todo poderoso, observa, impassível e com ar de maldade, a população banhada com o sangue gerado pela violência.

O mesmo tom carregado foi usado ainda em relação aos protestos estudantis em Manaus, que acabaram em quebra-quebra e saques (28/09/83), às desordens no Ceará (09/11/83) e ao “levante dos bóias-frias”, que causou “medo e tensão” no interior de São Paulo (23/05/84). O que a imagem da capa ao lado mostra é o perigo que esses trabalhadores revoltados representam (e numa conotação mais generalizada, todos os trabalhadores do país, explorados e depauperados pela crise) e o potencial estrago que eram capazes de fazer. O título se refere a um levante, mas a tensividade gerada pela imagem e o texto sugere mais que isso: uma revolução.

A igreja católica também se tornou alvo frequente da revista. Para *Veja*, a instituição (ou a parte mais progressista dela), que criticava a grande



imprensa por ser antipopular e defender apenas os interesses das elites, contribuía para o caos público e o rompimento da ordem vigente. A revista acusava a Igreja de incentivar os levantes em várias cidades e de proteger quem ameaçava a “sociedade” (leia-se a classe média, principalmente).

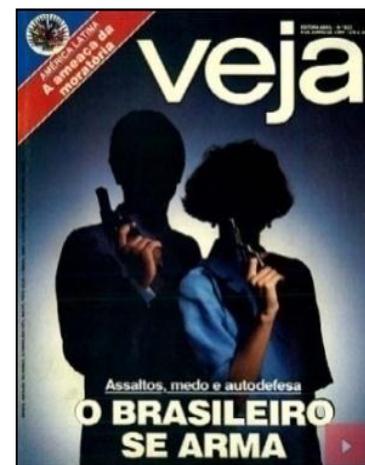
Um episódio é exemplar: em dezembro de 83 um menino de rua que roubou uma corrente de uma mulher na Praça da Sé foi morto a socos e pontapés por um alto funcionário público (procurador do Estado) que passava pelo local. A Igreja protestou contra o ato e saiu em defesa do menino.

Veja criticou duramente o que chamou de “operação destinada a glorificar como mártir, um delinquente juvenil”:

O que torna cada vez mais duro de engolir é a tentativa permanente de grande parte da hierarquia católica em servir-se da miséria nacional para justificar o crime e estimular os criminosos como vem fazendo na presente onda de violência que sacode as cidades brasileiras. (21/12/83, p.34).

Em função de vários casos em que considerava o apoio da instituição aos “subversivos” (especialmente em manifestações coletivas como protestos e saques) a revista era taxativa: “Pela ótica atual da Igreja, segundo a qual as pessoas têm o direito de roubar e matar desde que sejam pobres, nada fizeram de errado [...]” (21/12/83, p.34).

O tema da população ameaçada que passa a se armar, abordado durante os saques em São Paulo, é retomado tempos depois em uma matéria de capa (06/06/84, ao lado) com o título “Assaltos, medo, autodefesa. O brasileiro se arma”. Note-se o termo “autodefesa”, que confere legitimidade e desespero a essa atitude causada pelo medo e a violência, e o termo “brasileiro”, produzindo um efeito universalizante de comportamento (embora, como figurativiza a imagem da capa, com o homem de terno e a mulher de tailleur, quem se arma são as classes com maior poder econômico).



Assim, a revista vai construindo uma imagem em que os “radicais” ligados a projetos políticos e sociais de esquerda tinham como objetivo subverter a ordem atual e implantar outra, onde predominaria o caos e a violência. Fica claro, em *Veja*, o enquadramento a partir da necessidade de controle da situação por parte das elites antes que as esquerdas o fizessem. Diante do quadro caótico o único caminho para isso era a grande conciliação entre o governo e a elite da oposição moderada/conservadora, com o apoio da sociedade.

4.1.2 A APOLOGIA DA CONCILIAÇÃO

Como vimos no primeiro capítulo, desde o final de 1982 a elite moderada/conservadora do PMDB já vinha se aproximando do regime e do seu partido de sustentação, o PDS. Mas é a partir de 1983 que as conversas ficam mais frequentes devido à nova conjuntura política com a posse dos novos governadores e congressistas da oposição. É nesse cenário que *Veja* passa a incentivar e defender veementemente a conciliação.

A primeira grande manifestação da revista nesse sentido se deu por ocasião da mensagem anual de Figueiredo ao Congresso. O presidente conclamava deputados, senadores e outros grupos sociais, como os trabalhadores, a um pacto de cooperação e não agressão para garantir a normalidade política e o avanço de medidas de contenção da crise. Segundo a revista (09/03/83), “a mensagem da trégua” era “o melhor documento político atualmente em circulação”, um texto “rico em lucidez e serenidade.” (p. 20). Para *Veja*, as disputas políticas mais aguerridas ou as lutas populares de caráter mais contestador (como as greves) eram “um caldo de vírus” que levava ao confronto político (p. 19).

Os setores moderados/conservadores do PMDB, PTB e o PDT articulavam conversas com o PDS e o governo em uma série de encontros, discretos a princípio e mais frequentes com o passar do tempo. Toda semana, em sua análise política, a revista qualificava as iniciativas de entendimento

como gestos de boa vontade, maturidade e civilidade. Através de seu próprio discurso e da visibilidade que dava aos políticos e líderes setoriais que apoiavam a conciliação, *Veja* ia insistindo na tese do grande acordo nacional, reforçada em diversas situações, ao menor sinal de instabilidade:

Há muito tempo o Brasil não necessita tanto, como agora, de uma costura paciente e lúcida entre suas diversas forças políticas, a fim de superar este momento dramático e quase totalmente obstruído pela crise econômica e pelo esgotamento do modelo político. Investir no entendimento é a única saída (06/07/83, p. 19).

Mais tarde, com a derrota da emenda das “diretas” no Congresso e o racha no PDS provocado pela indicação de Paulo Maluf como candidato a presidência, Tancredo é lançado candidato das oposições no Colégio Eleitoral, apoiado pelos dissidentes pedestinos que indicaram o vice, José Sarney. Em clima de conciliação, mais uma vez *Veja* recorria ao argumento do medo de um caos político, social e econômico iminente para justificar a necessidade de alianças políticas na formação de um “centro forte”. Afirmava que sem esse “equilíbrio” o país estaria condenado ao colapso, o que continuaria trazendo prejuízos aos interesses da “maioria”.

Em nome da conciliação, *Veja* também passou a defender, assim como Tancredo, o não “revanchismo” contra os militares, como citei, em termos gerais, no capítulo 2. Vejamos agora um exemplo de como isso foi construído discursivamente.

A revista condena o “revanchismo”, fazendo um contraponto ao espírito de conciliação necessário naquele momento: em junho de 83 a viúva do ex-presidente João Goulart, deposto pelos militares no golpe de 1964 e condenado ao exílio, se encontrou com Figueiredo. A revista aproveitou para fazer uma apologia da concórdia (01/06/83, p.42, grifos meus): “Tanto Maria Tereza quanto Figueiredo fizeram questão de demonstrar que **o passado está definitivamente sepultado** e que a anistia **patrocinada** pelo governo, em 1979, é **efetivamente ampla e irrestrita**”. Ao lembrar que Figueiredo havia também se encontrado antes, em clima cordial, com Jânio Quadros e com a

família de Juscelino Kubitscheck (dois perseguidos pelo regime), Veja reforçava o discurso contrário às mágoas do passado: “Essas lembranças amargas não impediram que os Goulart, semana passada, **cumprimentassem** Figueiredo **por sua contribuição à normalização democrática.**” E completava, em um exercício imaginativo, colocando a bandeira da conciliação nas mãos de Goulart: “É o que João Goulart, homem de temperamento tolerante, provavelmente faria se tivesse vivido o suficiente para rever o Palácio do Planalto.”

Veja agia, assim, na tentativa de construir um discurso hegemônico sobre um projeto político conservador para o país naquele momento de transição: a substituição de um regime falido que não conseguia mais promover o desenvolvimento econômico e ainda apresentava riscos de retrocesso à “abertura” por conta da “linha dura”. Defendia uma mudança comedida, sem transformações radicais do *status quo*. Essas modificações viriam não através de uma ruptura do regime, mas de uma transição negociada e conciliada entre o governo e a oposição moderada/conservadora, o que levaria, de acordo com o coro pró-Tancredo, a uma nova república “em que reinariam concórdia, ausência de revanchismo ou represálias, moderação, estabilidade institucional, retomada do desenvolvimento e unidade nacional” (SALLUN JR., 1996, p.).

Mesmo a revista sendo dirigida a um segmento social mais específico (classes médias e altas) seria errado supor que esse público se constituiria em uma parcela social com interesses e pensamentos homogêneos já que o campo social, segundo Laclau e Mouffe (1985), é clivado por inúmeros interesses e disputas identitárias. Nesse sentido, na busca de um discurso consensual e hegemônico, Veja procurava estabelecer uma articulação entre elementos diferentes, construindo uma totalização discursiva em que demandas particulares eram unidas em uma outra, de caráter universalizante, a partir de um ponto nodal: a tese da conciliação. Essa ideia adquire o caráter de significante vazio, condensando através das estratégias enunciativas vários

significados para diferentes parcelas da classe média e alta e, num efeito hegemônizador, para diversos outros segmentos.⁶⁶

Assim, conciliação passa a ser a possibilidade de melhoria do poder de compra, do crescimento dos negócios, da melhoria de vida, de menos desigualdades sociais, de mais segurança, tranquilidade, paz, da plena liberdade de expressão, da garantia de direitos sociais e trabalhistas, de fomento à cultura, de acesso a cargos políticos, enfim, de todas as esperanças de melhorias que um novo governo civil representava. A cadeia de equivalências é suturada por este ponto nodal a partir da construção antagônica em relação ao “outro”, um “inimigo em comum”, representado pela “esquerda”. A “esquerda radical” passa a ser um significante vazio que encarna exatamente o contrário do discurso identitário da conciliação: o caos econômico e social, o desemprego, a ruptura da ordem, a perda do conforto, a violência, a insegurança, o radicalismo político, greves, barbárie, ameaça à propriedade privada.

Nas palavras de um velho político do império, o marquês do Paraná (por “coincidência” um dos ídolos políticos de Tancredo), citado como voz de autoridade pela revista, a conciliação, “esse sossego de espírito, essa tranquilidade dos partidos, essa calma das paixões não pode ser impressa senão por braço mui forte.” (09/03/83, p. 26). E de quem seria, segundo *Veja*, esse “braço mui forte”, capaz de promover tal feito?

4.1.3 A CONSTRUÇÃO DO HERÓI

Desde sua eleição para o governo mineiro, em novembro de 82, Tancredo começou a ganhar espaço nas páginas de *Veja*, discretamente no início e mais entusiasticamente a partir da metade de 1983, quando passou a ser o principal nome na conciliação entre governo e a elite da oposição. Com a derrota da emenda das “Diretas Já” e o lançamento da sua candidatura à

⁶⁶ É importante lembrar o efeito de “durabilidade” na circulação da revista a qual outros segmentos sociais, além do seu público alvo, também têm acesso nos consultórios, órgãos públicos, escolas, associações. (KUCINSKI, 1983, p. 33).

presidência (agosto de 84), a revista passa a carregar nas tintas na construção de uma imagem heroificada. Na narrativa jornalística Tancredo Neves vai adquirindo progressivamente o estereótipo dos heróis mitológicos clássicos (CAMPBELL, 1990, p. 137-181): dotado de qualidades excepcionais, perseverança, coragem e ideais altruístas ele toma para si - e em nome do seu povo - a missão salvadora de conduzir o país à democracia.

Assim, como procurarei demonstrar a seguir, o Tancredo-herói aparece mais explicitamente no período de doença e morte. Porém o processo de heroificação começa bem antes, a partir da sua eleição para o governo de Minas. Nesse intervalo de pouco mais de dois anos *Veja* promove o que chamo de “qualificação do herói”: a exaltação reiterada da sua imagem e das qualidades que o credenciavam como o único capaz naquele momento de cumprir a missão de conduzir o país à salvação; aquele que queria, podia e tinha competência para resolver os problemas do povo. Isso era meia verdade ideológica, na medida em que a salvação era a das elites, que precisavam herdar o poder sem enfrentar diretamente os militares.

A doença e a morte deram, nesse contexto, um contorno mais nítido e dramático ao caráter heroico que ele já vinha adquirindo nas páginas da revista. Em *Veja* cristalizam-se algumas imagens de Tancredo: a de defensor da ordem, sábio, competente, astuto e líder, condensadas em uma outra maior: a de herói conciliador.

Veja passou a destacar o esforço do governador em promover o “diálogo” logo que iniciou o mandato. Na edição de 24/01/82, a reportagem diz que “O diálogo vence em Minas com Tancredo” e destaca a sua capacidade de negociação e o bom trânsito que ele tinha em setores do governo: “sai das urnas uma voz capaz de falar e ser ouvida em Brasília” (p.88-89).



Depois da posse a revista continua destacando a aproximação com empresários, o governo e políticos do PDS, assim como o seu esforço para convencer os setores do PMDB menos permeáveis a essa aproximação a aderir ao pacto de união nacional. Já no princípio do mandato são ressaltados os encontros com o senador Antônio Carlos Magalhães (19/01/83, p. 20), com o conservador ministro da Justiça Abi-Ackel, com quem “passou uma tarde inteira” e o ex-presidente, general Golbery do Couto e Silva, com quem “se encontra com regularidade” (02/02/83, p 29), além de vários outras conversas com o próprio Figueiredo e seus principais ministros militares. Tancredo era mostrado como um “maestro talentoso”:

“A nação”, ensinou Tancredo Neves numa das inúmeras passagens do seu pronunciamento, “não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classe exacerbada. Há que encontrarmos com urgência entendimento.” Ainda segundo ele, as crises representavam “um desafio à capacidade coletiva de dar curso pacífico e ordeiro às mudanças necessárias.” (16/03/83, p. 21, grifo meu).

Na edição de 23/03/83, Veja louvou o ato “civilizado” de Tancredo que, ao assumir o governo de Minas, mandou um telegrama a Figueiredo em que prometia “minha integral lealdade e a do meu governo na sustentação de sua autoridade, na defesa de nossas instituições democráticas e no apoio aos seus patrióticos compromissos e consolidar a democracia” (p. 24).

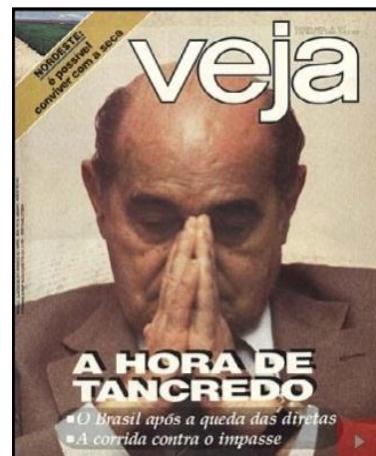
Segundo a revista, Tancredo e Figueiredo tinham “conversas cordiais”, “sob o signo do mutuo respeito” (11/05/83). Para Veja ele ia assumindo seu papel de grande líder na aproximação com o governo e constituindo-se como a “maior estrela da oposição” (09/03/83, p. 27), o “preferido do Planalto” (06/04/83, p.24) e a “mais respeitada voz do PMDB” (16/06/83, p. 21). Nas fotos, sempre o gesto da mão estendida.



Além de ela própria enaltecer Tancredo, reiteradas vezes a revista abria também espaço para elogios dos aliados: “visão de estadista”, “experiência” e “vivência política” (16/11/83, p. 3), e até dos adversários: “integro como poucos” e “cheio de sabedoria” (13/07/3, p. 29).

A posição de Tancredo se afinava com a de *Veja* também na defesa da ordem, contra a ameaça dos “radicais” no processo de transição. Durante a campanha das “Diretas Já”, a revista relatava, em tom de aprovação, que o governador mineiro condenou uma greve de metalúrgicos e professores a qual ele considerou “inoportuna, impatriótica e ilegal”, pois, “movimentos dessa natureza servem de argumento aos que são contra o processo de abertura democrática” (11/04/4, p. 7), diz a revista.

Com a rejeição da emenda das “diretas”, o discurso pró-Tancredo se intensificou, como mostra a edição de 02/05/84. Examinemos em detalhe o texto *verbi-visual* da capa. Ela traz a imagem de Tancredo, com a cabeça inclinada para baixo e mãos postas como em oração. Abaixo do título “A hora de Tancredo”, há dois subtítulos: “O Brasil após a queda das diretas” e “A corrida contra o impasse”.



A mensagem desse conjunto significante é: o país vive um momento decisivo. O sonho das “diretas” acabou e é preciso agir logo para evitar um estado paralisante de impasses que impedem de avançar na conquista do objetivo maior: a democracia. E qual a melhor solução? Tancredo Neves. Essa era a hora dele. Hora de entrar em cena e assumir seu papel predestinado de líder e herói. O herói de fé que recorre a Deus (como os heróis míticos também o fazem) para ampará-lo em sua missão e é ouvido por Ele (note-se a luz “divina” que incide em sua cabeça, vinda do alto, bem no momento em que ele reza). Tancredo não seria “o iluminado”?



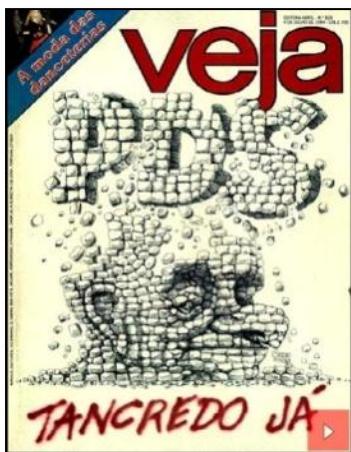
Ainda nesta edição, uma matéria ilustrativa: Em cima, o título “O país busca a luz. Rejeitada a emenda das diretas, chegou a vez da negociação” e mais abaixo uma foto de Tancredo ocupando uma grande proporção da página (p. 20). Ele aparece em uma posição central, tranquilo, pensativo, com um ar confiante e chega a esboçar um leve sorriso. A mão esquerda, mais que encostada, aponta para a cabeça, ponto de visão principal da

imagem, denotando reflexão. A composição da foto (a mão que aponta, o fundo desfocado privilegiando a figura, a luz que a ressalta) conduz o olhar para esse ponto central, a cabeça, metáfora da inteligência e sabedoria. Título e foto dialogam na produção de um efeito de sentido que reitera aquele gerado na capa: a luz que o país busca é Tancredo. Ele é o homem sábio, inteligente, competente e sereno capaz de promover a negociação, cuja oportunidade (a “vez”) acabara de chegar depois da derrota do sonho das “Diretas”.

Esse sentido é reforçado também pelo conteúdo da matéria, que se estende pelas páginas seguintes, em que a grandeza do político mineiro é salientada através do reconhecimento de suas qualidades excepcionais até pelos “adversários” do PDS (na verdade a ala do partido que já vinha se aproximando dele): “o maior político da atualidade”, aquele que “pode levar a frente qualquer entendimento”, que tem “mãos hábeis e confiantes” e depositário de uma “autoridade moral incrível” (p. 20). A reportagem segue enfática:

Milhões de pessoas em comícios, uma barulheira nacional [...] além da constatação de que oito em cada dez brasileiros esperavam que o congresso aprovasse [a emenda das “diretas”], não conseguiram assegurar-lhe os 77 votos do PDS [...] (p. 20).

Na totalidade de sentido evocada pelo título, foto e texto da matéria, Tancredo, com sua sabedoria, inteligência, tranquilidade e habilidade acima do normal era o negociador capaz de realizar aquilo que nem os milhões de manifestantes que foram às praças na campanha das “Diretas Já”, nem a força do desejo de 80% dos brasileiros (segundo pesquisa realizada na ocasião) conseguiram promover: a conquista da democracia. A seguir outros exemplos de como a imagem de Tancredo é tratada de forma euforizada pela revista:



Veja 04/07/84



Veja 04/07/84



Veja 19/09/84

Numa analogia ao ditado “com as pedras que me atirares construirei um castelo”, essa primeira capa produz a ideia de a candidatura de Tancredo ter se fortalecido pela desintegração do seu maior adversário: o PDS (numa referência ao racha do partido, do qual saiu a Frente Liberal). Os tijolos que caiam do edifício do PDS, enfraquecendo-o, eram os dissidentes, que agora solidificavam a campanha de Tancredo. Mais que isso: segundo a mensagem ele era, com sua capacidade conciliatória, o homem capaz de juntar novamente aquilo que estava se desintegrando no desgastado partido do governo.

Um Tancredo sorridente e descontraído que aparece na segunda imagem, tematizando a tranquilidade, a autoconfiança e a certeza da vitória no Colégio Eleitoral. Confiança esta fruto do trabalho magistral na orquestração de alianças políticas (um “doutor”), como sugerem a foto e o título da outra página.

Mas, como todo bom herói, apenas essas qualidades extraordinárias não bastam. Também é preciso ter sentimentos nobres. É por isso que Tancredo, com seu espírito conciliador, também aparece em *Veja* como aquele que não levaria a cabo o “revanchismo” contra os militares: “Minha palavra é a de que não haverá revanchismo de espécie nenhuma.” (01/08/84, p.21). Segundo a revista, “Tancredo Neves mostrou que sua candidatura não tem relações familiares com o radicalismo nem com o espírito de vingança”. (21/11/84, p. 35).

O reforço à imagem positiva do político também passava pela autoridade dos números. Em plena campanha, *Veja* publicou uma pesquisa de opinião, encomendada por ela, sobre os dois candidatos, Tancredo e Maluf. Tancredo aparece como o mais capaz, mais honesto, mais democrata, mais sincero, mais firme, mais simpático, mais sensível ao apelo popular e mais dinâmico. Também era o que tinha mais capacidade para vencer a carestia, criar empregos, diminuir a pobreza, a dívida externa e dar mais educação (07/11/84, p. 20-21).

Esse traço “popular” da candidatura de Tancredo pode ser visto na cobertura de sua campanha e na analogia com as grandes mobilizações das “diretas”. Com ele, as multidões haviam voltado às praças, como diz a reportagem ao lado (10/09/84, p. 20).



E por falar em Maluf, este foi convertido em inimigo público número um pela Aliança Democrática e por *Veja*. Afinal, nas narrativas clássicas, há sempre inimigos tentando impedir a missão gloriosa dos heróis, em uma construção identitária antagônica. Oito meses antes do início da campanha a revista já construía uma imagem do candidato do PDS como falso, impopular, polêmico, oportunista, arrogante, corrupto, “fruto do regime fracassado” e “cheio de truques” (25/01/84).

Dar apoio a Tancredo para derrotá-lo era, portanto, questão essencial na luta pela salvação do país: “Maluf é uma ameaça de ruptura e o governador Tancredo Neves é a possibilidade de normalidade política”, dizia o senador

Antônio Carlos Magalhães, da Frente Liberal, no espaço nobre das páginas amarelas que a revista abria a ele, não por acaso, pois o político baiano sempre teve temperamento explosivo e disposto a ataques virulentos aos adversários (22/08/84, p. 4). Dar voz a quem enaltecesse Tancredo e atacasse Maluf e seus aliados se tornou um procedimento comum em *Veja*.

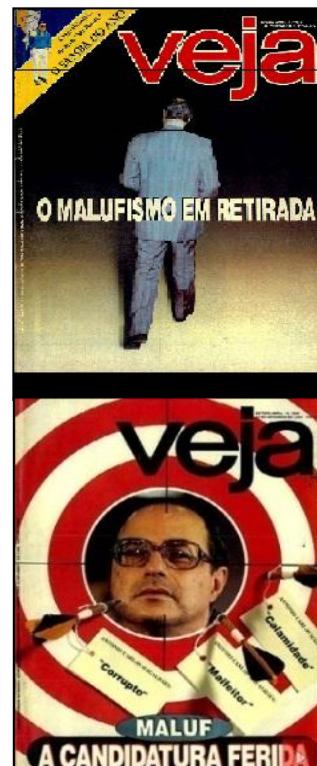


Dois meses antes da eleição, a revista também começava a passar a ideia de que Maluf já estava derrotado e sem forças (14/11/84): “Maluf encurralado” (chamada de capa), “Maluf perto do fim” (p. 18-19). A foto principal escolhida para a reportagem traduzia em imagem

o discurso da derrota: na parede o retrato sorridente do candidato no início da campanha e abaixo o Maluf real, sozinho, com ar abatido e sério, “perto do fim”. A mensagem de que a realidade era bem diferente do que tentava convencer a propaganda vinha reforçada pela legenda: “Maluf: sem apoio popular, perdendo aliados e convidado pelo Planalto a desistir.” (p.18).

A campanha de desqualificação de Maluf também foi promovida em algumas capas. Nesta, ao lado (12/09/84), ele está sozinho, de cabeça baixa, saindo de cena, de costas para o leitor, se retirando para “um outro lugar”, escuro, sombrio. A mensagem é a da derrota e do isolamento.

Nesta outra ele é, com seu ar arrogante, o centro de um alvo para o qual convergem flechas-ataques diversos (“corrupto”, “malfeitor”, “calamidade”) que o ferem e o enfraquecem (21/11/84).



Nos enunciados de *Veja* (edição de 16/01/85) Tancredo, assim como os heróis míticos, foi superando com determinação os problemas que se colocaram em sua missão, provando sua coragem, conhecimento e capacidade (CAMPBELL, 1990, p. 139)⁶⁷: ele venceu a resistência da ala esquerda do PMDB, relutante em conciliar com o governo, conquistou o apoio dos dissidentes do PDS, administrou as brigas por concessões em troca desse apoio, controlou o radicalismo de Brizola e durante sua campanha evitou, com sabedoria e esperteza, um possível golpe por parte de um grupo de militares da “linha dura”. Realizou ainda a façanha de ganhar a confiança do presidente Figueiredo, que antes o considerava duro de engolir, como um “sapo envolto em arame farpado” (p. 24-25), além de derrotar o grande inimigo da nação, Paulo Maluf.

Sua vitória na eleição para presidente, no começo de 1985, aparecia discursivamente como o começo de uma nova era de prosperidade, o coroamento de uma longa luta, um sonho de restabelecer a democracia, melhorar a vida do povo, acabar com a desordem e unir adversários em torno do bem comum, que só poderia ser realizado por um homem excepcional, um herói nacional, que fez da conciliação a sua bandeira.

Dessa forma, em *Veja*, Tancredo adquire caráter de ponto nodal ao ser investido de múltiplos significados que poderiam encontrar correlação nos anseios e valores de parcelas diferentes que compunham o público da revista: qualidades como a moderação, a inteligência, a sabedoria, a liderança, indicativas de padrões de comportamento que inspirariam confiança e identificação (os significantes primordiais aí são moderação e aliança conciliadora, portanto, uma lógica equivalencial que suprime diferenças, isolando a diferença maior, que eram os radicais de esquerda, os revolucionários). Significados condensados (pelo discurso heroificado) no termo “conciliação”, uma espécie de pedra de toque capaz de resolver os problemas de todos os segmentos sociais.

⁶⁷ Sobre o papel das provações no percurso do herói, conferir também o capítulo 2 de “O herói de mil faces”, Joseph Campbell (1995).

Constrói-se assim, nesse discurso, uma sutura parcial desta cadeia de equivalências, a partir do ponto nodal *conciliação* e que tem como antagônicas outras duas formações discursivas identitárias (segundo a interpretação da revista): a do radicalismo subversivo da esquerda e a do radicalismo e continuísmo de direita, do qual Paulo Maluf se constituía em ponto nodal.

4.1.4 O SOFRIMENTO DO HERÓI

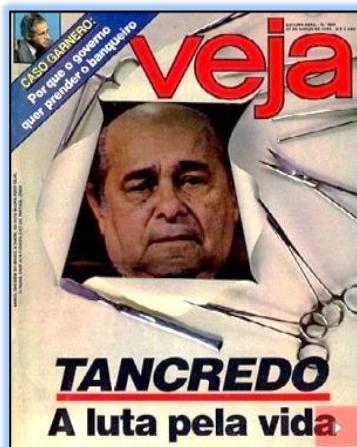
Quando a narrativa épica do herói parecia se encaminhar para um final feliz, o Brasil se choca com a doença repentina de Tancredo, na véspera de sua posse. Até sua morte foram quase quarenta dias de internações e cirurgias. Começava ali a ser construída a dramática imagem do mártir nacional. O herói, depois de árduas lutas, era pego de surpresa pelo destino que lhe impunha mais um obstáculo na sua missão salvadora: o sofrimento.

A cobertura do drama do presidente tomou centenas de páginas ao longo de sete edições (de 20/03/85 a 01/05/85), em um tratamento espetacularizado⁶⁸. O sofrimento de Tancredo foi mostrado ao país sob uma potente lupa, com uma riqueza de detalhes impressionante que causava uma sensação de confusão (a menos que se lesse as matérias com um livro de medicina à mão) e a certeza da gravidade do quadro:

⁶⁸ Utilizo aqui a concepção de espetáculo e espetacularização baseada em Antônio Canelas Rubim (2003, p. 90): “O espetáculo remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário. Daquilo que se contrapõe e supera o ordinário, o dia-a-dia, o naturalizado. A instalação no âmbito do extraordinário potencializa a atenção e o caráter público do ato ou evento espetacular. [...] a produção do extraordinário acontece, quase sempre, pelo acionamento do maravilhoso (Carpentier, 1987), de um grandioso que encanta, que atrai e que seduz os sentidos do público. Esse ‘maravilhamento’ produz-se pelo exacerbamento de dimensões constitutivas do ato ou evento, da dramaticidade de sua trama e de seu enredo, através de apelos e dispositivos plástico-estéticos, especialmente os relativos ao registro da visão, mas também aos sonoros, em menor grau. [...] a espetacularização pode ser definida como um processo, através do qual, pelo acionamento de dispositivos e recursos dados, produz-se o espetáculo, ou melhor, o espetacular. [...] a espetacularização aciona, simultaneamente, uma multiplicidade de dimensões- emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas para fabricar e dar sentido ao espetacular. Nessa perspectiva, o espetacular deve ser sempre encarado como uma construção, social e discursiva [...]”.

Fez-se um mapeamento de seu abdômen com uma associação de hemáceas e enxofre radiativo, introduzida numa das veias do seu corpo [...] Viu-se, assim, que a hemorragia estava no íleo terminal, o fim do intestino delgado. Em seguida foi submetido a uma arteriografia seletiva. Ela informou o exato local da hemorragia e alertou para sua gravidade: pelo vaso rompido passavam 100 mililitros de sangue por hora. Ou seja, nesse nível, Tancredo perderia mais da metade do seu sangue em um dia. (03/04/85, p. 25).

“Agonia”, “drama”, “risco de vida”, “dor”, eram palavras repetidas várias vezes em cada reportagem e nas capas que estampavam para o país o presidente agonizante, num tom dramático e espetacular: “Tancredo, a luta pela vida”, “Tancredo, uma semana entre a vida e a morte”, “Dias de dor” “Tancredo, a cruel agonia”.



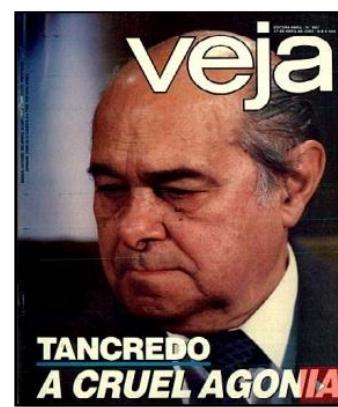
Veja 27/03/85



Veja 03/04/85



Veja 10/04/85



Veja 17/04/85

Considerando o conjunto dessas quatro capas, dispostas em sequência cronológica, observamos como a revista, em sua narrativa, vai se posicionando sobre a situação do presidente. Primeiro mostra um Tancredo abatido, que sofre, mas que luta para continuar vivo, cirurgia após cirurgia. Ainda há esperança.

Depois, a situação se agrava, a luta que o presidente parecia estar vencendo, se transforma em incerteza. Tancredo está no meio do caminho, um lugar indefinido entre o avião e o solo, entre a vida e a morte, entre o céu e a terra.

A terceira capa representa, para a revista, que a dor se instalou definitivamente. O momento, como sugerem os subtítulos (“a resistência da infecção”, “o perigo nos pulmões”, “o choque das operações sucessivas”) e a própria expressão facial do presidente é de extrema seriedade e consciência de que a luta está sendo perdida (em um recorte sobreposto à imagem do hospital do coração, como se fosse possível fazer um buraco na parede e enxergar como ele estava se sentindo lá dentro).

Essa certeza aparece na capa seguinte: Tancredo, cabisbaixo, e contrariado, reconhece a derrota. A “cruel agonia” foi maior que suas forças. Note-se que nas duas primeiras capas o nome da revista aparece em vermelho vibrante, vivo. Nas duas últimas dá lugar ao branco.

A revista construiu uma narrativa visual e verbal em que o sofrimento aumentava a cada dia. Sondas eram colocadas à força por conta de uma obstrução no esôfago (27/03/85, p. 37), Tancredo tinha constantes e “dolorosos acessos de tosse” (27/03/85, p. 37), as cirurgias se sucediam, assim como outros procedimentos invasivos, em uma longa, sofrida e “grande batalha” (03/04/85, p. 30). A seguir alguns trechos desses relatos dramáticos:

[...] Tancredo foi novamente sedado. Começou uma maratona que só terminaria às 4 da manhã. Fizeram diversas tentativas pra descer a sonda até o intestino e só na última ela conseguiu chegar ao duodeno. (27/03/85, p. 40).

Tancredo estava com o intestino paralisado, cheio de gases e sentindo dores. (27/03/85, p. 38)

Uma hemorragia iniciada na tarde do dia anterior [...] drenara-lhe 1.5 litro de sangue- mais de um terço dos 4 litros de sangue que uma pessoa do seu porte tem no corpo- e obrigava os médicos a aplicar-lhe sucessivas transfusões. (03/04/85, p. 21).

Para que seus rins limpassem o sangue, viriam a ligá-lo a máquinas de filtragem. Para debelar uma crise cardíaca, ocorrida na terça-feira, aplicaram-lhe choques elétricos no peito. Com onze tubos no corpo, quatro eletrodos no tórax e mais de uma tonelada de equipamentos ao lado da sua cama, Tancredo estava mecanicamente ligado à vida. (17/04/85, p. 23).

Tancredo tentou arrancar o tubo orotraqueal que jogava oxigênio em seus pulmões. [...] seria feita uma traqueostomia, abrindo-se um buraco em sua garganta para que por ele o tubo fosse direto para a traqueia. (17/04/85, p. 24).

E assim foi em inúmeras melhoras e pioras que, narrativizadas por *Veja*, ilustravam uma verdadeira batalha contra mais um inimigo em seu caminho: uma infecção misteriosa que resistia aos tratamentos e reaparecia sem os médicos saberem como: “Atacado pela infecção e debilitado por cinco abscessos no abdômen e duas crises pulmonares, Tancredo passa por uma difícil prova.” (10/04/85, p. 20).

Eram as provas mais difíceis no caminho do herói. No caso de Tancredo esse caminho era o do martírio, tal como Jesus. Em vários momentos, essa associação surge no discurso da revista, às vezes diluída na própria narração dos fatos que apontam para um sofrimento descomunal, convertido em provação, outras vezes mais explícito em metáforas. Assim, *Veja* classificava o sofrimento como “um calvário de três semanas” (10/04/85, p. 23) e cada cirurgia como “um novo padecimento ao calvário do presidente” (17/04/85, p. 23). Na semana santa, Tancredo viveu, segundo a revista, sua própria “paixão no hospital” (10/04/85, p. 21):

“Pai, nas tuas mãos entrego meu espírito”, disse Cristo na cruz, na última das Sete Palavras sempre lembradas na sexta-feira da paixão. Desta vez o presidente Tancredo Neves não pôde cumprir o hábito de participar da procissão em São João Del Rey. [...] Uma cerimônia foi realizada no quarto do paciente [...] No dia anterior, quando a situação do presidente era desesperadora, coubera a um dos seus irmãos, Jorge, lembrar outra frase do Cristo agonizante. Jorge disse esperar que Tancredo não repetisse a quinta palavra: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste.”

Segundo a revista, Tancredo “passou por todas essas provações com um grau de estoicismo que surpreendeu os próprios médicos.” (17/04/85, p. 23). Porém, aos poucos, o herói foi se resignando, vencido pelo sofrimento. O martírio estava chegando ao fim.

A cobertura da doença e morte de Tancredo ganhou um tom sensacionalista que aumentava a cada semana, à medida que o quadro de saúde do presidente ficava mais grave. O corpo de Tancredo foi “esquartejado”, devassado, exposto nos mais ínfimos detalhes. Se o político já ia conquistando um lugar reservado no panteão dos heróis da pátria⁶⁹, o homem de carne e osso sofria uma verdadeira autópsia em vida, realizada pela imprensa. No clímax da cobertura, na edição de 01/05/1985, a revista levou a expressão “relato mórbido” ao pé da letra:

A última visão de Tancredo Neves para a maioria daqueles que o foram velar, era a de uma figura pálida, difusa sob um vidro embaçado que cobria a parte posterior do caixão. As flores colocadas junto ao corpo e os gases produzidos pelo processo de embalsamento [...] turvavam o vidro. (p. 24)

Nos últimos dias, quando estava desenganado, o presidente adquirira uma cor levemente azulada, resultado da baixa temperatura em que seu organismo era mantido. Alguns pontos do seu corpo, como as extremidades dos dedos, tornaram-se escuros, como consequência do processo de necrose das células que minava seu organismo. (p. 25-26).

⁶⁹ Tancredo também dá nome a um monumento erguido na praça dos três poderes, em 1986, projetado por Oscar Niemeyer. O “Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves” foi idealizado, em meio a comoção gerada pela sua morte, para homenageá-lo e a outras personalidades que teriam contribuído para o engrandecimento da pátria. Possui um livro de honra no qual se inscrevem os nomes daqueles considerados oficialmente heróis nacionais. Entre eles Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Marechal Deodoro da Fonseca, dom Pedro I, Santos Dumont e o Duque de Caxias.

Narrou, sinesteticamente, os momentos finais de Tancredo na UTI. O leitor consegue imaginar a cena, ver, ouvir, sentir como se estivesse ali ao seu lado:

Os batimentos cardíacos, que minutos antes eram de 90 por minuto, despencaram para 60. Fraquejante o coração já não bombeava sangue até as extremidades do corpo

[...] Num derradeiro esforço, os médicos aumentaram a dose de Noradrenalina, uma droga estimulante do sistema neurovegetativo, que vinham injetando nas veias de Tancredo [...] Inútil: o organismo do paciente não reagia mais.

[...] Duas horas depois, a pressão arterial havia caído de 8 para 4

[...] A circulação sanguínea já se limitava apenas ao coração e ao pulmão. [...] Olhos fixos nos sinais luminosos do monitor cardíaco, Risoleta e a família [...] acompanharam o progressivo enfraquecimento do coração de Tancredo, assinado pelo som pressago de um “pip-pip”.

[...] o grupo permaneceu em silêncio, embora todos chorassesem. Às 10h15, o monitor cardíaco silenciou. O centro nervoso do coração de Tancredo, lesado pela infecção que devastara todo o seu organismo, não dava mais ordens coordenadas para os músculos- em consequência, o coração havia parado.

[...] Cinco minutos depois do coração, o cérebro deixava de funcionar. Os médicos esperaram ainda 3 minutos e, resignados, declararam enfim, a morte de Tancredo. Eram 10h23 da noite-exatos 193 anos, dia a dia, após a morte de seu conterrâneo Tiradentes.

“A imprensa é uma necrófila insaciável”, diz Leão Serva (2001, p. 131). O auge do grotesco foi a descrição do embalsamamento do seu corpo. Somente pelo vocabulário mais culto se poderia distinguir se o relato estava mesmo em *Veja* ou no *Notícias Populares*:

A operação começou com uma pequena incisão na artéria femoral [...] através do qual os médicos injetaram uma solução de água e formol. Em seguida, injetaram o mesmo líquido nos principais grupos musculares do corpo, localizados nas pernas, braços, tórax e costas. [...] Para cadáveres que vão ficar expostos por mais tempo, como no caso de Tancredo, completa-se essa etapa com a retirada das vísceras. [...] é feita uma incisão longitudinal no abdômen, através da qual todos os órgãos são retirados e substituídos por um enchimento de serragem impregnada de formol. [...] O cérebro exige uma operação mais delicada [...] os médicos levantam o couro cabeludo, a partir de uma incisão na parte de trás da cabeça, depois abrem o crânio por cima, tirando o cérebro inteiro pela passagem. (p. 75).

4.1.5 O HERÓI E O POVO

Se o herói é aquele que luta em prol de uma causa nobre, quando ele está em um momento difícil é amparado pelo amor e solidariedade do povo, em uma mobilização que passa em muitos casos, pelo tom místico de apego à fé nos deuses. Na narrativa de *Veja* o enredo não foi diferente.

Em quase todas as reportagens sobre o martírio do presidente, tanto durante a hospitalização quanto depois da morte, os enunciados de *Veja* tinham, predominantemente, uma construção voltada ao fervor e a ligação mística do povo com Tancredo.

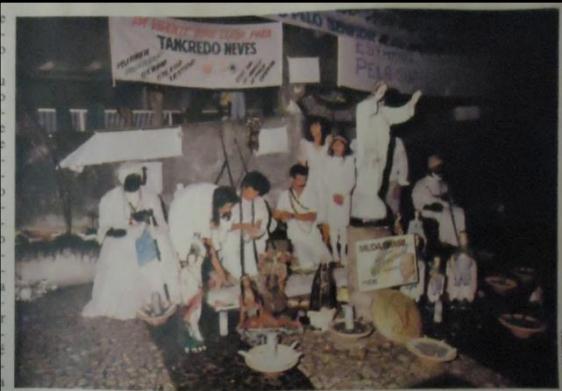
Segundo a revista, a população sofria junto, unida nas mais variadas demonstrações de fé: No estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, “Emocionadas, quase 50.000 pessoas ficaram de pé e, esquecidas da histórica rivalidade que separa os dois mais populares clubes de futebol de Minas Gerais”, rezaram pelo presidente. “Foi a maior manifestação coletiva de esperança na recuperação de Tancredo”, (17/04/85, p. 26). No discurso da revista, somente ele mesmo, como símbolo da conciliação nacional, para unir duas torcidas tão rivais. Da mesma forma que sua morte fez até com que operários de São Paulo suspendessem uma greve e, segundo *Veja*, “conseguira, assim, o que os argumentos dos empresários não haviam conseguido: dissuadir os metalúrgicos de cruzar os braços.” (01/05/85, p. 97). Não só deixaram de cruzar os braços como também os ergueram em uma corrente de oração por Tancredo, como mostrou a revista em uma foto que utiliza recursos de lente e luz para provocar um efeito de grandiosidade e dramaticidade:



Veja destaca repetidas vezes, o caráter sincrético das manifestações. Assim como Tancredo era capaz de promover convergências no futebol, também provocava “uma onda de ecumenismo sem precedentes no panorama religioso do país.” (01/05/85, p. 67). Política, esporte, religião: Tancredo aparecia como uma unanimidade nacional.

Na porta do Instituto do Coração, diz a revista, “fizeram-se promessas de todo tipo, desde as singelas, como rezar terços até as mais exóticas. ‘já estou sem comer há mais de uma semana’, dizia o carioca Nivaldo Queiroz, que esfolou os joelhos carregando uma cruz de madeira ao longo de um quilômetro [...]” (01/05/85, p. 67).

Visualmente essa mensagem era traduzida por uma reiteração de imagens que uniam o místico e o popular, com componentes doutrinários variados. Assim, na mesma página apareciam fotos mostrando rituais católicos, umbandistas, protestantes, em fotos de forte apelo emocional.



A tenda de umbanda armada na porta do hospital: a fé nos santos do terreiro



São Paulo dencial quente, au Tancredo so, aprox. uma anti Augusto, quem foi Horizonte cebaram o do médio foi sugerida Risoleta Nvetou o co Na porção, nada em manife mas pessa quebrando carros, qua Diante ras de teles e a exibição por interm dia aparece soa com s melhor est de Promess assim, e por que o



Cena de rua nos dias de agonia: velas diante do cartaz do presidente

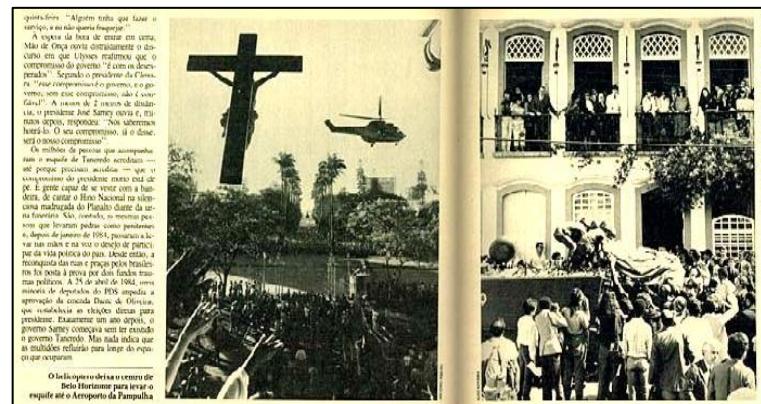


Retratos de Francisco e Jacinta: uma invocação à Nossa Senhora de Fátima



ecissão: rezas e caminhada de 16 quilômetros, do Solar dos Neves até Tiradentes

O tom se torna hiperbólico ao tentar universalizar o envolvimento popular com o doente: “Não se conhece um só brasileiro que não tivesse desejado ver Tancredo restabelecido nem se sabe de pessoas de fé que, de alguma maneira deixaram de orar por ele.” (17/04/85, p. 21). Assim, “católicos fizeram suas promessas, crentes entoaram seus cânticos, mães-de-santo invocaram os orixás, médiuns tiveram visões- enfim, o Brasil revelou seu lado místico.” (17/04/85, p. 27). Lado místico esse que, segundo a revista, se manifestou desde a internação em Brasília, até a sua morte, período em que “foi canonizado pelo povo mais simples. ‘Ele é Deus na Terra, os pobres precisam dele’, dizia uma empregada doméstica, Raimunda Silva Lopes, 41 anos [...]” (01/05/85, p. 66).



Reportagem mostrando a mobilização no velório de Tancredo em Belo Horizonte e São João del Rey (01/05/85, p. 30-31).

O discurso de Veja promove uma identificação estreita e excepcional entre o povo que ama seu presidente e o presidente que ama seu povo:

[...] a solidariedade da população, irmanada numa corrente que, se no passado, já fez sua aparição, em conquistas esportivas, em campanhas políticas como a luta pelas eleições diretas, jamais havia se apresentado na sua nobre feição atual, de torcida e prece pela salvação de uma vida. Outro é o fato de, com essa mesma solidariedade, a população demonstrar uma identificação com seu presidente cheia de bons sinais, num país onde a regra, nos últimos anos, foi o progressivo desgarramento das figuras que dirigem o Estado, do dia-a-dia, da vida rela e, portanto, do afeto das pessoas. Tancredo não se desgarrou do afeto das pessoas, por isso elas se voltam a ele (01/05/85, p. 19).

A espontaneidade das manifestações dava mais valor ao discurso da unanimidade: motoqueiros das capitais por onde o corpo do presidente passou acompanharam o cortejo do grande líder: “Nós nos sentimos como batedores a serviço de Tancredo, que foi nosso melhor presidente sem ter sido”, dizia um deles. Assim, para a revista, o drama do presidente promoveu não só a união entre os membros desse segmento como também, em um “momento raro e contagiano”, a conciliação deles com “uma sociedade que costuma lhes ser hostil.” (01/05/85, p. 93).

Na reiteração desse componente solidário e conciliatório nos textos verbais e visuais, Veja reforçava a tese que defendia desde que encampou a candidatura de Tancredo: a de ele era capaz sim de promover a grande conciliação entre todos os brasileiros, independentemente de suas divergências. União que permaneceria mesmo com sua morte: “Tancredo Neves, mesmo desaparecido, mostra o milagre de Deus em unir o povo brasileiro em torno de seus ideais cívicos, numa inesquecível lição para todos”, dizia um bispo citado pela revista (01/05/85, p. 66).

4.1.6 O MÁRTIR DA DEMOCRACIA

Para a revista, o sofrimento e a morte de Tancredo não foram em vão. Conferiram a ele, definitivamente, o *status* de mártir da democracia e, portanto, de herói nacional que conseguiu unir todos os segmentos sociais. É o que resume a chamada da reportagem principal da edição especial, de 01/05/85, p. 20: “Obra acabada no governo que não houve. Na morte, Tancredo forja a unidade política que buscou em vida.”, diz-se no título e subtítulo, ao lado de

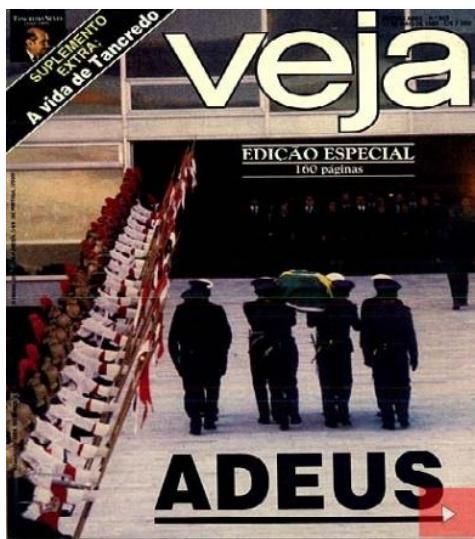


uma enorme fotografia, de quase uma página e meia, na qual milhares de pessoas unidas envolvem, em uma corrente, o caminhão dos bombeiros com o caixão do presidente. Uma imagem que evoca também as procissões nas quais os fiéis acompanham os andores com seus santos de devoção. Aí está o herói unificador. Como lembra Campbell (1990, p. 137), “O herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”.

Segundo a revista, por causa dele o povo também redescobriu o “fervor cívico”, o orgulho de ser brasileiro, esmaecido depois de 20 anos de autoritarismo. É a consagração do herói que após o martírio caminhava para a beatificação pela vontade popular.

Greves foram suspensas, velhos cartazes da campanha eleitoral saíram das gavetas, bandeiras foram desenroladas e os gritos presos na garganta desde a manhã de 15 de março foram para a rua, rompendo cordões de isolamento como se fossem feitos de barbante: “Ei, ei, Tancredo é nosso rei!” (p. 22/23).

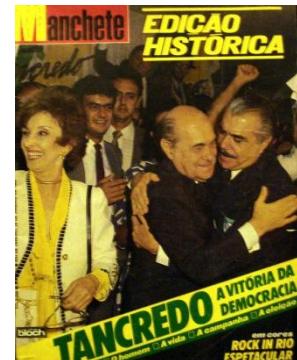




A capa desta edição especial sintetiza de certa forma essa imagem que *Veja* decidiu congelar para a posteridade. Durante a cobertura dos funerais foram produzidas centenas, talvez milhares de fotos. Por que a revista opta por esta como a última imagem de Tancredo? Poderia usar outra, de mesmo apelo dramático, como no enterro em Minas Gerais. Porém, certamente, apesar da pompa oficial da cerimônia, estampar a imagem do herói nacional sendo devolvido à terra o aproximaria demais do ordinário, afinal é para lá que vão todos os simples mortais. Em vez disso *Veja* escolhe uma imagem simbólica: o caixão com o corpo do presidente é carregado por militares das três forças armadas subindo a alva rampa do Palácio do Planalto.

No lugar da descida à sepultura, a ascensão gloriosa. É a clara metáfora da vitória: o herói civil que “derrotou a ditadura militar” é levado até o alto, até o poder, nos ombros daqueles que simbolizavam justamente a classe responsável por 20 anos de autoritarismo e crises. Mas é também a metáfora da conciliação, da grande união nacional que ele conseguiu promover, a despeito das “mágoas do passado” e em nome do bem do país: no alto da rampa, prestes a se encontrar com os militares que conduzem o corpo de Tancredo, está a sociedade civil, representada pelos seus familiares e pelos políticos da oposição. Militares e civis, unidos em torno de Tancredo. Se ele não viveu para chegar ao Palácio como presidente, assim o fez, simbolicamente, mesmo depois de morto, sob escolta e reverência dos Dragões da Independência (à esquerda na foto), um símbolo da luta pela liberdade. A mesma liberdade pela qual ele lutou e deu sua vida. A missão do herói conciliador estava completa.

4.2 TANCREDO: “ACONTECEU, VIROU MANCHETE”



Assim como acontece com a revista *Veja*, em *Manchete* o fio que perpassa toda a construção discursiva em torno de Tancredo é também a tese da grande conciliação nacional. A partir daí Tancredo vai adquirindo a imagem de homem capaz de salvar o país e depois, com a sua doença, a de herói nacional. A defesa desta ideia nasce antes mesmo de os holofotes se voltarem ao político mineiro que, depois, passaria a ser para a revista o que melhor encarnava os ideais do pacto político e social que conduziria o país, de forma harmônica e feliz, a uma nova era de prosperidade e liberdade, onde todos – governo, oposição e povo – sairiam ganhando.

4.2.1 A CONCILIAÇÃO EM PAUTA

Manchete também apoiou a “abertura”, como vimos no capítulo anterior. E como *Veja* – porém com maior ênfase – atribuía também ao presidente Figueiredo a dádiva da liberalização. É sobre a sua figura que a revista começa a defender a conciliação. Retomo um exemplo de forma mais detalhada para mostrar como começou a ser construída essa ideia.

O presidente João Baptista Figueiredo virou, nos textos de *Manchete*, “o João”, o amigo de todos, em um enunciado cujo efeito de sentido remete também à ideia de uma grande ligação entre ele e a população, por meio de

um sentimento de patriotismo (note-se o uso reiterado da palavra “nação” nas reportagens). É para e com o povo, metáfora da sociedade como um todo, que o presidente lutava para levar adiante o processo de abertura.

A capa desta edição de 20/11/82 é a melhor síntese do esforço da revista na construção dessa imagem de união de todos. Na foto o presidente aparece carregado nos ombros por garimpeiros durante uma visita a Serra Pelada. Logo abaixo, uma tarja com o título: “FIGUEIREDO A escalada da democracia”.



Na composição aparece figurativizado o tema do grande líder (a começar pelo nome, escrito em caixa alta), reverenciado pelo seu povo e a ele ligado. Mais que carregado, Figueiredo é sustentado, amparado, pelos trabalhadores, gente simples, suja, mas contente; uma massa representada pelo garimpeiro negro, coberto de óleo que aparece em primeiro plano.

Porém, na verdade, é uma união desigual. Entre o povo e o presidente há uma relação de superioridade. Ele ocupa a porção superior da imagem, se eleva, iluminado pelo sol, ao mesmo tempo em que eleva também, obliquamente, o braço em um gesto de poder. A roupa clara reforça a ideia da diferenciação hierárquica, em contraste com o escuro, a sujeira dos trabalhadores, que mais parecem escravos carregando seu senhor. Porém, a calça e a camisa também trazem um pouco do negro que cobre o garimpeiro, assim como este também traz nos dentes o branco das vestimentas do presidente. Estão, mesmo que diferencialmente, unidos: a alegria expressa no rosto do chefe da nação é a mesma estampada no rosto do garimpeiro, contente em carregar seu presidente.

O título “Figueiredo A escalada da democracia” contribui para expressar o tema figurativizado na foto: o nome do presidente aparece em letras maiúsculas, superlativas, vermelhas, intensas, sobre o amarelo vibrante,

cor da bandeira nacional. Ele é, portanto, o grande responsável pela democracia, que escala, que avança em um processo sustentado pela união, pela conciliação da sociedade com o governo e que pode trazer felicidade e segurança a todos.

À semelhança de *Veja*, a reverência ao presidente e seu governo “da paz” e “da conciliação” também encerra a ideia do não “revanchismo” contra os militares. Assim, o discurso da conciliação, em consonância com Tancredo, construía a ideia de que o momento não era de vingança, mas sim de aproveitar a boa vontade do governo em promover o entendimento. À “mão estendida” de Figueiredo, a oposição e toda a sociedade deveriam responder com igual boa vontade, pois o que importava não era mais o passado e sim a união em prol de um futuro melhor.

É clara a similaridade entre as narrativas de *Veja* e *Manchete* neste ponto a partir do qual Tancredo, com seu discurso conciliatório, cai nas graças das duas revistas e passa a ser mostrado como o homem capaz de conduzir o país à democracia, continuando o processo iniciado por Geisel e reforçado por Figueiredo. Porém, com algumas diferenças, como por exemplo, o tratamento dado às facções mais exaltadas da esquerda. Enquanto *Veja* demoniza a “esquerda radical”, acusando-a de tentativas de subversão à ordem e tomada do poder, *Manchete* não faz acusações explícitas e reiteradas, porém também usa, às vezes, alguns acontecimentos como os levantes e saques populares, em 1983, para reforçar a necessidade de união entre a elite da oposição e o governo contra os “desordeiros” que queriam prejudicar a redemocratização: “os distúrbios no Rio e em São Paulo aceleraram a conciliação entre o governo e a oposição”, diz na edição de 23/04/83 (p. 11).



Na revista, as imagens da “baderna” (algumas em preto e branco, reforçando os tons sombrios e a dramaticidade) evocam a ideia do caos social, de um estado de selvageria e anarquia.

Esses atos de desordem foram contidos de forma enérgica pelos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, diz a revista. O primeiro com Franco Montoro, do PMDB, um dos líderes da ala que vinha promovendo uma aproximação com os militares, e o segundo com Brizola, do PDT, que apesar do histórico de populista “radical”, também já havia aderido aos diálogos com o Planalto. Para *Manchete*, o entendimento entre os governadores da oposição moderada e o governo federal era “espontâneo e natural” (23/11/83, p. 13).

O Palácio do Planalto recebeu com indisfarçável satisfação essa prova de solidariedade dos governos de São Paulo e do Rio de Janeiro [...]. Parece fora de dúvida, portanto, que mais cedo do que se imaginava, ocorreu um consenso automático na ação dos governos federal e estaduais para combater a desordem. Afinal de contas, estavam todos eles em perigo [...]

4.2.2 *MANCHETE* “DESCOBRE” TANCREDO

Nessa mesma edição de 23/11/83, em que faz a apologia da conciliação, *Manchete* dá amplo destaque, em outra reportagem, ao então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, a propósito do seu primeiro encontro com Figueiredo. O que seria uma simples audiência entre um governador e um presidente virou uma extensa reportagem intitulada “TANCREDO meio século de vida pública” (p. 48-51).

O encontro é uma oportunidade (ou pretexto) para narrar a “prolongada e brilhante carreira política” de Tancredo. Ele era, afinal, o grande articulador da aproximação com o governo. Na matéria destaca-se sua experiência, austeridade, competência, “maleabilidade política”, “sagacidade”, habilidade conciliatória, e inicia-se algo que se tornaria constante até a cobertura da sua morte: a aproximação da sua imagem com a de Juscelino Kubitschek e Getúlio

Vargas, dois políticos populistas que ficaram na memória nacional como heróis e com quem Tancredo manteve forte amizade e laços políticos.

Ainda nessa reportagem, em um *box*, a revista abre espaço para “O pensamento de um cristão social-democrata”, em que Tancredo expressava suas ideias sobre alguns assuntos. O discurso dele afina-se perfeitamente ao que *Manchete* defendia: a tese da conciliação nacional, e por isso ganha tanto destaque. O político mineiro diz que governaria Minas “sem discriminação contra os adversários” (p.51) e que “Sempre fui, sou e serei um moderado (...). Há anos luto para que este país tenha um ambiente de respeito, compreensão e concórdia.” (p. 51). Sobre o presidente Figueiredo ele diz: “A figura do presidente deve ser fortalecida moral e politicamente, sobretudo nesta hora de crise em que se debate o país. Afinal de contas ele é o responsável e o principal fiador do processo de abertura política.” (p. 51).

Tancredo também aparece como aquele que “não tinha compromisso com o revanchismo ou como o saudosismo” (p. 51), expressão óbvia de um “cristão social-democrata”, de valores nobres, que não se deixa contaminar por sentimentos pecaminosos como a vingança e sabe que a socialdemocracia exige o entendimento para o bem de todos.

O governador diz que não era nem seria candidato à presidência, porém a revista parece conduzir o leitor a encará-lo como tal ao abordar o assunto e perguntar a ele o que seria um candidato de consenso. Tancredo responde: “Teremos de optar na próxima sucessão presidencial entre um candidato que vai se eleito por um Colégio Eleitoral, sem autenticidade e sem legitimidade, ou um candidato de consenso, realmente mais capaz de ser autêntico e legítimo”. (p. 51).

Ao enfatizar tantas qualidades do político mineiro na reportagem e dizer, em letras garrafais, que ele “foi eleito senador com 1 milhão e 737 mil votos **populares e diretos**” (p. 51, grifo meu), a revista o associa, implicitamente, ao que seria um candidato autêntico e legítimo (assim como o próprio Tancredo, velha raposa da política, apesar de negar suas intenções de se candidatar a presidência, salientava na imprensa suas próprias qualidades, que poderiam ser ligadas ao perfil do candidato ideal de consenso).

Esta edição de novembro de 1983 marca, portanto, o ponto em que Tancredo Neves começa a ser caracterizado como o homem e o político de qualidades excepcionais, capaz de assumir a missão de salvar o país da crise e conduzi-lo à democracia. Isso se intensifica, meses depois, na metade de 1984, quando sua candidatura à presidência já é certa e ele aparece com mais chances de vencer no Colégio Eleitoral.

A edição de 14 de julho de 1984 traz uma reportagem com as articulações finais para o lançamento das candidaturas de Tancredo e Maluf. Ao contrário de *Veja*, que faz o possível para denegrir a imagem de Maluf, *Manchete* não tem intenção nenhuma de polemizar. Não ataca o político paulista e até faz, por vezes, elogios a algumas de suas características, como a obstinação e a destreza política. Porém, fica evidente, pela visibilidade maior que dá a Tancredo, o engajamento em torno da sua candidatura.

Neste número a revista traz uma sugestiva chamada de capa: “Sucessão - Tancredo é o homem?”, ao lado de uma foto 3x4. O assunto principal é o caso amoroso entre Julio Iglesias e Diana Ross. O título “Diana Ross a última conquista de Julio Iglesias” traz junto uma grande foto com os dois cantores abraçados, em uma pose com forte conotação erótica, olhando para a câmera de forma sensual.



Vejamos os efeitos de sentido construídos nessa capa. O título “Sucessão Tancredo é o homem?” já é por si só uma construção retórica. Na pergunta já se insinua a resposta: sim. Além disso, mal se nota o ponto de interrogação, que pelas características da fonte utilizada, é menor e tem menos destaque que as outras letras, que dominam o olhar; parece mais uma exclamação. Assim, a interrogação vira uma afirmação para a qual colabora o jogo de contaminação de cores utilizadas: o vermelho vibrante da palavra “sucessão” é o mesmo da frase “Tancredo é o homem?” sobre a faixa amarela, uma das cores-símbolo do país, presente também na faixa presidencial. Sim, Tancredo é O homem, O melhor, O mais apto a ser O líder da nação e da nova democracia.

O uso da palavra “homem” também ganha significado especial no conjunto da mensagem da capa que evoca o tema do conquistador: assim como Julio Iglesias, que conquistou Diana Ross, Tancredo também é capaz de conquistas, mas de outro tipo. O cantor é sensual, bonito, másculo, aparece na fotografia atraindo uma bela mulher. Tancredo, em sua foto fechada, com cabelos brancos e expressão ligeiramente grave, não precisa da sensualidade do corpo, nem de poses ou olhar sexy. Suas qualidades estão, literalmente, na cara: a seriedade, a maturidade e a altivez. Isso faz dele O homem habilitado a conquistar um outro objeto de valor: a presidência. Sim, Tancredo é O homem.

Na edição de 01/07/84, quando Tancredo já havia lançado sua candidatura à presidência, *Manchete* ressuscita o tema da importância política de Getúlio Vargas, por conta dos 30 anos de sua morte. A revista traz uma longa e apologética reportagem sobre o ex-presidente, pai dos trabalhadores, grande líder, herói nacional e outros clichês que se cristalizaram no senso comum (p.28-37). E, como bônus desse culto personalista ao herói, *Manchete* tira da cartola uma entrevista “exclusiva”, de três páginas com Tancredo na qual ele, emocionado, “conta as últimas horas de Getúlio” (Tancredo estava com ele na noite do suicídio, em 1954).

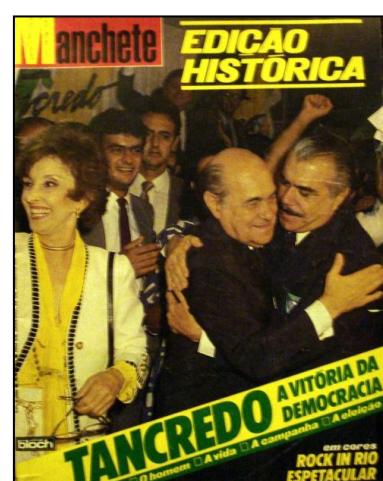
O político mineiro não poupa elogios ao ex-presidente que, segundo ele, se sacrificou pela nação, foi um dos “mais dignos governantes da vida pública brasileira” e que carregava “injustamente” o estigma de ditador (p. 38 e 39). A

essa narrativa na qual se enaltece a figura de Vargas, a revista coloca um título que resume a ligação entre os dois: "Tancredo viveu os últimos dias de Getúlio sempre ao lado do presidente." (p. 39). Em plena corrida pela sucessão vê-se, portanto, uma nítida intenção de associar a imagem de Tancredo à do benfeitor e herói nacional Getúlio Vargas, a exemplo do ditado "diga-me com quem andas que eu te direi quem és".

O depoimento de Tancredo mereceu também uma chamada na capa desta edição em que se percebe um jogo interessante de associações: O título "Tancredo Neves conta as últimas horas de Getúlio", convoca o leitor a uma associação direta entre os nomes de Vargas e de Tancredo, proporcionada pela similaridade no tamanho e cor da fonte utilizada, destacando-os do resto da frase (sendo Getúlio o maior, a referência), e destes dois com a imagem de Dom Pedro I, herói da independência, representado pelo ator Paulo Gracindo Junior, por ocasião do lançamento da minissérie "Marquesa de Santos", da TV *Manchete*. Tancredo aparece na honrosa posição de destaque entre dois heróis nacionais.



Alguns meses depois, quando vem a eleição no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, *Manchete* publica uma edição especial com a vitória de Tancredo (26/01/85). A capa, com a frase "EDIÇÃO HISTÓRICA" em letras gigantes sugere ao leitor a importância grandiosa daquele acontecimento. O título, "Tancredo a vitória da democracia", impregnado de verde e amarelo, se une à foto do presidente eleito abraçando o vice, Sarney, tendo Risoleta ao lado e cercado de várias pessoas sorrindo, figurativizando o tema da alegria e da comemoração pela conquista de um bem: a democracia, alcançada graças a Tancredo. Se,



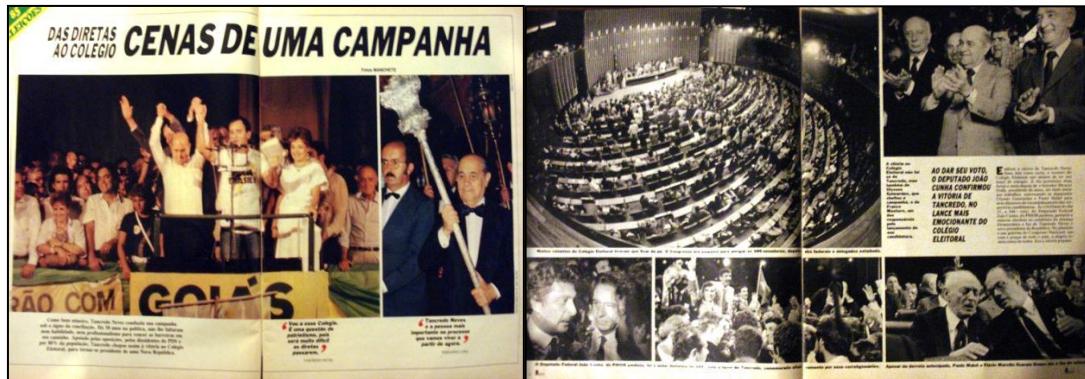
para a revista, Geisel e Figueiredo tinham “patrocinado” a “abertura”, Tancredo concluiu o trabalho, “patrocinando” a redemocratização.

É certo que toda vitória implica uma disputa, e no caso de Tancredo foi mais que isso, segundo a revista: foi uma batalha em nome de um ideal transformado em benefício coletivo. Na faixa abaixo da foto, lê-se “O homem, A vida, A campanha, A eleição”, tópicos que dispostos de forma sequencial formam uma micronarrativa: a eleição é a consequência, o prêmio, conseguido ao final de uma batalha marcada pela disputa durante a campanha, na qual foram decisivas as qualidades excepcionais deste grande homem que teve uma longa vida pública, como a revista já havia mostrado em várias reportagens. O verde e o amarelo remetem à pátria e aos valores republicanos. A vitória de Tancredo é, portanto, a vitória da democracia e de toda a nação.

Na fotografia também estão figurativizados dois mundos: o público e o privado, unidos por Tancredo. O novo Brasil, da vitoriosa democracia, é a nação onde imperam os valores da família (figurativizados pela mulher Risoleta, em primeiro plano, e o neto Aécio, logo atrás) e da união política, da conciliação: Tancredo abraça Sarney, se une física e simbolicamente ao antigo adversário que se juntou a ele, em uma aliança política, para o bem do país. A democracia feliz de Tancredo, expressa na foto, é consequência do entendimento e da harmonia.

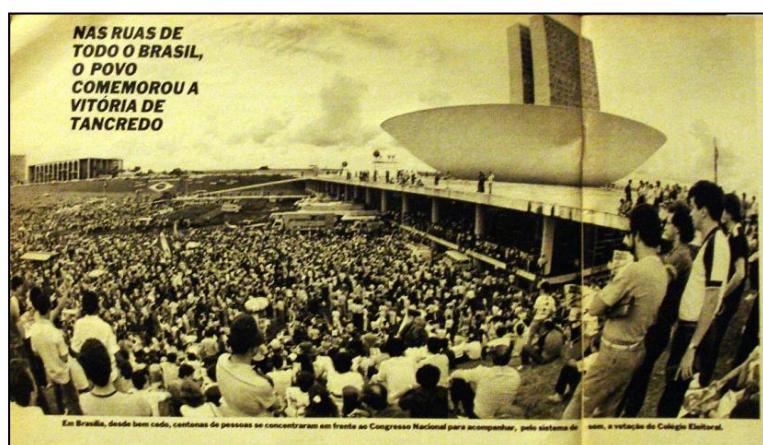
O título da matéria principal deste número sintetiza a trajetória do virtuoso herói conciliador em sua luta: “Depois de árduas batalhas, a hora da vitória e o reencontro do ‘bom e velho caminho democrático.’” (p. 4). Tal sentido é reiterado em vários momentos ao longo dessa edição “histórica” em que o herói aparece também como o patriarca de uma nova era:

Como bom mineiro, Tancredo Neves conduziu sua campanha sob o signo da conciliação. Há 50 anos na política, não lhe faltaram nem habilidade, nem profissionalismo para vencer as barreiras em seu caminho. Apoiado pelas oposições, pelos dissidentes do PDS e por 80% da população, Tancredo chegou assim à vitória no Colégio Eleitoral, para tornar-se presidente de uma Nova República. (p. 12).



A cobertura fotográfica, ao mostrar os momentos chaves da eleição no Congresso, cria um efeito de sentido de grandiosidade épica reforçado pelo uso do preto e branco em algumas delas. Sugere também uma grande aproximação entre Tancredo e o povo que comemorava a vitória do seu representante em todos os cantos do país.

Na foto abaixo (p. 8) a página dupla com uma grande foto do Congresso tematiza a reconquista do poder popular, patrocinada por Tancredo. Por causa dele o povo voltava a ocupar fisicamente o congresso e simbolicamente o seu lugar de direito na vida política do país, sob um céu claro que prenunciava novos e iluminados tempos. Trata-se de um tempo quase épico, como sugere o cromatismo em preto e branco. O efeito de sentido de grandiosidade, de totalidade e envolvimento também é conseguido com uso de uma lente grande angular, que permite aumentar o campo de apreensão da imagem.



No editorial (p.11), mais uma vez a imagem da união entre a força do povo e a ação heroica e transformadora de Tancredo, a quem os brasileiros delegaram a missão de lutar por eles:

No processo que culminou agora com a escolha do primeiro presidente civil desde 1964, não se pode subestimar o papel dos políticos, mas foi a pressão popular, em última análise, que ditou as regras do jogo, do impressionante- e espontâneo- movimento de massas que tomou conta do país na campanha pelas diretas-já até a nova estratégia de aceitação no Colégio Eleitoral, depois do 25 de abril. E em Tancredo neves o povo brasileiro encontrou uma ponte entre o nosso passado democrático e o desafio político do futuro. Um futuro que todos esperamos construir com liberdade.

Em 23/03/85, *Manchete* lança mais uma edição “histórica”, relembrando o assunto da eleição, relembrando a trajetória de Tancredo, a escolha de seu ministério e trazendo uma pesquisa sobre o que os brasileiros esperavam do novo governo. A capa traz como título “O Brasil de Tancredo” e uma foto dele ao lado da mulher, tirada em estúdio, com exclusividade para a revista, onde ambos aparecem sorridentes, seguros, bem vestidos, simpáticos. Ao lado outra chamada da pesquisa: “O que o povo espera da Nova República”.



Essa imagem sintetiza bem o “Brasil de Tancredo” (em um diálogo semântico com o título principal) mostrado por *Manchete*: ou seja, o Brasil dos valores de família, de um homem bem casado, maduro, experiente, estável, moderado, que olha nos olhos dos seus compatriotas e estabelece assim uma relação de proximidade, de intimidade, de cumplicidade e compromisso.

Dialoga também com a outra chamada: “o que o povo pode esperar da Nova República?”. Ora, sendo ele o pai da “Nova República”, pode-se esperar que ele fosse também um pai para todos os brasileiros. Devidamente

acompanhado da simpática e afetuosa mãe, dona Risoleta. Nessa nova era que se iniciava, Tancredo era Adão e Risoleta, a Eva desse paraíso que haveria de ser o Brasil depois de 20 anos de sofrimentos.

O clima de grande família se estende também ao novo ministério. Boa parte dos ministros aparece nas fotos ao lado da família ou em ambiente doméstico, tomando café na cozinha, por exemplo. Até o prepotente coronel baiano e até pouco tempo aliado dos militares, Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações, é mostrado ao lado de uma singela e sugestiva imagem da Virgem Maria com o menino Jesus (na faixa do centro, à direita na página).



Nas reportagens desta edição, mais uma vez, reconstitui-se a trajetória de lutas de Tancredo para conquistar a democracia e exalta-se as suas qualidades excepcionais: a habilidade e experiência política, a sagacidade, a capacidade de conciliação, de recuperar o orgulho de ser brasileiro e de promover a grande união nacional. Os brasileiros se uniram, como figurativizado na foto acima, em



uma grande roda, um círculo sem começo nem fim, à semelhança das conchas do Congresso, a casa do povo. As imagens de página dupla, ao produzirem efeitos de sentido de amplitude e gigantismo, com pouco texto e cores fortes, sugerem a dimensão e a importância dos fatos aí construídos/retratados.

4.2.3 A IMAGEM DO CALVÁRIO

6 de abril de 1985. *Manchete* publica a primeira edição após o choque da internação de Tancredo, ainda sob o cenário de informações desencontradas que caracterizou todo o período em que esteve doente. A cada momento médicos e assessores divulgavam notícias diferentes sobre o estado de saúde do presidente. Esta edição é marcada ainda pela crença de que apesar do drama da internação repentina, Tancredo iria se recuperar logo.

A capa traz uma foto tirada por um fotógrafo de *Manchete*, velho amigo do presidente, segundo a revista, chamado para fotografá-lo enquanto fazia plantão do lado de fora do hospital, onde estava toda a imprensa. Soube-se mais tarde que a cena foi armada por assessores com o consentimento da família e a convivência da equipe médica, para tranquilizar o país, quando na verdade o quadro de saúde dele ainda era grave. O presidente foi retirado da UTI e levado a uma sala onde posou com a mulher e os médicos para as fotos distribuídas a toda a imprensa. O lenço no pescoço escondia os cortes por onde passavam tubos de respiração e alimentação. Algumas horas depois o estado de saúde dele piorou.



Apesar das informações que chegavam sobre a gravidade do paciente, a revista opta por estampar na capa a imagem tranquilizadora, limitando-se a lamentar, na reportagem principal, que há pouquíssimo tempo Tancredo havia sido fotografado bem e que seu estado piorara de uma hora pra outra.

A chamada da capa diz: "Tancredo O drama do presidente". Drama pressupõe tristeza, dor, mas na foto o que se vê é a imagem de Risoleta sorridente, bem vestida, ao lado de Tancredo, com um sorriso amarelo, mas aparentando alegria e confiança. De roupão, o presidente parece estar na sala de casa, e não em um hospital, apesar de a legenda informar que a foto foi feita no Hospital de Base de Brasília.

O sentido que essa capa produz é que o drama não era tão grande assim, que tudo ia ficar bem. Em um processo de contaminação semântico, a chamada para a cobertura da premiação do Oscar, colocada logo acima da foto do presidente, contribui para reforçar esse efeito. Lê-se "Oscar 85" e, em letras garrafais, "Os grandes vencedores". A notícia é sobre o Oscar, mas na posição que ocupa na página e grafada com o mesmo amarelo do nome do presidente, sugere que os grandes vencedores são (ou seriam) Tancredo e Risoleta, que viviam o drama da doença.

Esta mesma fotografia é reproduzida novamente no interior da revista (p.7), junto com outra, que mostra o presidente eleito rodeado de médicos em um clima descontraído. Alguns chegam até mesmo a rir (p. 4 e 5).



O tema de superação e torcida da revista (**ao lado** de milhões de brasileiros) é evidente, apesar da grande preocupação e angústia em relação a sua saúde, reforçadas na narrativa das sucessivas cirurgias e outros procedimentos realizados desde que ele foi transferido para São Paulo. O relato é dramatizado. Para *Manchete*, o povo vivia o drama junto com Tancredo: "Parecia um pesadelo interminável." (P.4). "O Brasil deixava de lado a euforia e recaía num estado de angustia e tensão" (p.5), "o coração do povo quase parou" (p. 10 c), "para os paulistas, assim como para todo o Brasil, a terça-feira, 26 de Março, foi um dos dias mais terríveis da história do país". (p. 10c).

Assim como acontece em Veja, em diversas edições durante a internação, o periódico enfatiza a ligação mística de Tancredo com o povo, reforçada pelo poder das imensas e bem cuidadas fotografias que tomam quase todo o espaço das páginas:



Porém a revista destaca também a força de vontade e a luta do presidente para vencer a enfermidade. Mas a cada recuperação, uma nova recaída. O herói sofria, mas tentava resistir, agora em mais uma batalha, depois de ter vencido a outra, a de devolver a democracia ao país.

Desde a eleição, a imagem de Tancredo, em *Manchete*, estava sempre associada a da mulher, Risoleta, sempre fotografada ao seu lado. Com a doença, ela passa a ser mostrada como exemplo a ser seguido pela sua força e otimismo. Mais que isso, é feita uma íntima associação entre ela e todo o povo brasileiro, como se pode ver na capa da edição de 20/04/85.

Risoleta está ajoelhada, em uma igreja, com os olhos iluminados, voltados para o alto e mãos postas em oração. Ao lado a chamada: “O Brasil reza por Tancredo”. A capa tematiza a fé e a esperança expressas por uma ação, a de rezar. E em uma construção metonímica naquele momento o Brasil é Risoleta e vice-versa. O povo também está ali, representado por ela, ajoelhado, orando pelo seu benfeitor. O mesmo se vê nas imagens que ilustram as reportagens em que predomina o tema da fé e da angústia (p. 10 e 11):



No interior da revista, o título da matéria principal em tensas, enormes e “sangrentas” letras vermelhas, resume o tratamento que seria dado ao presidente a partir daí: “O calvário de Tancredo”, estampado em cima de uma foto de duas páginas que mostra uma ambulância com as portas abertas, onde se encontra o presidente (assim como Jesus caminhou sofrendo pela *via crucis*, o presidente convalescido também era levado de um lugar ao outro para sucessivos exames, segundo a narrativa da revista).



O efeito de tensão aumenta porque a imagem não mostra explicitamente Tancredo. Ele está escondido no interior do veículo. Uma cortina trata de reforçar o mistério, a incerteza, a angústia, o drama que se sabe certo pelo título que evoca o calvário, o sofrimento (p. 4 e 5).

E assim como os cristãos sofreram com o calvário de Cristo, os brasileiros também sofriam junto com o seu grande líder, de acordo com *Manchete*: “Uma das cenas mais dramáticas do **martírio** do presidente eleito- e por extensão, de todo o povo brasileiro- desde a véspera da posse que não houve.” (p. 5, grifo meu), diz a reportagem. Na narrativa de *Manchete*, carregada de símbolos religiosos, o presidente, assim como Cristo, resistia ao sofrimento visto que tinha consciência do seu papel predestinado de líder:

[...] ele pensa firmemente no seu **destino de líder** de uma nova ordem política. Depois da quarta cirurgia, ainda sem o tubo traqueal que agora limita sua comunicação à linguagem dos gestos, ele disse à irmã Esther, **que é freira**: “Vou ganhar esta parada”. E se ganhar- como todos esperam- Tancredo poderá se transformar numa espécie de **líder messiânico**, no bom sentido que seu **calvário** e sua resistência permitem imaginar. (p. 15).

4.2.4 A MORTE GLORIOSA

“Nas mãos dos soldados, envolta na bandeira, a urna era de um herói e de um mártir. Para o povo simples, um santo que, no céu, ora por nós”. A frase, de tom poético e carregada de dramaticidade, na edição especial de 26/04/85 (p.95), descreve a descida do



caixão de Tancredo Neves do caminhão dos bombeiros, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, após o cortejo pelas ruas da cidade e antes do embarque para Brasília. Um cortejo acompanhado por milhões de pessoas, a mesma comoção geral que se viu em outras cidades por onde passou até o enterro, em São João Del Rey.

É nesta edição que a revista forja, em definitivo, a imagem de herói. O herói que foi também, de forma ainda mais engrandecedora, mártir e santo aos olhos do povo. É mais uma “edição histórica” (a terceira desde a eleição no final de janeiro), com quase cem páginas.

Tancredo aparece reiteradamente nos textos e nas imagens das multidões como o grande líder da Nação: “Diante do Palácio da Liberdade, a multidão não se conteve, ansiosa para ver o corpo do líder” (p. 21), “Em toda a história do Brasil jamais houve um cortejo tão monumental” (p. 92), “o líder de 130 milhões de brasileiros” (p. 44). Notoriedade e importância verificada na grandiosidade de seus funerais, com a presença das maiores autoridades do país, destacados especialmente na grande cobertura fotográfica. Aparece também a imagem do homem de força e coragem descomunal que estava presente em todas as manifestações durante a campanha à presidência e mesmo onde não podia ir “grandes bonecos marcavam sua presença” (p.52).





E, como todo herói, na narrativa póstuma de *Manchete* Tancredo também não se deixava vencer pelo cansaço: “incansável o candidato Tancredo viajou, falou, prometeu e conquistou as massas” (p 52). Era o único capaz de cumprir a missão de mudar os rumos da nação. Uma missão nada fácil, que, discursivizada pela revista, retratava um Tancredo sábio, que poderia modernizar a economia com a criação de uma sociedade de consumo, com o reforço do mercado interno, que colocava “o brasileiro em primeiro lugar”, inclusive com a melhoria salarial e da qualidade de vida. Aquele que criaria “subsídio para a fome”, valorizaria os funcionários públicos, geraria mais trabalho, consolidaria a democracia com uma nova constituição, com mais “direitos e liberdades para o povo”, entre dezenas de outros exemplos que se pode ver nas páginas 58 a 60. Benevolência, altruísmo, coragem, bravura, força; eis alguns dos atributos do Tancredo herói em sua dura missão salvadora, imagem sintetizada no seguinte trecho:

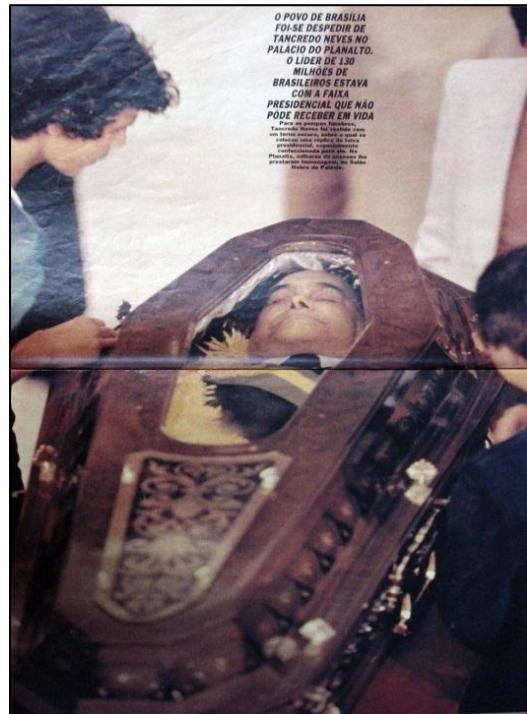
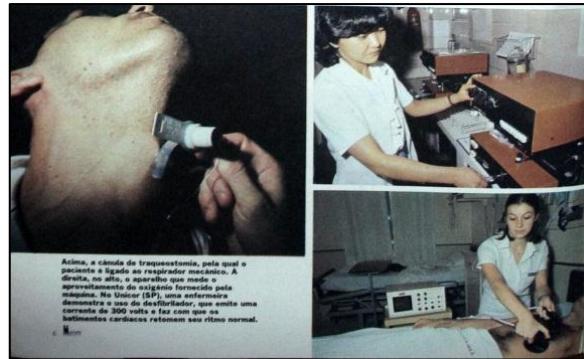
Quando **aceitou** a sua candidatura a presidência da República, ele sabia que iria **enfrentar** a mais **dura luta** dos seus 50 anos na política. E mais ainda: que, se ganhasse, herdaria **mais do que o céu, o inferno**. Mas ele **topou o desafio**. (p. 51, grifos meus).

Em *Manchete* Tancredo também parece condensar múltiplos sentidos a partir de identidades diferentes, ou seja, de grupos sociais diversos- de todos os brasileiros- a quem a revista se dirigia naquele momento e com quem se identificava na dor. Sob a insígnia do herói estava a imagem do homem que

tinha a missão de melhorar a vida do trabalhador, da classe média, de tirar os empresários da crise, de salvar os pobres da miséria, de garantir a liberdade a todos. Nessa característica de significante vazio, a imagem de herói aparece como ponto nodal de distintas expectativas de ação do presidente, mas que convergiam nessa figura idealizada do salvador que na verdade, demonstrou sua face humana e falível que a revista transmuta, valorosamente, na imagem do mártir.

A espetacularização transborda em suas páginas. Assim como *Veja*, *Manchete* relatava os mais sórdidos detalhes do sofrimento pelo qual o corpo de Tancredo passava, com intermináveis e dolorosos procedimentos médicos. A revista chegou até mesmo mostrar simulações de como eram os choques reanimadores que o presidente recebia e como a sonda colocada no seu pescoço lhe fornecia oxigênio. Fez também uma matéria relatando, dia a dia, a rotina de intervenções médicas, uma espécie de diário da morte.

E é no momento final que o espetáculo atinge seu clímax. Sendo a revista essencialmente ilustrada, o drama explodiu em centenas de fotos com apelo sensacional. O olho do leitor ia até onde as potentes objetivas conseguiam devassar o presidente em seu caixão, em fotos gigantescas.





4.2.4.1 TANCREDO MÁRTIR

Assim como herói, o conceito de mártir também tem origem grega (“testemunha”), mas foi o cristianismo que fixou melhor o seu sentido como aquele que morre por professar ou defender sua fé, como Jesus. Entretanto, o curso da história também o investiu de um caráter polissêmico, de significante vazio, sendo atribuído, mais genericamente a alguém que sacrifica a vida na defesa de uma causa, um ideal, uma missão. Na história política do Brasil, nada mais clássico que a imagem construída de Tiradentes, o herói e mártir da liberdade. A trajetória de Tancredo, no enunciado de *Manchete*, também se reveste de tons sacrificiais e trágicos.

Tancredo morreu em função de uma causa fisiológica, uma infecção generalizada. O agravamento da situação pode ter sido precipitado pela

teimosia em privilegiar a sua agenda política e deixar de tratar das dores que sentia de vez em quando no abdome. Entretanto, sua morte não foi causada, gloriosamente, por perseguir seu objetivo altruísta de eleger-se presidente e promover a democracia, a justiça e da melhoria de vida da população. Porém é esse o sentido construído pela revista, daí o caráter trágico e nobre do seu calvário. A cobertura fotográfica é exemplar, na produção de efeitos de sentido da dor, do trágico, do sofrimento do presidente e da comoção do povo com a doença e a morte do seu benfeitor (26/04/85).



Os textos verbais desta edição especial, também carregados de dramaticidade, reforçam o tema do sofrimento, entretanto, realçam também, como nos casos clássicos do mártir, os momentos em que Tancredo luta para não se deixar abater, como que convicto de sua missão (p. 64 e 65): “Tancredo pediu que fosse instalado um telefone na sala de recuperação, dentro da UTI. Queria estar em contato com políticos, amigos e até mesmo orientar José Sarney em situações que exigissem”, relata a revista, que destaca também as brincadeiras que o presidente, convalescente, fazia com os médicos. Destaca-se ainda a força do herói posto naquela situação entre o humano e o divino, nas falas de médicos, assessores: “É uma garra fantástica”, “Isso não abalou

sua vontade de se curar”, “[...] os médicos repetiam: o homem é de ferro”, e do próprio doente “Só durmo quatro horas por dia, mais do que isso considero uma elevada mordomia”, “Preciso não; devo sarar. Mandem preparar o terno para a posse”.

Mas o martírio era pesado e o herói foi sucumbindo até a resignação final. Diz a revista:

Mas o ânimo fraquejou na sétima cirurgia [...]. A frase dita ao neto Aécio antes da última cirurgia mostra que ele já não entendia mais a atropelada dor do seu drama: “Eu não merecia isto”, conseguiu dizer, muito baixinho. E começou a esperar pela morte. (p. 65).



Porém, como todo mártir, o falecimento físico não acaba com a glória da sua missão, pelo contrário: o drama só a aumenta: “E a dor popular, tão amarga não foi em vão: **ela é o aval** da democracia que Tancredo Neves implantou no Brasil” (26/04/1985, p. 16, grifo meu), “**Quis o destino**, de forma trágica, que Tancredo Neves não subisse a rampa do Planalto em vida, **realizando** o sonho de milhões de brasileiros. Mas com honras de chefe de Estado seu esquife percorreu aquele **caminho de glória...**” (p. 28, grifo meu), “Ao pé do caixão, a Ordem do Mérito Nacional, que Sarney concedeu em caráter póstumo ao presidente. A mais importante condecoração do Brasil, para **o maior dos brasileiros**” (p. 42, grifo meu). Assim, no enunciado da revista, o heroísmo consolidou-se no sacrifício do martírio.

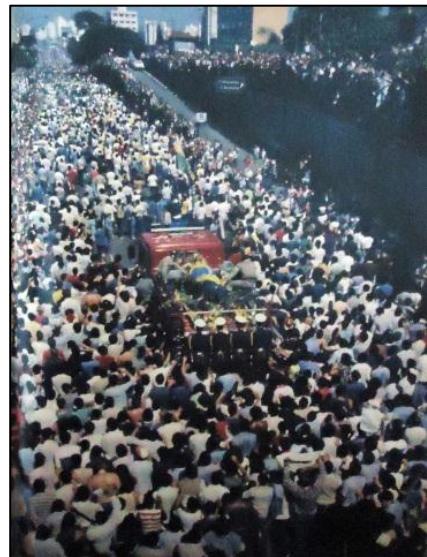
4.2.4.2 TANCREDO SANTO

No tratamento dedicado pela revista a Tancredo, desde sua campanha até a morte, a narrativa começa com a heroificação passa pela martirização e termina com a santificação. O santo, outro termo passível de vários investimentos semânticos foi atribuído ao presidente morto de forma naturalizada. Parecia previsível que o herói, imbuído de sua missão altruísta e tendo se sacrificado em nome desse ideal, fosse elevado à condição de santo, como santos são os que, na tradição religiosa (e Tancredo era um católico fervoroso), realizaram feitos extraordinários, muitas vezes mediante provações e sacrifícios, em conformidade com ideais nobres, e desfrutam do reconhecimento e da proximidade com Deus.

Na edição póstuma, de 26/04/85, de homenagem a Tancredo, a construção discursiva da imagem santificada começa pela colocação, em um eixo de equivalência, de imagens e expressões que remetem ao sagrado. O recorte de várias fotografias do velório no Palácio do Planalto dá destaque à presença de autoridades eclesiásticas, de um altar e da imagem de cristo (o salão do palácio parecia um templo) criando um tom solene e sacro. Outras fotos mostram a fachada e o interior das igrejas monumentais por onde o corpo do presidente passou, assim como os textos carregados de sentido religioso: “os meninos sineiros (Tancredo foi um deles) das igrejas e capelas sobravam os sinos sem parar, como se quisessem contar aos céus da imensa dor dos homens da terra” (p. 15), “frase por frase ele escreveu uma bíblia para a Nova República” (p. 57), “Para o povo simples, um santo que, no céu, ora por nós” (p. 95).



E, assim como na tradição católica, a santificação de Tancredo também implica devoção dos seus seguidores. Devoção ao “pai da Nova República”, agora o “santo da Nova República”. Ao longo de toda a revista, em fotografias de impacto, privilegiam-se as imagens de uma multidão rezando, erguendo os olhos aos céus, de mãos dadas ou com fotos do presidente nas mãos, pelo caminho por onde o cortejo fúnebre passou. Assim como se observa na revista *Veja*, aqui também a imagem do corpo sobre o caminhão dos bombeiros, ladeado de flores e de milhares de pessoas, remete aos santos sobre os andores, nas procissões.



4.2.5 O LEGADO DO HERÓI

A capa desta edição especial de 26/05, nos diz muito sobre a imagem que se cristaliza de Tancredo e o cenário político no qual sua morte se insere. A foto mostra os momentos que antecedem o sepultamento. O caixão coberto com a bandeira nacional está à beira do túmulo, ladeado por familiares, autoridades políticas e religiosas, amigos e conhecidos. Destaca-se entre eles, a viúva, Risoleta, no canto direito, Sarney e o bispo no canto esquerdo.



Que história é relatada nesta capa? Ali, há vários percursos narrativos de diversos sujeitos: por exemplo, o bispo que encomenda a alma do morto, o presidente Sarney que vai ao enterro e demonstra pesar, parentes e amigos que se abraçam e se apoiam, a viúva que sofre. Entretanto, podemos identificar um percurso principal que resume a narrativa: o de Tancredo Neves, que morreu e está prestes a ser enterrado, com todas as honras, em uma cerimônia grandiosa. Mais ainda: considerando o que é mostrado pelos elementos da capa e o que é já é sabido pelo leitor que acompanhou a trajetória dele, o que se narra, através dos elementos *verbi-visuais*, é a história de um homem excepcional que perseguiu um objetivo (redemocratizar o Brasil) e por ele deu sua vida. Este é justamente o percurso dos mártires que se tornam heróis: aqueles que sofrem e morrem em nome de um ideal nobre e altruísta.

O caixão, coberto pela bandeira nacional e o título (“Tancredo Neves, o mártir da democracia”) colocado sobre uma faixa diagonal em amarelo e vermelho remetem-se um ao outro, na construção do tema do mártir-herói, que morreu em nome de um ideal. A bandeira, símbolo da pátria e dos valores democráticos, cobre o esquife onde repousa aquele que deu a vida por seu povo e sua nação. Assim, metaforicamente, o seu sofrimento e morte agora são envolvidos por esses valores maiores: a pátria e a liberdade.

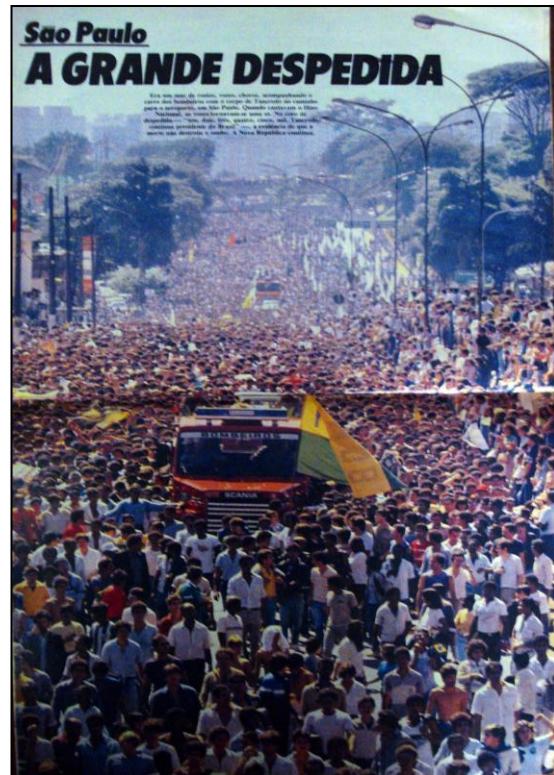
Portanto, como as pessoas na foto, que demonstram tristeza, mas não desespero, a morte de Tancredo não deve ser apenas chorada, mas também enaltecida, pois seu o martírio trouxe algo bom para o país. É possível ver esse caráter “positivo” também na relação claro x escuro da foto. Seria de se imaginar, em se tratando do assunto morte, que os tons escuros cobrissem toda a imagem, criando uma atmosfera sombria. Porém nota-se que é a claridade que domina o cenário e incide, principalmente, sobre o caixão realçando as cores da bandeira sobre ele. A morte do estadista, o grande herói nacional, é triste, mas é também luminosa e engrandecedora.

Assim como se observa no uso das cores do título e das faixas diagonais. O vermelho da dor se mistura com o amarelo da democracia e da pátria. Na primeira faixa, o nome do presidente, em amarelo, está sobre o

fundo vermelho. Abaixo a frase “o mártir da democracia”, em vermelho sobre fundo amarelo: ou seja, a democracia de Tancredo (seu nome virou sinônimo de democracia) se construiu sobre a dor e o sofrimento, porém o seu martírio doloroso emergiu de nobres valores patrióticos.

No canto inferior esquerdo está o presidente, em uma pequena foto. Ela é deslocada da imagem central pela faixa do título. Se a fotografia principal nos remete claramente à vida e a morte, essa faixa diagonal cria uma separação, um outro espaço onde está Tancredo: um espaço complexo que não é nem totalmente o da morte nem totalmente da vida. Enquanto homem ele efetivamente morreu, fisiologicamente falando, mas como mártir-herói continua vivo na memória daqueles por quem lutou e nas suas conquistas. Tendo um feixe de luz, uma aura, sobre sua cabeça Tancredo olha para um outro lugar, um “lá”, de onde estará acompanhando os que ficaram para cuidar da instauração de um novo Estado, da sua “Nova República”. Entre eles seu grande aliado, Sarney, firme ao lado do caixão, o homem responsável por levar adiante sua missão de transformar o país e consolidar a democracia pela qual morreu (e consequentemente receber o mesmo apoio do povo: “Todo poder a Sarney”, já tinha conclamado a revista).

A continuidade do seu legado e a dimensão simbólica que *Manchete* deu a Tancredo é traduzida, da melhor maneira- e de forma espetacularizada- num pôster de duas páginas que, pela dimensão (30 x 46 cm), difícil até de manusear, dá a sensação física da grandiosidade que a imagem e o texto evocam: o caminhão com o corpo do presidente é cercado por uma multidão que se perde no horizonte. Sobre a imponente imagem lê-se:



São Paulo, a grande despedida. Era um mar de rostos, vozes, choros, acompanhando o carro dos bombeiros com o corpo de Tancredo no caminho para o aeroporto, em São Paulo. Quando cantavam o Hino Nacional, as vozes tornavam-se uma só. No coro de despedida- “um, dois, três, quatro, cinco, mil, Tancredo Continua presidente do Brasil”-, a evidência de que a morte não destruiu o sonho. A nova república continua. (p. 88-89).

Em um editorial, na semana posterior, Manchete resume a mística que norteou toda a construção de sentidos em torno de Tancredo em suas reportagens, desde a eleição até sua morte (11/05/1985, p. 3): “Tancredo colocou o país acima de seus interesses pessoais e, à custa do seu sacrifício, reconduziu o Brasil à democracia.”

4.3 TANCREDO: UM PRODUTO A VENDA

“Jamais houve na história do Brasil um assunto tão noticiado, exposto em detalhes e debatido na imprensa quanto à doença, a agonia e a morte do presidente Tancredo Neves”. A frase é da revista *Veja* em sua edição especial de 01/05/1985, a primeira depois da morte de Tancredo. Ela está em uma das três páginas de uma reportagem que destaca e congratula o trabalho da imprensa na cobertura do caso (p. 114-116). Em meio a elogios rasgados a jornais, TV e rádio, a revista conduz a matéria por um caminho que nos permite entender a dimensão comercial com que a doença e a morte de Tancredo foram tratadas.

A começar pela descrição repetida (e em tom grandiloquente) da quantidade de pessoas e equipamentos mobilizados: a *TV Globo* “contou com **800 profissionais** atuando em todo o país [...]”, sendo que só em São Paulo foram “**150 pessoas**, entre técnicos e jornalistas que cobriram a passagem de Tancredo pelo Instituto do Coração, usando **dez câmaras** por dia e conseguindo produzir cerca de **sessenta flashes diários** [...]”, “Carlos Nascimento [...] entrou ao vivo nos vídeos quase **500 vezes**”. A *Rádio Bandeirantes* “através de **100 emissoras** em todo o país, realizou uma das melhores coberturas radiofônicas” (grifos meus). E o mais importante,

destacado pela revista como fruto do grande esquema técnico e do trabalho dos jornalistas, buscando e checando informações:

“Desde o primeiro momento tratamos o assunto como um problema de saúde gravíssimo”, diz o jornalista Marcos Sá Corrêa, editor do Jornal do Brasil, que buscou checar todas as informações oficiais. Com essa **estratégia**, o Jornal do Brasil **vendeu 10% a mais** durante a doença de Tancredo, chegando a **170.000 exemplares vendidos** nos dias de semana. O Globo, por sua vez, teve um aumento médio de **5% na sua tiragem** com **250.000 exemplares vendidos** durante a semana. Por quase quarenta dias os grandes jornais brasileiros deram manchetes seguidas sobre a agonia e a morte de Tancredo.

[...] a Rede Globo conseguiu ganhar **10% a mais de audiência** paulista, chegando a atingir **80% do público** com televisores ligados nos dias de crise de Tancredo.

[...] a Bandeirantes [rádio] aumentou em **2% a sua audiência** durante a agonia e morte do presidente (grifos meus).

E conclui:

Encerrada a **maratona**, a imprensa brasileira, em níveis diferentes, sai revigorada, com um **maior poder junto ao público** (grifos meus).

Analisemos alguns pontos. Em primeiro lugar fica evidente, a todo momento, a obsessão pela quantificação, pela mensuração, pela tradução da “agonia e morte de Tancredo” em um equivalente numérico. Dentre esses, os mais importantes são os que efetivamente rendem lucros às empresas: os milhares de jornais vendidos a mais e os preciosos pontos de audiência. A cobertura jornalística- a notícia, portanto- é evidenciada em seu valor mercadológico. Até procedimentos óbvios do bom jornalismo, como chegar informações de fontes oficiais, são tratados elogiosamente como “estratégia”, que ajudou a aumentar as vendas.

A frase no final da reportagem com a expressão-chave “maior poder junto ao público”, certamente pretendeu significar uma coisa (mais credibilidade em decorrência de um bom trabalho jornalístico), mas acabou revelando outra, mais real do que a intenção original (maior aumento nas vendas em

decorrência de uma grande- numericamente falando- cobertura jornalística). Nenhum veículo de comunicação investe tanto em uma estrutura gigantesca de cobertura sem esperar um retorno mais alto ainda.

Mesmo se a frase não tivesse sido mal construída e se tornado dúbia, seria sintomático que a revista quisesse mesmo dizer que **revigorada** depois dessa maratona, a imprensa conquistara mais prestígio (e consequentemente maior venda) junto ao público. Lembremos que um ano atrás a imprensa vivia uma crise de credibilidade junto à população, com índice de confiança de -13%. Menos credibilidade é igual a menos faturamento com vendas e publicidade.

Quem sabe com essa **maratona**, com números tão expressivos, a imprensa não conquistasse “maior poder junto ao público”. O que a revista entende por “poder” é outra coisa a se pensar. Provavelmente o significado também seja, para ela própria, o lucro, fruto do aumento nas vendas a curto, médio e longo prazo: essa edição especial teve recorde de vendas: 752.200 exemplares. Foi a sétima capa seguida sobre Tancredo desde a internação, o clímax de uma narrativa intensamente dramática.



No número seguinte (08/05/1985, p. 35), o editorial traz uma comemoração efusiva pela venda recorde:

A última edição de VEJA, com a capa sobre a morte de Tancredo Neves, teve um sucesso de vendas sem precedentes na história da imprensa brasileira [...] a maior venda jamais obtida por VEJA em seus quase 17 anos de existência e a maior venda, também já registrada por qualquer revista brasileira.

Assim como tinha feito em relação a outros veículos, desta vez a revista também tratou de elogiar a competência industrial do próprio grupo Abril na cobertura do drama, que envolveu 2.109 pessoas em um “trabalho extraordinário”, que provou “mais uma vez a capacidade gráfica em enfrentar maciços aumentos de tiragem” e levar a revista “através de 968.000 quilômetros de rotas”. O editorial termina dizendo que “O número de adeus a Tancredo é uma emoção que permanecerá com VEJA por muito tempo”. E deveria permanecer mesmo, pois graças a essa cobertura o processo de crescimento da revista ganhou um enorme impulso: *Veja* começou o ano de 1985 (edição de 02/01) com tiragem de 542.617 exemplares por semana. 14 dias depois, uma edição praticamente toda dedicada à eleição de Tancredo, saiu com 564.788 exemplares (16/01), refletindo a euforia da vitória. A revista constatou que herói vende...

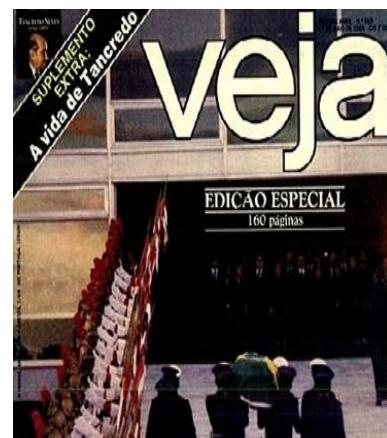
E vende muito mais se vier acompanhado de uma história trágica.⁷⁰ No dia 13/03, ainda antes da internação, a revista imprimiu 543.200 exemplares. Já na primeira edição trazendo a cobertura da doença (20/03), a tiragem aumentou para 564.500. A próxima para 579.400 exemplares, até chegar à marca recorde de 752.200 exemplares.

⁷⁰ Os editores de *Veja* sabiam, através de pesquisas de consumo, que grandes eventos dramáticos vendiam mais: “As mesmas pesquisas mostram que tragédias- queda de avião, terremotos, erupção de algum vulcão- vendem bastante”, diz o ex-diretor-adjunto Augusto Nunes (apud MIRA, 2007, p. 94).

Assim, a revista que antes da doença de Tancredo tinha tiragem de 540 mil exemplares deu um salto na semana seguinte, continuou aumentando as vendas e fechou o ano de 1985 com tiragem de 682.300 exemplares, um aumento de 26% em 8 meses (sem levar em conta a edição especial), um índice altíssimo, considerando os fatores que freavam o consumo de supérfluos na época, como arrocho salarial e inflação de mais de 200% (a revista que em janeiro custava 4.500 Cruzeiros, chegou a 15 mil em dezembro). Em 1986, as vendas fecharam o ano com 877.800 exemplares na última semana.

Voltando à edição sobre a morte do presidente, observam-se na capa estratégias típicas de marketing de produto baseados no destaque aos números: abaixo do título da revista lê-se “Edição especial 160 páginas”, e no canto esquerdo superior “Suplemento extra: A vida de Tancredo”.

O valor que a revista se atribui, ao apresentar-se para o público, é o de um produto oferecido ao mercado consumidor, cujo chamariz é o volume de informação, a quantidade grande de páginas a serem degustada. À semelhança de promoções do tipo “pague 900g e leve 1kg” ou “compre 1 e leve 2”, *Veja* ainda oferece “grátis” um outro produto, um brinde: um suplemento extra contando tudo sobre a vida de Tancredo. Todo esse “pacote” por sete mil cruzeiros. Sucesso garantido, vangloriado pela revista (08/05/1985, p. 15):



Ao final da semana passada enquanto se disputavam os raros exemplares que ainda podiam ser encontrados numa ou noutra banca, *VEJA* sentia-se recompensada por receber essa espetacular manifestação de apoio dos seus leitores (grifos meus).

Interessante notar que *Veja* classifica o sucesso nas vendas como “espetacular”. Esse resultado foi consequência direta do também espetacular tratamento dado à notícia, como vimos em alguns exemplos neste capítulo.

Ainda com relação ao caráter mercadológico da informação, olhando a contracapa, percebe-se como é grande, no ambiente da indústria cultural, a aproximação entre a lógica de mercadoria dos produtos jornalísticos e a de qualquer outro bem de consumo. Ela traz um anúncio do cigarro “Carlton”, em que se destaca sua principal qualidade, o filtro tamanho extra (*king size*), mostrada verbalmente (escrito na embalagem), e visualmente, no modo como os cigarros foram arranjados para evidenciar a dimensão do filtro.

Na capa da revista vende-se um produto jornalístico cujo valor destacado é uma grandeza numérica- quantidade (160 páginas e suplemento extra) e na contracapa vende-se um produto de outra natureza, mas cujo valor também se mede por uma grandeza numérica- tamanho (filtro king size).



Obviamente ambos também carregam um valor simbólico (no caso da revista, o conhecimento sobre os fatos, os efeitos passionais que serão provocados pelas informações sobre os dias de sofrimento e a morte, o fetiche de possuir um “documento histórico” sobre um personagem importante, e no caso do cigarro, o prazer, o fetiche do status que ele proporcionaria: note-se o copo de uísque, óculos e isqueiro requintados). Porém fica evidente o quanto essa motivação de compra é potencializada, nos dois casos, dando-se ênfase no que é materialmente mensurável.

No concorrido ramo da indústria cultural é preciso cada vez mais estratégias para fazer do produto um objeto de desejo e conquistar o cliente, oferecendo uma mercadoria que realiza, ao mesmo tempo, o valor de uso para o leitor e o valor de troca para o empresário (MARCONDES FILHO, 1989, p. 25-26).

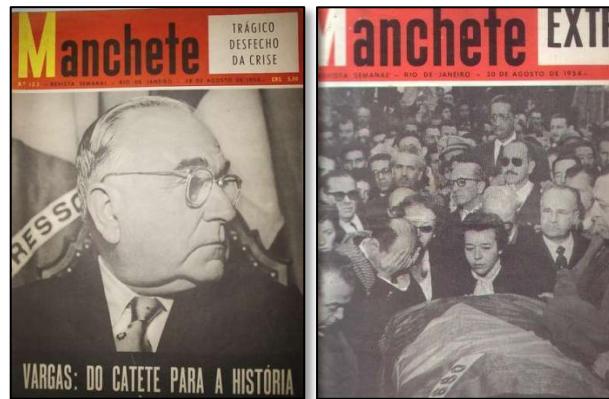
E conquistar e manter um grande número de leitores, além de dar lucros diretos às editoras pela venda dos seus produtos e de espaço publicitário, também proporciona outros bons negócios. Na edição de 16/07/1987 (p. 109), e em outras seguintes, Veja publica um anúncio do grupo Abril oferecendo a venda de *mailing lists* baseadas no seu banco de dados sobre mais de 7 milhões de clientes. O comprador ainda podia escolher o perfil do público-alvo para mandar seus anúncios: “Você pode selecionar como quiser: por quantidade, por tipo de produto comprado anteriormente, por sexo, pela região geográfica, por cargo, pelo poder aquisitivo”.



Esse tipo de efeito cascata na realização de lucros é típico da indústria cultural, como mostraram Adorno e Horkheimer (2002). Uma mercadoria vira mote para vários outras, em diversos segmentos, ampliando a cadeia de lucros. Assim, um filme de super-heróis dá origem, por exemplo, a brinquedos, alimentos, roupas, cadernos com o mesmo tema, devidamente licenciado.

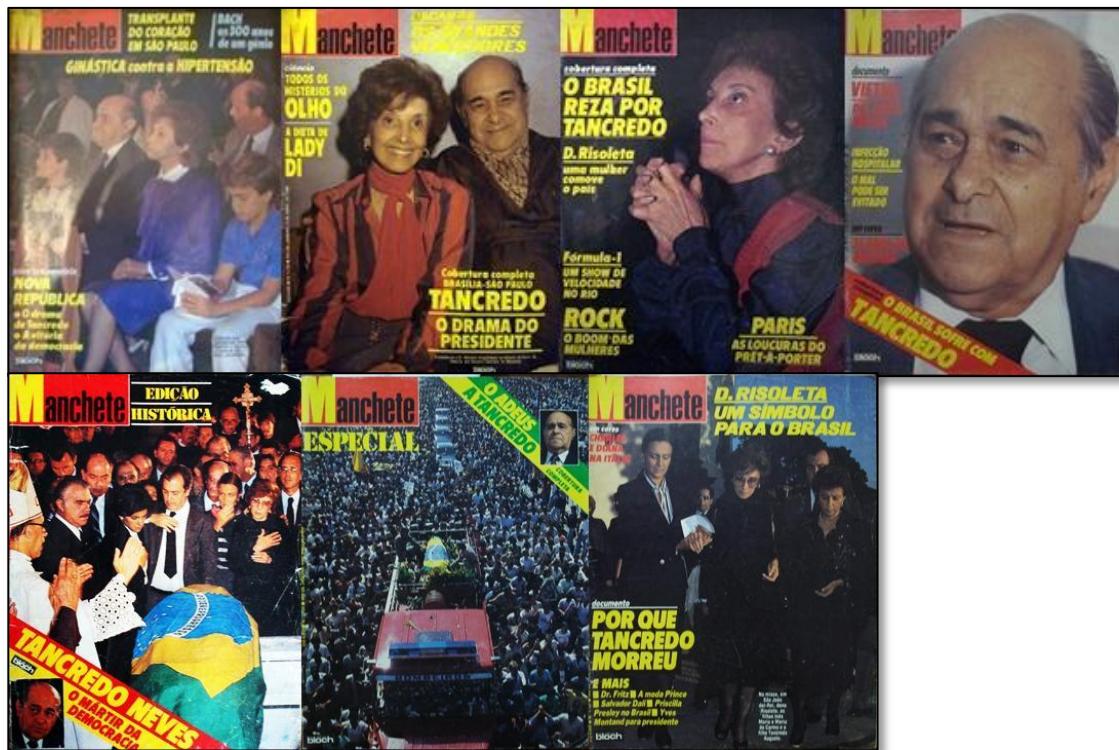
A revista *Manchete* não publicava a tiragem⁷¹. Mas considerando sua tradição em aproveitar tragédias pessoais de grandes nomes da política e da cultura para aumentar as vendas, só comparáveis às coberturas de carnaval (BLOCH, 2008, 182-183), a doença e a morte de Tancredo certamente renderam alguns milhões aos cofres do grupo, haja vista que praticamente todos os exemplares impressos foram vendidos, não havendo encalhe na gráfica. A edição especial de 04/05/1985, “O adeus a Tancredo”, por exemplo, vendeu 99% da tiragem (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008, p. 32).

A revista tinha agilidade para lançar edições extras, aproveitando o interesse do leitor no calor dos acontecimentos. Foi assim na morte de Getúlio Vargas, em 1954, quando, como já citei, a revista trocou a capa depois de já ter rodado milhares de exemplares com outro tema. Pouco tempo depois lançou, a toque de caixa, uma edição extra (na capa, Tancredo, então Ministro da Justiça, aparece chorando ao lado do caixão de Getúlio).



Desde a eleição de Tancredo, assim como *Veja*, *Manchete* também aproveitou o clima de ufanismo que tomava conta do país para lançar várias edições com reportagens de capa do novo presidente. Mas, durante a tragédia, a quantidade de matérias foi bem maior que nos momentos de alegria: sete edições seguidas.

⁷¹ O Instituto Verificador de Circulação (IVC) também não possui dados desse período. Os registros mais antigos em arquivo são de 1996.



Durante todo o período a revista busca conquistar o leitor, mostrando que dividia com ele o sofrimento em relação a Tancredo. Essa estratégia de identificação é expressa várias vezes nos editoriais.

Passado quase um mês desde que o presidente eleito foi internado em Brasília, o país tem dado provas de unidade e solidariedade. É justamente nisso que MANCHETE empenhada há semanas num esforço contínuo de cobertura jornalística, encontra a sua maior recompensa. (20/04/1985, p. 3).

O calvário de Tancredo, sua lenta agonia e a morte carregada de simbolismo- no dia de Tiradentes, o mártir, e da inauguração de Brasília, a almejada capital- não foram acompanhados só com profissionalismo, mas também com muita emoção, por toda a equipe de MANCHETE, foi um daqueles raros momentos em que o jornalista, por mais que quisesse não conseguia se distanciar da notícia. E sofreu com o resto do país. (04/05/1985).

Apesar de apelar para o sentimento nobre da solidariedade, logo deixa entrever a lógica comercial que norteia as publicações no âmbito da indústria cultura. Assim como Veja exaltou sua capacidade técnica na cobertura da internação e da morte de Tancredo Manchete também demonstrava nos

editoriais um tipo de pensamento característico do mundo corporativo no qual as empresas competem duramente para conquistar o consumidor. No caso da imprensa, isso se evidencia, entre outros, pelos valores da agilidade e competência logística:

MANCHETE é a primeira revista a publicar essas fotos [de Tancredo no hospital em São Paulo], na sua capa e na reportagem de abertura que descreve os momentos dramáticos que o Brasil vive durante a doença do Doutor Tancredo. Outra demonstração de velocidade é a matéria sobre os vencedores do Oscar 85, que sai quase que simultaneamente com os jornais. (06/04/1985, p. 3).

No episódio da morte de Tancredo Neves, antes mesmo que saísse qualquer outra revista, MANCHETE colocou nas bancas uma Edição Especial, uma Edição Histórica e um Poster-revista, dando uma cobertura completa das homenagens que o Brasil prestava ao líder desaparecido. (11/05/1985).

“cobertura completa” é outra expressão que tenta capturar o leitor pelo sentido de volume, de quantidade que evoca (e oferece), assim como *Veja*. Virou uma espécie de palavra mágica presente nas capas da revista:



Além de tentar impressionar os leitores e ganhar sua preferência, *Manchete* também usa as ideias de completude e eficiência para conquistar os anunciantes, justamente porque ela teria essas qualidades requisitadas pelo público. Em meio a páginas e páginas sobre o sofrimento de Tancredo a revista publicava anúncios de página dupla oferecendo espaço publicitário, usando como argumento de competência exemplos que incluíam a própria cobertura que fazia do presidente:

Manchete é dinâmica e atual



Tudo o que acontece de importante de importante no Brasil e no mundo você vê em MANCHETE. Esta é a qualidade essencial numa revista de actualidades: agilidade e dinamismo. MANCHETE tem proporcionado aos seus leitores grandes "furos" jornalísticos. Reagan foi capa de MANCHETE menos de 24 horas depois de ter sido eleito nos Estados Unidos. A notícia e as fotos do atentado a João Paulo II abriram a edição de MANCHETE, logo após sua ocorrência. E a redemocratização do Brasil- desde a campanha das Diretas ao Colégio Eleitoral e a dramática enfermidade de Tancredo Neves- vem sendo documentada com a velocidade da vertiginosa sucessão dos fatos e imprevistos. Se você precisa dinamizar sua mensagem publicitária, escolha um veículo ágil, atualizado, dinâmicos. Escolha Manchete. (06/04/1985, p. 48-49).

Assim, de uma ponta a outra, do leitor ao anunciante, a realização do lucro era o objetivo perseguido semana após semana mostrando em textos dramáticos e imensas fotografias o martírio do presidente que virou mercadoria.

CONCLUSÃO

Veja e *Manchete* eram as duas maiores revistas semanais do Brasil nos anos 80. Se a distância que as separavam no ranking das vendas era curta, no âmbito editorial, entretanto, tinham linhas bastante distintas. A primeira possuía forte caráter político e pautas mais analíticas. *Manchete*, por sua vez, era essencialmente uma revista ilustrada, centrada no poder de sedução da imagem, com temáticas leves e teor crítico bastante raso. Porém, quando o assunto é Tancredo Neves os discursos dos enunciadores se aproximam. Com pequenas diferenças de tratamento em questões pontuais, o resultado foi a criação de uma imagem heroificada do político, primeiro como o grande homem que conduziria o país à liberdade, depois, como o mártir que efetivamente cumpriu esse objetivo e, por fim, como santo de uma “religião civil”.

Tancredo foi o tão aguardado Delfim de uma religião civil, cuja *via crucis* midiática (divulgada e encenada pela mídia) o conduziu da presidência (nunca efetivamente assumida) ao panteão dos heróis nacionais (talvez dos semi-deuses) – servindo a hospitalização e a enfermidade como necessário processo de purificação imaterial, e a morte e o funeral conduzidos de forma dramática e teatralizada (como se a *polis* fosse a cidade de Deus de Santo Agostinho). (MATOS, s.d.).

O motivo que torna o comportamento dessas revistas tão uniforme é o mesmo que sempre levou a grande maioria dos grupos de comunicação a se colocarem no apoio ou ataque àqueles que duelam na arena política em busca de lugares de poder: a defesa da sua sobrevivência enquanto empresa capitalista e a expansão dos lucros. Ora, *Veja* é fruto de uma aposta milionária dos Civita. O grupo Abril já era na época o maior império editorial da América Latina e resolveu apostar no ramo das revistas semanais de informação. *Veja* nasceu, portanto, com a missão de ser o produto mais lucrativo do grupo. Inserida em pleno processo de consolidação da indústria cultural brasileira, nasceu, cresceu, atingiu a maioridade e a vida adulta impregnada pela lógica da mercadoria.

O primeiro entrave foi o AI-5, justamente no seu primeiro ano de existência. Sob comando de Mino Carta, um jornalista combativo, a revista adotou uma postura de afronta ao regime, denunciando o autoritarismo e a repressão. Além da censura, passou a sofrer pressão política e econômica para abandonar a linha crítica. O governo controlava a concessão de empréstimos, a importação de equipamentos, e detinha o poder de censurar o que bem lhe conviesse, interferindo no sistema de produção e causando enormes prejuízos às empresas. Estranguladas, muitas não resistiram e fecharam as portas.

Um governo centralizado e autoritário chocava-se com a concepção liberal de economia dos Civita. Se o grupo Abril foi beneficiado pelo lucro “fácil” do período de crescimento vertiginoso do “milagre econômico” na primeira metade da década de 1970, o sonho começou a virar pesadelo com uma sucessão de crises internacionais que atingiram o Brasil em cheio.

Nesse contexto, a política de “distensão” de Geisel apareceu como oportunidade para criar um ambiente de maior liberdade e estabilidade para os negócios. Veja abandonou a linha crítica (como já era vontade de seus donos há muito tempo) e passou a dar apoio efusivo ao projeto, mostrado em seu discurso como um bem a ser desejado por todos, congratulando-se com quem o defendia e atacando os seus críticos. Assim, passou a promover uma verdadeira metamorfose na imagem do governo. Se criticava circunstancialmente a política econômica que não satisfazia seus interesses, ao mesmo tempo transformava os generais presidentes em democratas devotados a conduzir o país à normalidade institucional. Acampava, como se vê, o discurso oficial distorcido que mascarava os propósitos da “abertura” de institucionalizar um Estado autoritário, sob a capa da liberdade e da legalidade.

O fortalecimento da imagem de Geisel e Figueiredo ajudou a dar-lhes um pouco da legitimidade que precisavam para levar adiante a “abertura”, defendendo-a de dois “inimigos” principais: de um lado a “linha dura”, disposta a provocar um retrocesso ao autoritarismo da era Médici, e do outro os setores de esquerda da sociedade, dispostos a avançar para um regime de caráter democrático e mais popular.

As duas correntes eram extremamente prejudiciais ao modelo controlado de liberalização previsto por Geisel e ao modelo econômico-social que os Civita almejavam. Defender a continuidade da “abertura” era, para eles, defender sua própria existência enquanto empresa capitalista, assentada sobre uma ordem conservadora na qual a elite econômica e política comanda os rumos do país. Veja passa, portanto, a combater duramente tanto a extrema-direita quanto a esquerda com as armas que tinha, ou seja, com a sua capacidade de influenciar o restante da sociedade, através de procedimentos discursivos que reforçam ideias e valores.

O combate à “linha dura” ajudava o presidente Geisel a neutralizá-la, trazendo para o seu lado parte da opinião pública com o discurso dos inimigos que ameaçam a tão desejada “abertura”. A instauração do medo de um retrocesso foi, aliás, uma chantagem à qual os governos Geisel e Figueiredo recorreram com frequência, sempre que se viam pressionados. Exigiam cooperação, pra não dizer submissão, da sociedade, o que se pode notar na proposta de Figueiredo de um grande pacto em que amplos setores sociais e políticos consentiriam em cessar as disputas entre si, bem como as críticas ao governo, condição colocada como necessária para se avançar nas reformas que o país necessitava. Nasceu aí o ponto nodal da conciliação, que Tancredo transformaria depois em sua principal bandeira.

A ideia da conciliação aparece para *Veja* como condição essencial para uma transição segura, sem sobressaltos, sem ameaça de ruptura da ordem. A revista, que havia atacado os “duros” em seus momentos de maior atividade, passou a acalmá-los depois que eles foram controlados por Figueiredo. Adotou, para isso, o discurso do “não revanchismo”, tal como defendido pelo governo, pregando o esquecimento dos crimes do passado. Para a revista, a Lei da Anistia, “patrocinada” pelo presidente, já havia liquidado o assunto ao beneficiar tanto os militares quanto os militantes de esquerda.

Mas os setores mais contestadores da esquerda não aderiram à conciliação, que julgavam ser um engodo, uma tentativa de evitar a luta pelas demandas populares, que incluíam a própria liquidação do regime e a conquista do poder. Observa-se que no período estudo *Veja* constrói uma

imagem demonizada da esquerda, apresentando-a, como fez a imprensa na época de João Goulart, como uma horda de comunistas disposta a transformar o Brasil em uma nova União Soviética. Sempre esse tipo de enunciador conservador recorre à tática de assustar a sociedade acenando com o retrato do caos.

Foi assim que a revista saudou a oposição moderada/conservadora do PMDB quando começou a aproximar-se do governo, dando início a um processo de negociações visando a uma transição conciliada em que ambos tivessem o máximo de ganhos e o mínimo de perdas e, principalmente, que garantisse a manutenção dos interesses da elite. Embora com convicções políticas diferentes, governo e oposição moderada faziam parte da mesma elite que dominava o país. Como diz Thomas Skidmore (1988, p. 491), “Conciliação, que bem descreve a habilidade da elite política de disfarçar os conflitos de classes e setoriais [...]”.

Eis um ponto importante que diferencia o bloco governo/elite oposicionista dos setores da esquerda (e suas diferentes matizes ideológicas): o ritmo e a profundidade das mudanças no processo de transição (que ia do mais lento e superficial, para alguns, ao mais rápido e radical, para outros). O próprio projeto de “abertura”, que deveria ser “lenta, gradual e segura”, já explicita o posicionamento do governo e dos que com ele conciliavam, pois propiciava um “mudancismo” de superfície sem grandes transformações. É assim que, à medida que o cenário político tornou-se mais claro e Tancredo Neves surgiu como líder da oposição moderada/conservadora, *Veja* passou a investir no seu projeto político. Como observa o jornalista e ex-deputado cassado do PMDB, Márcio Moreira Alves,

Os donos de jornal são grandes empresários, e o empresariado brasileiro é extremamente conservador. Em caso de disputa majoritária, a tendência dos donos de jornal é favorecer os candidatos conservadores. (In: DINES; FERNANDES JR.; SALOMÃO, 2000, v. 2, p. 206-207).

Sob o lema da conciliação, imagem que o mineiro sempre fez questão de cultivar, o projeto político de Tancredo era conservador na essência e popular na aparência. Aliás, não se pode falar, a rigor, de um projeto político definido, pois o que Tancredo apresenta até ser eleito é somente uma espécie de carta de intenções, suficientemente genérica para dizer e não dizer ao mesmo tempo a que vinha.

Com sua imagem trabalhada inicialmente por seus partidários e depois pela Aliança Democrática, ele consegue a proeza de ser aceito pela maior parte da sociedade, segundo o discurso hegemônico da conciliação, como o candidato de todos, aquele que representava os mais amplos interesses e que vinha para encerrar a ditadura, a mesma com quem conciliou e que, além de receber enormes benefícios, como a promessa de não se mexer no passado, ainda sobreviveu na Nova República ocupando a cúpula do governo. Trata-se de uma semelhança com a Velha República, que nasceu como sinônimo de progresso, mas trazia em seu seio a mesma elite dominante no Império, porém com um discurso rapidamente adaptado aos novos tempos, como observava Lilia Schwarcz (1985, p. 11):

Não há como não lembrar da “Jovem República” no contexto que hoje vivemos, ao ver novamente promessas de ruptura convivendo com o espectro do continuísmo. Ao ver as mesmas pessoas mudarem seus trajes como que a nos dizer: Qualquer coincidência é mera semelhança.

O tipo de transição conservadora, salpicada de mudanças “seguras” e principalmente baseada no modelo econômico liberal de Tancredo, se encaixa perfeitamente no que Veja vinha buscando desde os tempos de Geisel, com a vantagem de que, com Tancredo, reconhecidamente dito democrata, habilidoso negociador e do agrado tanto das elites quanto das camadas mais baixas, o novo regime lhe seria mais favorável que com qualquer outro político ligado ao regime. Não foi à toa que Paulo Maluf foi transformado pela Aliança Democrática e por Veja no inimigo número um do país, o grande vilão contra o qual teria que se insurgir o grande herói.

É nesse contexto que entendemos a construção da imagem heroificada de Tancredo, que começa com o que chamei de qualificação do herói, ou seja, com a construção de uma imagem engrandecedora de suas qualidades como a capacidade de conciliação, a competência administrativa, a sabedoria e a experiência política.

Passa-se em seguida, depois das “Diretas Já” e início da campanha à presidência, a carregar nas tintas e apresentá-lo como verdadeiro herói, em meio a todo o clima de ufanismo criado pela Aliança Democrática em uma gigantesca campanha de marketing: o homem preparado, sábio, maduro, competente, altruísta, honrado, perseverante e convicto que travava uma batalha em nome de um ideal de todos: derrotar a ditadura e instaurar a democracia. Em um processo crescente, que culmina com sua morte, Tancredo apareceu nas revistas à semelhança dos heróis das narrativas clássicas, possuidores de duas qualidades básicas: habilidade (competência) e moral (honra).

Na Grécia, por exemplo, a essência do herói estava ligada aos conceitos de *areté* e *timé*. O termo *areté* tem relação etimológica com o grego *aristeúen*, que significa ser o mais notável. Sua utilização mais frequente está ligada à essência do herói, ou seja, às habilidades e atitudes que o diferenciam dos outros mortais. Assim, ter *areté* proverá o herói da destreza e do vigor que o permitam ser um grande guerreiro, não só para defender seu povo, como para representá-lo. [...] A *timé* está ligada à honra e à moral. [...] A *areté* coberta de *timé* faz de Aquiles a figura proeminente entre os aqueus. Ele é o melhor entre seus pares, aquele que os representa. [...] O reconhecimento do povo, que leva o herói à glória, também fixa sua imagem mitificadora, diferenciando-o dos meros mortais. (PENA, 2002, p. 03-04).

Sua luta aparecia revestida do mesmo significado de outras contendas em alguns importantes momentos históricos: como uma luta pela liberdade. Foi assim com dom Pedro I, com os heróis abolicionistas, com os heróis republicados e com o maior de todos os heróis que lutaram pela liberdade da nação: Tiradentes.

Podemos dizer que Tancredo aparece como um tipo de herói que o historiador Sidney Hook, ao analisar o surgimento dessas figuras ao longo da

história, especialmente na contemporaneidade, chamou de “homem-época”, em contraposição ao “homem-momento”:

O *homem-momento* é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subsequentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido preparadas. O *homem-época* é um homem momento cujas ações são as consequências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição (HOOK, 1962, p. 130).

Finalmente vem a vitória no Colégio Eleitoral. As elites haviam conseguido o objetivo manter-se no poder. Em *Veja*, a campanha vitoriosa ganha cara de saga épica. Mas, com a doença os tempos de bonança parecem ameaçados, principalmente pelo fantasma da instabilidade e do conflito que um recrudescimento da “linha dura” poderia provocar ao tentar aproveitar a ocasião para promover um retrocesso ao autoritarismo (e pela possibilidade de as esquerdas também tentarem aproveitar momento para avançar em suas posições pela conquista do poder).

Nesse momento a imagem de herói que vinha sendo construída pela revista exacerba-se e se consolida rapidamente. Mais do que nunca era preciso reforçar os ideais de Tancredo e lembrar, a toda hora, pelo que ele lutava. Essa ideia é mantida durante os momentos dramáticos, com o mesmo objetivo de antes: a pacificação social necessária a uma transição “segura” conduzida pelas elites, só que agora usando um recurso extra: a comoção coletiva.

Prepara-se o herói, aquele que resistiu, doou-se até o fim, pela transição consensuada. Quem somos nós, (reles mortais mais mortais que ele, ao que parece) para não avalizarmos esse governo surgido de tamanho sacrifício? [...] Construído o mártir, era preciso garantir que tudo o que ele pensou em fazer para mudar o país seria respeitado e cumprido pelo seu sucessor.[...] Garantido o mártir, garante-se o projeto supostamente por ele pensado, em sua solidão de líder e herói. Assim é que José Sarney, usineiro até então pró-ditadura, assume o governo e tem a missão de “honrar as idéias” do presidente morto. Pronto. A transição lenta, segura e gradual está garantida. (RIBEIRO, 2008, p. 253).

Assim, *Veja* empenhou o seu apoio a Sarney. Mais do que na época em que deixou o PDS para aderir ao grupo tancredisto, a revista o transformava em escudeiro de Tancredo, apresentando-o como democrata convicto e acima de tudo competente, preparado e bem intencionado à frente do governo interino.

Justifica-se tal empenho: Sarney era considerado fraco e despreparado para assumir um cargo de tamanha importância (SKIDMORE, 1988, p. 501). Um dos mais destacados líderes peemedebistas, o senador Pedro Simon, assim analisava o *status* do vice na época: “Coitado do doutor Sarney, eu tenho o maior respeito por ele, mas não tinha autoridade, não tinha credibilidade.” (In: DINES; FERNANDES JR.; SALOMÃO, 2000, v. 2, p. 346).

Nesse meio tempo Tancredo já era tratado como mártir, e seu sofrimento ao longo de 38 dias no hospital, comparado ao de Jesus. A morte só engrandece, no discurso de *Veja*, o papel heroico que ele desempenhou na conquista da democracia e na unificação do povo.

União essa que, claro, deveria continuar, sem os conflitos tão prejudiciais a ordem vigente. Um trecho na edição especial de *Veja* de 01/05/1985 (p. 31, grifos meus), resume o caráter mistificador do discurso por ela construído desde a campanha, promovendo rotineiramente, como já vimos, distorções, silenciamentos e ênfases em determinados aspectos, conforme convinha aos seus interesses:

Tancredo Neves, vivo, **depôs o regime de 1964 e costurou a Aliança Democrática** que, algum dia, haveria de se sustentar numa sólida unidade popular. Essa era a parte mais difícil da engenharia política de seu governo. Em 38 dias de agonia e em mais três, deitado em seu caixão, ele foi para o fundo da terra rochosa de São João del-Rei **deixando a unidade popular feita, pronta, faltando só cuidar**. Coisas do doutor Tancredo. (grifos meus)

José Murilo de Carvalho (1990), ao estudar a batalha em torno da imagem dos heróis nacionais na instauração da República, aponta a importância dos mitos na conformação dos imaginários em momentos de mudança política e social:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São por isso, instrumentos eficazes de legitimação de regimes políticos. (p. 55).

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (p. 10)

Se Tancredo era útil aos interesses econômicos das empresas de comunicação por representar a promessa de um governo estável, democrático, moderadamente conservador- e assim sendo, garantidor da ordem social e econômica que as beneficiava- sua doença e morte também lhes renderam bons lucros, através de uma cobertura frenética e espetacularizada, como vimos no capítulo 4. Ou seja, vivo ou morto, toda vantagem possível seria tirada do herói nesses tempos em que a “lógica da indústria cultural tem um comandante: o mercado”, como diz Mira (2005, p. 92). E o mercado expressa-se na figura do público leitor, ou melhor, consumidor da mercadoria notícia.

Assim como a roupa que se pode adquirir em uma loja, assim como uma fruta que se pode obter numa quitanda, também notícias podem se compradas. Elas não são somente produtos, como supõe a acepção mais ingênua. Elas são de fato “a forma elementar da riqueza no capitalismo” (Marx); são mercadorias. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 25).

Trata-se de mercadoria altamente perecível, que se deteriora depois de cumprido seu valor de uso, pela leitura, pela absorção das informações que o consumidor desejava (*idem, ibidem*, p. 25). Na cobertura sobre Tancredo, a cada semana as matérias precisavam ser mais espetaculares, em maior volume e visualmente mais atrativas para concorrer com dezenas de outros

veículos que ofereciam, naquele momento, o mesmo produto. Assim é, por exemplo, a lógica da produção exacerbada de imagens visuais (e podemos pensar também nas imagens mentais) que acaba levando na contemporaneidade a uma crise de visibilidade. As imagens precisam ser cada vez mais sensacionais para que nossos olhos saturados nelas se prendam (BAITELLO JR., 2005, p. 85):

Assim como toda visibilidade carrega consigo a invisibilidade correspondente, também a inflação e a exacerbção das imagens agrega desvalor à própria imagem, enfraquecendo sua força apelativa e tornando os olhares cada vez mais indiferentes [...] (idem, ibidem, p. 85).

Tudo é feito para conquistar o leitor: “Tudo em nossa volta nos acena pedindo atenção” (SCALZO, 2004, p. 74). E no caso de Tancredo o próprio drama deu a chave para a estratégia a ser desenvolvida: o tratamento emocional da notícia.

O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. Isso constrói a sua “aparência de valor de uso”. (MARCONDES FILHO, ibidem, p. 30).

Das páginas inundadas por uma profusão de narrativas verbais e imagens fortes, dramáticas, com múltiplos apelos gráficos para prender a atenção do leitor (cores, tamanhos, formas, posicionamento), depreendem-se vários efeitos de sentido que apelam ao emocional: dor, tristeza, solidariedade, pena, frustração. Se, como dizem, a mídia trava uma verdadeira batalha para conquistar corações e mentes, no caso da doença e morte do político mineiro, a batalha concentrou-se em uma tática: um tiro certeiro no coração do leitor.

Além de despertar o interesse do público através dos elementos sensacionais, inundar os seus olhos e o seu coração com centenas de páginas, tendo como personagem principal o herói do povo, era uma maneira também de conquistar a simpatia do leitor por identificação. Ou seja, o grande volume publicado metaforizava o próprio valor que a revista dava ao presidente, compartilhando com os sentimentos e os valores do público naquele momento.

É uma estratégia de conquista e fidelização de clientes (lembremos que a revista aumenta substancialmente, mês a mês, a sua tiragem, a partir desse episódio).

Estar afinada com o público era também o objetivo de *Manchete* que, aliás, buscava estar afinada com todos. Da estreita ligação com JK até o apoio que deu aos militares no objetivo de difundir a ideia do “Brasil grande”, a revista, carro-chefe do grupo de Adolpho Bloch, procurou se aliar àqueles de quem pudesse obter benefícios financeiros.

Ao mesmo tempo em que Adolpho se aproximava de Tancredo, *Manchete* lhe deu ampla cobertura na campanha, pintando, com cores fortes e extremo personalismo, a imagem de um homem excepcional, um grande líder, um pai que, ao lado da esposa Risoleta, conduziria o país e seus filhos a tão sonhada democracia.

A esquerda preocupava Adolpho, um anticomunista declarado, porém, ao contrário de *Veja*, *Manchete* não se dedicou a demonizar o PT, a Igreja e os movimentos populares de forma ostensiva. Só o fez pontualmente, em momentos de tensão exacerbada, e mesmo assim por pouco tempo. Também não atacou a extrema direita. O grupo Bloch não queria polemizar com nenhum dos lados que poderiam, eventualmente, conquistar o poder. A postura comedida, conservadora, que Tancredo imprimiria ao governo, afastando a possibilidade de as elites serem ameaçadas por investidas da esquerda, obviamente interessava ao grupo Bloch. Mas *Manchete* também teria apoiado Maluf, pelo mesmo motivo. Não se vê uma crítica a ele em suas páginas. Pelo contrário, a revista até o elogiou várias vezes. Fez jogo duplo até o final de 1984, quando a vitória de Tancredo já era certa e, a partir daí passou a investir mais pesadamente na adulção do político mineiro

A partir da doença de Tancredo não há, praticamente, diferenças na cobertura de *Manchete* e *Veja*. As duas revistas, tão distintas editorialmente, se aproximam na exploração do drama, publicando edições seguidas em que aumenta o tom espetacular, até a sua morte. Por vezes tinha-se a impressão de que as notícias haviam sido produzidas por um *pool*. Porém o tom melodramático era mais carregado especialmente por um detalhe que as

diferenciava: *Manchete* era basicamente uma revista ilustrada e como tal, as fotos proliferavam, grandiosas, dramáticas, sequestrando o olhar do leitor por meio do efeito emocional que provocavam.

Em qualquer situação, uma boa imagem será sempre importante- ela é o primeiro elemento que prenderá a atenção do leitor. [...] Fotos provocam reações emocionais, convidam a mergulhar num assunto, a entrar numa matéria. (SCALZO, 2004, p. 63-69).

E, se durante a doença de Tancredo era difícil conseguir boas fotos, já que o personagem principal estava dentro de uma UTI, a cobertura da morte foi uma festa de imagens. Provavelmente os funerais do presidente foram o evento mais fotografado da história do país e com todos os elementos para tornar qualquer revista uma campeã de vendas: comoção popular, histeria, carreatas com caixão no carro dos bombeiros de cidade em cidade, velórios monumentais, todas trabalhadas graficamente na página, para sensibilizar os olhos. E os corações.

Em razão da sua abundância, a visualidade vive numa batalha perpétua na qual cada objeto visual disputa com os demais a possibilidade de ser apreendido pelo olhar do destinatário e orientar sua visão para nele adentrar. [...] Fazer olhar, sentir, ver, ler e interpretar são as metas visadas por todos os estrategistas da visão, que galgam mobilizá-la pela monossensorialidade ou pela polissensorialidade. (OLIVEIRA, A. 2005, p. 109).

Todas as edições, de março a abril tiveram um objetivo principal: transformar a tragédia pessoal de Tancredo em mercadoria. Ao mesmo tempo em que se começava a construir a imagem de Sarney como o herdeiro do legado democrático tancredisto, reivindicando “todo poder” ao novo presidente. Se o lucro presente era proporcionado por um presidente morto, o lucro futuro poderia ser garantido pelo outro, vivo.

As duas revistas exploravam, assim, nos capítulos finais da história do herói que ajudaram a construir, as próprias condições psicológicas do público decorrentes desse processo, ou seja, um público que havia se empolgado, se

envolvido com Tancredo em um clima de profundo otimismo. Agora, com o herói morto restavam a frustração, o sentimento de incerteza diante do futuro e principalmente a tristeza de quem perde um parente querido, tamanha a permeabilidade que a imagem de Tancredo atingiu na vida coletiva dos brasileiros.

Conforme Charaudeau (2006, p. 79-93), os produtores de notícias levam em consideração, na confecção das mensagens, os valores imaginados do público-alvo, “éticos-sociais” e “afetivos-sociais”, sendo assim abordado de duas maneiras: como “alvo intelectivo”, aquele que julga as informações e confere credibilidade à instância produtora de acordo com critérios racionais, e o “alvo afetivo”, aquele no qual a informação é processada principalmente através das reações de ordem emocional.

Os veículos então inseridos no cruzamento de vários campos, como o político, o econômico e o da cidadania, que os leva ao gerenciamento da mensagem de acordo com o grau de credibilidade ou simplesmente de vendagem que desejam atingir, adotando, portanto, um discurso mais racional e sério e que lhe confere mais credibilidade, porém menos atrativo ao grande público, ou mais emotivo, que debilita a credibilidade, mas compensa pelo retorno financeiro ao atingir um público maior. Geralmente tende-se ao equilíbrio, a não ser em casos de linhas editoriais muito especializadas.

Nem *Veja* nem *Manchete* tinham um grau extremo de segmentação a ponto de abrirem mão de um ou de outro recurso. *Veja*, porém, costumava ser mais austera no tratamento da informação já que, por sua própria natureza e seu público mais conservador, dependia fundamentalmente da credibilidade. *Manchete* destinava-se também a um público das classes média e alta, porém menos politizado e mais interessado nos *fait divers* e sensibilizado de forma afetiva.

Entretanto, na doença e morte de Tancredo a maior parte do público se encontra tomado por um clima profundamente emotivo. De intelectuais a donas de casa, a comoção atingiu a quase todos, em graduações maiores ou menores, mas inegavelmente predominante sobre uma avaliação racional dos fatos. Há, nesse momento, um desequilíbrio gritante na conduta das duas revistas, no

sentido do apelo afetivo, considerando as expectativas que tinham em relação ao conjunto dos enunciatários.

Como diz Charaudeau (*ibidem*, p. 93), o comportamento da mídia não é estanque: ela navega entre os polos da credibilidade e da captação pela emoção, “ao sabor de sua ideologia ou da natureza dos acontecimentos”. Naquele contexto, a dramatização, baseada em categorias socialmente codificadas de representação das emoções, como o inesperado e o trágico (*idem, ibidem*, p. 82), era a maneira mais eficiente de conquistar o público sensibilizado, ao mesmo tempo em que fornecia informações mais práticas (envoltas na capa do drama) que lhe permitiam um conhecimento minimamente objetivo do que estava acontecendo (qual era a doença, como ela avançava, como ficava a administração federal na sua falta, como iam ser os funerais). Não só o seu público costumeiro, mas um leque muito mais amplo, eventual, de pessoas que sequer tinham o hábito de comprar uma revista, e que assim o fazia por conta da comoção que tomava conta de quase toda a sociedade. Era uma maneira de estar por dentro de tudo, de saber os mais ínfimos detalhes, de participar de alguma forma daquele sentimento de união que o drama de Tancredo provocava.

[...] ninguém perdia nenhum detalhe da descrição. As pessoas queriam, ao longo da agonia de Tancredo, saber passo a passo dos procedimentos, como se pudesse opinar, decidir e ajudar a salvar o presidente quase empossado.

[...] A TV ficava horas com as câmeras paradas, filmando e transmitindo os passos dos cadetes do exército carregando o caixão, praticamente imóveis. Os locutores não tinham mais assunto para preencher horas e horas de nada. Nem precisava falar mesmo. O povo chorava como se tivéssemos perdido o oxigênio. (RIBEIRO, 2008, p. 250-254).

Não é à toa, por exemplo, que *Veja* vendeu 300 mil exemplares a mais de uma edição para outra, considerando que normalmente quase toda a sua tiragem era de assinantes. 300 mil revistas foram, portanto, disputar espaço nas bancas por um público bastante heterogêneo. A longa duração do drama e sua carga altamente afetiva permitiram aos veículos venderem cada vez mais em cada uma das cinco semanas em que o caso ficou no centro da vida do país: “Parece que nada mais estava acontecendo no Brasil e no mundo. Ou

pelo menos, nada que tivesse, no recorte político hegemônico, algum significado." (RIBEIRO, 2008, p. 244). Assim,

Cada informação nova é sensacionalisticamente colocada no ar. Tancredo é o astro, o ídolo. O gigante gravemente ferido. De seu sofrimento, fazem o mártir. Do mártir, o santo. [...] cada boletim médico noticiado é anunciado e comentado como um gol. Contra ou a favor. A doença é explicada, ilustrada, debatida, sentida, sofrida e amaldiçoada coletivamente. O coração do presidente vem para a tela eletrônica, para o rádio e para as primeiras páginas. Também seus pulmões, seu sangue, sua infecção, suas vísceras, seus intestinos. Sua dor. Sua privacidade. Até o fim. [...] Tudo pelo espetáculo, inclusive versões. (COUTO, 1998, p. 423).

Segundo Charaudeau (*ibidem*, p. 93),

Quando tiram partido de casos intermináveis, é porque se trata de uma oportunidade de descrever à exaustão acontecimentos do espaço público seguindo um roteiro dramático que se encerra invariavelmente com as eternas questões sobre o destino humano: "Como é possível?", "Por que as coisas são assim?", "Para onde vamos".

O jornalismo como serviço público, aplicado como desserviço em prol dos interesses econômicos particulares ou de classe, tem pautado a história da imprensa no Brasil, especialmente desde a metade do século passado, mergulhada que está no sistema de produção industrial de bens culturais. Em alguns momentos isso se torna mais agudo, principalmente envolvendo o trágico, o drama pessoal cada vez mais banalizado, especialmente das grandes figuras da política, da cultura, do esporte, do cinema, da televisão, enfim, envolvendo aqueles que Fausto Neto (1991,15-16) chama de "olimpianos": "heróis e mitos produzidos pela cultura de massa", cuja morte é discursivamente construída segundo sua hierarquia no sistema social, como pertencentes a "um certo 'estamento', espécie de 'superpessoas'. Ou, segundo Jose Carlos Rodrigues (apud NETO, *ibidem*, p. 15), "seres cuja vida privada é de certo modo pública, cuja vida pública de certo modo é publicizada, cuja vida real de certo modo é mítica".

[...] Seria muito ingênuo que a desigualdade dos homens diante da vida não se traduzisse em desigualdade diante da morte. [...] Para cada morte particular estão socialmente prescritas as emoções a sentir, os ritos a praticar, os mitos a evocar. (RODRIGUES, apud NETO, 1991, p. 15).

Se no início da década de 1960 o historiador Sidney Hook (1962, p. 17), já dizia que “[...] mais do que nunca, a crença no ‘herói’ é um produto sintético. Quem quer que controle o rádio e a imprensa pode fabricar ou destruir crença da noite para o dia”, hoje, no estágio avançado da indústria cultural, isso é ainda mais evidente:

[...] se pensarmos no aspecto puramente mercadológico da questão – heróis atraem multidões, heróis ajudam a vender jornais e aumentam a audiência das TVs e rádios, podemos argumentar que, enquanto houver este fascínio, a imprensa continuará glorificando-os. (SOUZA , R., s.d).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. (et. al). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2ª ed., 2001.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural- O iluminismo como mistificação das massas”. In: ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. “Tancredo Neves, a transição e o PT”. In: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves- 100 anos de nascimento, 25 anos de morte: perspectivas midiáticas* (em fase de organização).

ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BAITELLO JR., Norval. *A era a iconofagia. Ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990, 4. ed.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: 4ª ed. Ática, 2002.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.

BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamablock: ascensão e queda de um império familiar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2004, 12 ed. v. 2.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001, 8. ed.

BRITTO, Antônio; CUNHA, Luis Cláudio. *Assim morreu Tancredo*. São Paulo: L&PB, 1985.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

_____. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995, cap. 2.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro”. In: Dados- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 1, 1983, p. 9-27.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961-64)*. Rio de Janeiro: Editora UFF/ Nitpress, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. “A Nova República: democracia ou autoritarismo verde-amarelo?”. In: SANDRONI, Paulo (org). *Constituinte, economia e política da Nova República*. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

_____.(et al). *A questão da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 2004, 4. ed.

COELHO, Cláudio N. Pinto; CASTRO, Valdir José de (orgs.). *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006.

COHEN, Ika Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOSCE DESAPARECIDOS POLÍTICOS. “Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira”. In: TELES, Janaina. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

CORRÊA, Thomaz Souto. “A era das revistas de consumo”. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Prefácio à 4ª edição italiana de *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). Tancredo Neves. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, 2. ed.

_____. *Tancredo Neves: sua palavra na história*. Belo Horizonte: Fundação Tancredo Neves, 1988.

_____. ;Vera Alice Cardoso SILVA.
Tancredo Neves: a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes/Belo Horizonte: UFMG, 1985.

DIMENSTEIN, Gilberto (et al). *O complô que ele elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs).
Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000, v. 2.

DREIFUSS, René. *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 2007.

DUARTE, Maria Celina Rabello. *Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. 1987. 175f.
(Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais- PUC, São Paulo, 1987.

_____. *Imprensa e redemocratização no Brasil*. In:
Dados- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, 1983,
p. 181-195.

DUCCINI, Mariana; PINTO, Tião Gomes. *Tal pai, tal Folha*. Revista Imprensa, n. 174- agosto de 2002.

FALCÃO, Rui. “A república que fez plástica”. In: KOUTZII, Flávio (Org). *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L&PM Ed., 1986.

FAORO, Raimundo. *A democracia que teremos*. In revista Lua Nova. São Paulo: Brasiliense, vol. 2, n. 1, abril/junho 1985.

FAUSTO NETO, Antônio; RUBIM, Antônio Canelas; VERÓN, Eliseo. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

_____. *O corpo falado: a doença e a morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras*. Belo Horizonte: FUMARC/PUC-MG, 1988.

FECHINE, Yvana. “Produção de sentido nos acontecimentos midiáticos: o contágio por adesão”. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia. *Caderno do Centro de Pesquisas Sociossemióticas*. São Paulo: Editora CPS, 2002.

FEIJÓ, Martin César. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Globo, 2^a ed., 2007.

_____. *Nova república?* São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1986.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz Ed., 1982.

FERREIRA, Giovandro Marcus. “O discurso jornalístico numa perspectiva histórica”. In: BARBOSA, Marialva. *Estudos de jornalismo I/ Campo Grande: Intercom, 2001*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2001.

FERREIRA, Soraia Venegas. *A imagem de Collor nas capas da revista Veja: construção e que de um mito*. Rio de Janeiro. Escola de Comunicação da UFRJ, 1996 (dissertação de Mestrado).

FONSECA, Francisco César Pinto da. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

FORGET, Danielle. Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994.

GARCIA, Alexandre. *Nos bastidores da notícia*. São Paulo: Editora Globo, 1990, 3. ed.

GOES, Welder. “A crise do regime e a sucessão de 1985”. In: GOES, Welder; CAMARGO, Aspasia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à industrial cultural*. São Paulo: Sumus, 1987.

GOMES, Regina. “Iconicidade no texto jornalístico”. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; Landowski, Eric. *Caderno de discussão do Centro de Pesquisas Sociossemióticas*. São Paulo: Editora CPS, n. 9, 2003.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GIANOTTI, José Arthur. *Política pela política*. Folha de São Paulo, 10/03/1985. Folhetim, p. 2.

GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. “A janela do Russell”. In: Gonçalves, José Esmeraldo; BARROS, J. A (orgs). *Aconteceu na Manchete: histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

GRABER, Neal. *Vida, o filme*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GREIMAS, Algirdas J; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

_____. *Semiótica figurativa e semiótica plástica*. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de (org.). *Semiótica Plástica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

HOOK, Sidney. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

HOWARTCH, David; STAVRAKAKIS, Yannis. “Introducing discourse theory and political analysis”. In: HOWARTCH, David; NORVAL, Aletta J; STAVRAKAKIS, Yannis (Edits). *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester, New York: Manchester University Press, 2000.

JOSÉ, Emiliano. Imprensa e poder: ligações perigosas. São Paulo: Hucitec/ Salvador: Editora UFBA, 1996.

KOUTZII, Flávio (Org). *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L&PM Ed., 1986.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1988.

_____. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Debates, 1982.

KUHN JR., Norberto. *Reflexões sociológicas: o avesso da ordem e da desordem*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

LACOSTE, JEAN-YVES (dir.). *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas/Edições Loyola, 2004.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

_____; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estratérgia socialista: hacia uma radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAMOUNIER, Bolivar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Ed., 2005.

LAURENZA, Ana Maria. “Batalha em entra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda”. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LEMAÎTRE, Nicole; QUISON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique. *Dicionário Cultural do cristianismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MACIEL, Davi. *A argamassa da ordem: da ditadura militar a Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MAINWARING, Scott; MENEGUELO, Raquel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARCODES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989, 2. ed.

MATOS, Heloiza. "Tancredo e as liturgias políticas na transição brasileira". In: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves- 100 anos de nascimento, 25 anos de morte: perspectivas midiáticas* (em fase de organização).

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana industrial*. São Paulo: Summus, 2^a. ed., 1988.

MELO, José Marques de; CARVALHO, Samantha Viana Castelo Branco Rocha (orgs). *Octavio Frias de Oliveira: 40 anos de liderança no grupo Folha*. São Paulo: UNI-FIAMFAAM/FACOM, 2002.

MENDONÇA, Daniel de. *Tancredo Neves: da distensão à Nova República*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MESQUITA NETO, Paulo; SANTOS, Laymert Garcia. *Sinais dos tempos que correm*. *Folha de São Paulo*. Folhetim, 05/05/1985, p. 4-8.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1989.

MIR, Luis. *O paciente- o caso Tancredo Neves*. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: olho d'Água/Fapesp, 2001.

MUSZYNSKI, Judith; MENDES, Antonio Manuel Teixeira. "Democratização e opinião pública no Brasil". In: LAMOUNIER, Bolivar. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: editora Sumaré/IDESC, 1990.

NEVES, Tancredo. *Vultos da cultura mineira*. Brasília: Gráfica do Senado, 1980.

NORA, Pierre. "A volta do factual". In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (orgs.). *História, novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves ed., 1976.

NUNES, Augusto. *Tancredo*. Série "Os grandes líderes". São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Ana Cláudia. *Visualidade, entre significação sensível e inteligível*. Revista Educação & Realidade, 30 (2), jul/dez. 2005.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PEREIRA, Bresser. *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. A vice presidência. Folha de São Paulo, 31/07/1984.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. *Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa*. São Paulo: Imprensa Oficial do estado/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado de São Paulo, 2001.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, Adolpho; GONÇALVES. “Propaganda política através da imprensa na eleição de Tancredo Neves para Presidente do Brasil”, In: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves- 100 anos de nascimento, 25 anos de morte: perspectivas midiáticas* (em fase de organização).

REVISTA LUA NOVA. Vol. 1, n. 2, Julho-Setembro 1984.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 3^a ed., 1999.

_____. *O Brasil da abertura: de 1974 à Constituinte*. São Paulo: Atual, 1990.

RUBIM, Antonio A. Canelas. “As imagens de Lula presidente”. In: FAUSTO NETO, Antônio; RUBIM, Antônio Canelas; VERÓN, Eliseo. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. “Eleições e (idade) mídia”, In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). *Comunicação na polis: ensaios sobre mídia e política*. Petrópolis: vozes, 2002.

RÜDIGER, Francisco. *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural. Comunicação e teoria crítica da sociedade*. Porto Alegre: EDIPURS, 2004, 3. ed.

SALLUN JR., Basílio. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. “Transição política e crise do Estado”. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs). *Lições da década de 80*. São Paulo: Edusp/Genebra: UNRISD, 1995.

SANDRONI, Paulo (org.). *Constituinte, economia e política na Nova República*. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Maria Cláudia. “Tancredo Neves e o reforço da mineiridade: o papel da imprensa neste processo”. In: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves- 100 anos de nascimento, 25 anos de morte: perspectivas midiáticas* (em fase de organização).

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Velha figura, nova roupagem*. Folha de São Paulo, 07/04/1985. Folhetim, p. 11.

SERVA, Leon. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2^a. ed., 2005.

O adiantado das hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 3. ed.

SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs). *Lições da década de 80*. São Paulo: Edusp/Genebra: UNRISD, 1995.

SOUZA, Herbert. "Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil". In: CHAUÍ, Marilena (et al). *A questão da democracia*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1980.

SOUZA, Rogério Martins de. "Tancredo Neves em três tempos: ascensão, martírio e glorificação". In: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir. *Tancredo Neves- 100 anos de nascimento, 25 anos de morte: perspectivas midiáticas* (em fase de organização).

STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1986.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TELES, Janaina (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2. ed., 2001.

TORFING, Jacob. *New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford, UK: Blackwell, 1999.

WEBER, Maria H. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2000.

WEFFORT, Francisco. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *A república que não de certo*. Folha de São Paulo, 31/12/1988, p. G-13.

_____. O caráter da transição. Folha de São Paulo, 26/06/1987, p. B-5.

_____. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editora Presença, 2001. 6. ed.

Documentos eletrônicos

ARTURI, Carlos. *O debate sobre mudança de regime político: o caso brasileiro*. In Revista de Sociologia e Política, n. 17, 11-31/11/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a02n17.pdf>

BAPTISTA, Íria Catarina; ABREU, Karen Cristina. *A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial*. 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf> (acesso em 02/03/2011).

BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitscheck (1956-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em Multimeios)- UNICAMP, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/> (acesso em 02/12/2010).

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*. Joseph Hatzinger, 1984. Disponível em:
http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html (acesso em 05/04/2011).

COSTA, Homero de Oliveira. *Incursões na história das anistias políticas no Brasil*. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html (acesso em 20/05/2010).

FAORO, Raimundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. In: Revista Estudos Avançados, vol. 1, n. 1, out/dez., São Paulo, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a04.pdf> (acesso em 21/07/2010).

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Cem anos de JK*. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao> (acesso em 09/07/2011).

GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares (68/85)*. Disponível em:
<http://prof.reporter.sites.uol.com.br/teseveja.htm> (acesso em 15/05/2011). Originalmente dissertação de Mestrado **Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)**. São Carlos: UFSCar, 1998. 215 p. Mestrado (Sociologia Política)-UFSCAR. CECH. CSo.

_____. *A revista Veja e o obstáculo da censura*. In revista Olhar, ano 3, n. 05/06, jan/dez 2001. Disponível em:
<http://olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/61/52> (acesso em 20/05/2011).

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela Anistia*. 2003. 559f. Tese (Doutorado em História)- UFMG, Belo Horizonte, 2003. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf> (acesso em 03/05/2010).

LEMOS, Renato. *Regime político pós-64 no Brasil: uma proposta de periodização*. 2001. Disponível em:
http://ufrj.academia.edu/RenatoLemos/Papers/808732/Regime_politico_pos-64_no_Brasil_uma_proposta_de_periodizacao (acesso em 02/07/2010).

LÖWY, Michel. *O catolicismo latino americano radicalizado*. Estudos Avançados. vol. 3. n. 5, jan/abr 1989. Disponível em:
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:unhT2Ga9ILwJ:www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0103-40141989000100005+O+catolicismo+latino-americano&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br (acesso em 10/12/2010).

LYSARDO-DIAS, Dylia. *Ethos e construção discursiva da identidade mineira*. Anais do II simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso. 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/index.html> (acesso em 23/11/2010).

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura militar e propaganda política: a revista manchete durante o governo Médici*. 1999. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFSCar, São Carlos, 1999. Disponível em:
<http://www.revistas.univiertencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4521/4244>

MENDONÇA, Daniel de. *A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira*. Revista de Ciências Sociais da Unisinos, v. 43, n. 3, p. 249-258, set/dez 2007. Disponível em
[http://www.unisinos.br/arte/files/ciencias_sociais_43\(3\)_mendonca.pdf](http://www.unisinos.br/arte/files/ciencias_sociais_43(3)_mendonca.pdf). Acesso em 02/12/2009.

NUNES, Augusto. *Tancredo, lição n. 3: “escolher o adversário às vezes é muito mais importante que escolher o aliado”*. 23/08/2009. Coluna site revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/euler-bentes-monteiro/> (acesso em 23/04/2011).

OLIVEIRA, Hebe M. Gonçalves de. *Muda Brasil: o marketing político que levou Tancredo Neves a presidência da república*. 2003. Disponível em:
<http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/outrasareas/marketing01/0217.pdf>. Acesso em 10/10/2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O governo JK nas páginas da Manchete*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Manchete> (acesso em 09/07/2011).

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto de Fundação. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao> (acesso em 02/04/2011).

PENA, Felipe. *A vida é um show. Celebridades e heróis no espetáculo da mídia*. 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/9641094/Pena-Felipe-Vida-Show> (acesso em 10/11/2009)

PINTO, Celi Regina J. *Elementos para uma análise do discurso político*. Revista Barbarói. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/821/605> Acesso em 20/05/09.

PRADO, José Luiz Aidar; RAMALDES, Dalva. *Lula candidato Outro: estudo semiótico da figura de Lula nas campanhas eleitorais presidenciais desde 1989 nas revistas Veja e Istoé*. Anais do II Encontro Compolítica. 2007. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ipp-mdalva.pdf (acesso em 05/11/2010).

PRATA, Nair. *Tancredo Neves: a agonia e a morte do presidente pelas ondas da rádio Itatiaia*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/prata-nair-tancredo-neves.pdf>. 2001 (acesso em 10/10/2009)

REVISTA COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO. *Mino, jornalista de opinião* (entrevista). São Paulo, n. 23, jan./abril de 2002, p. 71 a 90. Disponível em: <http://www.revistas.univiertscia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4521/4244> (acesso em 23/04/2011).

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *A morte e a morte de Tancredo Neves: controlando muitas vidas através de uma morte*. Revista Opsis, v. 8, n. 11, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9363/6455> (acesso em 10/11/2010).